

Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz

PDIE 2021 - 2025



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz

PDIE 2021 - 2025



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



FIOCRUZ

120

A N O S

PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

Fundação Oswaldo Cruz

F981p

Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fio-
cruz: PDIE-Fiocruz 2021-2025 / Fundação Oswaldo Cruz. -- Rio de
Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

242 p., il.

1. Modelo de Gestão. 2. Plano de ação. 3. Plano de De-
senvolvimento Institucional da Educação. 4. Educação de
Pós-graduação. 5. Educação em Saúde. I. Título.

CDD: 352.34 - 22. ed.

ISBN: 978-65-87063-05-8

Bibliotecária responsável: Jaqueline Gomes

CRB-8/6544

Documento elaborado por Grupo de Trabalho (Portaria nº 5305/2020-PR), com contribuições dos Fóruns de Coordenadores do Stricto Sensu, Coordenadores de Residências e Escola de Governo Fiocruz, aprovado na Câmara Técnica de Educação em 06 de novembro de 2020. Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 10 de dezembro de 2020. Instituído pela Portaria nº 37 – Fiocruz-PR, de 21 de janeiro de 2021.

Rio de Janeiro, novembro de 2020

Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação – VPEIC
Coordenação Geral de Educação – CGE
Grupo de Trabalho para Elaboração do PDIE 2021-2025 – GT-PDIE

Coordenação dos Trabalhos do PDIE 2021-2025

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Cristiani Vieira Machado

Coordenação Geral de Educação (CGE)

Maria Cristina Rodrigues Guilam

Equipe responsável pela elaboração do PDIE

Organização e Consolidação Final

Paulo Sergio de Carvalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Fábio Lucas

Grupo de Trabalho de Elaboração do PDIE 2021-2025 (GT-PDIE) – Indicado na Reunião da Câmara Técnica de Educação (outubro/2019), e instituído formalmente pela Portaria nº 5.305-PR/FIOCRUZ, de 04 de março de 2020

Paulo Sergio de Carvalho (Coordenador, CGE) e André Souza dos Santos (Coordenador adjunto, CGE); Adriana Teixeira Reis (IFF), Ana Paula do Nascimento (IAM), Anderson Teixeira Boanafina (COC), Christina Figueira Menezes (COGEPLAN), Cristiana Ferreira Alves de Brito (IRR), David Moraes dos Santos (COGEPLAN), Marcelo Camacho (IOC), Mariana Conceição de Souza (FAR), Marly Marques da Cruz (ENSP), Maurício De Seta (ENSP), Patrícia Sampaio Tavares Veras (IGM), Páulea Zaquini Monteiro Lima (EPSJV), Sandro Marcelo do Rosário Hilário (COC) e Susana Wuillaume (IFF)

Colaboradores na elaboração de conteúdos

Da VPEIC

Adriana Coser Gutierrez, Alex Bicca Corrêa, Ana Beatriz Aguiar Slaibe Lopes, Ana Cristina da Matta Furniel, Cristiani Machado, Cristina Guilam, Eduarda Angela Pessoa Cesse, Maria de Fátima Moreira Martins Correa, Isabella Fernandes Delgado, Josué Laguardia e Marta Sartori Tavares.

De Outras Áreas ou Unidades

Clara Mutti Vasconcelos (IGM), Fábio Rodrigues Lamin (Cogeplan), Geraldo Sorte (Cogetic), Ana Paula Medeiros e Gustavo Guimarães (Cogic), Sônia Regina da Cunha Barreto Gertner e Ana Beatriz Vinagre de Miranda (Comitê Acessibilidade).



Direção da Fiocruz 2017 - 2020

Presidência da Fiocruz

Presidente

Nísia Trindade Lima

Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS)

Marco Aurelio Krieger

Vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Cristiani Vieira Machado

Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI)

Mario Santos Moreira

Vice-presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB)

Rodrigo Correa de Oliveira

Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

Marco Antônio Carneiro Menezes

Chefe de Gabinete

Valcler Rangel Fernandes

Coordenação das Ações de Prospecção

Carlos Augusto Grabois Gadelha

Coordenação de Estratégias de Integração Regional e Nacional

Wilson Savino

Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência

Rivaldo Venâncio da Cunha

Coordenação Executiva do Complexo dos Institutos Nacionais de Saúde

Carlos Maurício de Paulo Maciel

Conselho Deliberativo

ASFOC-SN – Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde Pública
Paulo Henrique Scrivano Garrido

BIO-MANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
Mauricio Zuma Medeiros

COC – Casa de Oswaldo Cruz
Paulo Roberto Elian dos Santos

COGEAD – Coordenadora-Geral de Administração
Flávia Silva

COGEPE – Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas
Andréa da Luz Carvalho

COGEPLAN – Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico
Ricardo de Godoi Mattos Ferreira

COGETIC – Coordenador-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
Geraldo Sorte

COGIC – Coordenadora-Geral de Infraestrutura dos Campi
Ana Beatriz Cuzzatti

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Hermano Albuquerque de Castro

EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Anakeila de Barros Stauffer

FARMANGUINHOS – Instituto de Tecnologia em Fármacos
Jorge Souza Mendonça

GEREB – Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília)
Maria Fabiana Damásio Passos

IAM – Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco)
Sinval Pinto Brandão Filho

ICC – Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)
Bruno Dallagiovanna Muñiz

ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Rodrigo Murtinho da Martinez Torres

ICTB – Instituto de Ciências e Tecnologias em Biomodelos
Carla de Freitas Campos

IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
Fábio Bastos Russomano

IGM – Instituto Gonçalo Muniz (Fiocruz Bahia)
Marilda de Souza Gonçalves

ILMD – Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia)
Sérgio Luiz Bessa Luz
INCQS – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
Antônio Eugênio Castro Cardoso de Almeida

INI – Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos

IOC – Instituto Oswaldo Cruz
José Paulo Gagliardi Leite

IRR – Instituto René Rachou (Fiocruz Minas)
Zélia Maria Profeta da Luz

Fiocruz Ceará (Fiocruz-CE)
Antônio Carlile Holanda Lavor

Fiocruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz-MS)
Jislane de Fátima Guilhermino

Fiocruz Piauí (Fiocruz-PI)
Jacenir Reis dos Santos Mallet

Fiocruz Rondônia (Fiocruz-RO)
Jansen Fernandes de Medeiros

Auditoria Interna
Sérgio Honorato dos Santos

Ouvidoria
João Gonçalves Barbosa Neto

Procuradoria
Deolinda Vieira Costa



Carta da Vice-Presidente de Educação

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição estratégica de Estado na área de ciência e tecnologia em saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, em 2020 completou 120 anos de serviços prestados à sociedade brasileira. Durante esse período, ampliou e diversificou suas atividades nos campos da educação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de vacinas e medicamentos, avaliação da qualidade de produtos, laboratórios de referência, assistência, informação e comunicação em saúde. Também expandiu sua atuação no território nacional, estando presente em todas as regiões do país, com unidades em 10 estados e no Distrito Federal, além de atuar por meio de redes de cooperação nacional e internacional.

A missão institucional da Fiocruz está vinculada ao compromisso de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do país, com vistas à redução das desigualdades sociais, melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira. A complexidade dos desafios a serem enfrentados e a diversidade de suas frentes de atuação requerem esforços de coordenação que levaram, nos últimos anos, ao adensamento das estratégias de planejamento institucional e dos mecanismos internos de governança participativa.

Em 2016, a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) representou um movimento importante de planejamento integrado que nortearia as estratégias educacionais de 2016 a 2020. No decorrer desse período, destaque-se a realização do 8º Congresso Interno da Fiocruz – instância máxima de deliberação sobre os rumos da instituição – e a constituição de novas instâncias participativas na Educação, que tiveram papel fundamental na construção coletiva de propostas na área. Assim, além do funcionamento regular da Câmara Técnica de Educação (CTE), foram constituídos fóruns específicos para tratar de questões relativas ao *stricto sensu*, *lato sensu*, residências, qualificação e educação a distância (EAD).

A elaboração deste Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação (PDIE) 2021-2025 expressa esse movimento de ampliação dos debates e participação na definição de prioridades e estratégias educacionais. Em termos do processo, a formulação do PDIE durou cerca de um ano, tendo sido conduzida por um grupo de trabalho composto por profissionais de diversas unidades, perfis e inserção na educação. Suas diferentes versões foram objeto de apreciação nas várias instâncias da educação, culminando na CTE, que aprovou a versão a ser apresentada ao Conselho Deliberativo da Fiocruz. Durante a elaboração do Plano, o mundo foi duramente atingido pela pandemia de COVID-19, que passou a mobilizar esforços da Fiocruz em suas diversas áreas de atuação. Na Educação, as prioridades se voltaram para a capacitação de profissionais de saúde visando ao enfrentamento da pandemia e a adaptação das atividades educacionais da Fiocruz ao novo contexto de intensificação de atividades remotas, que exigiu estratégias de apoio aos docentes e aos discentes.

Quanto ao produto, em comparação com o PDI 2016-2020, o novo PDIE 2021-2025 se diferencia por ampliar a abordagem para as diversas modalidades educacionais da Fiocruz, por ressaltar a sua interface com outras políticas institucionais e por expressar, de forma inicial, alguns efeitos relacionados à experiência da pandemia, que impôs novos desafios ao campo da Educação.

Agradeço a todos e todas que têm contribuído para esse processo de construção coletiva, que aponta caminhos e renova o compromisso da Fiocruz com a defesa da Educação, da Saúde e da Ciência como bens públicos e direitos de todos os cidadãos.

Cristiani Vieira Machado

Vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação

Sumário

Apresentação	15
Capítulo 1 – Perfil institucional.....	23
1.1 – Caracterização institucional	23
1.2 – Breve Histórico da Fiocruz	23
1.3 – Definições estratégicas gerais	26
1.4 – O modelo de governança e a estrutura organizacional	27
1.5 – Áreas de atuação e macroprocessos finalísticos	43
1.6 – Inserção regional, nacional e internacional	48
1.7 – Síntese: a Fiocruz em 2020.....	49
Capítulo 2 – Políticas Institucionais e de Gestão.....	57
2.1 – Políticas de Pesquisa.....	57
2.1.1 – Áreas e linhas de pesquisa.....	57
2.1.2 – Programa Fiocruz de Fomento à Inovação (Inova Fiocruz).....	60
2.1.3 – Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA).....	60
2.1.4 – Pesquisa Clínica.....	60
2.1.5 – Coleções Biológicas.....	60
2.1.6 – Rede Fiocruz de Biobancos.....	61
2.1.7 – Programas de incentivo (PIBIC e PIBITI).....	61
2.1.8 – Comitês de Ética da Fiocruz.....	61
2.2 – Políticas de Educação.....	62
2.2.1 – Diretrizes gerais.....	62
2.2.2 – Governança da educação na Fiocruz.....	65
2.2.3 – Gestão acadêmica.....	69
2.2.4 – Política de Internacionalização de Educação.....	72
2.2.5 – Integração das unidades na oferta educacional.....	74
2.2.6 – Avaliação institucional e educacional.....	75
2.2.7 – Apoio aos discentes.....	80
2.2.8 – Acompanhamento de egressos.....	82
2.2.9 – Formação docente.....	83

2.3 – Políticas de Comunicação, Informação, Divulgação Científica, Preservação de Acervos e Abertura de Dados de Pesquisa.....	84
2.3.1 – Política de Comunicação da Fiocruz.....	84
2.3.2 – Política de Acesso Aberto ao Conhecimento.....	86
2.3.3 – Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais.....	87
2.3.4 – Política de divulgação científica.....	88
2.3.5 – Política de gestão, abertura e compartilhamento de dados para pesquisa.....	89
2.4 – Políticas de Acessibilidade, Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos.....	90
2.4.1 – Diretrizes congressuais.....	90
2.4.2 – Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência.....	91
2.4.3 – Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.....	94
2.4.4 – Educação e Direitos Humanos na Fiocruz.....	94
2.5 – Política de Cooperação Institucional.....	95
2.6 – Cooperação Social.....	96
2.7 – Política de Desenvolvimento Institucional.....	97
2.8 – Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão.....	98
2.9 – Política de Gestão de Pessoas.....	99
2.9.1 – Caracterização da força de trabalho.....	99
2.9.2 – Política de formação e capacitação.....	102
2.9.3 – Saúde do Trabalhador.....	103
2.10 – Política de planejamento, orçamento e sustentabilidade financeira.....	104
2.10.1 – Política de planejamento da Fiocruz.....	104
2.10.2 – Orçamento e sustentabilidade financeira.....	105
2.11 – Política de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação.....	106
Capítulo 3 – Projeto Pedagógico Institucional (PPI).....	109
3.1 – Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais.....	109
3.2 – Articulação entre a educação, a pesquisa e sua inserção social.....	116
3.3 – Avaliação da aprendizagem.....	120

Capítulo 4 – Políticas acadêmicas.....	123
4.1 – Análise situacional.....	123
4.1.1 – Contexto internacional e nacional.....	123
4.1.2 – Contexto da Educação na Fiocruz.....	124
4.1.3 – A política educacional da Fiocruz no contexto da pandemia COVID-19.....	126
4.1.4 – Contexto educacional e regulatório brasileiro.....	130
4.2 – Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrados e doutorados) e estágios de pós-doutorado.....	132
4.2.1 – Caracterização da Pós-Graduação Stricto Sensu.....	134
4.2.2 – Avaliação dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu.....	142
4.2.3 – Desafios para o futuro dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu.....	149
4.2.4 – Perspectivas da oferta de pós-graduação stricto sensu no período 2021-2025.....	152
4.3 – Pós-Graduação Lato Sensu: Especializações presenciais e a distância.....	154
4.3.1 – Caracterização das especializações na Fiocruz.....	154
4.3.2 – Organização didático-pedagógica.....	156
4.3.3 – A oferta de especializações presenciais no período 2016-2020.....	157
4.3.4 – A oferta de especializações a distância no período 2016-2020.....	160
4.3.5 – A autoavaliação como ação norteadora para a oferta no período 2021-2025.....	162
4.3.6 – Perspectivas da Especialização no período 2021-2025.....	165
4.4 – Pós-Graduação lato sensu: Residências.....	167
4.4.1 – Caracterização das Residências.....	167
4.4.2 – Perspectivas de ofertas de Residências no período 2021-2025.....	172
4.5 – Cursos de qualificação presenciais e a distância.....	173
4.5.1 – Caracterização dos cursos de qualificação.....	173
4.5.2 – A oferta de cursos de Qualificação na Fiocruz no período 2016-2020.....	174
4.5.3 – Previsão de ofertas de cursos de qualificação no período 2021-2025.....	177
4.6 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Fiocruz.....	177
4.6.1 – Caracterização.....	177
4.7 – Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	179
4.7.1 – Educação de Jovens e Adultos na Fiocruz (EJA-Manguinhos).....	179

Capítulo 5 – Infraestrutura.....	181
5.1 – Infraestrutura física.....	181
5.1.1 – Contexto Geral.....	181
5.1.2 – O Campus Fiocruz Manguinhos.....	182
5.1.3 – Informações sobre as unidades em outros Campi.....	184
5.1.4 – Ações para promoção de melhorias da infraestrutura.....	185
5.1.5 – Planos de expansão.....	187
5.2 – Secretarias Acadêmicas.....	189
5.3 – Bibliotecas e outros acervos.....	191
5.3.1 – Rede de Bibliotecas da Fiocruz.....	191
5.3.2 – Repositório e Portais.....	192
5.3.3 – Ampliação dos acervos e do acesso por meios virtuais.....	194
5.3.4 – Outros Acervos.....	195
5.4 – Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.....	196
 Capítulo 6 – Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	
6.1 – Avaliação dos resultados do período 2016-2020.....	200
6.1.1 – Avaliação dos resultados dos cursos de especialização.....	201
6.1.2 – Resultados da avaliação do <i>stricto sensu</i>	205
6.2 – Proposta para avaliação continuada do PDIE 2021-2025.....	206
6.2.1 – Objetivos Estratégicos.....	206
6.2.2 – Monitoramento e avaliação do PDIE.....	212
 Anexo I – Endereços das unidades e escritórios da Fiocruz.....	215
Anexo II – Relação de links referidos no texto.....	217
Anexo II – Condições e requisitos para a oferta a distância.....	229
Anexo IV – Lista de abreviaturas e siglas.....	234



Apresentação

O *Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz 2021-2025* (PDIE), elaborado no ano de 2020 em que a Fundação Oswaldo Cruz comemorou 120 anos de dedicação à pesquisa, educação, assistência, vigilância e produção de insumos para a saúde da população brasileira, é um documento orientador para o aperfeiçoamento da sua política educacional. A atuação em educação, iniciada já nos seus primeiros anos, é uma das marcas da rica identidade desta instituição, concomitante aos investimentos em pesquisas pioneiras no campo da saúde pública e à produção das primeiras vacinas para o enfrentamento às epidemias do início do Século XX.

Instituição estratégica de Estado e da sociedade brasileira, a Fiocruz teve papel fundamental na construção do Sistema Único de Saúde e no fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Em 2020, no enfrentamento à Pandemia da COVID-19, a Fundação evidenciou novamente sua capacidade de resposta aos desafios colocados para a saúde pública, articulando e mobilizando todas suas áreas para potencializar sua capacidade de intervenção e contribuição à defesa da Vida.

Este PDIE responde ao anseio da comunidade Fiocruz, expresso nas resoluções do VIII Congresso Interno, de ampliar e aperfeiçoar o planejamento estratégico educacional, buscando orientar processos, programas e plataformas que aumentem a integração e sinergia entre as inúmeras iniciativas, por meio de políticas e estratégias institucionais que induzam a articulação e cooperação entre grupos e institutos de pesquisa e as equipes engajadas na formação de pessoas para o SUS e para o sistema de CT&I, em todas as unidades da instituição.

Produto de elaboração coletiva e participativa, o PDIE 2021-2025 representa o desdobramento do PDI 2016-2020, no qual se baseia, para dar mais alguns passos na complexa e permanente construção da política de educação da Fiocruz. Cabe, preliminarmente, caracterizar de modo mais preciso as finalidades a que se presta este documento institucional, justificar escolhas e o escopo da abordagem, assim como descrever o percurso de seu desenvolvimento, e apresentar uma síntese dos capítulos elaborados.

Razões para a Fiocruz construir seu PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI foi instituído por ocasião da criação, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES¹, focado na avaliação das Instituições de Educação Superior e seus cursos de graduação. O PDI constitui documento essencial para o processo de avaliação externa e autoavaliação institucional (que é conduzido por uma Comissão Própria de Avaliação – CPA). Cada instituição o organiza de modo independente e de acordo com suas necessidades e cultura, porém garantindo certas exigências legais.² De acordo com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa (Inep, 2017, p. 35),

O PDI é o instrumento de planejamento e gestão. Ele considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou visa desenvolver.

1. [Lei nº 10.861/2004](#) (Trechos sublinhados estão vinculados à internet. Ver também o Anexo II).

2. O detalhamento dos conteúdos a tratar no PDI estão no art. 21 do [Decreto nº 9.235/2017](#).

Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Ainda que as iniciativas educacionais em variados níveis e modalidades existam na Fiocruz desde seus primeiros anos, não havia a obrigatoriedade de elaboração de um PDI, por não serem oferecidos cursos de graduação. No entanto, em 2011, o Conselho Nacional de Educação editou Resolução³ relativa aos cursos de especialização lato sensu, que impedia às “instituições não-educacionais” (isto é, não participantes do Sistema Federal de Ensino), manterem suas ofertas por meio de credenciamento especial, reservando, no entanto, às escolas de governo a possibilidade de credenciamento desde que se submetessem à avaliação externa, a ser conduzida pelo INEP. Em 2014, tal medida levou a Fiocruz, orientada pelo MEC, a buscar seu credenciamento institucional como escola de governo, uma vez que a diversificada oferta de cursos de especialização, realizada pela maioria de suas unidades, precisava estar alinhada ao novo contexto regulatório. Para o credenciamento institucional havia a exigência da avaliação externa pelo INEP e, por decorrência, tornou-se necessária a elaboração do PDI e a criação de Comissão Própria de Avaliação – CPA.

No decorrer de 2015, o PDI 2016-2020 da Fiocruz foi construído por equipe técnica interna da VPEIC, com consultas às unidades e à Subcâmara de Educação Lato Sensu. Tal documento seguiu as orientações regulatórias e visou evidenciar as condições existentes na instituição para garantir as suas ofertas educacionais lato sensu. Embora o documento possua caráter institucional amplo, detalhou de modo mais acurado a oferta de cursos de especialização, com o objetivo de efetivar o credenciamento da Escola de Governo Fiocruz, que era urgente.

Como resultante do processo, a Fiocruz foi credenciada como Escola de Governo, em março de 2017⁴, ficando autorizada a ofertar seus cursos de especialização presenciais e a distância, pelo período de 8 anos, sendo também regularizada a situação dos cursos realizados anteriormente.

PDIE Fiocruz 2021-2025: ampliação do escopo⁵

No final do primeiro semestre de 2019, discussões internas à VPEIC visando a preparação do novo PDI, apontaram a necessidade de ampliação de seu escopo, buscando abordar de modo mais detalhado os níveis e modalidades de educação existentes na Fiocruz, para que o documento contribuísse para fortalecer a articulação e a integração da diversidade de iniciativas educacionais presentes na Fundação. Logo em seguida, foi importante para as novas definições a iniciativa da Capes, como resultado de discussões já iniciadas anos antes, em orientar a inclusão da autoavaliação nos processos de avaliação dos programas stricto sensu, assim como a implementação de planejamento estratégico dos programas, referenciados no PDI ou documento equivalente da instituição.

3. Resolução CNE/CES nº 07/2011.

4. Portaria MEC nº 331/2017.

5. Tendo em vista maior clareza na comunicação institucional, a VPEIC decidiu adotar a sigla PDIE para o novo documento, uma vez que o sistema de planejamento da Fiocruz já utilizava o nome “Planos de Desenvolvimento Institucional” para englobar planos existentes: o Plano Diretor de Investimento – PDI e o Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação – PDTIC. O Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação – PDIE é um novo componente no sistema de planejamento da Fiocruz, vinculado ao planejamento estratégico da instituição. Ver Guia de Planejamento Fiocruz 2021.

Assim, a reunião da Câmara Técnica de Educação, em outubro de 2019, apoiou a proposta da VPEIC para a elaboração do novo PDI, com ampliação das ofertas educacionais incluídas no escopo do documento e adoção de medidas para garantir o aperfeiçoamento do processo participativo na construção do PDI. Foi, também, constituído o Grupo Técnico responsável pela elaboração do texto, coordenado por representantes da Coordenação Geral de Educação-VPEIC. A reunião aprovou cronograma geral de elaboração e validação coletiva do novo documento, a ser entregue para apreciação do Conselho Deliberativo da Fiocruz em novembro de 2020.

É importante registrar que a composição do Grupo Técnico não visou criar uma representação política das unidades ou programas da Fiocruz, mas a diversidade de olhares e experiências do campo educacional. Desta forma, garantiu-se o envolvimento de pessoas das áreas técnicas, dirigentes da educação e coordenadores de programas, provenientes de 09 unidades técnico-científicas, possibilitando que houvesse pessoas com expertises e envolvimento nos vários níveis e modalidades educacionais.⁶ Isto se revelou determinante para garantir a produção do documento, em condições que se revelaram posteriormente muito mais difíceis em razão da instalação da Pandemia de COVID-19 em março de 2020.

Processo de elaboração e validação do PDIE 2021-2025

O plano de trabalho do GT-PDIE começou a ser implementado poucos dias após sua criação. Rapidamente foi pactuado o sumário geral para o novo documento, tendo por base o PDI 2016-2020 considerando as ampliações propostas e dividiram-se as tarefas para elaboração dos textos.

Com a declaração de Pandemia de COVID-19 pela OMS em março de 2020, o GT precisou adaptar seu plano de trabalho, com alterações de prazos, métodos de elaboração de texto e de consulta à comunidade da Fiocruz. As repactuações no plano de trabalho foram acompanhadas pela VPEIC. Embora várias reuniões extraordinárias da Câmara Técnica de Educação tenham se realizado a partir de maio, somente em agosto foi possível uma discussão sobre o PDIE no coletivo da CTE, quando foram socializadas as alterações de método de trabalho: (a) manter entrega do PDIE ao Conselho Deliberativo em novembro de 2020; (b) dar prioridade para aspectos relativos a exigências regulatórias (do stricto sensu e das especializações); (c) manter elaborações sintéticas sobre os outros níveis ou modalidades de oferta; (d) elaborar os conteúdos relativos aos programas stricto sensu, com base nas informações e elaborações constantes nos Relatórios Sucupira entregues em março, evitando sobrecarregar com consultas as coordenações dos programas; (e) reaproveitar, com atualizações, trechos do PDI 2016, nas partes de caracterização institucional; (f) repactuar o processo de consulta e diálogo sobre o texto, focando em escutar os fóruns específicos e discussão na CTE.

Desta forma, à medida que os capítulos iam sendo elaborados, realizavam-se consultas para receber contribuições e validações parciais, tendo ocorrido reuniões virtuais com o Fórum da Escola de Governo Fiocruz (especializações), Fórum de Coordenadores de Residências e Fórum de Coordenadores dos Programas Stricto Sensu. Por fim, já com a primeira versão completa do PDIE, encaminhou-se o debate com a Câmara Técnica de Educação, no início de novembro de 2020.

6. A Presidência da Fiocruz, por meio da Portaria nº 5.305, de 04 de março de 2020, instituiu formalmente o Grupo de Trabalho e definiu seu objetivo e composição. Também adotou para o documento em elaboração o nome de Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação (PDIE), sugerido pela VPEIC.

Resumo dos Capítulos do PDIE

O PDIE 2021-2025, conforme apontado acima, é um documento de planejamento, que é guia para impulsionar a integração e sinergia entre as ações educacionais realizadas pelas várias unidades e programas da Fiocruz. Fortemente embasado nas diretrizes estratégicas pactuadas no VIII Congresso Interno (2017) e em outros documentos institucionais referidos ao longo do texto, o PDIE avança na explicitação de objetivos estratégicos comuns para o avanço da política educacional da Fiocruz. A elaboração coletiva do documento foi alimentada por debates nos fóruns educacionais, sobretudo na Câmara Técnica de Educação, que ao longo dos últimos anos avançaram na construção de consensos para atuação mais articulada e integrada entre as diversas unidades e campos de oferta educacional, que possuem autonomia de atuação em seus espaços de governança.

Os elementos de cunho regulatório relativos à pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que estabelecem padrões ou orientações gerais a serem perseguidos para as ofertas nesse nível de ensino, impulsionaram a Fiocruz a construir mais rapidamente as definições estratégicas que constituem este PDIE. Assim, as referências trazidas pelos instrumentos de avaliação institucional externa, construídos no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, serviram de guia para a estruturação do PDIE da Fiocruz. A exemplo do PDI 2016, a sequência dos capítulos foi construída em diálogo com os indicadores constantes nos instrumentos de avaliação que são observados pelos órgãos avaliadores (MEC/Inep, Capes), e considerando as especificidades da Fiocruz.

Portanto, a estrutura geral definida para o PDIE 2021-2025 atende ao propósito de apresentar a instituição em sua integralidade de campos de ação, que possuem articulações e interfaces com o campo educacional.

O **Capítulo 1 – Perfil Institucional** é dedicado a uma apresentação geral da Fiocruz que possibilite a compreensão sobre a complexidade no exercício de sua missão. Fundação de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, é parte integrante do Sistema Único de Saúde e mantém atuação diversificada nos campos do conhecimento associados à saúde pública e ao sistema de CT&I, engajada em ações finalísticas de pesquisa, educação, assistência, produção de insumos para a saúde, vigilância e políticas públicas, dentre outros.

Breves notas históricas são apresentadas para evidenciar o processo de construção da instituição atual que tem campos de atuação tão diversos, e está presente em todo o território nacional, por meio de suas 21 unidades e escritórios técnicos em 11 unidades da Federação, e pela forte atuação em redes colaborativas com instituições regionais, nacionais e internacionais.

Sua missão e valores constituem definições estratégicas que orientam permanentemente as ações, construídas e viabilizadas por um modelo de governança democrático e participativo, consolidado a partir da década de 1980. Tal modelo é bastante original, garantindo, autonomia relativa na atuação de suas unidades, porém mantendo mecanismos de articulação e coordenação necessários ao cumprimento da missão institucional. A estrutura organizacional é descrita em seguida, constituindo referência para a compreensão da viabilização de suas várias políticas institucionais e de gestão, apresentadas em outros capítulos.

Com base em relatório de gestão, apresentam-se os nove macroprocessos finalísticos que constituem o amplo arco de atividades da Fiocruz: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em saúde; Manutenção das coleções biológicas da saúde; Produção de Insumos para a Saúde; Análise da Qualidade de Produtos e Insumos para a Saúde; Educação e Formação em Saúde; Informação, Comunicação e Divulgação Científica em Saúde; Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Saúde; Atenção de referência em Saúde; e, Serviços Laboratoriais de Referência em Saúde.

A inserção regional, nacional e internacional da Fiocruz é destacada como outro elemento caracterizador da instituição ao longo de sua história, sendo forte componente de sua identidade.

O **Capítulo 2 – Políticas institucionais e de gestão** organiza informações e definições conceituais e valorativas que orientam diversas políticas que interagem, influenciam ou condicionam a política educacional.

Primeiramente, apresenta-se uma visão sobre a política de pesquisa, aspecto estruturante da Instituição, e que é composta por 30 áreas de pesquisa que abrangem 323 linhas de pesquisa. Destaca-se neste item a descrição do Programa Fiocruz de Fomento à Inovação – Inova, criado em 2018, e que tem forte impacto na transferência de conhecimentos e tecnologias para a sociedade. Outros elementos estratégicos da política de pesquisa são citados (tais como as coleções biológicas, a rede de biobancos e os programas de incentivo) e destacada a importância das Comissões de Ética da Fiocruz.

Na sequência, o capítulo apresenta os principais elementos caracterizadores da política de educação. As diretrizes gerais a orientar o campo educacional são extraídas das conclusões do VIII Congresso Interno da Fiocruz, constituindo elementos que fundamentam a definição do planejamento educacional. Neste item também se dedicou atenção à descrição da governança da educação, para evidenciar a complexa articulação de ações de coordenação conduzidas pela Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação com a atuação das unidades e escritórios técnicos, assim como os diversos programas educacionais, e o papel dos vários fóruns participativos, com destaque para a Câmara Técnica de Educação. Neste item também são dados destaques à política de internacionalização da educação, às ações de integração das unidades na oferta educacional, além de apresentar elementos sobre a avaliação institucional e educacional, o apoio a discentes e acompanhamento de egressos e a formação de docentes.

Outras políticas institucionais relevantes e com forte conexão com o campo educacional são descritas nos itens seguintes. Destacando, primeiramente, as várias políticas que estão sob a coordenação da VPEIC: política de comunicação, política de acesso aberto ao conhecimento, política de divulgação científica, política de preservação de acervos científicos e culturais e a política de gestão, abertura e compartilhamento de dados para a pesquisa.

As políticas de acessibilidade, inclusão e direitos humanos, muito caras à Fiocruz, fornecem importantes orientações a serem observadas pelo campo educacional.

A segunda parte do capítulo sumariza várias políticas que orientam o desenvolvimento da gestão institucional e são também condicionantes e apoio à política educacional, tais como a política de gestão da integridade, riscos e controles internos da gestão; a política de gestão do trabalho; a política de planejamento, orçamento e sustentabilidade financeira e a política de gestão da informação e da comunicação.

O **Capítulo 3 – Projeto pedagógico institucional (PPI)** mantém a maior parte das formulações construídas em 2015 constante no PDI 2016, operando atualizações para acentuar com maior clareza a importância das metodologias ativas na educação e a inflexão cada vez mais proeminente das tecnologias de informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem. O texto também amplia as bases da articulação entre ensino, pesquisa e a sua inserção social, correlacionando os programas educacionais às várias áreas de pesquisa, destacando a importância da forte conexão com as ações de inclusão social, pelas vinculações entre educação, divulgação científica, comunicação e outros campos, que caracterizam a cultura institucional da Fiocruz.

O **Capítulo 4 – Políticas acadêmicas** dedica-se a descrever os vários níveis e modalidades de ensino realizados pela Fiocruz. Antes, apresenta uma análise situacional do contexto, com destaque ao contexto específico da educação na Fiocruz no período 2016-2020, evidenciando a diversificação e ampliação das ofertas formativas, por meio de iniciativas que mais se destacaram no período. Atenção especial é dada à descrição da situação vivida em 2020, em decorrência das condições impostas pela instalação da pandemia global da

COVID-19, com a síntese das estratégias construídas pela Fiocruz para manter a sua atuação educacional em ambiente de educação remota emergencial, e as diversas ações de apoio e acompanhamento aos discentes e docentes.

O capítulo se desenvolve com a descrição de cada um dos níveis da oferta educacional, buscando caracterizá-los, apresentar elementos de avaliação e, conforme o caso, colocar os desafios e as perspectivas para a continuidade das ofertas no próximo período.

Neste PDIE, a *pós-graduação stricto sensu* ganha descrição mais detalhada e completa, evidenciando a riqueza e complexidade da experiência da Fiocruz. Com 48 programas (em ofertas próprias ou diferentes modos de associação) inseridos em 13 áreas de avaliação da Capes, quadros sintéticos permitem a visualização global desta experiência fundamental para a formação de pessoas para o SUS e o sistema de CT&I. Privilegiou-se a apresentação da avaliação global externa dos programas, com a sistematização dos resultados evidenciados nas Fichas dos Programas da Fiocruz na Avaliação Quadrienal 2017 da Capes. A avaliação é complementada com os resultados do primeiro estudo geral sobre egressos da Fiocruz. Os desafios a enfrentar no *stricto sensu* também estão sintetizados com base nos relatórios submetidos à Capes, fornecendo elementos importantes para a reflexão e elaboração sobre as perspectivas da oferta a se desenvolver no próximo período, que conduziram à formulação de diretrizes orientadoras do planejamento estratégico (para o fortalecimento da dimensão nacional, da internacionalização da educação e para o fortalecimento e inovação nos programas de pós-graduação).

Em diálogo com o PDI 2016, desenvolve-se a descrição e análise das ofertas de *cursos de especialização lato sensu*, presenciais e a distância, no período 2016-2020, mostrando a diversidade das ofertas de cursos regulares e de oferta única (sob demanda) realizados pela maioria das unidades da Fiocruz. Apresentam-se elementos de autoavaliação, provenientes da atuação da CPA e do Fórum da Escola de Governo, espaços para intercâmbios e análises sobre as características e possibilidades das especializações ofertadas, indicando aprendizagem coletiva sobre pontos comuns aos cursos, a merecerem atenção no planejamento educacional. O levantamento sobre egressos das especializações fornece subsídios para aprofundamento das definições de aperfeiçoamento deste campo. Registra-se que maior articulação entre as ofertas e a melhoria dos processos de acompanhamento vêm se acentuando após o credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz (2017) e o cadastramento dos cursos no sistema e-MEC. Para as perspectivas de ofertas de cursos de especialização, aponta-se a manutenção das ofertas regulares já consolidadas, agregando-se alguns direcionamentos para melhoria, com destaque para o avanço nas estratégias pedagógicas e no investimento sistemático na formação docente, além do fortalecimento das capacidades das equipes na ágil adaptação das atividades educacionais às alterações contextuais que se acentuaram no último período.

O Capítulo apresenta, em seguida, o campo dos *programas de residências em saúde*. Depois de caracterizar e dimensionar as ofertas, que cresceram muito significativamente no período 2016-2020, as principais conclusões sobre a pesquisa dos egressos de residências oferecem elementos para o processo avaliativo e aperfeiçoamento das ofertas. Pontua-se que as perspectivas para as ofertas do próximo período são relacionadas às demandas das secretarias de saúde.

Os *cursos de qualificação* são descritos no momento seguinte, evidenciando rico e diversificado campo de ofertas educacionais de curta duração, presenciais e a distância. Estreitamente relacionados às demandas do SUS, esses cursos representam importante contribuição da Fiocruz, com destaque para a capacidade institucional de respostas rápidas em momentos de epidemias, e de capacitações em grande escala, com atuação em rede e em atendimento ao Ministério da Saúde, para a qualificação de força de trabalho em programas do SUS.

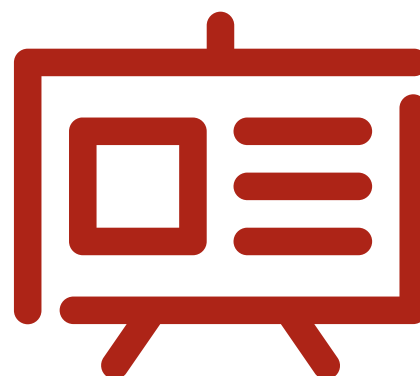
O capítulo é concluído com a descrição das iniciativas relativas à *educação profissional técnica de nível médio*, importante contribuição da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e do Instituto Oswaldo Cruz, e sobre a *educação de jovens e adultos*, realizada pela Escola Politécnica.

O conjunto de informações e análises apresentadas no capítulo indicam que o desenvolvimento da educação vem ocorrendo de forma orgânica com as demais políticas e ações da instituição. Em outras palavras, os resultados das avaliações (interna e externa) sinalizam que a Fiocruz mantém o compromisso histórico-institucional de contribuir para a transformação da realidade social brasileira, expandindo suas iniciativas educacionais para ampliar o acesso à formação dos atuais e futuros profissionais do campo da saúde e de áreas correlatas; associando ciência, tecnologia, inovação e cultura à educação como partes imbricadas no desenvolvimento do ser humano na vida em sociedade.

O **Capítulo 5 – Infraestrutura** apresenta informações sobre a infraestrutura física, dando destaque ao Campus de Manguinhos onde se localizam os órgãos de direção e gestão e nove unidades técnico-científicas, concentrando cerca de 60% da força de trabalho da Fiocruz. Neste aspecto são relacionadas também as ações definidas para melhorias da infraestrutura, que consideram os requisitos de acessibilidade no planejamento e execução das obras. Apresentam-se, também os planos de expansão de infraestrutura nos campi da instituição. Em seguida, desenvolvem-se itens para a devida apresentação das secretarias acadêmicas e da rede de bibliotecas e outros acervos. A descrição sobre a situação atual e as perspectivas de investimento nas tecnologias de comunicação e informação conclui o capítulo.

O **Capítulo 6 – Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional** encerra o PDIE. Retomando os elementos construídos nos capítulos anteriores, especialmente o capítulo 4, a avaliação de resultados sobre os cursos de especialização e os programas de pós-graduação *stricto sensu* é apresentada, de um modo global. As ofertas educacionais *lato sensu* e *stricto sensu* mostram-se aderentes à missão institucional, buscando redução das desigualdades sociais, contribuindo para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, e para a inovação no conhecimento científico e na gestão pública. O capítulo também busca construir elementos básicos para o acompanhamento do desenvolvimento institucional da educação, indicando iniciativas para configurar um sistema de monitoramento e avaliação institucional deste PDIE na Fiocruz.

Com esta configuração resumidamente apresentada nas páginas anteriores, o PDIE 2021-2025 deve ser visto como um documento dinâmico, como produto de debates e pactuações coletivos e também como propulsor para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e de planejamento e gestão educacional, estando aberto ao aperfeiçoamento contínuo nos processos de discussão democrática que caracterizam a Fiocruz.





Capítulo 1 – Perfil institucional

1.1 – Caracterização institucional

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é instituição pública e estratégica do Estado Brasileiro, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede principal na cidade do Rio de Janeiro, que em 2020 completou 120 anos. Tem por finalidade desenvolver atividades no campo da saúde, do ambiente, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Sua origem remonta ao ano 1900, quando da criação do Instituto Soroterápico Federal renomeado posteriormente para Instituto Oswaldo Cruz. Desenvolveu-se ao longo do século XX em diferenciadas configurações institucionais. Sua caracterização como fundação se deu em 1970,⁷ com o nome de Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ganhou o seu nome atual, Fundação Oswaldo Cruz, em 1974⁸. O Estatuto vigente foi aprovado em dezembro de 2016.⁹

A Fiocruz é composta por diversas unidades técnico-científicas e escritórios, no estado do Rio de Janeiro e em 10 outras Unidades da Federação de todas as regiões do país, além de um escritório em Moçambique, na África.

A atuação no ensino é inerente à sua definição institucional, e o início dessas ações remonta aos primeiros anos do século XX pelas iniciativas do Instituto Oswaldo Cruz, que veio a compor a Fiocruz quando de sua criação.

A Fiocruz possui autonomia administrativa, patrimônio próprio e recursos do orçamento da União para manutenção das suas atividades, cumprindo as finalidades para as quais foi criada. E também possui autonomia didático-pedagógica para formular e implementar seus programas educacionais, definir conteúdos, metodologias de ensino-aprendizagem e formatos didático-pedagógicos, buscando o alinhamento com as diretrizes estratégicas de Estado para o campo da saúde, do meio ambiente e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Desde 2003, todas as unidades da Fiocruz possuem, em suas atribuições previstas no Estatuto, o desenvolvimento do ensino e formação de recursos humanos em suas áreas de competências para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia do País.

O resumo histórico apresentado a seguir completa a caracterização da Fiocruz como instituição qualificada para a atuação na Educação, desde o nível básico e técnico, aos cursos de pós-graduação stricto sensu.

1.2 – Breve histórico da Fiocruz

A Fundação Oswaldo Cruz é instituição centenária, originada do Instituto Soroterápico Federal, criado em 1900 para fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica e que, em 1918, foi rebatizado como Instituto Oswaldo Cruz, em homenagem ao seu fundador recém-falecido. Desde seus primeiros anos articulou a produção de medicamentos e insumos para a saúde, com a pesquisa e o ensino. A sua trajetória se confunde com

7. Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970.

8. Conforme art. 18 do Decreto nº 74.891, de 13 de novembro de 1974, que dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Saúde e dá outras providências.

9. Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016, que revogou o estatuto anterior, de 2003 (Decreto nº 4.725, de 9 de junho de 2003).

o próprio desenvolvimento da saúde pública no País. Já em 1920, foi peça-chave para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, que em 1930 foi incorporado ao recém-criado Ministério da Educação e da Saúde Pública.

Ao longo do século XX viveu momentos de avanços e de estagnação, em decorrência das muitas transformações políticas ocorridas no país. Em 1970, foi transformada em Fundação, por meio de Decreto que incluiu na instituição diversos centros então existentes no Rio de Janeiro. Ainda nesse período, foram incorporados tradicionais centros de pesquisa em saúde pública de outros estados (Bahia, Pernambuco e Minas Gerais). Na década de 1970 também foram criadas as duas unidades fabris, Bio-Manguinhos e Farmanguinhos.

A partir de 1985, com a redemocratização do País, a Fiocruz cresceu e ganhou suas principais características atuais. No período em que foi presidida pelo sanitarista Sergio Arouca (1985-1988), passou por modernização e estruturação das unidades e teve definições importantes de diretrizes para o seu projeto institucional. Além da ampliação e fortalecimento da estrutura física, introduziram-se novas formas de gestão e foi democratizado o processo decisório, adotando-se mecanismos para integrar a diversidade de culturas institucionais provenientes dos diversos centros e institutos que se juntaram na Fundação. O Congresso Interno da Fiocruz, criado em 1988, representou importante inovação visando à implantação da gestão democrática participativa, vindo a se tornar a instância máxima de deliberação e discussão interna. Nesse período também foram criadas novas importantes unidades (Casa de Oswaldo Cruz e Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio).

No final da década de 1980, a participação da Fiocruz na construção do projeto de Reforma Sanitária Brasileira foi muito destacada, apontou para novas estratégias de superação da crise da Previdência e de reorganização do setor saúde, através da criação de um Sistema Único de Saúde (SUS), adotando os princípios da igualdade, hierarquização do sistema e acesso universal, que deveriam ser assegurados a partir de uma base abrangente de financiamento.

As ampliações e transformações internas realizadas na Fiocruz nessa época foram, portanto, concomitantes à maior inserção da instituição nos debates nacionais sobre a política de saúde, com forte atuação na 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), cujas propostas foram fundamentais para a construção do capítulo sobre saúde na nova Constituição Federal aprovada em 1988. Logo depois, a Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Sistema Único de Saúde, representou um grande avanço no campo do direito à saúde e a seguridade social. A Fiocruz teve um papel muito destacado nessa construção, o que veio a se firmar como a marca principal de sua atuação nas décadas seguintes.

Na atualidade, como entidade de ciência e tecnologia do Ministério da Saúde e parte integrante do SUS, a Fiocruz tem uma atuação diversificada – que inclui geração de conhecimento nas áreas clínicas, epidemiológicas, biológicas e biomédicas, humanas e sociais; formação de recursos humanos do nível técnico ao pós-doutorado; história da ciência e da saúde; comunicação e saúde e divulgação científica; atenção e promoção à saúde; prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais e de vigilância em saúde, incluindo vigilância sanitária e serviços de referência; controle de qualidade em saúde; e fabricação de medicamentos, vacinas e outros insumos estratégicos em saúde, além de produção de conhecimento para subsidiar as políticas públicas, cooperação nacional e internacional em saúde.

Mediante crescente engajamento com as políticas públicas de saúde na busca da superação dos agravos agudos e crônicos que afligem a saúde da população brasileira, a Fiocruz se firmou como uma instituição reconhecida na área da pesquisa, que associada ao ensino compõe uma matriz que reflete a vitalidade dos seus grupos de pesquisa e que acompanha e procura contribuir com a formação de técnicos e pesquisadores para exercerem suas funções no SUS e no sistema de CT&I.

Uma retrospectiva dos eventos marcantes na história da Fiocruz pode ser vista na [linha do tempo](#) do Portal Fiocruz, por meio da qual é possível, além de acompanhar momentos célebres da pesquisa no Brasil, conhecer a origem de cada uma das unidades que compõem a instituição na atualidade. O Quadro 1.1 traz a relação dessas unidades e escritórios técnicos, distribuídas geograficamente e por ordem cronológica de sua criação.

Quadro 1.1 – Unidades e Escritórios da Fiocruz em 2020

Unidades Situadas no Rio de Janeiro	
Ano de Criação	Unidade
1900	IOC – Instituto Oswaldo Cruz
1912	INI – Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
1924	IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
1954	ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
1976	BIO – Bio-Manguinhos – Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
1976	FAR – Farmanguinhos – Instituto de Tecnologia em Fármacos
1981	INCQS – Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
1985	EPSJV – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
1985	ICICT – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
1986	COC – Casa de Oswaldo Cruz
2015	ICTB – Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ex-CECAL – 1988)
Unidades em outras Unidades da Federação	
Ano de Criação	Unidade
1950	IAM – Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco, em Recife)
1950	IGM – Instituto Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia, em Salvador)
1955	IRR – Instituto René Rachou (Fiocruz Minas, em Belo Horizonte)
1976	GEREB – Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília)
1994	ILMD – Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia, em Manaus)
2009	ICC – Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná, em Curitiba)
Unidades em desenvolvimento (Escritórios Técnicos) em outras Unidades da Federação	
Ano de Criação	Unidade
2009	Fiocruz Ceará, no município de Euzébio (CE) (sede inaugurada 2018)
2009	Fiocruz Rondônia, em Porto Velho
2011	Fiocruz Mato Grosso do Sul, em Campo Grande
2014	Fiocruz Piauí, em Teresina
Escritório em Moçambique	
2008	Centro de Estudos Brasil-Moçambique (na Embaixada do Brasil), em Maputo

1.3 – Definições estratégicas gerais

Os compromissos com o projeto da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS foram reafirmados na declaração da missão institucional da Fiocruz aprovada no seu VI Congresso Interno, em maio de 2012. Os delegados dos congressos internos seguintes, em 2014 e 2017, referendaram a sua redação.

Missão da Fiocruz

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Tal declaração caracteriza sua identidade, sendo uma expressão sintética do que estabelecia seu Estatuto aprovado em 2003, reafirmado no Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016.

O Estatuto afirma, em seu Art. 1º, a finalidade da instituição de desenvolver atividades nos campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. Para isso, sinaliza as seguintes atribuições, das quais muitas acentuam seu papel na pesquisa, na educação e na informação para a Saúde, Ciência e Tecnologia:

- I. participar da formulação e da execução da Política Nacional de Saúde, e na área relacionada à saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação;
- II. promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas para a consecução das finalidades a que se refere o caput e propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia para a saúde;
- III. formar e capacitar recursos humanos para as áreas de saúde, ciência e tecnologia;
- IV. desenvolver tecnologias de produção, produtos e processos e outras tecnologias de interesse para a saúde;
- V. desenvolver atividades de referência para a vigilância e o controle da qualidade em saúde;
- VI. fabricar produtos biológicos, diagnósticos, profiláticos, prognósticos, medicamentos, fármacos e outros produtos de interesse para a saúde;
- VII. desenvolver atividades assistenciais de referência, em apoio ao Sistema Único de Saúde - SUS, ao desenvolvimento científico e tecnológico, e aos projetos de pesquisa;
- VIII. desenvolver atividades de produção, captação e armazenamento, análise e difusão da informação para as áreas de saúde, ciência e tecnologia;
- IX. desenvolver atividades de prestação de serviços e de cooperação técnica nos campos da saúde, da ciência e da tecnologia;
- X. preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico da Fiocruz e contribuir para a preservação da memória das áreas de saúde e de ciências biomédicas; e
- XI. promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica voltadas para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade.

O VII e VIII Congressos Internos também mantiveram, com atualizações, as proposições aprovadas no VI Congresso, reafirmando sua Visão e Valores, tal como reproduzido a seguir.

Visão

Ser instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde.

Valores

- Compromisso institucional com o caráter público e estatal;
- Ciência e inovação como base do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde;
- Ética e transparência;
- Cooperação e integração;
- Diversidade étnica, de gênero e sociocultural;
- Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores;
- Qualidade e excelência;
- Redução das iniquidades;
- Compromisso com as principais metas de transformação social do Estado brasileiro;
- Compromisso socioambiental;
- Democracia participativa;
- Democratização do conhecimento;
- Educação como processo emancipatório.

1.4 – O modelo de governança e a estrutura organizacional

O histórico da Fiocruz evidenciou que ela é resultante da agregação e criação de diversos institutos e centros voltados aos vários campos da pesquisa, assistência, produção, vigilância e educação em saúde, com diferenciadas origens e culturas. A partir da década de 1980, a instituição construiu e aprimorou seu modelo democrático de governança vigente, que é fortemente participativo, e garante, por um lado autonomia relativa na atuação de suas unidades, e, por outro lado, possui mecanismos de articulação e coordenação necessários ao cumprimento da missão institucional.

A instituição tem caráter muito singular no âmbito da administração pública brasileira, pois as práticas participativas foram incorporadas aos processos de tomadas de decisões corporativas, caracterizadas por deliberações colegiadas em todos os níveis organizacionais.

Constituíram-se colegiados institucionais em vários níveis, descritos adiante, que formulam e deliberam sobre as políticas institucionais. Enquanto o Congresso Interno e o Conselho Deliberativo (CD) são responsáveis pela formulação e implantação da estratégia institucional, o Conselho Superior, de caráter consultivo, tem por atribuição inserir na Fiocruz, o olhar da sociedade e, dessa forma, junto com o Conselho Deliberativo, assessorar a Presidência na condução da instituição.

Para assessorar o Conselho Deliberativo, que é constituído por representantes de todas as unidades e áreas, foram criadas Câmaras Técnicas, organizadas de acordo com os processos finalísticos (educação, pesquisa, informação e comunicação, entre outras), com representação de todas as unidades que compõem a Fiocruz nos campos temáticos em questão. Elas têm a atribuição de produzir informação técnica de elevada qualidade e construir debates e proposições que alimentarão as tomadas de decisão pelos fóruns dirigentes.

Completam o modelo de governança, as instâncias de integridade, na Fiocruz, representados pela Procuradoria Federal, Auditoria Interna, Ouvidoria e a Corregedoria, entre outras. A coordenação das ações dos processos de sustentação é feita no âmbito da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, por meio da Diretoria Executiva, composta pelos coordenadores-gerais de Administração, de Gestão de Pessoas, da Gestão de Infraestrutura dos *Campi*, Gestão de Tecnologia da Informação e de Planejamento Estratégico.

Esse modelo democrático e participativo é consagrado no Estatuto e no Regimento Interno da instituição. Tal carácter é dado pelos dispositivos de gestão colegiada já assinalados e pelos mecanismos de consulta à comunidade de trabalhadores da organização para a escolha dos dirigentes, com destaque para o presidente da instituição e para os diretores das unidades técnico-científicas. O presidente da Fiocruz é nomeado para mandato de quatro anos, pela Presidência da República, sendo seu nome encaminhado pelo Ministro da Saúde, a partir de lista tríplice dos candidatos mais votados pela comunidade interna.

A consulta para a escolha dos dirigentes pelo conjunto de servidores, assim como os órgãos de gestão colegiada, são instrumentos institucionais que permitem assegurar uma responsabilidade coletiva com vistas à realização das finalidades expressas através dos instrumentos legais que disciplinam a missão institucional da Fiocruz e de suas unidades, bem como garantir mecanismos de compartilhamento de decisões e de prestação de contas junto à comunidade interna, aos governos e à sociedade.

Os dispositivos institucionais de gestão colegiada desempenham um papel fundamental na estrutura de governança da Fiocruz. Dentro da lógica da gestão colegiada, observa-se que os dispositivos de delegação são reforçados por dispositivos de gestão orçamentária. Por exemplo, a programação física e orçamentária anual das atividades, que prevê a distribuição de recursos entre as diversas unidades, é elaborada pelas Coordenações de Planejamento e de Administração, sob condução da Presidência, mas deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo, órgão colegiado em que participam os dirigentes das diversas unidades.

Tal sistema de governança possibilita a existência de altos graus de autonomia das unidades técnico-científicas, em que a unidade de ação é garantida pelas definições orientadoras estabelecidas periodicamente pelo Congresso Interno e pelos diversos fóruns e organismos de interlocução e pactuação interna.

O Estatuto vigente apresenta a estrutura organizacional da Fiocruz que havia sido debatida e pactuada em plenária do VII Congresso Interno (novembro de 2015).

É necessário destacar que estruturas complexas de Ciência e Tecnologia, como é o caso da Fiocruz, que enfatizam inovação de processos, produtos e serviços, precisam de maior flexibilidade em sua organização funcional. Em razão disso, em geral são necessárias extensões em seu arranjo institucional, duráveis no tempo ou não, que visam favorecer maior coordenação de ações conjuntas, envolvendo um ou mais órgãos (seccionais e/ou específicos singulares) presentes na estrutura descrita em seus Estatuto.¹⁰ Destaca-se, neste aspecto, a criação, em 2017, de quatro coordenações transversais vinculadas diretamente à Presidência: Coordenação de Ações de Prospecção, Coordenação de Estratégias de Integração Regional e Nacional, Coordenação de Implantação dos Institutos Nacionais e Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência.

Apresenta-se, a seguir, a estrutura organizacional atual, de acordo com o Estatuto vigente, acompanhado de descrição resumida de seus componentes.

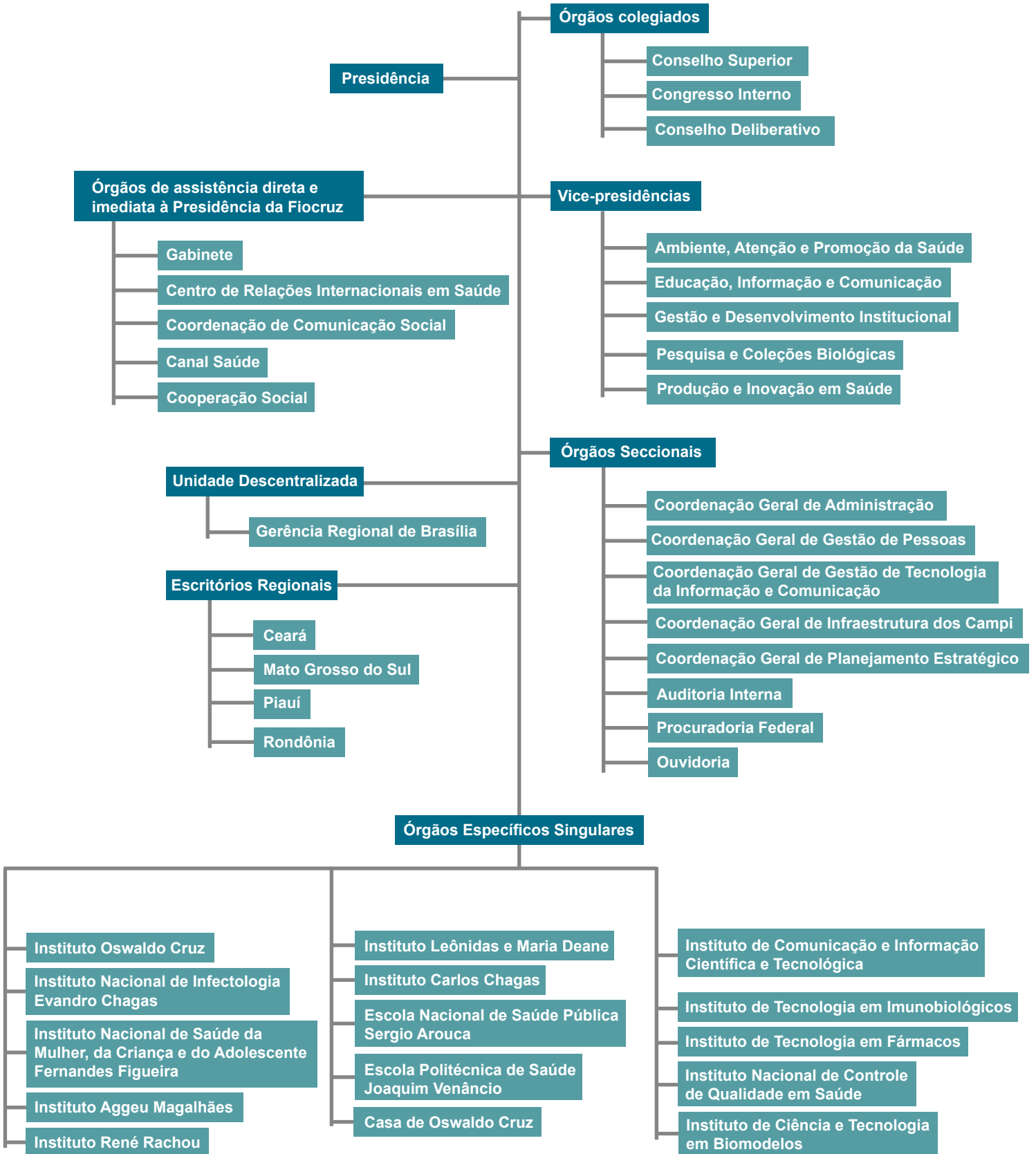
Presidência

Cabe ao Presidente dirigir a Fiocruz, coordenando a formulação e a implementação das políticas institucionais, em consonância com as diretrizes do Conselho Superior, do Congresso Interno e do Conselho Deliberativo. É o representante máximo da instituição, que convoca e preside o Conselho Deliberativo, assim como aprova normas regulamentares e pratica todos os atos pertinentes à administração orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de material e serviços gerais, na forma da legislação em vigor e ouvidos, no que couber, o Conselho Deliberativo e o Conselho Superior.

As Vice-Presidências são órgãos de assessoria ao Presidente, cujos gestores são indicados por ele ao Ministro da Saúde, após homologação do Conselho Deliberativo.

Os campos temáticos e responsabilidades das Vice-Presidências podem ser alterados a cada gestão, sendo que no período 2017-2020 esteve em vigência a seguinte configuração: Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção à Saúde (VPAAPS), Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI), Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB) e Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS). As vice-presidências estão descritas adiantes.

Organograma



Órgãos colegiados

Conselho Superior

O Conselho Superior da Fiocruz tem por missão exercer o controle social em nome da sociedade civil. É responsável, entre outras atividades, por acompanhar a execução de planos estratégicos, e recomendar providências que julgar conveniente para a adequação das atividades técnicas e científicas da Fiocruz à consecução dos seus objetivos.

Os critérios para composição do Conselho Superior são definidos no art. 8º do Regimento da Fiocruz: é integrado necessariamente por membros que não pertençam ao quadro de servidores da Instituição, com exceção do(a) presidente da Fiocruz, que o preside. Os representantes da sociedade civil são indicados pelo Conselho Nacional de Saúde e nomeados pelo Ministro da Saúde, entre representantes do poder público, personalidades de reconhecida competência técnico-científica, representantes do SUS, da área de Ciência e Tecnologia e de outros setores, tais como Educação, Ambiente, Previdência, Agricultura e Trabalho.

Congresso Interno

O Congresso Interno é o órgão máximo de representação da comunidade da Fundação Oswaldo Cruz e é realizado de quatro em quatro anos, desde 1988. O VIII Congresso Interno foi realizado em dezembro de 2017, com seu relatório final publicado em junho de 2018.

Cabe ao Congresso deliberar sobre assuntos estratégicos relacionados ao macroprojeto institucional, sobre o regimento interno e propostas de alteração do estatuto, bem como sobre matérias de importância estratégica para os rumos da instituição.

O evento é presidido pelo presidente da Fiocruz e composto por delegados natos e delegados eleitos pelas unidades, em número proporcional aos de seus servidores. Conforme definido no Regimento Interno da Fiocruz, o Congresso Interno é convocado, ordinariamente, pelo presidente da Fiocruz no seu primeiro ano de mandato ou, extraordinariamente, por iniciativa do presidente; por iniciativa de dois terços dos membros do Conselho Deliberativo da Fiocruz; por cinquenta por cento mais um dos delegados; ou por um terço dos servidores estatutários da Fiocruz. Os critérios para a composição do Congresso Interno, incluindo a representação proporcional por unidade ou grupo funcional, são definidos pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz.

Conselho Deliberativo

É o órgão superior de formulação e condução da política de desenvolvimento institucional que delibera sobre a programação de atividades e a proposta orçamentária anual; acompanha e avalia o desempenho das unidades; recomenda a implementação de melhorias; decide sobre a política de pessoal, criação e extinção de unidades, bem como sobre a destituição dos seus diretores; e designa a comissão eleitoral para escolha do presidente da instituição.

O Conselho Deliberativo é composto pelo Presidente da Fiocruz, Vice-Presidentes, Chefe de Gabinete, por um representante do sindicato de servidores, pelos coordenadores gerais das áreas administrativas (infraestrutura dos campi, planejamento estratégico, administração, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação e comunicação), por dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares (unidades e escritórios) e pelo dirigente da unidade descentralizada Gerência Regional de Brasília.

O Conselho Deliberativo é presidido pelo Presidente da Fiocruz, sendo suas deliberações adotadas pela maioria simples dos votos dos seguintes membros: Presidente da Fiocruz, um representante do sindicato de servidores e os dirigentes máximos dos órgãos específicos singulares (unidades técnico-científicas) e da unidade descentralizada (Gereb). A Presidência organiza a sua pauta de decisões para reuniões que acontecem ordinariamente ou extraordinariamente, em consonância com as demandas institucionais e com o plano estratégico definido no Congresso Interno.

Coletivo de Gestores

Coordenado pela Presidência, por meio da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI), é composto pela camada estratégica da gestão da Fiocruz. Os membros são indicados pelos gestores máximos de cada unidade da Fiocruz, que são membros natos.

Trata-se de uma instância consultiva que visa trabalhar a cultura da gestão a partir da interação entre gestores, gerar análises estratégicas conjunturais (socioeconômicas, políticas, legais, ambientais, científico-tecnológicas) e estruturais, e propor ajustes estratégicos tais como melhorias nos planos estratégicos da instituição; análise e sugestão de alinhamentos entre a gestão estratégica das unidades e a gestão do macro-projeto institucional; e avaliação e proposição de melhorias na implementação dos planos estratégicos.

Câmaras Técnicas

Criadas em 1994, as Câmaras técnicas foram definidas como instâncias integradoras e mecanismo para um eficiente processo de articulação institucional. Possuem um regimento interno,¹¹ no qual sua finalidade está definida como “prestar assessoria técnica e científica à Presidência e ao Conselho Deliberativo da Fiocruz nas suas áreas de competência, visando à formulação e avaliação de políticas institucionais, e a promoção da articulação horizontal entre os diversos programas institucionais”.

Constituem espaços privilegiados de debate ampliado de questões estratégicas para a instituição referentes às áreas de atuação da Fundação (pesquisa, produção de insumos em saúde, laboratório de referência, educação, gestão, atenção de referência, dentre outras). São compostas por representantes das unidades e vice-presidências que atuam nestas diferentes áreas, cabendo aos Vice-Presidentes a coordenação daquelas vinculadas à sua área. Suas formulações, quando aprovadas por maioria, são apresentadas como proposições ao Conselho Deliberativo.

Vice-presidências

De acordo com o Estatuto da Fiocruz, aos Vice-Presidentes incumbe representar o Presidente, ou por designação deste, substituí-lo; assessorar o Presidente na administração da Fiocruz, e, coordenar, implementar e avaliar programas horizontais de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino, serviços, produção, informação em saúde e desenvolvimento institucional. Também lhes cabe monitorar a execução das metas institucionais e os programas horizontais.

Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)

Coordena e promove a integração e sinergia das ações institucionais nas áreas de ambiente, atenção e promoção da saúde, considerando as articulações entre ciência, tecnologia, inovação, saúde e desenvolvimento econômico e social, visando atender às necessidades do Sistema Único de Saúde, tendo em vista os determinantes sociais da saúde.

Em cooperação com parceiros institucionais e de movimentos sociais fomenta políticas promotoras de desenvolvimento sustentável, de ampliação do acesso e de qualidade da atenção à saúde.

11. [Estabelecido pela Portaria Fiocruz n. 275/2010.](#)

Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

Coordena e integra projetos dirigidos à modernização das práticas pedagógicas e da gestão do conhecimento, além de promover e apoiar as iniciativas de caráter inovador nas áreas de educação, de informação científica e de comunicação em saúde. A atuação da Fiocruz na educação abrange a formação de nível técnico e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, além de cursos de Educação de Jovens e Adultos e de formação continuada de curta duração. Incentivar e promover a cooperação e articulação entre as iniciativas das várias unidades, fortalecendo assim a política educacional integrada, é o motor de sua atuação, principalmente por meio da Câmara Técnica de Educação.

Cabe à VPEIC também incentivar e coordenar as políticas de informação e comunicação, contando também com a articulação entre as unidades por meio da Câmara Técnica de Informação e Comunicação. Nesses campos, a atuação da Fiocruz é bastante diversificada, compreendendo produção acadêmica e científica disponibilizada nos formatos impresso e eletrônico por meio de revistas científicas, revistas de comunicação em saúde, portais e observatórios diversos; a produção de material audiovisual (pelo Vídeo Saúde Distribuído e por várias unidades); um canal de televisão (o Canal Saúde, abordado adiante); sistemas de informação acadêmica; rede de bibliotecas; editora, museu, notícias e eventos. Ressalte-se ainda a coordenação e/ou apoio às numerosas iniciativas no âmbito da divulgação científica e da memória institucional.

Vice-presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB)

Responsável pela proposição de diretrizes da pesquisa institucional, contribui com investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a geração de conhecimento e para a formação e qualificação de recursos humanos, por meio de editais internos para projetos e bolsas de pesquisa.

A VPPCB também coordena a gestão das coleções biológicas da Fiocruz, que são fontes de exemplares de micro-organismos, invertebrados, plantas e amostras histopatológicas relacionadas a pesquisas em saúde pública, além de oferecerem produtos e serviços qualificados para aplicações em CT&I. As coleções biológicas são partes essenciais da infraestrutura de pesquisa e fundamentais para áreas como conservação, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

Vice-presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS)

Tem a missão de promover e integrar as atividades de produção e inovação na Fiocruz, a fim de atender e subsidiar políticas públicas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS), que garante a articulação do sistema produtivo da saúde.

As atividades da VPPIS refletem a prioridade atribuída pela Fiocruz ao atendimento da demanda nacional por uma base tecnológica e industrial compatível com as propostas de desenvolvimento econômico, com o ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a política de assistência farmacêutica do Ministério da Saúde.

Sua atuação articula aspectos produtivos e socio sanitários da saúde, contribuindo para a sustentabilidade do SUS, para assegurar o acesso da população aos medicamentos e influenciar fortemente a regulação de preços no mercado de insumos de saúde.

Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI)

Responsável por articular o sistema democrático e participativo de governança da organização ao modelo de gestão estratégica, por meio do fomento e da formulação de políticas, programas e projetos, bem como estabelecendo mecanismos de viabilização que promovam o fortalecimento institucional. Dentre suas atividades, a VPGDI dedica-se à criação, ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de instrumentos incrementais e inovadores de governança e gestão, na busca contínua do desempenho gerencial com crescimento e sustentabilidade organizacional.

Cabe à VPGDI coordenar e integrar os diversos campos da gestão, promovendo o adequado alinhamento entre as diversas áreas que a compõem, que constituem assim a Diretoria Executiva: Coordenação-Geral de Administração (Cogead), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan), Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic), Coordenação da Qualidade da Fiocruz (Cquali), Auditoria Interna (Audin) e Procuradoria Federal (PF).

A VPGDI é responsável também pela interlocução executiva da Presidência da Fiocruz com as entidades de colaboração da gestão, a saber: a na área de serviços de saúde com a Caixa de Assistência Instituto Oswaldo Cruz ([Fiosaúde](#)) e com a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde ([Fiotec](#)), destinada a apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fiocruz.

Órgãos de assistência direta e imediata à Presidência da Fiocruz

Gabinete

Dá assistência à Presidência em sua representação política e social e na articulação com as demais áreas da Fiocruz, além de outras atividades designadas pelo Presidente da Fiocruz.

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

Órgão criado em 2009 para coordenar e apoiar as atividades internacionais da Fundação, trabalha para afirmar e desenvolver a Fiocruz como instituição pública estratégica do Estado brasileiro no cenário global da saúde. Cabe a ele a interação com organizações, países e instituições estrangeiras.

No âmbito interno, é responsável por coordenar e apoiar as diversas unidades da Fundação nos procedimentos voltados à cooperação em saúde e ciência e tecnologia no campo internacional.

Canal Saúde

Canal de televisão do Sistema Único de Saúde (SUS), criado e gerido pela Fiocruz, ligado à Presidência e articulado com a Vice-presidência de Educação Informação e Comunicação, constitui robusto projeto de comunicação pública da instituição. Mantém 17 horas diárias de programação, em âmbito nacional, com os objetivos de divulgar o conceito ampliado de saúde, democratizar o acesso ao debate público sobre saúde e fortalecer o controle social na saúde.

Órgãos Seccionais

Procuradoria Federal

É órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, com função de representar judicial e extrajudicialmente a Fiocruz, assessorando juridicamente a instituição. Atua no exame prévio da legalidade dos atos administrativos e orientação ao gestor público, no exercício de suas atividades, observando, sempre, os princípios constitucionais da Administração Pública.

Auditoria Interna

A Fiocruz possui uma unidade de Auditoria Interna em cumprimento ao que dispõe o Decreto 3.591/2000. De acordo com o Estatuto vigente da Fiocruz, a Auditoria Interna – Audin é um órgão seccional pertencente à estrutura organizacional da Instituição e está subordinada diretamente à Presidência da Fiocruz.

Cabe a ela acompanhar e fiscalizar a gestão das políticas públicas sob responsabilidade da Fiocruz, verificando a legalidade e os resultados da atuação administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, atuando para minimizar ou erradicar falhas e impropriedades na gestão, assim como acompanhando e apoiando os órgãos de controle externo em sua missão institucional.

Coordenação Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan)

Fornece apoio à Presidência, ao Conselho Deliberativo e às unidades da Fiocruz no processo de gestão estratégica da organização, oferecendo subsídios e ferramentas para a formulação estratégica, alinhamento organizacional e avaliação do desempenho institucional. A Cogeplan mantém relacionamento permanente com os núcleos de planejamento das diversas unidades da Fiocruz, formando o Sistema de Planejamento Integrado da Fiocruz, que se reúne periodicamente no Fórum de Planejamento. Suas atividades incluem a análise e a avaliação de documentos e propostas de natureza estratégica da Fiocruz e das esferas federais de gestão, a elaboração e a aprovação de convênios e o cadastro de projetos no Fundo Nacional de Saúde.

Coordenação Geral de Administração (Cogead)

Unidade normatizadora da gestão central, suas atividades concentram-se no planejamento, coordenação, supervisão e execução das operações comerciais, da gestão econômico-financeira e de informações gerenciais. Administra os recursos financeiros, exercendo o papel de “setorial contábil”. Acompanha a execução orçamentária dos recursos alocados nas diversas unidades da Fiocruz e gere os processos de aquisição de bens e serviços.

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe)

Suas atividades contribuem para ampliar a eficácia e a efetividade do trabalho realizado na Fiocruz e para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mediante a formulação e implementação de políticas, estratégias e instrumentos de gestão do trabalho. Integra ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador. Cada unidade da Fiocruz possui um serviço de Gestão do Trabalho, com os quais a Cogepe interage permanentemente, orientando suas atividades de organização da gestão de pessoas e acompanhamento da vida funcional dos trabalhadores.

Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic)

Responsável pelo gerenciamento do espaço físico da Fiocruz, atuando em Manguinhos/Rio de Janeiro - RJ e em diversas atividades de infraestrutura nos demais campi do Rio de Janeiro, bem como nos campi de outras localidades como Brasília, Ceará e Mato Grosso do Sul. Nas unidades técnico-científicas e escritórios localizados no Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Fiocruz África presta assessoria técnica para desenvolvimento de projetos e ações ligados à sua missão que é prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Coordenação Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic)

É responsável por coordenar as atividades inerentes à governança e gestão da tecnologia de informação, construindo arcabouço de conhecimentos, técnicas e padrões que propiciem a segurança de informações e comunicações na Fiocruz.

Subunidades da Presidência

Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS)

Criado em 2002, é o interlocutor que estimula a conexão entre a geração de conhecimento básico, o desenvolvimento tecnológico e a produção voltada às necessidades da população. Tem a missão de desenvolver novas ferramentas, produtos ou serviços para uso em saúde pública, a partir do conhecimento científico e tecnológico gerado em universidades e centros de pesquisa.

Para preencher lacuna existente entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada, por meio da chamada pesquisa translacional, o CDTS contribui para a inovação em saúde, com a geração de produtos, serviços e políticas para melhorar as intervenções sanitárias e biomédicas (vacinas, fármacos, biofármacos, métodos e reativos para diagnóstico).

Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE-Fiocruz)

É um espaço de interação entre reflexão acadêmica e ação política, com a missão de incentivar a construção de políticas de saúde justas e sustentáveis a partir de pesquisas, análises e debates com diferentes setores da sociedade. Centra esforços na articulação de saberes e conhecimentos produzidos na Fiocruz e em outros importantes centros e redes acadêmicas nacionais e internacionais, orientando a tomada de decisões, por parte de gestores e governantes e pela população.

Coordenação de Comunicação Social (CCS)

É responsável por definir as diretrizes, organizar e orientar o trabalho de comunicação da instituição. Atua em três eixos: assessoria de imprensa e produção jornalística; comunicação interna; e comunicação institucional, voltada para a imagem pública da Fundação.

Os núcleos de comunicação das diferentes unidades da Fiocruz atuam de maneira integrada à CCS, que, além de orientá-los, garante sua articulação e acompanha a implantação e execução das estratégias da área.

Coordenação de Cooperação Social

Assessoria da Presidência da Fiocruz que assume o compromisso de interagir com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e o poder público para desenvolvimento de estratégias e programas que contribuam no enfrentamento e redução das desigualdades e iniquidades sociais em saúde. Realiza ações em escala local, regional e nacional, com objetivo de incidir no campo das políticas públicas visando à promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. Para isso, atua em rede com as unidades da Fiocruz e com instituições diversas.

Coordenação de Gestão Tecnológica (Gestec)

A Gestec é um órgão vinculado à Vice-presidência de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) que assessora a presidência da Fiocruz nos assuntos relativos à proteção do patrimônio científico e tecnológico da instituição, bem como à comercialização de seus resultados. Além disso, oferece suporte às áreas de propriedade intelectual e transferência de tecnologia da Fundação, coordenando o Sistema de Gestão Tecnológica e Inovação da Fiocruz - Sistema GESTEC-NIT.

Sua missão é contribuir para aprimorar a política de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na Instituição, utilizar estrategicamente os mecanismos do Sistema Internacional de Propriedade Intelectual e de transferência de tecnologia, com vistas à efetiva incorporação pela sociedade dos resultados de sua pesquisa.

Editora Fiocruz

Vinculada à Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação, a Editora Fiocruz produz e difunde literatura em Saúde, Ambiente, Ciência e Tecnologia e Inovação, participando da construção de políticas editoriais de comunicação e informação em saúde nos âmbitos da Fiocruz e do SUS, junto a entidades, organismos e instituições nacionais e internacionais.

Coordenação da Qualidade (CQuali)

A CQuali, vinculada à Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI), exerce a secretaria executiva do Comitê Gestor do Programa de Gestão da Qualidade, trabalhando em interlocução com as unidades da Fiocruz no aprimoramento das práticas e processos institucionais, segundo normas nacionais e internacionais de gestão da qualidade, com o propósito de garantir a segurança e a eficácia dos produtos e serviços ofertados à população, a transparência e a resolutividade da gestão pública.

Ouvidoria

É um canal de comunicação com a sociedade e um instrumento de gestão participativa, que atua de forma isenta e ética na análise e encaminhamento das manifestações da sociedade, relativas às atividades da Fiocruz, visando ao aprimoramento institucional, bem como contribuir para a ampliação da gestão participativa e do controle social.

Escritório da Fiocruz África

Localizado em Maputo, tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde, desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos, incluindo o Programa de Cooperação Interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique. Os programas de cooperação preveem o intercâmbio profissional, com deslocamento periódico de alunos e profissionais à Fiocruz, no Brasil, por períodos variados, para complementação de treinamentos, capacitações e formações acadêmicas e aperfeiçoamento técnico-profissional; reformulação dos Institutos Nacionais de Saúde e apoio diferenciado para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e transferência de tecnologia para a área de produção.

Órgãos específicos singulares, escritórios e unidade descentralizada

De acordo com o Estatuto vigente, os órgãos específicos singulares são as 16 unidades técnico-científicas, 11 delas localizadas no estado do Rio de Janeiro e 5 localizadas em outras unidades da federação (Amazons, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco). Essas unidades são mais antigas, possuem autonomia e seus diretores são nomeados pelo Presidente da Instituição, com base em lista tríplice resultante de consulta eleitoral em cada unidade.

A Fiocruz possui também 4 escritórios, que são unidades em desenvolvimento, situados nos estados de Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia. Os diretores dessas unidades são escolhidos pela Presidência da Fiocruz, responsável também pelos seus orçamentos.

Ademais, a Gerência Regional de Brasília (Gereb), é classificada como Unidade Descentralizada, estando vinculada diretamente à Presidência.

Na sua atuação geral, para atender à sua missão institucional, a Fiocruz conta, portanto, com este total de 21 unidades, localizadas em 11 unidades da Federação. Apesar de terem missões e autonomias diferenciadas, atuam de modo integrado nas diversas ações e projetos de cunho horizontal.

Em razão disso, neste PDIE são apresentadas de acordo com sua distribuição territorial e não pela sua definição estatutária, constituindo apenas dois agrupamentos: Unidades localizadas no Rio de Janeiro e Unidades Regionais.

Unidades localizadas no Rio de Janeiro

Casa de Oswaldo Cruz (COC)

Unidade dedicada à pesquisa e educação voltadas à produção e disseminação do conhecimento em história, memória, preservação do patrimônio cultural e divulgação em ciências e saúde.

A Casa zela pela preservação dos prédios históricos da Fiocruz, patrimônio que vai de estruturas de estilo eclético do início do século 20 a exemplos do modernismo brasileiro. O acervo arquivístico, bibliográfico e museológico sob a sua guarda contém registros valiosos sobre os desenvolvimentos políticos, sociais e culturais da saúde brasileira que datam do final do século XIX.

Atualmente a COC oferece programas de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde; Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde; e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde. Publica a revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, indexada em bases de dados bibliográficas internacionalmente reconhecidas.

Com o objetivo de informar e educar em ciência, saúde e tecnologia, desde 1999, a Casa populariza a ciência por intermédio do Museu da Vida que, anualmente, recebe a visitação de cerca de 200 mil pessoas e participa de redes de cooperação na América Latina e com outros países.

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp)

Tem como missão gerar, absorver, compartilhar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde pública, por meio do ensino, pesquisa, cooperação técnico-especializada e prestação de serviços assistenciais, visando à melhoria das condições de saúde da população e à promoção da vida com qualidade. Desenvolve inúmeros processos educativos em diversos níveis (stricto sensu, qualificação profissional e residências – médica e multiprofissional) e modalidades (presencial e a distância). É voltada à formação e qualificação de profissionais para o SUS e para o sistema de ciência e tecnologia, à produção científica e tecnológica e à prestação de serviços de referência no campo da saúde pública.

Participa ativamente no debate e desenvolvimento das políticas públicas de saúde e promove cursos para formar profissionais críticos e comprometidos com a transformação do contexto social brasileiro. É a escola de saúde pública mais antiga do Brasil e uma das mais destacadas da América Latina, atuando como centro de referência e em redes de cooperação nacional e internacionais.

Sedia a Secretaria Técnica e Executiva da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública ([RedEscola](#)) e da Rede Latino-americana de Escolas de Saúde Pública (RESP-AL, Centro e Instituições Formadoras em Saúde Pública. Além de compartilhar a coordenação da Secretaria da Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública ([RENSP-CPLP](#)) com a Escola Nacional de Saúde Pública, da Universidade Nova de Lisboa (ENSP-NOVA).

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV

Realiza atividades de ensino, pesquisa, informação e comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica nas áreas de Educação Profissional em Saúde e em Ciência e Tecnologia e de Iniciação Científica no Ensino Médio. Atua na formação de jovens e adultos trabalhadores de nível fundamental e médio, que correspondem à maioria dos profissionais de Saúde no Brasil, e na formação de docentes para a Educação Profissional na pós-graduação.

Tem como principais objetivos: coordenar e implementar programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elaborar propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formular propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produzir e divulgar conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde.

A EPSJV é um Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a educação de técnicos em saúde e sedia a Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, que envolve 120 instituições de 20 países.

Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB)

Unidade que atua no desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e inovação, no âmbito da Ciência em Animais de Laboratório; no ensino, assessoria e colaboração técnico-científica em suas áreas de competência, para o fortalecimento dos sistemas de saúde, ciência e tecnologia do País. É responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas à criação, produção e fornecimento de animais de laboratório, prioritariamente para as atividades finalísticas da Fiocruz.

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)

O Icict tem atuado, desde a sua criação em 1986, na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, desenvolvimento de estratégias e execução de ações de informação e comunicação no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde. Com a ampla participação da Sociedade Civil, busca atender às demandas sociais das diversas instâncias do Sistema Único de Saúde. Sua organização e gestão levam em conta seu caráter público e estatal, seu compromisso social, a integralidade da Fiocruz e o modelo de gestão participativa, de forma transparente, eficiente e eficaz.

A unidade é precursora na integração de ensino e pesquisa nas interfaces entre comunicação, informação e saúde. Suas atividades alcançam um amplo espectro de profissionais situados em lugares estratégicos da sociedade, como meios de comunicação, universidades, secretarias e serviços de saúde. Seu Programa de Pós-Graduação foi o primeiro na área, e seus cursos em geral são voltados para a formação de especialistas e pesquisadores de excelência em comunicação e informação científica e tecnológica em saúde segundo abordagens da ciência da informação, teorias e técnicas de comunicação e meios de avaliação e monitoramento da situação de saúde da população brasileira.

Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos)

Referência mundial por atuar na regulação de preços no mercado de antirretrovirais, Farmanguinhos é o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde, produzindo medicamentos, inserido em um contexto oligopolista, para atender aos programas estratégicos do Governo Federal, que são distribuídos à população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de atender demandas emergenciais no Brasil e no exterior, no combate a doenças endêmicas, como malária e tuberculose, doenças crônicas não-transmissíveis, imunossupressores, antiparasitários, antivirais, para os programas de diabetes e hipertensão, antirretrovirais contra AIDS, além de outras doenças negligenciadas, dedica-se também ao fornecimento de medicamentos de alto valor agregado, incorporando tecnologias oriundas de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e consequentemente ampliando a produção nacional de fármacos e medicamentos, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS).

O Instituto também desenvolve atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de princípios ativos por meio da síntese química, da química de produtos naturais e de métodos analíticos, onde estabelece importantes parcerias público-privadas nacionais e internacionais nas suas áreas de conhecimento. Também vem atuando desde 2008 na capacitação e qualificação de pessoas, por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação.

Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos)

Unidade responsável pelo desenvolvimento tecnológico e pela produção de vacinas, reativos e biofármacos voltados para atender prioritariamente às demandas da saúde pública nacional. Além da produção de imunobiológicos, investe continuamente na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico. Parcerias com outras instituições - públicas e privadas - garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico.

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS)

A unidade é referência nacional para rede de laboratórios do SUS nas questões analítico-laboratoriais relativas ao controle da qualidade de alimentos, medicamentos, cosméticos, artigos e insumos para diálise e de saúde, conjuntos, reagentes e insumos diagnósticos, saneantes domissanitários, sangue e hemoderivados, saúde ambiental e medicamentos biológicos.

Como único laboratório da esfera federal, trabalha em estreita cooperação com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), com as secretarias estaduais e municipais de saúde, entre outros parceiros nacionais e internacionais. Atua no desenvolvimento de novas tecnologias, no ensino e pesquisa para a promoção de ações regulatórias, colaborando no estabelecimento de Normas, Regulamentos técnicos, Portarias, Resoluções para o controle da qualidade de produtos, ambientes e serviços vinculados à Vigilância Sanitária.

Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI)

Unidade que tem a missão de produzir conhecimento e tecnologias para melhorar a saúde da população, por meio de ações integradas de pesquisa, atenção à saúde, ensino e vigilância, com interface humana-animal-ambiente, tendo como valores centrais o compromisso com o SUS e a redução das iniquidades.

Suas principais atividades são assistência médica de referência em doenças infecciosas, excelência na pesquisa clínica envolvendo prevenção, tratamento, diagnóstico e fatores relacionados às doenças infecciosas, cursos de especialização em diversos temas de doenças infecciosas, residência médica e curso de especialização para médicos estrangeiros, residência multiprofissional e programa de mestrado e doutorado acadêmicos em pesquisa clínica em doenças infecciosas e de mestrado profissional em pesquisa clínica.

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF)

Unidade voltada para educação, pesquisa, atenção à saúde, e extensão no âmbito da saúde da mulher, da criança e do adolescente. O Instituto atua, ainda, nas áreas de desenvolvimento tecnológico em saúde, cooperação nacional e internacional e coordenação de redes, como a Rede Brasileira e o Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano, a Rede Brasileira de Pesquisas Neonatais, entre outras. Integra, ainda, a Rede Nacional de Pesquisa Clínica e a Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde.

Instituto Oswaldo Cruz (IOC)

Atua nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, formação de acadêmica e profissional, e na prestação de serviços de referência para diagnóstico de doenças infecciosas, genéticas e controle de vetores, buscando a garantia de padrões de biossegurança, qualidade e de gestão ambiental. Mantém coleções biológicas de importância nacional e internacional e forma técnicos e cientistas por meio da atuação na educação profissional e de pós-graduação. A base de ação do Instituto são seus 72 laboratórios de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, dedicados ao estudo e à geração de produtos e insumos para diversas doenças.

Unidades Regionais

As 10 Unidades Regionais são constituídas por 5 unidades técnico-científicas, 4 escritórios e a unidade descentralizada de Brasília. Possuem uma instância de discussão, compartilhamento de experiências e articulação de ações comuns chamada **Fórum das Unidades Regionais (FUR)**.

Instituto Aggeu Magalhães – IAM (Fiocruz Pernambuco)

Localizada em Recife, a unidade contribui para a geração de conhecimentos e inovação tecnológica para a melhoria das condições sanitárias da população, particularmente na região nordeste brasileira, mediante geração de evidências científicas e tecnológicas indutoras de políticas de saúde e de ciência e tecnologia em saúde e de ações integradas de pesquisa, ensino, serviços e cooperação técnica.

Possui trabalho sistemático de pesquisa e de ensino visando à prevenção e ao controle de doenças endêmicas agudas e crônico-degenerativas no Nordeste; e vem ampliando suas atividades no campo do desenvolvimento de imunobiológicos, métodos de diagnóstico e no desenvolvimento tecnológico.

Instituto Carlos Chagas – ICC (Fiocruz Paraná)

Unidade situada em Curitiba, voltada para o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas em biologia celular e molecular focadas em problemas de saúde humana e veterinária, desenvolvimento de produtos biotecnológicos e ensino em biociências e biotecnologia. Atua nas áreas de bioquímica, biologia molecular e biologia celular de agentes infecciosos e seus hospedeiros, no estudo da regulação da expressão gênica de micro-organismos e parasitas, na caracterização molecular de células tronco, em virologia molecular e em biotecnologia.

Instituto Gonçalo Moniz – IGM (Fiocruz Bahia)

Localizada em Salvador, a unidade atua principalmente na área de pesquisas científicas com ênfase em doenças infecciosas e parasitárias, além das crônico-degenerativas, desenvolvimento tecnológico, formação de recursos humanos e disseminação da informação em saúde. Tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida da população por meio da geração e difusão de conhecimento científico e tecnológico, no estado da Bahia e no Brasil.

Instituto Leônidas e Maria Deane – ILM (Fiocruz Amazônia)

Com sede em Manaus, realiza pesquisas nas áreas de saúde indígena, ecologia de doenças transmissíveis, doenças infecciosas - diagnóstico e controle, diversidade microbiana com importância para a saúde e história das ciências na Amazônia. Tem a missão de contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde das populações amazônicas e para o desenvolvimento científico e tecnológico regional, integrando a pesquisa, a educação e ações de saúde pública.

Instituto René Rachou – IRR (Fiocruz Minas)

O Instituto René Rachou, unidade da Fiocruz em Minas Gerais, tem como missão melhorar a qualidade de vida da população, atendendo a situações de saúde de prioridade nacional, mediante a ação integrada de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico, Ensino e Serviços de Referência. Desde a sua criação, em 1955, o instituto está envolvido na busca por novos fármacos, vacinas, métodos para diagnóstico, promoção, pesquisa clínica e controle de doenças infecciosas e parasitárias (arboviroses, doença de chagas, leishmaniose, malária, esquistossomose, helmintoses intestinais, entre outras) e seus vetores, e doenças degenerativas crônicas, como o câncer. Desenvolve também pesquisas em temas como envelhecimento, educação em saúde, saúde e ambiente, genômica, bioinformática, violência, políticas públicas e direitos humanos em saúde e saneamento. Uma das metas da Fiocruz Minas é fortalecer a relação entre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação visando aumentar o acesso da população aos bens e serviços em saúde.

Gerência Regional de Brasília – Gereb (Fiocruz Brasília)

A Fiocruz Brasília é uma unidade descentralizada, de suporte estratégico e político-institucional à Presidência e ao conjunto de unidades da Fiocruz, junto aos órgãos e instituições públicas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, setor privado e terceiro setor, no Distrito Federal. Articula a estruturação e consolidação de redes que reforcem a atuação da Fiocruz nos âmbitos federal, regional e local. Nessa perspectiva, é a Coordenadora do Fórum das Unidades Regionais (FUR).

Desenvolve atividades de educação lato e stricto sensu, buscando contribuir para a consolidação do SUS, por meio da formação de quadros estratégicos no campo da governança e gestão de políticas públicas, que acontece no âmbito da Escola de Governo Fiocruz-Brasília (EGF-BSB) e da Secretaria Executiva da UNASUS. Realiza pesquisa e assessoria técnico-científica nos campos das políticas públicas, da educação e da comunicação em saúde, da gestão e vigilância em saúde, da justiça social e da atenção primária em saúde, contribuindo para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis. A intersectorialidade e a indissociabilidade entre pesquisa, educação e a relação com o território caracterizam as suas produções.

Fiocruz Ceará

Escritório técnico localizado no município de Eusébio (CE), criado em 2009 e sede inaugurada em 2018, tem como objetivos principais fortalecer a atenção primária à saúde e a Estratégia da Saúde da Família; atuar na área de pesquisa, educação, desenvolvimento e inovação em fármacos, medicamentos, equipamentos e materiais de saúde; e realizar pesquisas científicas direcionadas à realidade ambiental e epidemiológica da região, entre outras atividades.

Fiocruz Mato Grosso do Sul

Escritório técnico localizado em Campo Grande (MS), foi inaugurado em 2011. Desenvolve atividades de educação, pesquisa e inovação em saúde nas áreas de atuação, a saber: agravos transmissíveis; agravos não transmissíveis; meio ambiente e saúde: biodiversidade e cadeias produtivas; populações em situação de vulnerabilidade; saúde das populações indígenas; educação, trabalho e Saúde; e popularização e divulgação científica. Visa fortalecer parcerias e ações em prol do desenvolvimento técnico-científico local, estadual e nacional, com vistas a consolidação de uma nova Unidade da Fiocruz.

Fiocruz Piauí

Escritório criado em 2014, localizado em Teresina (PI), seu projeto de desenvolvimento prevê estudos sobre biomas, doenças infecciosas, saúde do trabalhador, saúde materno-infantil, entre outros campos, além do desenvolvimento de programas de formação e ensino direcionados às demandas do estado. Por meio de parcerias locais, regionais e federais, algumas das ações estão em andamento, como a realização de seminários com lideranças locais e grupos de pesquisa focados em subsidiar a implantação da unidade e a identificação das principais ações de cooperação, já existentes e potenciais, entre a Fiocruz e as instituições e grupos de pesquisa piauienses.

Fiocruz Rondônia

Escritório localizado em Porto Velho (RO), criado em 2009, atua como instituição de pesquisa principalmente nas áreas doenças negligenciadas relacionadas às questões de saúde pública. Suas atividades incluem: pesquisas aplicadas doenças infecciosas e parasitárias; formação avançada de recursos humanos qualificados em níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado; prestações de serviços; assistência e vigilância a saúde através de colaborações regionais e federais.

1.5 – Áreas de atuação e macroprocessos finalísticos

O investimento na melhoria da gestão dos processos institucionais, finalísticos e de suporte caracterizam os últimos mandatos na Fiocruz. Destacaram-se avanços na identificação, mapeamento e gestão de seus macroprocessos, pelo trabalho colaborativo entre as áreas de gestão da Fiocruz, sob a orientação institucional da Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, e articulada pela Coordenação da Qualidade da Fiocruz (CQuali), e seus respectivos processos.

Os processos finalísticos são aqueles que possuem o potencial de entrega direta ao cidadão-usuário, refletem a missão institucional e se caracterizam por serem processos interfuncionais e estarem definidos desde a entrada do insumo até a entrega do produto final ao cidadão, dentro dos requisitos estabelecidos para atender às necessidades e expectativas.

O **Quadro 1.2** apresenta uma síntese. As informações foram baseadas no Relatório de Gestão Fiocruz 2019, produzido pela Cogeplan, introduzidas algumas atualizações de 2020. De acordo com o Relatório, foi realizado o agrupamento dos processos finalísticos em áreas de atuação afins, favorecendo as análises dos resultados. Essa organização dos processos é a base para a programação orçamentária anual da Fiocruz, bem como as análises e avaliações decorrentes. As áreas de atuação representam o conjunto das atividades de relevância estratégica e/ou de importância para o alcance da missão institucional, que agregam valor aos processos e projetos, e apresentam estreita relação com as ações orçamentárias e com as iniciativas do Plano Plurianual do Governo Federal.

Os nove macroprocessos finalísticos correspondem às principais operações da Fiocruz e demonstram a grande diversidade institucional que a caracteriza:

- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em saúde
- Manutenção das coleções biológicas da saúde
- Produção de Insumos para a Saúde
- Análise da Qualidade de Produtos e Insumos para a Saúde
- Educação e Formação em Saúde
- Informação, Comunicação e Divulgação Científica em Saúde
- Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Saúde
- Atenção de referência em Saúde
- Serviços Laboratoriais de Referência em Saúde

O quadro a seguir oferece, de modo sintético, uma visão sobre os macroprocessos finalísticos que englobam, de modo articulado, ensino, pesquisa e extensão e também os processos de produção fabril, de assistência à população ou de preservação do meio ambiente e todas as demais ações estratégicas que constituem as práticas da Fiocruz no atendimento à sua missão institucional.

Quadro 1.2 – Áreas de atuação da Fiocruz

Área de Atuação: PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM SAÚDE / MANUTENÇÃO DAS COLEÇÕES BIOLÓGICAS DA SAÚDE

Macroprocesso “Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em saúde”

Produtos e serviços:

- Pesquisa biomédica, pesquisa clínica, pesquisa em saúde coletiva (epidemiologia, políticas, planejamento e gestão, ciências sociais e humanas).
- desenvolvimento tecnológico de insumos para a saúde.
- desenvolvimento de tecnologias sociais e de gestão na área da saúde.

Macroprocesso “Manutenção das coleções biológicas da saúde”

Produtos e serviços:

- O conjunto das coleções biológicas da Fiocruz é composto por 19 coleções microbiológicas, 12 coleções zoológicas, 3 coleções histopatológicas, reunidas no Museu da Patologia, e uma coleção botânica.
- As coleções biológicas da Fiocruz oferecem produtos e serviços qualificados para aplicações em pesquisa e desenvolvimento que incluem, dentre outros, a produção de insumos para diagnóstico, vacinas e medicamentos.

Área de Atuação: INSUMOS ESTRATÉGICOS E INOVAÇÃO / ANÁLISE DA QUALIDADE DE PRODUTOS E INSUMOS PARA A SAÚDE

Macroprocesso “Produção de Insumos para a Saúde”

Produtos e serviços:

- Produção de vacinas: DTP e *Haemophilus influenzae* tipo B (tetraivalente), febre amarela, meningite A e C, poliomielite e tríplice viral.
- Produção de kits de reagentes para diagnóstico laboratorial de doenças como: doença de Chagas, leishmanioses, leptospirose, AIDS e agravos causados por helmintos.
- Produção do kit NAT HIV/HCV, para controle de qualidade de sangue doado.
- Produção de biofármacos utilizados no tratamento de hepatites crônicas e anemias graves (Alfa interferona 2b e Alfaepoetina), integrantes do Programa de Medicamentos Excepcionais do Ministério da Saúde.
- Produção de medicamentos de base sintética: antivirais, antibióticos, antiparasitários, anti-helmínticos, corticoides, anti-inflamatórios, oncológicos, antiulcerantes, analgésicos, antirretrovirais, imunossupressores, medicamentos para doenças não transmissíveis tais como antiparkinsonianos, anti-hiperfosfatêmicos, antineoplásicos, antidiabéticos,

anti-hipertensivos, tratamento para hiperprolactemia, medicamentos para doenças endêmicas como malária e tuberculose, vitaminas e suplementos entre outros.

Macroprocesso “Análise da Qualidade de Produtos e Insumos para a Saúde”

Produtos e serviços:

- Controle da qualidade de produtos para consumo humano, compreendendo alimentos, medicamentos, sangue e hemoderivados, imunobiológicos, cosméticos, domissanitários, reativos para diagnóstico e artigos de saúde em geral.
- promoção de ações regulatórias, estabelecimento de normas e metodologias de controle da qualidade para a rede de laboratórios do SUS.
- assessoria técnica, e capacitação de profissionais da rede nacional de laboratórios de controle de qualidade em saúde.

Área de Atuação: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM SAÚDE / INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM SAÚDE / PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SAÚDE

Macroprocesso “Educação e Formação em Saúde”

Produtos e serviços:

- A Fiocruz possui 43 programas próprios de pós-graduação stricto sensu aprovados pela Capes nas modalidades acadêmica e profissional.
- A Fiocruz promove programas de pós-graduação stricto sensu em Rede e ou Associação, aprovados pela Capes, além de participar colaborativamente de iniciativas dessa natureza com outras instituições.
- Na esfera da pós-graduação, são ofertados cerca de 50 cursos de especialização por ano e 30 programas de residências.
- Há também uma oferta constante de cursos de aperfeiçoamento e atualização, além de cursos de qualificação distribuídos por três grandes áreas de prática: Política, Gestão e Atenção, Vigilância em Saúde, e Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social.
- O Campus Virtual Fiocruz disponibiliza um expressivo número de cursos na modalidade de educação a distância em acesso aberto e ainda uma plataforma de Recursos Educacionais Abertos (Educare)
- No campo da educação profissional técnica de nível médio em saúde, a Fiocruz oferece cursos técnicos na área de saúde, integrados ao ensino médio e também cursos técnicos subsequentes ao ensino médio. Também oferece cursos para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Macroprocesso “Informação, Comunicação e Divulgação Científica em Saúde”

Produtos e serviços:

- Serviços diversos como: portais da Fiocruz na internet, Rede de Bibliotecas da Fiocruz (19 Bibliotecas), Bibliotecas Virtuais de Saúde, Acervo Bibliográfico, edição de periódicos científicos nas áreas de saúde pública e ciências biomédicas, edição e distribuição de periódicos voltados para a informação, educação e comunicação em saúde, o Repositório Institucional da Fiocruz (ARCA), o Banco de Imagens Digitais com 4.000 imagens disponíveis em acesso aberto.
- As exposições do Museu da Vida têm por objetivo divulgar junto ao grande público, de forma interativa, temas relativos a conceitos e à história da ciência, da biologia e da saúde pública, incluindo mostras itinerantes, que percorrem diversas capitais e cidades do interior do País.
- A VideoSaúde Distribuidora tem um acervo com 8.000 títulos, entre produções próprias e com parceiros, além de aquisições de instituições públicas e privadas e produtores independentes, disponível para consulta e aquisição, com parte disponível em acesso aberto.
- A Editora Fiocruz contabiliza 464 títulos em seu catálogo, com mais de 200 livros em acesso aberto na plataforma Scielo Livros. Os livros mais antigos estão sendo disponibilizados gradualmente também em formato eletrônico e os mais recentes têm sido lançados em dois formatos: impresso e eletrônico.
- O Portal de Periódicos Fiocruz disponibiliza o conteúdo de sete revistas científicas da Fiocruz, além de compreender estratégias de divulgação científica dos principais artigos publicados nas revistas e promover debates e disponibilizar materiais sobre as práticas na área de editoria científica.
- A plataforma Porto Livre, lançada pelo ICICT em 2019, disponibiliza em formato online, em acesso aberto e gratuito livros de grande relevância para os campos da saúde pública, informação e comunicação em saúde.
- O Canal Saúde, um canal de televisão do Sistema Único de Saúde (SUS), criado e gerido pela Fiocruz, está no ar diariamente, em âmbito nacional, das 7h à meia-noite, com produções próprias e de parceiro.
- O Repórter SUS, conteúdo sobre saúde pública em formato *podcast*, é produzido semanalmente em parceria com a rádio Agência Brasil de Fato. Outras linhas de podcasts têm sido produzidas pelas unidades e setores da Fiocruz.
- A Fiocruz cria e participa de redes de informação que reúnem diversas instituições, profissionais, acadêmicos e interessados em torno de temas específicos, além de podcasts, listas de transmissão via whatsapp e canais desenvolvidos pelas unidades;
- A Olimpíada de Saúde e Meio Ambiente, realizada em ciclos bienais, completou 20 anos em 2020, estando em sua 10ª edição. Configura um projeto de divulgação científica de grande relevância, ao alcançar centenas de escolas e milhares de estudantes e professores da Educação Básica em todo o país;
- O Programa Mulheres e Meninas na Ciência foi lançado em 2019 e reúne iniciativas em três eixos: valorização das mulheres cientistas na Fiocruz; incentivo às meninas na Ciência; e estudos sobre Gênero, Ciência e Saúde.

Macroprocesso “Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Saúde”

Produtos e serviços:

- O acervo arquivístico da Fiocruz reúne fundos e coleções de documentos institucionais e pessoais, dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e filmográfico.
- O acervo bibliográfico é especializado em História da Medicina, História da Saúde Pública, História, Sociologia e Filosofia da Ciência, e conta com cerca de 77 mil itens.
- O patrimônio urbanístico-arquitetônico inclui o Núcleo Arquitetônico Histórico de Mangueiras e as edificações históricas do *Campus* Fiocruz Mata Atlântica no Rio de Janeiro, além do Palácio Itaboraay, em Petrópolis (RJ).
- O acervo museológico é composto por cerca de duas mil peças catalogadas, abrigado em prédio construído especificamente para este fim.

Área de Atuação: ATENÇÃO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE / SERVIÇOS LABORATORIAIS DE REFERÊNCIA EM SAÚDE

Macroprocesso “Atenção de referência em Saúde”

Produtos e serviços:

- Serviço de alta complexidade em ginecologia, incluindo tratamento clínico e cirúrgico de doenças ginecológicas, e diagnóstico precoce das formas de câncer mais comuns no gênero feminino.
- Serviço de referência para atenção à gravidez de risco fetal durante todo o ciclo da gestação ao parto e assistência à criança, no pós-parto e etapas subsequentes.
- Serviços de atenção à saúde da criança e do adolescente em diversas especialidades: alergia e imunologia, hepatologia, cirurgia pediátrica, clínica médica, dermatologia, fisioterapia, fonoaudiologia, genética, ginecologia, neurologia, nutrição, pediatria e terapia ocupacional.
- Serviços de assistência médica de referência em doenças infecciosas, incluindo consultas ambulatoriais, exames, internação hospitalar e hospital-dia. São atendidos portadores de HIV/Aids, HTLV, doenças sexualmente transmissíveis (DST), doença de Chagas, toxoplasmose, leishmaniose, tuberculose, doenças febris agudas (dengue, malária, influenza, varicela, leptospirose, entre outras), além de assistência a vítimas de acidentes com animais peçonhentos.
- Centro de Referência em Imunobiológicos Especiais e serviço de orientação a viajantes.
- Atenção especializada à saúde do trabalhador nas seguintes especialidades: audiologia, dermatologia ocupacional, fisioterapia pulmonar, neurotoxicologia, pneumologia ocupacional, saúde mental, toxicologia.

- Serviços ambulatoriais de média complexidade para a população do bairro de Mangueiros, Rio de Janeiro, em diversas especialidades.

Macroprocesso “Serviços Laboratoriais de Referência em Saúde”

Produtos e Serviços:

- Serviços laboratoriais de referência em: leishmaniose tegumentar, esquistossomose, malária, dengue, doença de Chagas, filarioses, hepatites virais, hantaviruses, riquetsioses, Aids, carbúnculo, diagnóstico histopatológico de doenças infecciosas, enteroinfecções bacterianas, febre amarela, gripe, hanseníase, hidatidose, leptospirose, micoses sistêmicas, peste, arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya) e viroses respiratórias (sarampo, SARS-Cov).

1.6 – Inserção regional, nacional e internacional

Desde a sua origem, em 1900, a Fiocruz é uma instituição federal voltada à pesquisa, extensão ao ensino relacionado à Saúde Pública no Brasil, dando contribuições estruturantes para problemas nas mais diversas e longínquas regiões do País. Já nas duas primeiras décadas do século XX diversas expedições foram empreendidas nas várias regiões do interior do País, as primeiras lideradas por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, algumas objetivando principalmente intervenções médico-sanitárias, outras focadas em investigação científica, pontuadas de observações antropológicas e sociológicas. Tais expedições contribuíram para fundamentar um movimento em prol da modernização dos serviços sanitários não só na capital da República, mas em todo o País.

A configuração da instituição como Fundação Oswaldo Cruz, em 1970, que incorporou unidades localizadas no Rio de Janeiro e consolidados centros regionais de pesquisa em Saúde pública (situados em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco), formalizou e ampliou o caráter nacional da atuação da instituição.

Tal dimensão, nas décadas seguintes, acentuou-se de modo crescente e consciente. Foram criadas novas unidades no Campus de Mangueiros e desenvolveu-se a política de implantação de escritórios ou unidades situadas nas diversas regiões do País, com o apoio do Ministério da Saúde.

Desta forma, em 2020, além das sedes instaladas em 11 unidades da Federação, a Fiocruz possui um escritório em Maputo, Moçambique. No entanto, sua contribuição não se limita a esses territórios, seja por meio de parcerias com outras instituições locais ou pelo uso cada vez mais intensivo da educação a distância e da comunicação on-line.

A ampliação da Fiocruz rumo à diversidade de territórios do País é reflexo da construção de um pensamento nacional sobre a saúde, que se expressou de modo sólido a partir do final dos anos 1970 e veio a dar base à constituição do Sistema Único de Saúde na década de 1980.

Na década 2011-2020, conforme decisão de seu VI Congresso Interno (2010), a Fiocruz definiu o projeto “Presença Nacional da Fiocruz”, investindo no fortalecimento de seus escritórios em Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí. Um de seus objetivos destaca: “colaborar com os sistemas estaduais e municipais de saúde e de CT&I em saúde na redução das desigualdades e iniquidades regionais, principalmente na área de formação e qualificação de trabalhadores da saúde, no desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação tecnológica e produção de insumos estratégicos em saúde e em outras ações de cooperação técnica ou prestação de serviços para a saúde”.

Cada uma das unidades ou escritórios regionais da Fiocruz possui forte inserção local e regional, em permanentes ações de parceria e colaboração com os órgãos públicos e organizações sociais diversas, criando importante sinergia e ampliação de capacidades de resposta aos desafios colocados para a saúde pública. Muitas dessas unidades também atuam ativamente em cooperações nacionais e internacionais no campo da saúde pública.

Ademais, uma vez que a saúde não possui fronteiras, a atuação articulada em âmbito internacional é uma importante diretriz da instituição, e remonta ao seu período de surgimento, em 1900. Nas últimas décadas, seus Congressos Internos têm aprofundado definições e estratégias para esse campo fundamental de sua atuação, e desde 2009 possui como instrumento de coordenação o Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS), vinculado à Presidência.

A Fundação mantém estreitas relações com as áreas internacionais do governo brasileiro, principalmente com o Ministério da Saúde, por meio da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (Aisa), e com o Ministério de Relações Exteriores, por suas secretarias técnicas e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Dessa forma, a Fiocruz reafirma sua posição de instituição estratégica do Estado nacional e importante protagonista do intercâmbio em saúde global.

Destaca-se a participação da Fiocruz na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – que abrange – Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste – no âmbito do desenvolvimento de estratégias em áreas nas quais os países membros têm dificuldades, principalmente na formação de recursos humanos em saúde. Essa participação está de acordo com o conceito estabelecido na Fundação de cooperação estruturante para os países de língua portuguesa.

Mais recentemente, em 2019, foi assinado o acordo de cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) que prevê a realização de programas conjuntos que visem o desenvolvimento sustentável, com oportunidades de educação e formação de profissionais. Um dos objetivos é promover a saúde materno-infantil e contribuir, por meio de pesquisa e qualificação, para a cobertura universal nos serviços de saúde.

O VIII Congresso Interno da Fiocruz (2017) dedicou acurada atenção às questões internacionais, destacando a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, considerando-a, conforme especifica a Tese 6, “a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário. Constitui-se, portanto, importante marco de referência para a Fiocruz construir sua nova agenda e perspectivas de médio e longo prazos”.

1.7 – Síntese: a Fiocruz em 2020

Ao completar 120 anos, a Fiocruz mantém sua forte marca de engajamento nas questões relacionadas com a saúde pública, o desenvolvimento do País e o bem-estar da população. Sua atuação é multifacetada em vários campos do conhecimento: desenvolve ações de pesquisa e inovação; produção de medicamentos, imunobiológicos e reagentes diagnósticos; vigilância em saúde; educação; prestação de serviços de referência e assistência à saúde; informação, comunicação e divulgação científica em saúde; e preservação do patrimônio científico, histórico e cultural da saúde e das ciências. Um panorama sintético dessa atuação é apresentado a seguir. Ao final, o **Quadro 1.3** sintetiza em números essas iniciativas, com dados de 2019.

Educação

A Fiocruz é a principal instituição não-universitária para a formação e qualificação de profissionais para Sistema Único de Saúde (SUS) e para o Sistema de Ciência e Tecnologia no Brasil, sendo reconhecida como Escola de Governo, formando profissionais de nível médio e técnico e na pós-graduação lato e stricto sensu. Anualmente, a Fiocruz forma milhares de profissionais em nível médio e técnico e em especializações

e residências médicas e multiprofissionais ligados ao cuidado em saúde, gestão e aprimoramento do SUS; e cerca de 700 mestres e doutores nos programas de pós-graduação stricto sensu, nas modalidades profissional e acadêmica, que contribuem para a gestão do sistema de saúde e o desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia do país.

Todas as unidades técnico-científicas e escritórios regionais da Fiocruz desenvolvem algum tipo de atividade educacional. Portanto, tais ações são implementadas diretamente pela Fiocruz em 11 estados brasileiros, das cinco regiões do País. Há ainda diversas iniciativas de cooperação entre unidades da Fiocruz na oferta de cursos, voltados à redução das desigualdades regionais na formação de quadros na área de saúde pública (em 2020 estavam em andamento cursos descentralizados para a formação de doutores no Piauí, Ceará, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso do Sul). A Fiocruz também trabalha em redes de formação, em parceria com dezenas de universidades públicas de todo o País, em programas como mestrados profissionais em Saúde da Família, especializações para a gestão do SUS e cursos de formação técnica, entre outros.

Cerca de 30% dos programas stricto sensu acadêmicos são considerados de excelência (uma proporção bem maior que a nacional), com alto nível de internacionalização. Os programas stricto sensu profissionais estão voltados principalmente para as áreas de saúde pública, biotecnologia, produção de vacinas e medicamentos, formando profissionais de alto nível para a gestão pública e produção de insumos estratégicos, tendo sido a Fiocruz pioneira na oferta de doutorado profissional nas áreas de saúde coletiva e farmácia. Estudos de acompanhamento de egressos realizados pelos programas mostram um relevante impacto da formação na trajetória profissional dos egressos, com mudanças na inserção profissional (ingresso no mercado de trabalho, ou ascensão a cargos na gestão pública) – ou nas competências profissionais (no caso de alunos já inseridos no mercado de trabalho).

Já os cursos de pós-graduação, têm intensa capilaridade nacional. As especializações caracterizam a Fiocruz como Escola de Governo, sendo voltadas principalmente para a gestão pública em saúde e atendimento a demandas sanitárias e de saúde pública, tanto em cursos presenciais quanto a distância.

As residências ocorrem principalmente na área de Saúde Pública (gestão do SUS) e em áreas estratégicas para o sistema de saúde em que a Fiocruz tem unidades de referência nacional (como vigilância de doenças infecciosas e saúde da mulher e da criança). Há ainda uma grande quantidade de cursos de qualificação, em diversas áreas pertinentes à gestão e à educação profissional técnica em saúde, oferecidos pelas unidades, presenciais ou a distância. Destaque-se a este respeito a expansão do Campus Virtual Fiocruz, sob gestão da Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação, que oferece informações sobre todos os cursos Fiocruz e também acesso aberto a cursos de educação a distância.

A atuação da Fiocruz no campo educacional em 2020, no contexto de enfrentamento e convivência com a Pandemia do SARS-Cov2, evidenciou a forte capacidade institucional em atuar em duas frentes principais. A primeira foi a vigorosa produção de informações técnico-científicas, materiais e cursos on-line voltados para os profissionais de saúde atuantes no enfrentamento à COVID-19, disponibilizados por meio do Campus Virtual Fiocruz, do Observatório COVID-19, do Portal Fiocruz e do Portal das unidades. A segunda foi a adaptação institucional para assegurar a continuidade e dinamismo das atividades educacionais da Fiocruz, incluindo estratégias de apoio aos docentes e alunos para viabilizar atividades educacionais remotas em caráter emergencial, entre outras ações.

Pesquisa

As pesquisas realizadas na Fiocruz situam-se em um amplo espectro nos campos do conhecimento, abordando desde a compreensão dos fenômenos epidemiológicos, seus condicionantes e agentes, até as dimensões da pesquisa básica. Vislumbram o desenvolvimento de soluções e instrumentos para a garantia da saúde e vida das populações. As atividades de pesquisa na Fiocruz utilizam paradigmas e conceitos das ciências sociais, humanas, biológicas e biomédicas, com mais de 1,8 mil projetos de pesquisa desenvolvidos

anualmente, que geram evidências para o enfrentamento do quadro sanitário brasileiro nos campos biomédico, de pesquisa clínica, saúde coletiva e desenvolvimento de tecnologias.

Na Fiocruz são realizadas pesquisas na fronteira do conhecimento sobre doenças negligenciadas e emergentes, além de análises de situação em saúde, que são referência para o mundo todo. Destacam-se, recentemente, as respostas dadas em situações críticas, como na emergência sanitária de epidemia de Zika (tendo repercussão internacional a descoberta do vínculo causal entre o vírus e a microcefalia), o recente surto de Febre Amarela e o acirramento da situação da Dengue e Chikungunya. Em 2020, com a eclosão da pandemia COVID-19, a Fiocruz articulou de modo integrado esforços e contribuindo ativamente no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Grande parte de suas ações foram divulgadas no [Portal Fiocruz](#). Para esse enfrentamento, foi elaborado um Plano Estratégico a partir do qual foi desenvolvido um [Mapa Estratégico](#) para fortalecer a organização das ações no combate à pandemia e complementar a forma de visualização pela sociedade das diversas iniciativas da Instituição.

O [Observatório da Fiocruz em Ciência, Tecnologia e Inovação](#) apresenta alguns indicadores sobre produção científica da Fiocruz e patentes, além de estudos e matérias sobre as contribuições científicas da Fiocruz em algumas áreas.

Assistência

A Fiocruz tem destacada atuação de referência na atenção e assistência à saúde, por meio de suas unidades e serviços. Como destaque, duas de suas unidades técnico-científicas são designadas como institutos nacionais de saúde, em suas especialidades, sendo também acreditadas como hospitais de ensino pelo Ministério da Educação: o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e o Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI). Destacam-se ainda os serviços de assistência: Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria (CEGSF/Ensp), Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH/Ensp), Centro de Referência Professor Hélio Fraga (Ensp), Serviço de Referência Nacional em Filariose (IAM), Laboratório e Ambulatório de Hanseníase (IOC), Núcleo de Saúde do Trabalhador (NUST/Cogepe).

Além das unidades da Fiocruz que prestam serviços de assistência diretamente, a Fundação desenvolve cooperação com a rede de serviços do SUS em vários estados brasileiros, no âmbito da gestão, da promoção da saúde e da atenção em territórios locais. Acrescente-se ainda que os alunos da Fiocruz muitas vezes se inserem na rede do SUS para seus campos de prática, especialmente no caso das residências em saúde, cuja expansão recente é significativa, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde.

Em 2020, a emergência sanitária provocada pela pandemia do coronavírus levou a Fiocruz a criar, em período de menos de dois meses, o Centro Hospitalar COVID-19, que passa a integrar o INI, que já atuava como referência para o atendimento a pacientes graves de COVID-19. Essa unidade tem caráter permanente e sua experiência no tratamento dos pacientes será um importante subsídio para diversas frentes de pesquisas sobre a doença. Superada a fase crítica da pandemia, a atuação do Centro Hospitalar será ampliada, passando a atuar como um hospital de referência em ensino, pesquisa e atenção em doenças infecciosas, como já é a missão do INI.

Inovação em saúde

A Fiocruz tem reafirmado continuamente o seu papel estratégico de instituição do Estado, seja no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, seja na oferta de produtos e serviços em saúde, com uma configuração única que permite abordar questões de saúde pública de forma interdisciplinar. Atualmente, ela é a maior instituição pública na oferta de produtos estratégicos para o SUS, com incorporação de tecnologia e inovação. Possui a maior participação nas parcerias para o desenvolvimento produtivo, contemplando a transferência de tecnologias estratégicas que constituem inovação em âmbito nacional e que reduzem a vulne-

rabilidade do SUS. O seu papel inovador da área de serviços e da organização das ações em saúde também faz parte da estratégia institucional de inovação para transformar o conhecimento em benefícios sociais, envolvendo as unidades que lidam com a promoção, a vigilância, a prevenção, a atenção e a pesquisa em saúde. Coordenar os vários elementos que constituem a cadeia de inovação da Fiocruz, com foco na ampliação da capacidade de inovação é um dos maiores desafios institucionais.

Desde 2018 os esforços de inovação são orientados pelo Programa Fiocruz de Fomento à Inovação – *Inova Fiocruz*, com fomentos à pesquisa por meio de editais, que apoiam estudos orientados à inovação em áreas de conhecimento estratégicas para o SUS e o sistema de CT&I.

Produção de insumos para a saúde

A Fiocruz difere das demais instituições de pesquisa e universidades também por possuir o macroprocesso de Produção de Insumos Estratégicos, que se concentra em algumas unidades. Este macroprocesso apresenta foco na produção e fornecimento de medicamentos, vacinas, reagentes de diagnóstico, biofármacos, biomodelos (animais de laboratório e insumos), além da análise da qualidade de produtos. A Fundação atende grande parte da produção de vacinas do Programa Nacional de Imunização, fornecendo, inclusive, para outros países. A produção de medicamentos também contribui para os programas nacionais, como no caso do controle do HIV. Na produção de reagentes diagnósticos, a Fiocruz atua desenvolvendo alternativas mais eficientes para a detecção de diferentes infecções.

Os investimentos para produção de insumos estratégicos, além de aumentar a autonomia e capacitação tecnológica em fármacos, biofármacos e imunobiológicos, intensificam a participação de instituições públicas no Complexo Econômico e Industrial da Saúde, um dos principais motores do desenvolvimento nacional. Essa estratégia se expressa também em investimentos como a participação da Fundação no Polo Industrial e Tecnológico da Saúde, no Ceará, desenvolvendo projetos de inovação tecnológica na produção de medicamentos, insumos e diagnósticos, para atender da saúde básica à medicina de alta complexidade. O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, também está presente no Polo, com a construção da primeira fábrica de imunobiológicos e biofármacos fora do estado do Rio de Janeiro, utilizando modernas tecnologias de produção. A participação da Fiocruz em parques e polos tecnológicos representa um movimento importante para a articulação e participação de redes colaborativas de geração de conhecimentos e inovação.

Em 2020, acordo de transferência de tecnologia para produção e controle de qualidade de vacinas estabelecido por parceria entre a Universidade de Oxford, a empresa AstraZeneca e a Fiocruz, possibilitará o acesso a 100,4 milhões de doses do Ingrediente Farmacêutico Ativo para o processamento final e controle de qualidade, a ser feito por Bio-Manguinhos, ao mesmo tempo em que garante à Fiocruz a transferência total de tecnologia. A produção da vacina foi viabilizada pela MP 994/2000, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,9 bilhão para o Ministério da Saúde.

Vigilância em saúde

As ações de Vigilância em Saúde (em seus diversos componentes: epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador) coordenadas pela Fiocruz são desenvolvidas na perspectiva de ampliar e intensificar as relações políticas, programas e ações junto ao Ministério da Saúde e demais órgãos gestores do SUS, no que se refere à resposta a situações sanitárias relevantes e de emergência. Complementar a essa frente de atuação, a Fiocruz possui Laboratórios de Referência para dar suporte ao enfrentamento às demandas do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica do país.

Vários exemplos da importância da atuação da Fundação podem ser citados, dentre eles as recentes respostas dadas por ocasião da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) deflagrada pela epidemia do vírus Zika em 2015/2016 e do surto de Febre Amarela silvestre ocorrido em diversos estados brasileiros em 2017. Na estruturação da vigilância para o Zika vírus no País, a Fiocruz contribuiu para as respostas epidemiológicas (realização e divulgação dos resultados das principais pesquisas que mostraram a

ligação entre a infecção e síndrome da Zika congênita), diagnóstica (desenvolvimento de métodos diagnósticos, produção e controle de qualidade nacional de kits laboratoriais, capacitação e transferência de tecnologia para os LACEN) e assistencial (realização de exames para diversos estados e atendimento às gestantes e crianças).

Apesar de concentrar diversas atividades relevantes na área da Vigilância, ainda havia uma abordagem fragmentada, dirigida a múltiplos problemas específicos, com limitados instrumentos e mecanismos de avaliação de suas ações. Em 2017 foi instituído o Programa Institucional de Vigilância em Saúde na Fiocruz e criada a Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência (CVSLR) no âmbito da Presidência, visando reconduzir o tema a um tratamento integrado e sistêmico no interior da instituição.

Em 2020, a forte atuação da Fundação nas ações de enfrentamento à epidemia do coronavírus teve grande relevo e envolveu a expansão das atividades relacionadas à vigilância em saúde, com destaque para as voltadas à disponibilização ágil de informações, à formação e capacitação para o enfrentamento da pandemia (de técnicos de laboratório a profissionais da assistência), à produção de kits diagnósticos e ao processamento de exames de pacientes, incluindo a inauguração de novas plataformas e de grandes centrais analíticas para apoio à rede de Laboratórios Centrais de Saúde Pública.

Desenvolvimento nacional e regional

A Fiocruz é importante agente da dinâmica do desenvolvimento brasileiro e central para o enfrentamento dos desafios da saúde pública do país. A sede principal da Fiocruz se localiza no campus de Manguinhos, onde estão instaladas a Presidência e várias unidades técnicas. A Gerência Regional de Brasília exerce a representação da Presidência na capital e também desempenha atividades de formação para a gestão pública e estudos em saúde pública. As unidades regionais apresentam diferenças em relação ao seu tempo de funcionamento e perfil, mas todas integram o sistema da Fiocruz Nacional. A expansão regional e a consolidação internacional alcançadas a partir dos anos 2000 são expressões da ampliação do papel estratégico da instituição no Estado brasileiro. Hoje, a Fundação está presente em onze Unidades da Federação: além de dar respostas aos problemas de saúde em caráter nacional e internacional, possui uma forte atuação no território, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das diferentes regiões em que se encontra.

O fortalecimento do caráter nacional da Fiocruz foi um elemento distintivo dos anos recentes, tanto pela ampliação da presença da Fundação em outras regiões, como são os casos do Paraná, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí, quanto do fortalecimento da articulação entre as diferentes unidades, mediante o Fórum das Unidades Regionais e diversos projetos em parceria entre unidades, coordenados ou apoiados pela Presidência. Um dos principais efeitos dessa iniciativa Fiocruz é o seu potencial diferenciado como centro de formação para a saúde, com egressos da instituição destacando-se nacional e internacionalmente. O caráter formativo para o SUS assumido pela Fiocruz como desafio consolida a apropriação do conhecimento gerado na instituição para a formulação e implementação de políticas públicas.

Como decorrência da ampliação da atuação da Fundação em âmbito nacional, cresceu consideravelmente a rede de relações institucionais. A presença da Fiocruz em onze estados brasileiros é importante pela contribuição ao desenvolvimento local e nacional a partir de suas ações no campo científico e tecnológico.

Além da presença em vários estados, as diversas unidades da Fiocruz também trabalham em parcerias com universidades de todo o país e por meio redes que são importantes na área de educação, como as redes nacional e internacional de escolas de saúde pública (cuja secretaria executiva é exercida pela Ensp) e de escolas técnicas de saúde (cuja secretaria executiva é exercida pela EPSJV); e iniciativas de Mestrado Profissional em rede, como o ProfSaúde e a Renasf, em que a Fiocruz também exerce a coordenação executiva.

Presença nas políticas governamentais

Historicamente a Fiocruz, como entidade de C&TI vinculada ao Ministério da Saúde, tem participado dos processos de formulação, implementação e avaliação de importantes políticas nacionais de saúde estratégicas para o SUS, como o Programa Nacional de Imunização, o Programa Nacional de HIV/AIDS, a Universidade Aberta do SUS, a estratégia de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), entre outras. Além disso, ao longo dos anos buscou aprimorar sua capacidade de resposta a problemas relevantes de saúde pública como por exemplo a tríplice epidemia de arbovírus (dengue, chikungunya e zika), a febre amarela e o ebola. Em 2020 vale destacar a atuação marcante da Fundação no enfrentamento da pandemia de COVID-19, por meio de ações na área de diagnóstico (desenvolvimento e produção de kits, ampliação da capacidade de processamento de testes), esforço de desenvolvimento e produção de vacinas, pesquisas básicas e aplicadas, assistência hospitalar e na APS, apoio a populações em situação de vulnerabilidade social, informação e comunicação e, por fim, nas ações de educação.

Cooperação Internacional em Saúde

A Fiocruz apresenta longa trajetória de cooperação internacional na área de ciência, educação, tecnologia e inovação em saúde, tanto no âmbito da cooperação Norte-Sul (ênfase nos EUA e Europa), como na cooperação Sul-Sul em saúde (ênfase nos países da América Latina e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP). Esse conjunto de atividades demanda a gestão das relações internacionais, interação com governos de outros países e com agências internacionais, estabelecimento, mediação e avaliação de processos de cooperação internacional, análise dos resultados das estratégias de cooperação, entre outros.

No **Quadro 1.3** são apresentados, em números sintéticos, alguns dos principais resultados alcançados pela Fiocruz, em vários campos de atuação, no ano de 2019, conforme sistematizado no Relatório de Gestão produzido pela Cogepplan.

Quadro 1.3 – Breve retrato da Fiocruz em números – ano 2019

PESQUISA

- 30 áreas de pesquisa
- 323 linhas de pesquisa
- 1.890 artigos científicos publicados
- 1.848 projetos de pesquisa

PRODUÇÃO

- 107 milhões de doses de vacinas
- 5 milhões de reativos para diagnóstico fornecidos
- 99 milhões de unidades farmacêuticas produzidas
- 247 milhões de unidades farmacêuticas fornecidas¹²
- 2 milhões de frascos e seringas de biofármacos fornecidos

EDUCAÇÃO

- 47 programas de mestrado e doutorado – stricto sensu
- 42 cursos presenciais de especialização –
- 25 programas de residência –
- 2.293 egressos de pós-graduação – stricto sensu e
- 852 egressos de educação profissional técnica de nível médio
- 36.878 inscritos em cursos de qualificação profissional EAD – Campus Virtual

ANÁLISE, CONSULTA E EXAMES

- 4.415 análises de qualidade de produtos e insumos de saúde
- 82 mil pacientes atendidos
- 22.386 consultas
- 4.209 internações
- 282.732 exames laboratoriais de referência

FORÇA DE TRABALHO

- 11.736 trabalhadores
- 4.845 servidores
- 1.682 doutores e 1203 mestres

Fonte: Relatório de Gestão Fiocruz 2019 (Cogeplan)

12. AIDS, suplemento nutricional, Parkinson, tuberculose, câncer, malária, antidopaminérgico e antipsicóticos, imunossupressores e vermífugos.



Capítulo 2 – Políticas Institucionais e de Gestão

No capítulo 1 o perfil da instituição foi apresentado tendo em vista caracterizar sua complexidade, composta por diversas unidades e áreas com altos graus de autonomia e descentralização, e assentada em um modelo de gestão participativa.

Atuando de modo simultâneo e articulado nos campos da educação, da pesquisa, da assistência à saúde, da produção de insumos e medicamentos e em diversas outras áreas de intervenção, seus macroprocessos finalísticos evidenciam a importância do funcionamento de um sistema em rede. Isto fica mais ressaltado com o caráter único de sua atuação vinculada aos territórios, com atuação local, regional, nacional e internacional.

O desenvolvimento das políticas educacionais na Fiocruz acontece ao longo de toda sua trajetória de 120 anos e, como não poderia deixar de ser, é articulado às demais políticas institucionais e de gestão implementadas pela instituição.

Assim, este capítulo descreve as principais políticas e orientações valorativas, em diversos campos, que marcam a atuação da Fundação e que possuem fortes interfaces e interações com a política educacional.

2.1 – Políticas de Pesquisa

2.1.1 – Áreas e linhas de pesquisa

A Fiocruz tem papel estratégico na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) em saúde no País, desde a formulação de políticas públicas até a entrega de bens medicamentosos, diagnósticos e processos de saúde, sempre com valor agregado para a sociedade. Todas as unidades técnico-científicas da instituição estão comprometidas com a investigação científica e a última atualização, em 2018, apontou que a Fundação está engajada em 30 áreas de pesquisa (Quadro 3.1, próximo capítulo), cada uma delas desdobrada em linhas e projetos, que interagem e contribuem com o enriquecimento das ações educacionais na instituição. Em seu conjunto as 30 áreas de pesquisa abrangem 323 linhas de pesquisa, conforme descritas no [Documento de Áreas e Linhas de Pesquisa da Fiocruz v.12 \(2018\)](#).

A Vice-presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB) é responsável pela proposição de diretrizes da pesquisa institucional e também coordena a gestão das coleções biológicas e gerencia os programas de incentivos (PIBIC e PIBITI).

2.1.2 – Programa Fiocruz de Fomento à Inovação (*Inova Fiocruz*)

Desde 2018, a instituição implementa o [Programa Fiocruz de Fomento à Inovação – Inova Fiocruz](#), que é conduzido pela presidência da Instituição, por meio das Vice-presidências de Produção e Inovação em Saúde (VPPIS) e de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB) com ações articuladas com a Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), Vice-presidência de Ambiente e Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI).

O Inova Fiocruz tem como objetivo incentivar a transferência para a sociedade do conhecimento gerado em todas as áreas de atuação da Fundação Oswaldo Cruz e conta com financiamento do Fundo de Inova-

ção da Fiocruz e do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE). Os editais do Programa estão no Quadro 2.1.

O programa está estruturado em 4 eixos:

1. Institucional e Cadeia Produtiva

Tem como objetivo o desenvolvimento de chamadas específicas que possam cobrir as etapas da cadeia de inovação desde a pesquisa até a produção, articulando estudos sociais, educacionais e de saúde coletiva. Editais em andamento: Ideias Inovadoras; Geração do Conhecimento; Geração do Conhecimento-Novos Talentos, Produtos Inovadores (2 rodadas realizadas, uma em 2018 e outra em 2019), Inova Gestão.

2. Encomendas Estratégicas

Este eixo tem como objetivo atender a demandas específicas da Fiocruz de acordo com a agenda prioritária do Ministério da Saúde, emergências sanitárias e órgãos internacionais. Editais em elaboração: Animais Peçonhentos, Violência e Saúde, Genética de Doenças Raras, Inova COVID-19 - Resposta rápida, Inova COVID-19 - Geração de Conhecimento, Equipamentos Inova, Territórios Sustentáveis e Saudáveis no contexto da pandemia COVID-19.

3. Redes e Capacitação

Este eixo tem como objetivo o suporte à formação e capacitação de excelência em áreas de geração do conhecimento e inovação, bem como ao estabelecimento de redes de colaboração em pesquisa. Editais em andamento: Pós-Doutorado Júnior; Empreendedorismo (Inova Labs).

4. Desenvolvimento Regional

Este eixo tem como objetivo a promoção do desenvolvimento regional com vistas a atender demandas de saúde locais e potencializar a obtenção de recurso através da parceria com as fundações de apoio à pesquisa (FAPs), onde o financiamento é partilhado com a unidade técnico-científica e a Agência de fomento estadual. Já estão em andamento os projetos com os Institutos nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia e Paraná.

Quadro 2.1 – Editais do Programa Inova Fiocruz

Edital	Objetivo
Ideias Inovadoras	Apoiar ideias inovadoras para o sistema de saúde pública e destina-se a todos os servidores da Fiocruz em todas as áreas de atuação da instituição.
Geração de Conhecimento	Selecionar projetos interdisciplinares que abordem questões relevantes para o SUS e destina-se a servidores da Fiocruz em função de pesquisa com doutorado.
Geração de Conhecimento - Novos Talentos	Estimular recém-doutores de forma a ampliar as competências científicas e tecnológicas em áreas estratégicas.
Produtos Inovadores	Selecionar projetos já em desenvolvimento, com possibilidades concretas de geração de produtos
Pós-Doutorado Júnior	Subsidiar projetos de pós-doutorado em diversas áreas e tem como público pesquisadores com doutorado obtido nos últimos sete anos.
InovaLabs	Preparar pesquisadores para desenvolver produtos, serviços e processos inovadores nas áreas de oncologia e emergências sanitárias.
Atenção Primária de Saúde - PMA	Selecionar projetos que visem o uso dos resultados das pesquisas no campo da saúde pública, para a melhoria das condições de vida da população e do Sistema Único de Saúde - SUS.
Inova COVID-19 - Resposta rápida	Apoiar propostas voltadas para a pandemia da COVID-19 que possam trazer ações, decisões e respostas rápidas.
Inova COVID-19 – Geração de Conhecimento	Selecionar propostas para a “Geração do Conhecimento” nas áreas definidas pela Fiocruz como prioritárias para a Pandemia da COVID-19.
Equipamentos Inova	Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a formação de pessoas em áreas estratégicas e prioritárias para a sociedade, proporcionando condições para o crescimento e consolidação da pesquisa científica e tecnológica.
Inova Gestão	Encontrar ideias que façam a diferença na área de gestão para que possam contribuir de forma efetiva nos processos finalísticos da Fiocruz.
Territórios Sustentáveis e Saudáveis	Induzir, articular e fortalecer ações territorializadas que promovam saúde e sustentabilidade nos territórios no contexto atual da pandemia COVID-19 e do pós-pandemia, considerando a integração de saberes e práticas sobre a determinação socioambiental da saúde e a integridade aspiracional da Agenda 2030.

Um resumo das dimensões do Programa Inova no período 2018-2020 pode ser visualizado nas seguintes informações:

- 85,5 milhões de reais em fomento
- 1.230 projetos submetidos / 478 projetos aprovados
- 3.228 pessoas envolvidas nos projetos
- 661 parceiros externos
- 180 avaliadores internos / 115 avaliadores externos
- 32 áreas de pesquisa

2.1.3 – Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde (PMA)

Criado em 2015, este [Programa](#), que está no âmbito da Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas, induz e fomenta os trabalhadores da Fiocruz a desenvolverem pesquisas que visem uso dos resultados para melhoria das condições de vida da população e do Sistema Único de Saúde – SUS. Em sua metodologia, o PMA organiza redes colaborativas com os grupos de pesquisa e incentiva a transferência de conhecimento técnico-científico entre os participantes da Rede, a comunidade científica e os interlocutores/público-alvo específicos de cada pesquisa (profissionais de saúde, gestores, usuários do SUS, instituições da sociedade civil, etc.) e a sociedade brasileira. Busca, assim, potencializar a interdisciplinaridade e a intersectorialidade por meio de ações colaborativas de trabalho entre pesquisadores, trabalhadores da administração pública e sociedade civil e fortalecer a articulação intra e interunidades da Fiocruz e as parcerias com instituições externas à Fundação.

2.1.4 – Pesquisa Clínica

A [Pesquisa Clínica](#) é um dos componentes importantes da pesquisa para a geração de produtos e metodologias e, na Fiocruz, tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento tecnológico, contribuindo para o alcance de autonomia e suficiência do País na pesquisa translacional, inovação e racionalidade dos processos e produtos para o cuidado da saúde da população brasileira. Por meio da pesquisa clínica, é possível avaliar novas formas de tratamento e produtos inovadores para a saúde capazes de substituir aqueles já existentes que garantam a segurança, eficácia e efetividade da abordagem terapêutica, diagnóstica ou profilática proposta.

A [Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica \(RFPC\)](#), constituída em 2012, promove a interação entre mais de 60 grupos de pesquisa clínica da Fundação, Além de representá-los junto à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC).

2.1.5 – Coleções Biológicas

As [coleções biológicas](#) são partes essenciais da infraestrutura de pesquisa e fundamentais para áreas como conservação, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Seu importante papel foi reconhecido pela nova lei brasileira, Lei 13.123/2015, sobre o acesso aos recursos genéticos. Constituem fontes de exemplares de micro-organismos, invertebrados, plantas e amostras histopatológicas relacionadas a pesquisas em saúde pública, que também oferecem produtos e serviços qualificados para aplicações em CT&I.

Para garantir a qualidade dos serviços, dos materiais biológicos e das informações associadas ofertados pelas coleções à rede de vigilância epidemiológica, academia e indústria, os procedimentos têm sido padronizados, com foco principal na gestão da qualidade e de dados e informações destas coleções, e assim garantir que elas também cumpram seu objetivo primário, o de repositórios da biodiversidade brasileira.

2.1.6 – Rede Fiocruz de Biobancos

Os biobancos são reservatórios de longa duração, responsáveis pelo armazenamento e gerenciamento de amostras de diversos tipos de materiais humanos (tecidos, sangue, material genético, entre outros, de acordo com normas e padrões nacionais e internacionais), necessários para uso em várias pesquisas. Sua obtenção e armazenamento pressupõem o consentimento prévio, livre e esclarecido do participante, bem como a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o material será armazenado.

Formalizada em 2015, a [Rede Fiocruz de Biobancos](#), plataforma coordenada pela VPPCB, conta com a representação das unidades técnico-científicas que possuem biobancos. O objetivo central é estabelecer e manter biobancos estruturados em rede para dar suporte a projetos de pesquisa que sejam de benefício e de interesse da saúde pública em âmbito nacional, levando em consideração a política de CT&I da Fiocruz.

2.1.7 – Programas de incentivo (PIBIC e PIBITI)

A Fiocruz participa da iniciativa nacional apoiada pelo CNPq de incentivo à iniciação científica, por meio de dois [programas](#), que são geridos pela VPPCB, e envolvem os diversos programas de pesquisa.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa desenvolver o pensamento crítico e a iniciação científica de estudantes de cursos de graduação e de nível médio, para a formação de novos pesquisadores. Orientados por pesquisadores da Fiocruz, são estimulados a desenvolver o pensar científico frente aos problemas da sociedade - na área de saúde - e a elaboração de sua pesquisa.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem o objetivo de estimular estudantes do ensino superior e o desenvolvimento e a transferência de novas tecnologias e inovação aplicadas às necessidades da área de saúde da população brasileira.

2.1.8 – Comitês de Ética da Fiocruz

Na Fiocruz há [comitês de ética](#) para pesquisas que envolvem seres humanos e comissões de ética para pesquisas que envolvem animais. Ambos são instâncias autônomas. Em 2018 com a criação da Unidade de Gestão de Integridade e suas instâncias (ver item 2.8), os Comitês de Ética passam a ter interface com o Sistema de Gestão de Integridade da Fiocruz.

Os Comitês de Ética em Pesquisa na Fiocruz analisam e avaliam projetos de pesquisa envolvendo seres humanos a fim de garantir que as pesquisas atendam aos fundamentos éticos, científicos e ao cumprimento das Resoluções do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Atualmente a Fundação tem nove comitês de ética, sendo um vinculado à VPPCB (CEP Fiocruz). Os demais são de Unidades da Fundação que contam com comitês de ética próprios, com as mesmas responsabilidades e prerrogativas. São elas: Ensp, EPSJV, IFF, IAM, IGM, INI, IRR e Fiocruz Brasília. Em 2011 foi instituído o Fórum de Comitês de Ética de Pesquisa da Fiocruz (CEPs), vinculado à VPPCB. Considerando a importância de promover a integração entre os Comitês de Ética em Pesquisa da Fiocruz, o Fórum é composto pelos coordenadores de todos os CEPs das Unidades Técnico-Científicas (ou seus representantes), dois representantes da VPPCB e dois integrantes do quadro da Fundação.

Além dos Comitês de Ética, há as Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) que são a instâncias responsáveis pela avaliação e qualificação ética de procedimentos experimentais que envolvem o uso de animais de laboratório no âmbito Fiocruz. Assim, toda atividade que envolva o uso de animais na Fiocruz deverá ser previamente submetida à análise e aprovação da CEUA garantindo atendimento às normativas do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Atualmente, a Fundação conta com uma CEUA, vinculada à VPPCB, e mais 4 Comissões de Ética no Uso de Animais, vinculadas a diferentes unidades: IAM, IGM, IOC e Fiocruz Rondônia. Para garantir integração das comissões da instituição e harmonizar a forma como devem conduzir seus trabalhos, foi criado o Fórum de CEUAs.

2.2 – Políticas de Educação

2.2.1 – Diretrizes gerais

Ao estabelecer a sua natureza e finalidade, o Estatuto vigente da Fiocruz explicita para a instituição um campo de atuação complexo que articula a participação na elaboração de políticas públicas de saúde, educação e CT&I; a realização de pesquisas básicas e aplicadas; a formação de recursos humanos; o desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos para a saúde; a fabricação de produtos e medicamentos; o desenvolvimento de atividades assistenciais de referência em apoio ao SUS; a prestação de serviços e cooperação técnica no campo da saúde e CT&I; a preservação da memória da saúde e das ciências biomédicas, dentre outros.

Desta forma, a política educacional é necessariamente articulada com outras políticas, como a de pesquisa, de comunicação e informação, de prestação de serviços e entregas de produtos de saúde à população.

A governança do ensino na Fundação acompanha o modelo de gestão da instituição como um todo, que se organiza em colegiados, com reuniões periódicas e análises de processos de maior abrangência na instituição e nas Unidades, tendo o Conselho Deliberativo e o Congresso Interno como as instâncias decisórias mais abrangentes.

No período mais recente, várias das diretrizes educacionais definidas pelo VIII Congresso Interno (2017) vieram reafirmar ou dar precisão e caráter geral para ações e iniciativas estratégicas que já vinham se realizando na Fiocruz, a maioria delas debatidas em reuniões anteriores da Câmara Técnica de Educação. O [Relatório Final do VIII Congresso Interno](#) traz as diretrizes que mereceram maior atenção neste período atual, que podem ser resumidas nas seguintes (sem ordem de importância):

- ampliar as ofertas educacionais da Fiocruz, potencializando e criando sinergia entre elas.
- contribuir para a diminuição das desigualdades regionais em relação à formação de pessoal;
- atuar na formação dos trabalhadores do SUS, em todos os níveis educacionais, pautada pelas necessidades de saúde da população e garantindo a integração ensino-serviço-comunidade;
- ampliar o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS;
- construir de forma democrática e participativa uma política de internacionalização da educação;
- investir em abordagens pedagógicas inovadoras favorecendo a articulação interdisciplinar;
- fortalecer e ampliar as experiências e práticas de educação a distância, obedecendo a política de acesso aberto;
- formular uma política institucional de assistência estudantil, mantendo políticas afirmativas e inclusivas e definindo estratégias de acompanhamento e apoio ao estudante cotista,
- formular uma política de acompanhamento ao egresso;
- fortalecer a perspectiva dos direitos humanos nas ações educacionais (princípios de igualdade, não discriminação, transparência e participação social, dentre outros).

Em razão de sua importância para a orientação coletiva da atuação educacional na Fiocruz, as diretrizes pactuadas são reproduzidas integralmente no **Quadro 2.3**, adiante.

Quadro 2.2 – Diretrizes da Política Educacional da Fiocruz (*)

Da Tese 1

Diretriz 13 - Ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional pública, potencializar e criar sinergia entre os projetos educacionais existentes para o SUS, também investindo na formação permanente de seu próprio quadro de trabalhadores, favorecendo a reflexão crítica e política para a transformação da cultura organizacional e da realidade em que a instituição atua.

Da Tese 2

Diretriz 09 - Ampliar o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS, reforçando as pós-graduações e *stricto sensu*, especialização, educação técnica em saúde e o processo de educação permanente para o SUS e valorizando a visão da educação como formação humana e para a cidadania integrada ao contexto de trabalho, por meio do desenvolvimento de parcerias com instituições públicas (escolas estaduais e municipais de saúde pública, escolas técnicas do SUS e institutos federais de educação,) pela consolidação de instituições de ensino para ações locais e pelo reforço institucional da Universidade Aberta do SUS.

Da Tese 3

Diretriz 10 - Fortalecer a formação de discentes/trabalhadores, promovendo o desenvolvimento de competências que permitam a proposição, a análise crítica e a implementação de projetos e ações que impactem as estruturas e finalidades do SUS, além de promover a integração dos diversos programas da instituição. (p.32)

Diretriz 11 - Fortalecer, ampliar e avaliar as experiências e práticas de EAD na Fiocruz, modernizando e compartilhando conteúdos e metodologias, buscando consolidar também as instituições de ensino locais, obedecendo a política de acesso aberto, em consonância com o projeto político-pedagógico da Fiocruz e de suas unidades.

Diretriz 12 - Investir na pesquisa e desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais sensíveis à complexidade e à incerteza que caracterizam os problemas sociais e de saúde, favorecendo particularmente a articulação interdisciplinar mediante estratégias inovadoras de educação.

Diretriz 13 - Contribuir para a diminuição das desigualdades regionais em relação à formação de pessoal, por meio da ampliação da oferta de ações e estratégias formativas nas regiões menos favorecidas, instituindo parcerias que respeitem e fortaleçam a autonomia científica e tecnológica dessas regiões.

Diretriz 14 - Formular uma política institucional de assistência estudantil que garanta continuamente o amparo e a permanência do estudante.

Diretriz 22 - Estabelecer estratégia para apoio e acompanhamento dos estudantes cotistas, visando maior integração do educando e favorecendo seu processo de formação.

Diretriz 23 - Formular uma política institucional de assistência ao egresso, tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho.

Diretriz 24 - Contribuir para que o projeto político-pedagógico das instituições de formação dos trabalhadores para o SUS seja pautado pelas necessidades de saúde da população e mediado por um processo formativo interprofissional, humanista e tecnicamente qualificado que valorize os saberes e práticas produzidos no território e o caráter presencial da formação para o cuidado em

saúde de modo a garantir a integração ensino-serviço-comunidade e as experiências da diversidade de cenários/espços de vivências e práticas do trabalho no SUS.

Diretriz 25 - Promover a integração dos diversos programas de ensino, mediante o estabelecimento de eixos comuns a serem incorporados aos programas de pós-graduação da Fiocruz, considerando as especificidades de cada programa.

Diretriz 26 - Fortalecer a perspectiva dos direitos humanos nas atividades acadêmicas e na formulação de políticas públicas, de forma a assegurar que princípios como igualdade e não discriminação, transparência e direito à participação da sociedade orientem as abordagens e se contraponham às medidas regressivas em curso e potenciais.

Da tese 7

Diretriz 04 - Contribuir decisivamente para a qualificação profissional no tema (vigilância), identificando as necessidades atuais e potenciais da área e promovendo articulação institucional que se traduza em fortalecimento programas de formação de pessoal no campo, incluindo iniciativas em áreas não contempladas – como as doenças crônicas não transmissíveis –, bem como expandindo a atuação para regiões hoje pouco atendidas pela Fiocruz, segundo os princípios da precaução e equidade.

Da Tese 9

Diretriz 03 - Utilizar de forma integrada a capacidade instalada nas diversas unidades da Fiocruz para gerar, de forma sustentável, atividades de pesquisa, **educação**, atenção à saúde, desenvolvimento tecnológico, inovação e transferência tecnológica em saúde para a Amazônia, articulando parcerias com instituições de CT&I na região

Diretriz 13 - Fomentar as atividades de educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico a fim de potencializar os recursos da biodiversidade amazônica e o conhecimento tradicional associado, de acordo com as políticas de patrimônio genético e de inovação.

Da Tese 10

Diretriz 06 - Construir, de forma democrática e participativa, políticas de internacionalização da educação, ciência, tecnologia e inovação da Fiocruz.

Da Tese 11

Diretriz 08 - Manter políticas afirmativas e inclusivas em todos os níveis educacionais, garantindo acesso a todas as pessoas.

Diretriz 16 - Estabelecer estratégias para apoio e acompanhamento dos estudantes

cotistas, visando a maior integração do educando, favorecendo seu processo de formação e re-
toalimentando os programas de inclusão da instituição.

Preocupação forte do debate coletivo no VIII Congresso refere-se à busca de maior integração, em diversos níveis, incluindo a política educacional. A esse propósito, na fundamentação da Tese 10 (página 30), o texto acentua:

“Os desafios da saúde no Brasil são múltiplos e complexos e para fortalecer a geração de conhecimento que sejam eficientes na resolução dos problemas impostos, a Fiocruz precisa atuar de maneira a estabelecer arranjos mais cooperativos e eficientes, que gerem ações mais efetivas em uma atuação coordenada. Atualmente, há uma fragmentação importante nas ações institucionais, que poderá ser superada com processos mais integradores, como a implantação de programas e plataformas integrativos e, especialmente, através de políticas e estratégias institucionais indutoras de articulação e cooperação entre grupos e institutos de pesquisa, assim como de unidades, centros e programas de formação de recursos humanos. Nesta perspectiva, os editais internos de financiamento de pesquisas e de cursos são instrumentos potenciais que podem estabelecer impacto positivo nessas diferenças. É também importante que tenhamos um sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação atrelado a formação de profissionais e especialistas que atendam às necessidades de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do País.”

Em síntese, uma grande orientação política para a atuação da instituição no campo educacional pode ser englobada na ideia de “Fiocruz Nacional”, que é a busca de criação de um sistema Fiocruz de pós-graduação, que é traduzida em várias iniciativas estratégicas integradoras, articulando com o esforço de fortalecer instituições, nos estados e municípios, com quem se viabilizam redes colaborativas. E isto, com o foco na diminuição das desigualdades regionais de acesso à saúde e à educação, reverberando na formação dos profissionais que atuam no SUS.

Em outra vertente, é importante o investimento na ampliação da política de internacionalização da educação, que envolve iniciativas diversificadas de cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.

A construção e implementação de uma política educacional multifacetada, viabilizada por todas as unidades da instituição, atuando em diferentes regiões, territórios e campos do conhecimento e da pesquisa, em uma instituição com forte tradição de gestão participativa, exige um sistema de governança, que será descrito adiante, e que também é complexo e em permanente processo de aperfeiçoamento e mudanças.

2.2.2 – Governança da educação na Fiocruz

A governança da política educacional na Fiocruz, por um lado, engaja vários agentes, mecanismos e instâncias relacionados aos programas, unidades e áreas que realizam as ofertas educacionais. Por outro lado, a coordenação e articulação desse conjunto diversificado são viabilizadas pela atuação da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação – VPEIC, mediante vários dispositivos.

As Unidades atuam com bastante autonomia, articulando suas ações e definições por meio de diversos fóruns e instâncias, sendo o Conselho Deliberativo da Fiocruz e o Congresso Interno as instâncias máximas de articulação, decisão e unificação.

Funcionamento nas unidades

O campo educacional, nas unidades e escritórios, possui variações quanto ao formato de organização interna nas unidades, adequadas às suas características e dimensões de suas ofertas educacionais, existindo variadas instâncias deliberativas e de assessoria, como comissões, câmaras técnicas e colegiados. A organização e denominações dessas estruturas de gestão podem variar, desde coordenações a Vice-Direções, seja de Ensino ou de Educação, e algumas incorporando outros campos, tais como a pesquisa, informação, comunicação ou a divulgação.

Ressalte-se que as unidades técnico-científicas possuem uma direção eleita pelos servidores da unidade e nomeada pela Presidência da instituição. As Unidades possuem seu Conselho Deliberativo, que é composto principalmente pelos Vice-Diretores, dentre os quais o de Ensino, e chefes de departamentos ou laboratórios. Trata-se da instância máxima de decisão no nível da unidade, que em determinados momentos toma decisões no campo educacional, com propostas trazidas pela Vice-Direção de Ensino ou por seus demais membros.

Em várias unidades há a Câmara Técnica de Ensino ou Educação, espelhadas na Câmara Técnica de Educação da Fiocruz. E cada programa de pós-graduação *stricto sensu* possui sua Comissão de Pós-graduação.

Algumas unidades com maior diversidade de oferta de cursos de especialização, constituíram seus Colegiados ou Comissões para essa modalidade de cursos. As várias unidades que oferecem programas de residências constituíram suas Coreme (Comissão de Residência Médica) e/ou Coremu (Comissão de Residência Multiprofissional), para cada um dos seus programas. E a Escola Politécnica possui uma Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde (Cogetes).

Todas as unidades possuem também suas estruturas responsáveis pelos serviços de secretaria acadêmica, que contam com equipes especializadas, cada uma estabelecida de acordo com as necessidades e especificidades da unidade. Todas as secretarias acadêmicas (SECA) utilizam o sistema de gerenciamento acadêmico – SIGA, que é coordenado pela VPEIC, por meio da Coordenação Geral de Educação.

Atuação da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC)

A Presidência da Fiocruz, conforme previsão do Estatuto, possui cinco Vice-presidências, dentre as quais a VPEIC. Além de representar ou substituir o Presidente da instituição, o Vice-presidente cuida de coordenar, apoiar e avaliar programas horizontais do campo educacional, promovendo a articulação e a integração entre as ações dos vários programas e unidades da Fundação. Cabe a essa Vice-presidência coordenar e integrar projetos educacionais que alcancem várias ou todas as unidades, promovendo e apoiando iniciativas inovadoras, projetos de cunho transversal e integrador. Assim, a consolidação de uma política educacional integrada é o motor da atuação da VPEIC.

As vice-presidências são, formal e politicamente, parte da Presidência e não possuem estruturas organizacionais previstas estatutariamente. No caso da VPEIC, que abarca os amplos campos da educação, informação e comunicação, constituíram-se coordenações, compostas por pequenas equipes, responsáveis por campos específicos desta atuação. São cinco equipes: Coordenação Geral de Educação (CGE), Coordenação de Informação e Comunicação (Cinco), Coordenação de Divulgação Científica, Campus Virtual Fiocruz (CVF) e a Coordenação de Gestão e Planejamento.

Coordenação Geral de Educação (CGE)

É responsável por *acompanhar, articular e fomentar as ações de educação* da Fiocruz, ofertadas por suas Unidades e Escritórios, nos diversos níveis educacionais e modalidades, buscando permanentemente o aumento da *integração das iniciativas* e o aperfeiçoamento dos resultados institucionais no campo educacional. Coordena a Câmara Técnica de Educação.

Pode-se dividir sua atuação em quatro propósitos: (1) buscar a integração da oferta educacional das diversas unidades, por meio de mecanismos de participação e articulação que levem à produção de orientações comuns; (2) fomentar e apoiar iniciativas educacionais alinhadas às prioridades e necessidades definidas pelas orientações estabelecidas nos congressos internos da Fiocruz; (3) representar institucionalmente a Fundação junto aos órgãos de regulação e fomento do ensino; (4) cumprir funções técnico-administrativas relacionadas à gestão educacional (tais como emissão de diplomas do *stricto sensu* e coordenação de sistema de informação da gestão acadêmica – SIGA).

Para o acompanhamento e gerenciamento do Sistema SIGA, a CGE possui equipe que realiza interlocução contínua com as Secretarias Acadêmicas das unidades, por meio da qual consolida as informações gerais sobre a oferta educacional da Fiocruz, além de exercer funções de orientação, capacitação e incentivo à padronização de procedimentos, quando couber.

Devido à grande diversidade e complexidade do campo educacional na Fiocruz, a CGE se organizou por meio de equipes específicas, também chamadas de coordenações adjuntas, a saber:

- Coordenação Adjunta do Stricto Sensu
- Coordenação Adjunta do Lato Sensu
- Coordenação Adjunta de Qualificação e EAD
- Coordenação Adjunta de Residências em Saúde
- Coordenação Adjunta da Educação Internacional

Ademais, tem sob sua responsabilidade o Centro de Apoio ao Discente (CAD) e a interação e apoio à Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Atua de modo articulado com a Coordenação do Campus Virtual Fiocruz (CVF).

É importante destacar que, sendo a Fiocruz primeiramente um centro de pesquisa fortemente engajado na pós-graduação stricto sensu com programas de muito relevo para os sistemas de Saúde e de CT&I, e não sendo uma típica Instituição de Ensino Superior componente do sistema federal de ensino, sua Coordenação Geral de Educação cumpre a função de *Pró-reitoria de Pós-graduação*, representando a Fundação no FOPROP (Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação) e nas ações gerais junto à Capes.

Também é de destacar que a CGE, por meio de sua Coordenação Adjunta do Lato Sensu, exerce a coordenação executiva da Escola de Governo, credenciada em 2017 para a regularização das ofertas de cursos de especialização, coordenando o Fórum da Escola de Governo Fiocruz.

Campus Virtual Fiocruz (CVF)

Lançado em 2016 pela VPEIC, o [Campus Virtual](#) é ambiente que integra as iniciativas de ensino da instituição, funcionando como o portal da educação na Fiocruz, agregando e disponibilizando as informações educacionais, sendo o principal local de busca sobre os cursos ofertados por todas áreas e Institutos da Fundação, de todos os níveis e modalidades. Ele reúne e disponibiliza um conjunto de ferramentas e recursos importantes para disseminação das estratégias de acesso aberto, colaboração e gestão de cursos, entre os quais destacam-se: o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, um espaço para seus cursos MOOCs, o Educare – Ecosistema de Recursos Educacionais e ainda Guias e Manuais para docentes (Guia de Recursos Educacionais Abertos, Tecnologias Educacionais, videoconferências, etc.)

O CVF permitiu a integração e gestão compartilhada de recursos para educação a distância e uso de tecnologias digitais na educação presencial. Também responde hoje pela gestão dos cursos de qualificação presentes no CVF, com acompanhamento do processo de inscrição, seleção, certificação on-line e relatórios. Ademais, propiciou a integração dos processos informativos (divulgação científica em saúde, educação popular em saúde) com os especificamente formativos, promovendo a aproximação entre os cursos presenciais e a distância, assim como entre os diversos programas – sejam eles da educação corporativa, da educação profissional ou dos cursos de pós-graduação e stricto sensu.

O CVF atua em parceria e colaboração com demais redes, como a UNA-SUS e com o Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS, e permanente interação com as unidades e programas educacionais da Fiocruz.

Coordenação de Divulgação Científica

Área transversal que atua na interface entre educação, informação e comunicação, para engajar e apoiar o conjunto das unidades da Fiocruz. Cabe à VPEIC desenvolver ações de articulação, fomento e

coordenação de ações estruturantes no campo da Divulgação Científica no conjunto da instituição, contando com o apoio e parcerias com unidades com amplo conhecimento e experiência nesse âmbito, como a Casa de Oswaldo Cruz. A área Divulgação Científica articula estratégias de comunicação pública da ciência com a dimensão político-cultural e a popularização da ciência. Cabe a esta equipe da VPEIC a coordenação de importantes iniciativas que envolvem o conjunto da instituição: Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, Fórum de Divulgação Científica (FDC), Programa Mulheres e Meninas na Ciência, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, além da oferta de cursos transversais para os programas de pós-graduação, nos campos da divulgação científica e da ciência aberta.

Fóruns de debate, articulação e avaliação da política educacional

A construção da “unidade com respeito à diversidade” é marca que caracteriza a Fundação Oswaldo Cruz, que é resultado da aglutinação de diferentes experiências institucionais do campo da saúde pública do País, e que se caracteriza pela descentralização de suas atividades em diversas unidades que atuam com autonomia relativa. A gestão participativa é elemento importante para a consolidação do processo decisório democrático, com funcionamentos em rede, e construção de consensos por meio de diversos fóruns participativos. Neste aspecto, as Câmaras Técnicas são instâncias integradoras e mecanismo para um eficiente processo de articulação institucional. A Câmara Técnica de Educação (CTE) tem papel relevante na construção e evolução da política educacional da Fiocruz, e, da mesma forma, muitas das unidades da instituição possuem fóruns similares em seu âmbito.

Nas últimas décadas a Fundação ampliou muito as suas atividades educacionais, com diversos níveis e modalidades de oferta, e isso levou à construção de outros espaços para o debate, acompanhamento e avaliação de campos específicos da educação, razão pela qual foram criados os seguintes fóruns: Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, Fórum da Escola de Governo Fiocruz, Fórum de Coordenadores de Residências em Saúde, Fórum de Qualificação e EAD.

Na atualidade, esses fóruns propiciam intercâmbio e aprofundamento em tópicos de seus campos específicos, e a Câmara Técnica de Educação é o espaço maior de aglutinação e discussão da política educacional em seus aspectos mais globais.

Câmara Técnica de Educação (CTE)

Coordenada pela VPEIC, por meio de sua Coordenação Geral de Educação, a Câmara Técnica de Educação (CTE), de acordo com o regimento interno das câmaras técnicas ([Portaria nº 275/2010-PR/Fiocruz](#)), tem a função de garantir assistência técnica e científica à Presidência e ao Conselho Deliberativo da Fiocruz, contribuindo para a formulação e avaliação da política educacional e promovendo a articulação horizontal, ou seja, a maior integração entre os diversos programas educacionais e a atuação das unidades técnico-científicas. Suas formulações, quando aprovadas por maioria, são apresentadas como proposições ao Conselho Deliberativo.

A CTE possui reuniões regulares semestrais. É composta pelos Vice-Diretores de Ensino das Unidades, coordenadores dos programas de pós-graduação stricto sensu, coordenadores de cursos de especialização e de residências, e outros convidados. As reuniões são coordenadas pela CGE, e acompanhadas por representantes e coordenadores dos vários Fóruns da educação.

Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu

Espaço de articulação e intercâmbio de informações e experiências, entre os coordenadores dos mais de 40 programas de pós-graduação stricto sensu, o Fórum-SS é conduzido pela Coordenação do Stricto Sensu da CGE, e se reúne semestralmente ou quando necessário, contribuindo para integração de propostas e atuação coordenada dos programas stricto sensu nas interlocuções com os órgãos reguladores, especialmente a Capes. Também participam das reuniões os Vice-Diretores de Ensino das Unidades.

Fórum da Escola de Governo Fiocruz

Em março de 2017 foi homologado o credenciamento institucional da Fiocruz como escola de governo,¹³ necessário para regularização da oferta dos cursos de pós-graduação/especialização. Trata-se de um credenciamento único da instituição, que possibilita a todas as unidades atuarem com esses cursos. A Escola de Governo Fiocruz (EGF) é, portanto, um arranjo institucional que articula todas áreas da Fundação engajadas em cursos de especialização, presenciais e a distância. Cabe à VPEIC coordenar a EGF e, por meio de sua Coordenação Geral de Educação, a coordenação executiva do Fórum da Escola de Governo Fiocruz (FEGF), criado para fomentar o debate, analisar as demandas vindas das unidades e da CTE relativas aos cursos, propondo planos e estratégias para a EGF. A Coordenação do Lato Sensu, da CGE, faz o apoio cotidiano ao funcionamento da EGF, mantendo a interlocução e orientação às unidades, assim como o acompanhamento às atividades regulatórias, incluído o gerenciamento das informações da Fiocruz no sistema e-MEC.

Este fórum tem reuniões regulares semestrais e é composto por representantes da VPEIC (CGE, CLS) e um representante titular e um suplente de cada uma das unidades que ofertam cursos de especialização, indicados pelo Vice-Diretor de Ensino da unidade.

Fórum de Coordenadores das Residências em Saúde

Criado em 2017 pela VPEIC, é um espaço coletivo de troca de experiências, apoio e fortalecimento à gestão dos programas, garantindo o alinhamento institucional com as políticas nacionais do MEC e MS voltadas para as residências. Assessora a Câmara Técnica de Educação e é composto por coordenadores dos programas e seus adjuntos.

Reunindo-se regularmente, o Fórum compartilha conhecimentos sobre as singularidades e aspectos comuns aos diversos programas ofertados pelas unidades, e constrói consensos sobre aspectos valorativos, organizacionais e regulatórios relativos ao campo das residências.

Fórum de Qualificação e Educação a Distância

Este fórum foi constituído inicialmente para articular as reflexões e ações comuns no campo da educação a distância, que exige cada vez mais a pactuação de padrões, linguagens e estratégias articuladas. Em 2019 foi ampliado para debater a ampla oferta de cursos de qualificação (composto de diversas ofertas de curta duração) com vista a construir consensos e avançar na estruturação do acompanhamento e gestão da oferta desses cursos, que é realizada por todas as unidades e apoiada pelo Campus Virtual Fiocruz, por meio de várias iniciativas e, principalmente, pela instituição do sistema de acompanhamento de cursos de livre oferta.

2.2.3 – Gestão acadêmica

A gestão acadêmica é composta pelo conjunto de medidas e orientações para o adequado funcionamento das ofertas educacionais e pelas estruturas e modelos organizativos para a administração dos programas e cursos, acompanhamento de discentes e diversas outras ações.

Considerando a diversidade de situações existentes no conjunto das unidades da Fiocruz (tamanho e variedade da oferta educacional, estruturas físicas disponíveis, força de trabalho engajada, dentro outras características), os modelos de gestão acadêmica combinam definições centralizadas e coordenadas pela Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação e elaborações singulares em cada unidade, coerentes com suas necessidades e definições técnico-políticas internas.

13. [Portaria MEC nº 331/2017](#)

Em linhas globais, a gestão acadêmica na Fundação resulta da articulação entre orientações gerais, previstas nos Regimentos Educacionais (que se baseiam nos valores e diretrizes educacionais comuns e nas orientações dos órgãos reguladores da educação, para os diversos níveis e modalidades), na atuação das Secretarias Acadêmicas (SECA) e na utilização de sistema de registro acadêmico.

Regimentos Gerais da Educação

Para garantir as medidas e padronizações mínimos necessários a atender às exigências do campo da regulação educacional e às definições estratégicas gerais emanadas dos Congressos da Fiocruz, ao mesmo tempo mantendo alto grau de autonomia para a atuação dos programas educacionais e unidades ofertantes de cursos, a Fiocruz estabeleceu, por meio de sistemática participativa e democrática, os regimentos gerais para os programas de pós-graduação *stricto sensu* e para os cursos de pós-graduação – especializações. Esses regimentos foram atualizados em 2020. Da mesma forma, existem regimentos específicos voltados a cada programa de residência, e normativos orientadores para a educação técnica profissional em saúde, assim como orientações gerais para os cursos de qualificação profissional.

Esses documentos expõem um conjunto de orientações genéricas e balizadoras que garantam a cada unidade ou programa responsável pela elaboração e implementação dos cursos, o alinhamento mínimo necessário e ao mesmo tempo a clareza para o exercício das definições autônomas.

O *Regimento da Pós-Graduação Lato Sensu – Especializações* foi atualizado em 2020 com base nas seguintes premissas: ser um norteador amplo, que respeita a autonomia das unidades; construído por meio de trabalho colaborativo e representativo de todas as unidades que ofertam cursos de especialização; e, valorizando o aproveitamento do trabalho já realizado para a versão anterior do documento.

Como avanço em relação à edição de 2010 vigente até 2020, o novo Regimento das Especializações fortalece as instâncias colegiadas; dialoga com o regimento dos programas *stricto sensu*; dá destaque para ações afirmativas; incorpora a modalidade educação a distância; considera o credenciamento da Fiocruz como Escola de Governo e a legislação pertinente. Faz também as atualizações para considerar as orientações e definições da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação denominados cursos de especialização.

Cada unidade ofertante de cursos de especialização deve adequar seus regimentos de cursos, estabelecendo definições mais detalhadas e adequadas às suas especificidades, em elaboração harmônica com as orientações de caráter comum e geral contidas no Regimento dos Cursos de Especialização.

A atualização do *Regimento Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu* foi realizada de modo concomitante àquela operada para os cursos de especialização, tendo ocorrido oficina para produção de aproximações e homogeneização de conceitos e linguagens entre os dois regimentos, quando pertinente. As premissas para o trabalho foram semelhantes: esforço colaborativo, garantindo a representatividade das unidades da Fiocruz; base inicial no regimento geral da pós-graduação vigente desde 2008; busca de garantia de autonomia das unidades e dos programas. Além disso evitou-se o excessivo detalhamento e a inclusão de questões processuais, cabendo a regulamentação complementar às unidades e programas de pós-graduação.

Os principais aperfeiçoamentos no novo regimento do *stricto sensu* foram similares aos do regimento do *lato sensu*: fortalecimento das instâncias deliberativas colegiadas; diálogo com o regimento do *lato sensu*; fortalecimento do seu caráter balizador, remetendo as especificidades para os regimentos dos programas; ampliação de alguns pontos como nos objetivos dos programas; atualização e adaptação às novas legislações, com destaque para as ações afirmativas na educação, formas associativas de oferta, doutorado profissional e internacionalização.

O *Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio* está reproduzido como parte do [Projeto Político Pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio](#).

Quanto aos Regulamentos dos Cursos de Residência em Saúde, encontra-se em discussão a criação de padrões comuns para os diversos programas existentes na instituição. Na atualidade, cada programa

possui o seu regulamento, que segue as normatizações provenientes da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) ou da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde – CNRMS, devidamente ajustado às especificidades de cada unidade ofertante.

Por fim, há o esforço de elaborar orientações gerais e comuns para harmonização das ofertas dos cursos de qualificação, variados e inúmeros cursos de curta duração que são amplamente ofertados pelas unidades da Fundação. O principal esforço foi a construção de um vocabulário comum para uma multiplicidade de denominações diferenciadas.

Secretarias Acadêmicas (SECA)

Todas as unidades da Fiocruz possuem serviços estruturados de Secretaria Acadêmica (SECA), que são organizados e implementados de modos variados, de acordo com as necessidades educacionais de cada uma. O principal elemento unificador do trabalho de todas as SECA é a utilização do Sistema de Gerenciamento Acadêmico – SIGA.

Tais secretarias podem ser maiores ou menores, dependendo da quantidade de programas e modalidades de ofertas educacionais operadas pelas unidades. Algumas unidades, por exemplo, possuem equipes diferenciadas para o *stricto sensu* e o *lato sensu*.

Os processos de integração entre os trabalhos das diversas secretarias acadêmicas vêm sendo implementados nos últimos anos, principalmente por meio do intercâmbio de experiências e elaborações conjuntas de orientações e procedimentos. Por iniciativa do Instituto Fernandes Figueira, em 2017 foi ofertada a primeira turma do Curso de Especialização em Gestão Acadêmica, voltado aos profissionais da Fundação. Os discentes do curso mobilizaram-se e criaram o Fórum das Secretarias de Educação da Fiocruz, também chamado Fórum das SECAs, que tem se reunido regularmente desde então. Uma segunda turma do curso, parceria entre IFF e Ensp, foi realizada em 2018.

Sistema de Registro Acadêmico (SIGA/SIEF)

A informatização dos processos administrativos relacionados ao ensino ofertado pela Fiocruz remonta ao ano de 2003, quando foi disponibilizada a Plataforma SIGA, voltada para o gerenciamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Posteriormente foram desenvolvidos sistemas voltados para os programas de pós-graduação *lato sensu* (SIGA-LS) e, por último, para o ensino profissional em saúde (SIGA-EPS). Tais sistemas cresceram separadamente, não estando interligados.

A implantação do SIGA representou importante melhoria nas informações educacionais, mas, com o passar dos anos, houve grande aumento das ofertas educacionais em diferenciados modelos, que evidenciou limites do sistema de informação. Desde 2015 a instituição iniciou o desenvolvimento de um novo sistema, adequado às demandas contemporâneas e que superasse os principais problemas detectados, por exemplo, a falta de interoperabilidade entre os sistemas SIGA (SS, LS e EPS).

Em busca de um sistema mais ágil, com flexibilidade e que possa integrar diferentes processos educacionais de vários níveis e complexidade, destacando também modelos transversais, multidisciplinares e interativos, iniciou-se a construção do *Sistema Integrado de Educação da Fiocruz* (SIEF). Este novo modelo, ainda em elaboração, já está sendo testado em várias unidades. Suas principais características: é um sistema integrado; utiliza código aberto; é modular; modelo baseado em dados abertos; arquitetura orientada a serviços; gestão compartilhada; gerência de configuração centralizada.

Tal sistema vem sendo criado com aderência completa ao e-MAG (recomendações governamentais de acessibilidade eletrônica). Ele não é um site ou portal, e sim um sistema baseado em serviço, ou seja, o usuário entra em um link que o leva ao serviço.

Além do apoio operacional, o SIEF também apoiará a geração de relatórios gerenciais e atenderá as necessidades das secretarias acadêmicas, coordenadores, discentes e docentes. Contemplará as estruturas para edições e ofertas de cursos, com gerenciamento de bolsas e vida acadêmica dos estudantes (notas, dis-

ciplinas, carga horária, diplomas ou certificados, históricos e situação do aluno no curso).

O Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA) é coordenado e apoiado pela Coordenação Geral de Educação da VPEIC, que possui equipe responsável por coordenar as interações com as unidades, realizando, inclusive, capacitações de profissionais usuários do sistema.

A elaboração do Sistema Integrado da Educação da Fiocruz é operacionalizada pela Coordenação Geral de Gestão da Informação e Comunicação – Cogetic e acompanhada pela CGE/VPEIC, com a participação de representantes das Secretarias Acadêmicas.

2.2.4 – Política de Internacionalização de Educação

A vocação internacional da Fiocruz está presente já no seu nascedouro, em 1900. Ao longo de seus 120 anos consolidou-se como instituição de pesquisa e ensino fortemente articulada com o desenvolvimento científico e educacional nos campos da saúde, em constantes interações com sólidas instituições nacionais e internacionais.

Por intermédio do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS), a instituição mantém estreita relação com organismos internacionais: com a ONU (promovendo a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável), com a OMS (pela qual foi reconhecida como Centro Colaborador em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul), e com a OPAS (com quem desenvolve vários programas e mantém o Campus Virtual em Saúde Pública). A Fundação relaciona-se também com diversas organizações regionais, com destaque para a OEA, a União Europeia e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Da mesma forma mantém parcerias e intercâmbios com entidades nacionais de diversos países, nos vários continentes.

Para o trabalho internacional, a Fiocruz adotou dois conceitos básicos: (1) Diplomacia da saúde e de ciência e tecnologia em saúde, e (2) cooperação estruturante em saúde. O primeiro conceito envolve o conjunto de políticas, instrumentos e mecanismos utilizados para tratar das questões de saúde e de CT&I que transcendem as fronteiras nacionais e expõem os países às influências globais que impactam a saúde dos seus habitantes. A cooperação estruturante em saúde, com destaque à cooperação Sul-Sul, procura superar o antigo modelo de “doador-receptor” para uma reorientação da negociação diplomática de cooperação entre instituições e/ou países, pela qual os “parceiros” construam conjuntamente suas iniciativas de cooperação, harmonizando interesses, respeitando a apropriação e liderança de cada um, desenvolvendo uma abordagem integral dos sistemas de saúde e aproveitando uma articulação em rede que permita o real intercâmbio entre todos e o aproveitamento da reciprocidade do esforço realizado.-

A cooperação Sul-Sul em geral se orienta para o fortalecimento das capacidades institucionais dos sistemas públicos de saúde e dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação nos países envolvidos, com destaque para a cooperação com outros países da América Latina, participando da RESP-AL, e países Africanos de Língua Portuguesa, com destaque para a cooperação com Moçambique (Coopbrass, ver adiante).

Para o campo educacional, em setembro de 2017, o Conselho Deliberativo aprovou a [Política de Internacionalização de Educação da Fiocruz](#), dando maior precisão à sua atuação institucional. Para isso, a Política articula análise do cenário da cooperação internacional em saúde e estabelece diretrizes, objetivos, estruturas e responsabilidades.

O objetivo geral formulado para a Política é “promover a internacionalização da educação, pesquisa, inovação através da diplomacia das colaborações e dos intercâmbios internacionais em ciência e saúde, fundamentada na qualidade e princípios éticos, ampliando a visibilidade interna e externa de nossas atividades e redes internacionais em prol da melhoria da saúde global”. Este se desdobra em objetivos específicos vários, que impulsionam a atuação internacional, as iniciativas de incremento aos cursos em língua estrangeira, a expansão da oferta e a visibilidade das atividades internacionais, o aperfeiçoamento do processo de acolhimento ao estudante estrangeiro. Também acentua a institucionalização do comprometimento das unidades da Fiocruz com a internacionalização e a garantia de sustentabilidade do processo de internacionalização.

A implementação da política de internacionalização de ensino envolve todas as Vice-presidências da Fiocruz. À VPEIC compete monitorar a implementação da política nas áreas de educação, informação e comunicação, estimulando a discussão do monitoramento e avaliação dos indicadores de internacionalização de suas áreas de atuação nas Câmaras Técnicas de Educação e na de Informação e Comunicação. Também compete à VPEIC promover, juntamente com o CRIS, a discussão da necessidade de ajustes e alterações na Política de Internacionalização relativas às suas áreas de atuação.

Na VPEIC, a Coordenação Geral de Educação (CGE) conta com a assessoria da Coordenação da Educação Internacional, que participa também da Câmara Técnica de Cooperação Internacional. Sua atuação consiste na coordenação das várias estratégias de internacionalização, incluindo o Programa Institucional de Internacionalização (PrInt Fiocruz/Capes) e diversas iniciativas relativas ao fomento a cursos internacionais de curta duração, acompanhamento de programas em co-tutela e incentivo à mobilidade de discentes e docentes, incluindo projetos de apoio a estudantes (cursos de inglês acadêmico e português para estrangeiros) e de qualificação das secretarias acadêmicas para melhor acolhimento do aluno estrangeiro.

Programa Institucional de Internacionalização (PrInt Fiocruz/Capes)

A Fiocruz aderiu ao Programa Institucional de Internacionalização – PrInt, instituído pela Capes em 2017, com uma proposta inovadora que articula num projeto em rede todos os seus 16 programas de pós-graduação elegíveis (com conceitos 5, 6 e 7 na avaliação Capes) (Quadro 2.3).

O [PrInt Fiocruz](#) tem o objetivo de ampliar a inserção internacional da Fundação na educação, na ciência, na tecnologia e na produção de conhecimento de fronteira, através da criação de ambientes integradores inclusivos de trabalho em rede, capazes de atrair estudantes e pesquisadores para estudo, com visão multidisciplinar de grandes temas globais e que reforcem o papel da Fiocruz como instituição articuladora da cooperação norte-sul em educação, ciência e tecnologia para a saúde.

Quadro 2.3 – Programas de Pós-Graduação da Fiocruz participantes do PrInt

Programa	Conceito Capes	Unidade
Biodiversidade e Saúde	5	IOC
Biologia Celular e Molecular	7	
Biologia Parasitária	7	
Biologia Computacional e Sistemas	5	
Medicina Tropical	6	
Ensino em Biociências e Saúde	6	
Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa	6	IGM
Ciências da Saúde	7	IRR
Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas	5	INI
Vigilância Sanitária	5	INCQS
Informação e Comunicação em Saúde	5	ICICT
Epidemiologia em Saúde Pública	6	ENSP
Saúde Pública e Meio Ambiente	5	
Saúde Pública	6	
História das Ciências	5	COC
Saúde da Criança e da Mulher	5	IFF

Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global – Coopbrass/Capes

A Fiocruz teve aprovada sua participação nos termos do Edital nº 5/2019 da Capes para o Programa Coopbrass, tendo decidido conjuntamente com as unidades que apresentaram interesse, concentrar o uso dos recursos em um único projeto com Moçambique, composto por dois grandes eixos temáticos:

- enfrentamento de doenças infecciosas e parasitárias, doenças negligenciadas e emergências sanitárias (incluindo relações com fatores determinantes e agravantes); e
- fortalecimento dos sistemas de saúde com vistas à melhoria das condições de saúde e redução de desigualdades (englobando DSS, estudos epidemiológicos, estudos sobre sistemas de saúde, estudos históricos e divulgação científica).

2.2.5 – Integração das unidades na oferta educacional

A integração entre as unidades é uma das diretrizes que impulsiona as ações educacionais da Fundação, tendo caráter articulador e potencializador de várias outras diretrizes estabelecidas pelo VIII Congresso Interno, com destaque para o esforço de *diminuição das desigualdades regionais em relação ao acesso à formação de pessoal*. Isto é propiciado mediante a interação de Unidades com instituições locais e da integração entre unidades e programas, favorecendo a oferta de cursos nas regiões e o fortalecimento das redes de pesquisa e ensino como estratégias para atender as demandas do país. Como decorrência, há também o fortalecimento dos programas de pós-graduação da Fiocruz, como atesta a última avaliação da Capes (2017).

As ações para integração entre as unidades, estimuladas e apoiadas pela VPEIC, vêm acontecendo de forma sistemática e são discutidas no âmbito da Coordenação de Estratégias de Integração Regional e Nacional da Fundação Oswaldo Cruz, do Fórum das Unidades Regionais (FUR) e das reuniões da Câmara Técnica de Educação (CTE), importantes espaços para a construção de consensos sobre as possibilidades de colaboração entre programas de pós-graduação e as diversas unidades técnico-científicas. Como elementos importantes para a viabilização de ações integradas, o Campus Virtual Fiocruz e a UNA-SUS alargaram as possibilidades para a construção de ofertas inovadoras, utilizando de tecnologias de informação e comunicação apropriadas para garantir o acesso de discentes dos vários níveis de formação e em todo o território nacional. Entre as ações voltadas para a integração implementadas nos últimos anos, destacam-se:

Consórcios entre programas de pós-graduação stricto sensu e turmas fora de sede: O consórcio é estratégia utilizada com êxito para formar quadros em unidades da própria instituição, especialmente naquelas situadas em regiões que possuem maior carência de profissionais de saúde, como a Fiocruz Amazonas e a Fiocruz Piauí. Destacam-se também as turmas fora de sede, ofertadas por várias unidades, no eixo profissional.

Disciplinas transversais: no segundo semestre de 2020, partindo de experiência com o curso de Divulgação Científica (2018), foi iniciada, no Campus Virtual Fiocruz, a oferta de disciplinas transversais, construídas coletivamente por meio do engajamento de profissionais de diversos programas e unidades, com a coordenação da CGE. Como resultado de experiências iniciadas em 2015, e discutidas em várias reuniões da Câmara Técnica de Educação, sua implementação foi acelerada em razão da necessidade de ofertas remotas, como parte das estratégias de manutenção das atividades educacionais durante o período de isolamento social provocado pela COVID-19. As disciplinas transversais abordam temas comuns à formação nas áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação da Fundação e permitem maior integração e troca de experiências entre os programas, alunos e docentes. As primeiras disciplinas ofertadas foram: Metodologia Científica, Biossegurança, Divulgação Científica e Ciência Aberta. Graças às possibilidades de gerenciamento

acadêmico propiciadas pelos Campus Virtuais, essas disciplinas também podem ser ofertadas como cursos de qualificação, abertos ao público. Possuem a vantagem de poderem atender discentes situados em qualquer parte do país.

Cursos de curta duração com abrangência internacional: no âmbito do Programa de Excelência no Ensino, iniciativas divulgadas em edital visam incentivar e consolidar a cooperação e intercâmbio dos Programas de Pós-graduação da Fiocruz entre si e com instituições estrangeiras, por meio de concessão de recursos para apoiar a realização de cursos de curta duração com abrangência internacional.

Mobilidade acadêmica: esta iniciativa, por meio de edital, seleciona alunos de programas de mestrado (acadêmico e profissional) ou doutorado que tenham interesse em desenvolver projetos de pesquisa em unidades ou escritórios da Fiocruz, distintas daquelas nas quais estão regularmente matriculados, ampliando a possibilidade de capacitação técnico-científica dos pós-graduandos, induzindo uma formação mais ampla e diversificada de profissionais da saúde, além de amplificar as oportunidades de interdisciplinaridade.

Professor-Pesquisador Visitante Sênior: também por meio de edital, a iniciativa oferece ao pesquisador experiente oportunidade e o desafio de contribuir para as ações de ensino e pesquisa em unidades e escritórios instalados recentemente, ou situados em áreas com menor densidade de cursos de pós-graduação stricto sensu. A implementação do Plano de Atividades também visa captar recursos de forma independente, auxiliar a estruturação e fortalecer programas de pós-graduação nestas unidades, assim como a orientação de alunos de mestrado e doutorado.

2.2.6 – Avaliação institucional e educacional

As sistemáticas de avaliação estão disseminadas na cultura de gestão participativa que caracteriza a Fundação Oswaldo Cruz. A consolidação de um sistema de governança democrática, por meio do qual se consolida o planejamento institucional participativo e ascendente, coloca as práticas de avaliação no centro dos processos de debate interno e nas tomadas de decisão sobre os rumos e prioridades da instituição.

Nos Congressos internos quadrienais, a instituição consolida sua análise dos contextos externo e interno e, consoante avaliação de sua atuação no período anterior, define ou atualiza seus objetivos estratégicos. A agenda estratégica é permanentemente trabalhada nos vários fóruns, desde o Conselho Deliberativo da Fiocruz até os fóruns internos das Unidades.

Em razão da diversidade de seus campos de atuação, muitos dos quais exigem rígidos critérios de segurança e acompanhamento, disseminaram-se na instituição diversos mecanismos de avaliação focados em tópicos institucionais específicos. Existem desde os procedimentos previstos nas legislações relacionadas ao controle, quanto aqueles construídos e pactuados nos processos internos de construção de consensos.

No âmbito da formulação de políticas avaliativas, a Fiocruz vem priorizando a construção de conhecimentos sobre a sua realidade educacional, identificando as demandas do seu público e do Sistema Único de Saúde, para confrontar suas limitações e potencialidades. Esse movimento está viabilizando a indução de mudanças e a consolidação de projetos exitosos, definindo prioridades de intervenção e prospecção de cenários. No período 2016-2020 foram construídos avanços nas práticas de autoavaliação, com destaque para a constituição da Comissão Própria de Avaliação (2016) e da construção do sistema de acompanhamento de egressos (2019-2020).

A Política de Avaliação da Fiocruz tem como principal objetivo reforçar a sinergia entre as diversas unidades e entre as áreas de atuação, o que remete a uma concepção de pensar a Fundação enquanto um sistema em rede. No campo educacional, a meta é promover a integração dos diversos programas de ensino,

mediante o estabelecimento de eixos comuns a serem incorporados aos programas de pós-graduação da Fiocruz, considerando as especificidades de cada programa. Assim, o aprimoramento de mecanismos de avaliação e a definição de indicadores de integração contribuem para imprimir maior eficiência institucional, com o potencial para gerar maior efetividade nas ações de ensino.

Nesse contexto, as Unidades que compõem a Fundação têm papel determinante nas ações de planejamento das atividades de educação, o que envolve organizar e aperfeiçoar suas informações e registros, ampliando e aperfeiçoando os processos de avaliação interna para ampliar e integrar, cada vez mais, um sistema de ensino com qualidade e que atenda as demandas da SUS e da sociedade.

A prática avaliativa na educação é um processo que ocorre em níveis distintos, da avaliação de aprendizagem em sala de aula à realizada por órgãos externos. Na Fiocruz ela ganha contornos diferenciados, tanto por envolver cursos que estão relacionados à preservação da vida, quanto ao fato de ser uma instituição que associa a educação ofertada à pesquisa, à assistência e à produção, sempre em conformidade com as especificidades de cada Unidade. Portanto, a estrutura avaliativa da Fiocruz articula ações da gestão pública federal em geral, como a Avaliação do Desempenho Institucional e individual,¹⁴ com as específicas de cada segmento em que atua.

A avaliação é normalmente um desafio, tanto para o avaliador quanto para o avaliado. Entretanto, a presença de uma cultura avaliativa facilita o enfrentamento deste desafio, especialmente quando é percebida como parte integrante das crenças, valores, estilos e comportamentos disseminados e incorporados pela comunidade interna da instituição como elemento benéfico para todos. Nesse sentido, a cultura da avaliação está inserida no cotidiano da Fundação como elemento basal das suas ações atuando, pedagogicamente, no sentido de prover subsídios para decodificar desafios e corrigir trajetórias, conduzindo a forma de pensar e de agir na constante busca pela excelência em tudo que é feito na instituição.

Os processos avaliativos perpassam a Fiocruz no seu cotidiano, tanto pelos canais de escuta à sociedade, quanto pelos sistemas interno e externo de monitoramento institucional. A busca é sempre pela consolidação gradual da cultura de excelência e de integridade, tendo como foco a adoção de boas práticas organizacionais, seguindo normas e regulamentos nacionais e internacionais, para atender as demandas da coletividade, mantendo o alinhamento com as orientações normativas e às políticas governamentais da administração pública federal.

Cabe lembrar que a Fundação possui, dentre seus objetivos, produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), contribuindo para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

No âmbito da educação, a trajetória que materializa a avaliação como uma cultura parte da pactuação de indicadores institucionais e individuais específicos, cujo objetivo é alcançar a excelência e a efetividade social do ensino ministrado em cada curso. Esses princípios são disseminados à sociedade pela Carta de Serviços Fiocruz, por meio do canal oficial da instituição, o Portal Fiocruz, assim dando visibilidade ampla aos compromissos da Fundação com a sociedade, envolvendo o conjunto de seus trabalhadores.

Em síntese, pode-se ponderar que no campo da educação a presença da cultura avaliativa está presente em todo o processo de desempenho global da instituição, refletindo a soma do alcance das metas de cada Unidade que, no cômputo final, representa a avaliação do desempenho de cada servidor nos processos de formação e qualificação de profissionais. Uma perspectiva que vem sendo, ao longo dos anos, ratificada pelo desempenho dos cursos alcançados, tanto por intermédio da visão e sucesso dos seus egressos, quanto pelos resultados obtidos nas avaliações externas realizadas pela Capes, em que se destaca a grande propor-

14. [Portaria 522/2017-PR-FIOCRUZ](#).

ção de cursos com conceito máximo (5, nos Mestrados Profissionais e 7, nos mestrados e doutorados acadêmicos) (Quadro 4.5).

A avaliação tem um forte significado político e uma importante dimensão ética, não apenas técnica, portanto, as dimensões que perpassam o processo avaliativo refletem, também, valores que a instituição considera como sendo estruturantes na relação que mantém com a sociedade. No caso da Fiocruz, o pressuposto assumido é que a excelência do processo avaliativo está em ser **útil** ao produzir resultados confiáveis e proveitosos; viável na realização de sua trajetória, por ser factível e pela adesão dos envolvidos; preciso na construção de indicadores representativos, na elaboração de seus instrumentos e no tratamento de seus dados; e **ético**, em seus propósitos e consequências, prezando pela transparência e pelos cuidados necessários para preservar a legalidade e lisura do processo.

Evidentemente que a avaliação deve ser norteada por indicadores que, no seu conjunto, forneçam informações que permitam um diagnóstico, mas lembrando que são sinalizadores, portanto, devem ser capazes de captar as mudanças, quando essas existem.

Contemplando as diretrizes e indicadores dos instrumentos de avaliação do MEC e da Capes, de acordo com cada nível e modalidade de ensino, associados à prática avaliativa e aos indicadores institucionais já consolidados na Fundação, o entendimento é que a avaliação formal ou sistemática não deve ser realizada somente para obter resultados, mas para ser crítica da realidade e promover transformações. Um processo contínuo de melhorias que abarca, além da aprendizagem, a construção de novas vias de produzir e disseminar conhecimento. Nesse sentido, o principal foco do Planejamento da Avaliação na Fiocruz nos últimos anos tem sido, essencialmente, desenvolver e implementar um conjunto de programas permanentes de avaliação e de monitoramento das atividades de educação, tendo como objetivo captar tendências, corrigir trajetórias e promover sinergias. Dentre as iniciativas que foram criadas e que permanecerão ativas destacam-se:

Definição de indicadores de desempenho institucional

A Avaliação do Desempenho Institucional da Fiocruz, cuja organização interna é competência da Coeplan, desdobra-se em: Avaliação de Desempenho Institucional Global (ADIG), que visa mensurar o desempenho conjunto nas principais áreas de atuação e macroprocessos desenvolvidos na Instituição, incluindo indicadores referentes às atividades finalísticas e compromissos assumidos pela Fundação, preferencialmente de acordo com as diretrizes estratégicas vigentes; e Avaliação de Desempenho Institucional Intermediária (ADII), que compreende o desempenho de cada Unidade separadamente.

Anualmente, a Fiocruz pactua e publica seu conjunto de indicadores e metas Globais e Intermediários utilizados para Avaliação do Desempenho Institucional da Fundação, dando prosseguimento às práticas de monitoramento e avaliação. Ao longo do ano, as metas pactuadas são apuradas conforme calendário anual e podem ser revistas, na hipótese de superveniência de fatores, não motivados pelos seus responsáveis, que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, gerando uma publicação de atualização de metas. Por fim, ao término do ciclo de avaliação de desempenho, uma portaria com os resultados da Instituição é publicada.¹⁵

Os principais indicadores globais pactuados para a área de educação em 2020 foram os seguintes:

- Tempo Médio de Titulação (TMT) dos cursos stricto sensu (em meses):¹⁶ reflete a capacidade de cumprimento dos prazos de referência para a defesa de teses e dissertações. Aplica-se ao Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico. Futuramente, poderá ser incluído o TMT do Doutorado Profissional.

15. As publicações referentes aos últimos ciclos (2016 a 2020) estão disponíveis nas seguintes Portarias da Presidência: [267/2017-PR](#), [154/2018-PR](#), [5534/2019-PR](#) e [5418/2020-PR](#)

16. Em virtude da pandemia, a [Portaria nº 55](#), de 29 de abril de 2020, da Capes, excluiu a variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020.

- Índice de egressos nos cursos lato sensu e na Educação profissional: reflete a capacidade de cumprimento das metas de egressos nos cursos lato sensu e na Educação profissional e ensino técnico, presencial e à distância, em relação ao previsto para o ano e em atendimento às metas pactuadas com o Ministério da Saúde.

Além desses, cada unidade seleciona sua cesta de indicadores, replicando os indicadores globais ou incluindo outros indicadores da área de educação, como o número de alunos matriculados por tipo de curso, presencial ou à distância.

Diretrizes para a educação a considerar nos processos avaliativos

Na perspectiva de aprimorar os processos avaliativos internos e contribuir para o enriquecimento das avaliações externas, o VIII Congresso da Fiocruz definiu sete diretrizes básicas da área de educação que, desde 2018, estão em andamento e devem ser levadas em consideração na avaliação dos impactos nas ações educacionais da instituição, sendo eles:

- a) Promover e aprofundar a participação social no planejamento e avaliação das ações da Fiocruz para a sustentação política da instituição e a legitimação ampla de seu papel, resguardando e fortalecendo seus valores e princípios como instituição pública de Estado. - Diretriz 12 (T1)
- b) Intensificar a atuação institucional junto às agências financiadoras no constante aprimoramento dos critérios de avaliação, introduzindo parâmetros mais qualitativos que reflitam o impacto do conhecimento gerado para a sociedade. - Diretriz 5 (T3);
- c) Reorientar a perspectiva de avaliação interna da efetividade dos processos de produção de conhecimento e tecnologia na Fiocruz, baseando-a primordialmente na capacidade de contribuir para a resolução de problemas de saúde da população, e na garantia de representatividade das unidades nas referidas comissões de avaliação. - Diretriz 06 (T3);
- d) Fortalecer, ampliar e avaliar as experiências e práticas de EAD na Fiocruz, modernizando e compartilhando conteúdos e metodologias, buscando consolidar também as instituições de ensino locais, obedecendo a política de acesso aberto, em consonância com o projeto político-pedagógico da Fiocruz e de suas unidades. - Diretriz 11 (T3);
- e) Estabelecer estratégia para apoio e acompanhamento dos estudantes cotistas, visando maior integração do educando e favorecendo seu processo de formação. Diretriz 22 (T3);
- f) Criar mecanismos de avaliação e acompanhamento que possibilitem monitoramento institucional permanente dos projetos de prestação de contas à sociedade dos resultados, fortalecendo ações de comunicação e apropriação social da ciência. - Diretriz 02 (T5);
- g) Implantar um novo ambiente para inovação em pesquisa e desenvolvimento científico que oriente as políticas institucionais alinhado às políticas de acesso aberto, de inovação e propriedade intelectual da Fiocruz, às publicações, à abertura dos dados científicos e a novos métodos e novas métricas de estudos qualitativos e quantitativos que revelem os produtos gerados pelas atividades da instituição além dos avanços acadêmicos, consolidando mecanismos e plataformas estruturantes para a gestão e a avaliação das atividades institucionais. - Diretriz 17 - (T5).

Gestão da qualidade no ensino na Fiocruz

A Coordenação de Qualidade da Fiocruz (CQUALI), vinculada à Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional, tem por objetivo coordenar o processo de implementação do Modelo da Excelência da Gestão Pública (MEGP) e de formulação das diretrizes da qualidade na Fundação, fortalecendo e acompanhando a implantação e a implementação dos Sistemas Locais de Gestão da Qualidade (SLGQ) em suas diversas Unidades, em conformidade com a [Política da Qualidade da Fiocruz](#).

No campo da educação, a CQUALI faz monitoramento e produção de relatórios sobre a organização e a gestão do ensino nas Unidades. Os resultados obtidos subsidiam as tomadas de decisão dos gestores, tendo como foco a inovação e a melhoria do desempenho institucional.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Fiocruz criou a sua Comissão Própria de Avaliação – CPA no início de 2016,¹⁷ no contexto do credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo, como parte das condições orientadas pelo Ministério da Educação visando a regularização da oferta dos cursos de especialização pós-graduação lato sensu ofertados pela maioria das unidades da Fundação. Isto foi necessário porque norma anterior do Conselho Nacional de Educação,¹⁸ revogara normas de credenciamento especial para oferta de especializações pelas instituições que não compusessem o Sistema Federal de Ensino, com a exceção das Escolas de Governo, desde que estas se submetessem a processo de credenciamento educacional pelo Ministério da Educação. As Comissões Próprias de Avaliação são previstas na lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.¹⁹

Para a criação da Comissão, a Fiocruz levou em conta a experiência institucional de avaliação já existente, estabelecendo que a CPA deve produzir a articulação de conhecimentos gerados por essas avaliações específicas com a elaboração de novas abordagens para avaliação da área educacional. A referência está na crença de que o desenvolvimento institucional deve estar articulado às ações de planejamento, gestão e avaliação dos serviços prestados; os resultados obtidos pela CPA são entendidos como partes de um processo de autoconhecimento institucional, dentro dos pressupostos da gestão participativa e democrática.

A CPA teve seu escopo de trabalho focado na autoavaliação dirigida à oferta de cursos de especialização, condição para o credenciamento da Escola de Governo. Para o período 2021-2025, a atuação da Comissão deverá ter seu escopo ampliado para adaptar-se ao novo contexto em que os programas stricto sensu começam processos de autoavaliação, para atender a novas recomendações das avaliações da Capes. O alargamento da atuação da CPA resultará em elevação do grau da avaliação institucional na educação, mediante a integração dos trabalhos e sistemas, a uma análise mais global dos resultados e o consequente aumento da integração das ações no processo de melhorias contínuas na educação oferecida pela Fundação.

Nesse processo, a CPA deve conjugar aos resultados obtidos na avaliação interna os resultados da avaliação dos Programas, tanto as externas, quanto aquelas desenvolvidas no âmbito de cada Unidades da Fiocruz, na forma de Autoavaliação.

Sistema de acompanhamento de egressos

Com o objetivo de propiciar conhecimento sobre o impacto social e nucleação da Fiocruz, o sistema de acompanhamento de egressos tem, dentre suas finalidades, ampliar o apoio ao egresso, incentivando a formação continuada e a criação de redes entre alunos e ex-alunos, produzindo indicadores sobre o perfil dos egressos e o impacto da formação na sua trajetória profissional, além de identificar as eventuais contribuições técnico-científicas dos egressos para a sociedade.

A construção do sistema se iniciou em 2019, com a realização de um levantamento junto aos egressos do período de 2013 a 2019 de todos os programas de pós-graduação stricto sensu da Fiocruz e dos cursos de pós-graduação lato sensu (especializações e residências), auxiliando no processo de Autoavaliação e produzindo informações para o planejamento e a gestão dos cursos e das atividades de apoio. O survey foi

17. Portaria nº 200/2016-PR. Normas e informações relativas à CPA-Fiocruz: [Portal Fiocruz](#)

18. [Resolução CNE/CES nº 07/2011](#).

19. [Lei nº 10.861/2004](#).

atualizado para incluir os egressos de 2020, de forma a constituir uma linha de base e trazer insumos para a implementação do sistema de acompanhamento contínuo a partir de 2021. O sistema deverá alcançar, gradualmente os demais níveis de oferta educacional. Maiores detalhes sobre o acompanhamento de egressos estão no tópico 2.2.8.

Autoavaliação dos cursos

As avaliações do curso e do programa visam promover mudanças na qualidade dos serviços educacionais prestados, possibilitam replanejar as estratégias e aperfeiçoar os procedimentos, a fim de se atingir os objetivos previamente definidos. Avaliam-se as disciplinas ou módulos ao seu final, de sorte a colher informações sobre os conteúdos, as oficinas, disciplinas e módulos, atendimento administrativo, o corpo docente e as instalações. Trata-se de um processo que varia a depender da natureza e objetivos de cada Unidade. Pode ser realizada por meio de autoavaliação, de levantamento de opiniões usando questionários ou formulários específicos, por escrito ou *on-line*, de forma anônima ou não, em que se obtêm informações segundo a perspectiva dos respondentes sobre a atuação do corpo docente e preceptores, de todos implicados no processo de realização dos cursos, e as condições estruturais da Unidade de ensino e pesquisa. Em geral, a análise crítica do programa ou curso possibilita à coordenação e sua equipe introduzir mudanças e ajustes na realização do curso a fim da consecução dos objetivos estabelecidos. As experiências exitosas são examinadas para difundi-las com os outros programas.

Neste contexto, a autoavaliação institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação (PDIE) da Fiocruz orienta-se pelos instrumentos de avaliação institucional para escolas de governo e para instituições de ensino superior, emanados da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e observados pelo INEP, com a definição das dimensões avaliativas e de seus conjuntos de indicadores.

2.2.7 – Apoio aos discentes

Acolhimento, atendimento e acompanhamento discente

A atenção, em seus vários sentidos, à diversificada comunidade estudantil atendida pelas ações educacionais da Fiocruz é uma prioridade permanente da instituição e, no período 2016-2020 a implementação de uma política sistemática e integrada de assistência aos discentes foi debatida e aperfeiçoada. O VIII Congresso Interno (2017) apontou, entre as várias diretrizes relativas à política educacional da Fiocruz, a importância de “formular uma política institucional de assistência estudantil que garanta continuamente o amparo e a permanência do estudante”. Também deu destaque à criação de estratégias para apoio e acompanhamento aos estudantes cotistas, visando sua maior integração. Estas orientações estão também abarcadas e ancoradas em outra diretriz que aponta para o fortalecimento da perspectiva dos direitos humanos nas atividades acadêmicas, para acentuar a garantia dos princípios de igualdade, não discriminação, transparência e direito à participação da sociedade.

Todas essas formulações encontram-se ancoradas nos princípios constitucionais democráticos, especialmente a afirmação de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”,²⁰ que ganham destaque e dão direcionalidade às ações, políticas e programas institucionais.

A política institucional de apoio, atendimento ou assistência estudantil é uma construção permanente que se realiza no interior das unidades, por meio de suas práticas concretas, e nos coletivos de integração das discussões, especialmente a Câmara Técnica de Educação, que tem se dedicado ao compartilhamento de experiências e aos debates de princípios e diretrizes comuns às unidades e aos diversos programas educacionais.

Em nível central, a criação do Centro de Apoio Discente (CAD) visou a articulação entre as demandas discentes e a resposta institucional. O CAD congrega diversas ações de apoio aos estudantes, desde o acolhimento individual até a participação em fóruns voltados para temas de interesse discente. Subsidiaria ainda outros setores com informações relativas aos discentes, colaborando em redes, projetos e atividades institucionais, tendo como horizonte a promoção do desenvolvimento discente, a integração e o equacionamento de situações que interfiram no processo formativo.

O CAD é um setor coordenado pela VPEIC, de apoio aos discentes de todas as unidades, no entanto, a responsabilidade sobre o acompanhamento e a assistência aos estudantes cabe, em primeiro lugar, às Unidades em que eles estão fazendo seus cursos. Estas têm implementado ações comuns e outras bastante diferenciadas, levando em conta as necessidades específicas de seus estudantes, de suas modalidades de oferta educacional e de suas possibilidades de concretização. Uma breve sistematização das principais ações pode ser vista nos seguintes aspectos:

- Elaboração de editais de processos seletivos de cursos garantindo a inclusão de cotas para grupos específicos conforme a legislação pertinente e as políticas e programas institucionais;
- Criação de espaços de acolhimento dos discentes para a possibilidade de escuta qualificada e apoio à solução de problemas;
- Manutenção de infraestrutura adequada para o convívio e a permanência dos estudantes na instituição, e também ações específicas de apoio aos discentes com deficiências;
- Criação e manutenção de editais institucionais específicos para disponibilização de convênios e bolsas diversas (CIEE, PIBIC, PIBITI, Professor-Pesquisador Visitante, demanda social), assim como apoio com bolsas próprias do orçamento da unidade, quando possível;
- Criação e manutenção de políticas acadêmicas para participação dos estudantes em eventos científicos;
- Criação de contas de correio eletrônico institucional para garantir aos estudantes acesso a periódicos e a outros serviços da Fiocruz;
- Programas de subsídio para alimentação dos estudantes;
- Parceria com a Associação de Pós-graduandos da Instituição;
- Manutenção do Programa Fiocruz Acolhe;
- Reconhecimento do desempenho acadêmico por meio de premiações específicas.

Para discentes das Unidades localizadas no Rio de Janeiro:

- Acesso aos cuidados e programas do Núcleo de Saúde do Trabalhador;
- Manutenção de alojamento para estudantes provenientes de outras regiões do País e de outros países.

Participação e organização estudantil

A gestão democrática e participativa é marca inerente à instituição, como já apontado na caracterização institucional, de tal forma que atender aos preceitos constitucionais e aos provenientes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é um caminho natural. A gestão democrática no ensino envolve a participação dos profissionais da educação, por um lado, e das comunidades escolar e local nos vários conselhos ou fóruns equivalentes. Na educação superior, a LDB assegura a existência de órgãos colegiados deliberativos.²¹

Considerando tanto a amplitude dos níveis de formação na Fiocruz, da educação básica à pós-graduação, quanto a amplitude das suas atividades, e considerando a diversidade das missões de suas unidades, a gestão democrática na instituição se apresenta em diferentes formatos. Na organização dos programas e cursos, em geral, a participação dos discentes se dá pela sua representação nas comissões e colegiados da Educação Básica e de Pós-Graduação e nas Câmaras Técnicas de Ensino.

A Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz-Rio de Janeiro (APG), constituída em 2012, representa os estudantes de cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu ofertados por unidades sediadas no estado do Rio de Janeiro. Nas diversas unidades da Fiocruz existem, de modos diversos, articulações ou representações discentes, que se mantêm em contato com a APG.

Entre muitas outras finalidades relacionadas em seu Estatuto, a APG se propõe a “avaliar continuamente a qualidade do ensino na pós-graduação e, quando necessário, reivindicar e sugerir as providências cabíveis”. A associação mantém relações de colaboração e parceria com a direção da Fiocruz, nos diversos assuntos relacionados à vida estudantil.

Em algumas unidades, já é garantida a participação de representantes do corpo discente nos fóruns de governança. Na governança geral, além de manter interlocução e cooperação contínua com a Coordenação Geral de Educação, a Associação de Pós-Graduandos participa ativamente das reuniões da Câmara Técnica de Educação, apresentando suas análises e demandas, e colaborando para a construção das políticas educacionais a cada momento.

2.2.8 – Acompanhamento de egressos

O acompanhamento da trajetória dos ex-alunos da Fundação pode ser um componente importante do processo de autoavaliação institucional, além de relevante para a gestão acadêmica e formulação de políticas de apoio aos discentes. No entanto, as ações de acompanhamento ou pesquisas de egressos eram, até 2019, realizadas somente por meio de estudos ad hoc ou por programas de pós-graduação ou áreas específicas de oferta, de forma fragmentada, sem maior integração entre as iniciativas.

Assim, dando concretude às orientações do VIII Congresso Interno (2017), que estabeleceu a diretriz de se “formular uma política institucional de assistência ao egresso, tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho”, a Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação incentivou e coordenou, ao longo do ano de 2019, os debates e ações para a implantação do sistema de acompanhamento de egressos, visto como um componente do sistema de avaliação da educação na Fiocruz. Num âmbito mais amplo, faz parte da construção da *Política de Egressos*, em que estará em foco a perspectiva de constituição de redes de ex-alunos (Alumni).

O Sistema de Acompanhamento de Egressos, em implantação, visa propiciar conhecimento para autoavaliação, planejamento e gestão dos cursos, além da compreensão sobre o impacto social e nucleação da Fiocruz. Ele é orientado a contribuir para responder a perguntas essenciais: Quem formamos? Para onde? Para quê? Qual a repercussão da formação na Fiocruz para a trajetória e prática profissional dos alunos? Qual

21. Lei nº 9.394/1996, art. 56.

a contribuição dessa formação para a geração de conhecimento e formação de quadros? Como pode ser avaliada a formação recebida para a vida profissional do egresso?

As diretrizes que orientaram o desenho e implantação desse sistema foram consolidadas coletivamente:

- ter caráter contínuo e estar integrado ao sistema de gestão acadêmica da instituição e como elemento integrante de uma política de egressos;
- gerar informações e indicadores de fácil acesso e utilização pelos coordenadores e professores;
- propiciar visibilidade para a sociedade (integração com Observatório em CT&I em Saúde e Campus Virtual Fiocruz);
- articular informações de fontes primárias (colhidas com os alunos no momento de entrada, término do curso e em intervalos anuais pré-estabelecidos) e quando necessário de bases secundárias disponíveis (Lattes, RAIS, CNES).

Durante 2019 e 2020 foi realizado o primeiro levantamento do perfil dos egressos provenientes dos programas *stricto sensu* e dos cursos *lato sensu* presenciais (especializações e residências), e iniciadas as medidas para o levantamento de perfil dos egressos da educação profissional em saúde.

O levantamento realizado por meio de um questionário eletrônico alcançou concluintes do período de janeiro de 2013 a maio de 2019, tendo sido enviado convite para 8.559 pessoas, com um retorno de 4.365 (51%) respostas, excelente resultado para esse tipo de consulta. Esse público respondente era originário de 40 programas *stricto sensu* (mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado), de 86 cursos de especialização e de 22 residências (enfermagem, médica e multiprofissional).

Os resultados e conhecimentos obtidos foram compartilhados com todos os programas e cursos, alimentando a autoavaliação e o desenho de nossas abordagens e perspectivas. O Capítulo 4 (Políticas acadêmicas) se beneficia desses resultados para análise da oferta educacional realizada.

A partir de 2021, serão adotadas estratégias para que o sistema funcione de forma contínua e seja gradualmente ampliado para envolver os egressos das outras modalidades educacionais e dos cursos de educação à distância.

2.2.9 – Formação docente

A formação pedagógica de docentes na Fiocruz é objeto dos intercâmbios e discussões na Câmara Técnica de Educação, pois é considerada elemento determinante para o enfrentamento ao desafio da adoção de estratégias inovadoras para a educação, uma das diretrizes apontadas pelo VIII Congresso Interno. Ademais, congressos anteriores já tinham apontado a importância das estratégias de formação por meio de redes colaborativas em todos os níveis, com o uso de abordagens pedagógicas inovadoras e o papel estruturante das novas tecnologias de informação e comunicação nas ações educacionais. Também destacaram o desafio de ampliação da escala de oferta educacional, a exigir o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias educacionais e comunicacionais, alertando que essas medidas exigem reflexão apurada sobre as estratégias didáticas mais apropriadas em cada caso, de acordo com as concepções que orientam a formação. Todos esses aspectos apontam para a importância da educação e atualização permanente dos docentes da instituição.

Desta forma, ao longo do período 2016-2020, além da busca de consensos para as linhas gerais da formação docente, foram implementadas diversas iniciativas estruturantes, com ofertas de cursos de tecnologias educacionais, realização de seminários, oficinas e intercâmbio de experiências. A construção de um programa integrado de formação docente na instituição foi objeto de seminário e elaborações ainda parciais, onde se vislumbraram alguns objetivos gerais para articular iniciativas permanentes e estratégicas sobre a formação docente:

- Promover a atualização pedagógica dos servidores da Fiocruz dedicados às funções docentes nos programas implementados pela instituição, por meio da articulação e integração de abordagens educacionais e pela capacitação em metodologias ativas, recursos e tecnologias educacionais inovadoras e pertinentes aos desafios postos para a educação na contemporaneidade.
- Contribuir para que os programas de pós-graduação stricto sensu incorporem o desenvolvimento de competências docentes na formação dos futuros mestres e doutores.
- Ampliar a quantidade de trabalhadores da Fiocruz capacitados a contribuir nos programas educacionais ofertados pela instituição.
- Fomentar os processos de pesquisa, sistematização e compartilhamento de conhecimentos relativos às metodologias e tecnologias educacionais utilizadas na Fiocruz, assim como as inovações provenientes de outras experiências, nacionais ou estrangeiras.

2.3 – Políticas de Comunicação, Informação, Divulgação Científica, Preservação de Acervos e Abertura de Dados de Pesquisa

A informação e comunicação permeiam todas as atividades da Fiocruz, instituição pública voltada à produção de conhecimento nas áreas de pesquisa, inovação, ensino, produção e assistência em saúde. A importância desses campos é refletida na estratégia aprovada no VII Congresso Interno da Fiocruz (2014) de “implementar e fortalecer a política de informação e comunicação integrada da Fiocruz, e consolidar uma política de divulgação e popularização da ciência e com foco nas demandas do SUS”. É fundamental destacar que faz parte da origem e da missão institucional a produção, disseminação e compartilhamento de conhecimento e tecnologia voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a Fundação reafirma o papel da comunicação como um dos determinantes sociais da saúde e é entendida “como um processo participativo e dialógico de produção, circulação, debate, acesso, compartilhamento, apropriação, ressignificação e intercâmbio de informações e sentidos” ([Política de comunicação](#), p. 15).

Por meio de políticas institucionais, a Fiocruz norteia as ações dos campos da comunicação, da informação, da divulgação científica e popularização da ciência, da promoção da saúde e de outras áreas. Neste âmbito existem já formalizadas as seguintes políticas: [Política de Segurança da Informação e Comunicações](#) (2012), [Política de Acesso Aberto ao Conhecimento](#) (2014), [Política da Qualidade](#) (2016), [Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais](#) (2018), [Política de Inovação](#) (2018), Política de gestão, abertura e compartilhamento de dados para pesquisa (2020) e a Política de Divulgação Científica (2020).

Nos últimos anos maior atenção tem sido dada à institucionalização dessas políticas, por meio da construção coletiva de documentos orientadores, que contribuem para articular as ações das diversas áreas e unidades da Instituição.

2.3.1 – Política de Comunicação da Fiocruz

O campo da comunicação na Fiocruz vem sendo constituído por diferentes processos e atores desde a sua origem. Já no início do século XX, sob liderança de Oswaldo Cruz, a instituição foi uma das pioneiras na criação de revistas científicas e também uma das precursoras na utilização das técnicas da fotografia, do desenho e da cinematografia para o registro e a divulgação da ciência. Iniciativas que se fortaleceram, multiplicaram e diversificaram ao longo do tempo e têm dado frutos há mais de um século.

Na atualidade, a Fundação edita revistas científicas e jornalísticas; produz e distribui livros acadêmicos e materiais audiovisuais sobre ciência e saúde; é responsável por programação de televisão; desenvolve e mantém intensa atividade em plataformas web, incluindo mídias sociais; preserva e disponibiliza imagens históricas e atuais, bem como mantém extensa rede de assessorias de comunicação institucional e de relacionamento com o cidadão. Essas iniciativas, em grande parte em acesso aberto, ilustram o quanto a comunicação

se firmou como área finalística e estratégica da Fiocruz e como componente fundamental do compromisso institucional com o SUS e o SNCTI.

No período 2015-2016, por meio de processo participativo, envolvendo consultas à comunidade e debates na Câmara Técnica de Informação e Comunicação, foi consolidado o documento da [Política de Comunicação](#), aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz em novembro de 2016.

O documento aponta, em sua introdução que “a comunicação é um bem público e uma das determinações sociais da saúde. Tal compreensão orienta a política institucional, que busca a efetivação do direito social, coletivo e individual à informação, à expressão e ao diálogo”. Conforme divulga o Portal Fiocruz, “a Política de Comunicação da Fiocruz tem por finalidade ser um instrumento orientador e normativo de ações alinhadas aos planos estratégicos da Fiocruz e às decisões de suas instâncias de gestão coletiva, bem como às proposições aprovadas pelas conferências nacionais de saúde. Objeto de permanente avaliação crítica, a Política localiza a comunicação como um campo de conhecimento que conjuga ensino e formulação de políticas públicas; pesquisa e desenvolvimento metodológico; assessoria e cooperação técnica; desenvolvimento de estratégias e inovações e atenção integral à saúde.”

Em sua formulação, há o reconhecimento de que é “imprescindível a articulação da comunicação com outros saberes, práticas e políticas públicas de diversos campos, tais como informação, educação e mobilização social, tecnologias de informação e comunicação, preservação do patrimônio científico e cultural, acesso aberto ao conhecimento.”

O documento aponta também que a acessibilidade, a interatividade, a pluralidade de vozes e a diversidade constituem “premissas básicas no diálogo com a sociedade, em um processo que se caracteriza como comunicação pública, que não deve ser confundida com comunicação governamental.” E destaca a importância dos mecanismos de monitoramento e avaliação permanente dos vários aspectos que constituem a política (uso de conteúdos e ferramentas, diretrizes gerais norteadoras para programas, etc), considerando como condições indispensáveis para “sua implementação o planejamento participativo, a garantia de financiamento, a definição de responsabilidades, a avaliação e a atualização.”

A Governança da Comunicação na Fiocruz

O documento da Política descreve a governança da comunicação em seu item 8, apontando que a estrutura da governança é também marcada pelos valores da transparência e do diálogo, em processo de debates amplos e participativos. As instâncias envolvidas e suas atribuições são descritas de modo descendente.

Conselho Deliberativo da Fiocruz – responsável pela tomada de decisão nas questões relacionadas à Política de Comunicação; conta com a assessoria da Câmara Técnica de Informação e Comunicação.

Presidência da Fiocruz – responsável por garantir a execução da Política, tem papel indutor, mobilizador e articulador da rede envolvida na execução dos diferentes aspectos previstos pela Política, cuida também do monitoramento global da comunicação na instituição. Por meio da Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC), faz a ponte entre os diferentes atores envolvidos na política.

Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação – articula estes três grandes campos de atuação da Fiocruz, que são essencialmente interligados, tendo papel de articulação e conexão com as várias unidades e áreas da Fundação relacionadas a esses campos, promovendo assim a integração e harmonização entre ações e programas. Estas ações são viabilizadas por meio da sua Coordenação de Informação e Comunicação (Cinco).

Coordenação de Informação e Comunicação – tem o propósito de coordenar as ações de comunicação e informação sob responsabilidade das Unidades da Fiocruz, sendo um canal de escuta entre elas e a Presidência, tendo o papel de articular os diferentes atores envolvidos. Assim, participa da construção e monitoramento das políticas de informação e comunicação, coordenando ou participando de suas instâncias de governança (acesso aberto, comunicação, preservação digital, dentre outras). Entre outras responsabilidades, cabe à Cinco coordenar e apoiar a Câmara Técnica de Informação e Comunicação.

Câmara Técnica de Informação e Comunicação – composta por representantes das áreas de informação e comunicação das unidades e instâncias da Fundação, é o espaço de reflexão, proposição e debate acerca das questões relativas à governança, execução e monitoramento das ações previstas no âmbito da Política de Comunicação. A Câmara Técnica gera subsídios para a tomada de decisão pelo CD Fiocruz.

Direções das unidades – cabe às direções das unidades viabilizar a execução desta Política, sempre levando em conta a diversidade institucional.

Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) - cabe à CCS fomentar, orientar e monitorar as ações de comunicação institucional, de forma articulada com unidades e instâncias da Fiocruz, a fim de assegurar a observância das orientações desta Política.

2.3.2 – Política de Acesso Aberto ao Conhecimento

Consolidada em 2014, a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento²² reafirma o compromisso da Fundação com a democratização do conhecimento e do acesso à informação científica. O Repositório Institucional (Arca) tem papel fundamental nesta política e atende aos objetivos de reunir, hospedar, preservar, tornar disponível e dar visibilidade à produção científica da instituição.

Em 2017, o VIII Congresso Interno acentuou o caráter estratégico desta política, pontuando na Diretriz 16 da Tese 3: “Consolidar e ampliar o acesso público ao conhecimento, em linguagem acessível à população, aos acervos e à informação científica, em consonância com as políticas públicas e o movimento global pela ciência aberta. Esse desafio se desdobra em iniciativas conjugadas, tais como: o fortalecimento e ampliação da Política Institucional de Acesso Aberto ao Conhecimento e a consolidação do repositório institucional; a integração e fortalecimento de suas revistas científicas; o fortalecimento de ações integradas de preservação e difusão dos acervos científicos e culturais; a ampliação da produção e uso de Recursos Educacionais Abertos; e a formulação de uma política institucional de dados abertos que assegure o compartilhamento dos dados primários das pesquisas, respeitando-se todas as restrições legais, os imperativos éticos e os interesses institucional e social para o país”.

Recursos Educacionais Abertos (REA)

Para a política educacional da Fiocruz, o conceito de Recurso Educacional Aberto (REA) é um elemento estratégico, que faz parte do campo da política de acesso aberto ao conhecimento. REA é qualquer recurso educacional (materiais de cursos, livros didáticos, vídeos e quais outros materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem) que esteja disponível abertamente para uso por educadores e estudantes, sem a necessidade de pagamento por direitos autorais ou taxas de licença.

Em 2016 foram definidas as diretrizes para os [REA-Fiocruz](#) que orientam a atuação institucional (Quadro 2.4), tendo papel importante na estruturação das atividades do Campus Virtual Fiocruz, que trabalha dentro da visão de educação aberta.

Quadro 2.4 – Diretrizes de Recursos Educacionais Abertos Fiocruz

1. O desenvolvimento das obras intelectuais que se enquadrem como recursos educacionais deverá atender a padrões técnicos abertos que garantam o acesso, a utilização e sua ampla distribuição;
2. A instituição incentivará o desenvolvimento e a adoção dos Recursos Educacionais Abertos, o depósito, a publicação e a disponibilização dos recursos produzidos nas diversas atividades acadêmicas, assegurando o acesso aberto e não oneroso a esses materiais;
3. Para estimular a produção de Recursos Educacionais Abertos, a instituição promoverá ações de incentivo e fomento junto aos docentes;
4. A instituição estabelecerá termo de cessão e termo de uso de direitos autorais para recursos educativos publicados de acordo com a sua Política de Acesso Aberto;
5. A informação técnica e a informação científica, uma vez utilizadas na produção de Recursos Educacionais Abertos, devem ser devidamente referenciadas;
6. Os recursos educacionais depositados no Arca, repositório institucional da Fiocruz, seguirão padrões de descrição e formatação de acordo com protocolos da web e abertos que permitam a interoperabilidade e a recuperação na rede;
7. A instituição deve incentivar a troca de experiências com sua Rede de Parceiros e ainda com os diferentes repositórios de Recursos Educacionais Abertos em saúde;
8. As unidades da Fiocruz deverão ser incentivadas a participar do esforço de construção, manutenção e alimentação do ARCA/REA mediante a produção e depósito de Recursos Educacionais Abertos;
9. Com o objetivo de dirimir dúvidas dos NAACs em relação aos materiais a serem depositados no ARCA-REA, será criado um Conselho Consultivo. Será realizado treinamentos aos NAAC's para classificação, identificação e depósito dos recursos educacionais.
10. O depósito dos recursos educacionais no ARCA-REA é opcional, contudo, caso o autor/titular opte pela disponibilização em acesso aberto dos recursos produzidos nos cursos da Fiocruz, em qualquer repositório/plataforma, deve fazê-lo igualmente no ARCA-REA.

2.3.3 – Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais

A [Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais](#), publicada em 2018, define princípios, diretrizes, e objetivos que orientam as atividades de constituição, preservação, gestão integrada e acesso aos acervos científicos e culturais sob a guarda da Fiocruz.

Sendo uma instituição centenária que nasceu como resposta a uma emergência sanitária, a Fundação inaugurou um modelo organizacional de vanguarda no país ao ser edificada sobre os pilares da pesquisa, educação, produção e prestação de serviços, configurando um perfil institucional que contribuiu para o desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde, mas, também, na constituição e preservação de acervos que incluem, entre os itens raros e especiais, documentos que datam do Século XVII.

Sob a guarda da Fiocruz, atualmente existe um conjunto de acervos (arquitetônico, arquivístico, bibliográfico, museológico) e de coleções biológicas que representam uma valiosa herança para a sociedade, servindo de fontes para alunos, docentes e pesquisadores na construção de conhecimento científico e cultural, preservando a memória institucional e da história da saúde e da ciência no Brasil. Ver Capítulo 5 (item 5.3.4).

Preservação e acesso digital

O Projeto Preservo - Complexo de Acervos da Fiocruz faz parte da Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz. O Preservo destina-se à preservação, organização e modernização de parte do extenso patrimônio científico e cultural da Fundação, tendo como um dos seus objetivos dar subsídios e orientar quanto à produção, à preservação e ao acesso contínuo de acervos digitais, sejam eles constituídos por documentos já produzidos em formato digital, chamados nato-digitais, ou documentos analógicos convertidos para um formato digital, denominados representantes digitais.

2.3.4 – Política de divulgação científica

Na Fiocruz, desde seu IV Congresso Interno (2002), em uma de suas teses centrais, a divulgação científica integra o fazer científico e é responsabilidade social da instituição. Em 2015, foi reconhecida por “histórica atuação em prol da popularização e divulgação da ciência, tecnologia e inovação” (Prêmio José Reis de Divulgação Científica).

Em 2017 foi criado o Fórum de Divulgação Científica, que passou a articular a construção coletiva das formulações sobre a Política de Divulgação Científica, que no final de 2020 estava em fase de consulta interna para validação. Entende-se que tal política ocupa um lugar de intersecção de campos de conhecimento dentro da Fiocruz: ela é transversal a todas as atuais vice-presidências, assim como suas respectivas câmaras técnicas, além de estar presente nas ações de todas as suas unidades e escritórios. Apresenta pontos de interseção com as recentes Políticas de Comunicação, de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais, de Inovação, de Memória Institucional e com a de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, além de interface com as estratégias de promoção de Equidade de Gênero e Raça.

A definição preliminar que vem sendo utilizada na Fundação é de que a divulgação científica constitui o conjunto de “ações dedicadas a tornar o conhecimento científico mais acessível ao público amplo, para além das estratégias formais de educação, utilizando-se de plataformas e mídias diversas. Seu objetivo é fortalecer os laços entre a ciência e o cidadão, por meio da informação e do engajamento do público no debate político da ciência e das questões científicas”.

É uma política essencialmente dialógica, que se relaciona com diferenciados públicos e setores sociais, desde os tomadores de decisão nas políticas públicas, aos movimentos sociais e grupos específicos e que é caracterizada pela compreensão da ciência como um direito de todos, um direito a sua compreensão e construção social, mas também a usufruir de seus benefícios de forma igualitária.

O desenvolvimento desse campo, na Fiocruz, relaciona-se diretamente com as lutas dos anos 1980-1990 pela Reforma Sanitária e construção do SUS, período de intensas mobilizações em que ganharam relevo as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, comunicação/informação e educação em saúde. Como desdobramentos, a Fundação criou e fortaleceu projetos institucionais que incluem a criação de unidades técnico-científicas, de programas de pesquisa e de pós-graduação voltados para a realização de ações nessa área, ampliando e consolidando sua missão e valores sociais, humanos e democráticos. Algumas iniciativas na área tomaram forma e se concretizaram como o Programa RADIS de Comunicação e Saúde, o Canal Saúde e a VídeoSaúde Distribuidora, entendendo a comunicação como elemento fundamental nos processos sociais, econômicos e políticos, um direito humano e uma das determinações sociais da saúde. Da mesma forma, a criação da Editora Fiocruz teve a finalidade de dar visibilidade às pesquisas que estavam sendo desenvolvidas na área da saúde.

Como outros importantes marcos dessa trajetória, citam-se o *Fiocruz para você* (1994), evento anual realizado no Campus de Manguinhos que relaciona calendário de imunização com o fortalecimento de cidadania das comunidades vizinhas; a criação do Museu da Vida (1999), trazendo a integração entre ciência, cultura e sociedade; e a criação da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (2001), e diversas outras iniciativas.

No campo da pesquisa e da educação destacam-se investimentos na Casa de Oswaldo Cruz que, valendo-se de parceria com várias instituições, cria em 2009 o Curso de Especialização de Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde (atualmente chamado Divulgação Científica e Popularização da Ciência) e em 2016, o mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde. No mesmo ano, o CNPq/MCTI aprova a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na Fiocruz e que reúne cerca de 120 pesquisadores de outras instituições brasileiras e de outros países, que representou um novo e significativo patamar para o fortalecimento dessa área de pesquisa na instituição.

A política de divulgação científica vem se consolidando e, mais recentemente, o VIII Congresso Interno da Fiocruz (2017) afirmou duas importantes diretrizes:

- Fortalecer e articular as políticas institucionais de divulgação e popularização da ciência, ampliando o impacto das ações de forma a estimular uma cultura científica e democrática na sociedade, num diálogo permanente com os diferentes públicos, em especial com aqueles historicamente excluídos.
- Consolidar e ampliar o acesso público ao conhecimento, em linguagem acessível à população, aos acervos e à informação científica, em consonância com as políticas públicas e o movimento global pela ciência aberta (...).

Os princípios da política de divulgação científica vêm sendo debatidos e sinteticamente podem ser assim apresentados:

- O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos pilares na construção da cidadania, fundamental na redução das desigualdades sociais.
- A garantia de acesso ao conhecimento científico é parte dos direitos humanos em nosso país.
- As descobertas científicas e seu uso pela sociedade devem se dar no âmbito de um desenvolvimento sustentável, que considere o meio ambiente e esteja em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- A ciência e tecnologia devem ser norteadas por princípios éticos que garantam seu compartilhamento social e sua aplicação deve ter como pressuposto, sempre, o bem comum.
- O desenvolvimento científico e tecnológico, assim como sua apropriação e uso pela sociedade, deve dar-se em contexto de diálogo contínuo com a própria sociedade, de modo a estar intimamente relacionado com as demandas sociais.

As diretrizes e o modelo de governança para a política de divulgação científica também se encontram descritos no documento aprovado pelo Conselho Deliberativo em dezembro de 2020.

2.3.5 – Política de gestão, abertura e compartilhamento de dados para pesquisa

As mudanças em curso nos planos internacional e nacional relacionadas ao movimento da Ciência Aberta requerem uma ação estratégica, coordenada e proativa da Fiocruz, que envolva o diálogo com a comunidade científica, assegurando a reflexão crítica sobre essas transformações e suas repercussões, bem como a construção de diretrizes alinhadas aos interesses nacionais, institucionais e sociais.

Parte-se do compromisso institucional com a Ciência Aberta como prática científica que visa a disponibilização de dados e informações de modo mais colaborativo, transparente e sustentável. Este compromisso está expresso no Relatório Final do VIII Congresso Interno da Fiocruz na Tese 3, Diretriz 16, cujo desafio se desdobra em iniciativas como: "...a consolidação do repositório institucional; a ampliação da produção e uso de recursos educacionais abertos (REA); e a formulação de uma política institucional de dados abertos que assegure o compartilhamento dos dados primários das pesquisas, respeitando-se todas as restrições legais, os imperativos éticos e os interesses institucional e social para o país".

A definição de uma política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa na Fundação parte da necessidade de adaptação a novas formas de fazer ciência, que contemplam a transparência, melhor gestão e uso dos dados e a ênfase na colaboração em pesquisa, em benefício da sociedade. Ao mesmo tempo, envolve uma dimensão de proteção, relacionada à preservação de dados pessoais e de interesses estratégicos institucionais e nacionais, consideradas as assimetrias globais no campo do desenvolvimento científico e tecnológico.

A política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa na Fiocruz é estruturada em diretrizes e Princípios, que serão apresentados abaixo:

Princípio 1 – Interesse Público: Dados com finalidade para pesquisa, principalmente, aquelas financiadas com recursos públicos são bens produzidos em nome do interesse público. Devem ser disponibilizados de forma aberta, ética, íntegra, acessível, no tempo oportuno e de maneira responsável, considerando as políticas estratégicas da pesquisa científica nacional, os interesses institucionais, as normas regulatórias vigentes e a reciprocidade de acesso.

Princípio 2 – Gestão, Compartilhamento e Abertura de Dados para Pesquisa: A gestão de dados para pesquisa é uma atividade estratégica que favorece o reuso dos dados, a integridade, a qualidade, a reprodutibilidade da pesquisa e a memória institucional. Considera os aspectos técnicos, legais e éticos.

Princípio 3 – Marcos regulatórios: Direitos autorais, propriedade industrial e/ou outros direitos sobre os dados e bancos de dados gerados no processo de pesquisa na Fiocruz serão reconhecidos e protegidos. Em princípio, a abertura deve ser a mais ampla possível, observados os limites legais, éticos e estratégicos que incidam sobre dados sigilosos, pessoais e sensíveis. As restrições de acesso devem ser claras e públicas dentro de prazos determinados com base em legislação específica.

Princípio 4 – Desenvolvimento de Capacidades e Sustentabilidade: A gestão de dados com a finalidade de pesquisa visando ao acesso, compartilhamento e abertura requer o desenvolvimento de capacidades dos perfis profissionais existentes e da ampliação do quadro de recursos humanos por meio do estabelecimento de carreiras estruturadas e sustentáveis.

A implantação do conjunto de iniciativas da Política permitirá a adoção de novas práticas na instituição que contribuam para reafirmar o papel estratégico da Fiocruz no desenvolvimento científico e tecnológico no país, na produção e disseminação de conhecimentos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS e à melhoria das condições de vida e saúde do conjunto população brasileira.

2.4 – Políticas de Acessibilidade, Inclusão, Diversidade e Direitos Humanos

2.4.1 – Diretrizes congressuais

A Fiocruz é instituição engajada nas lutas pela democratização do País, pelo desenvolvimento social e pela redução das desigualdades. Afirma, em seus valores, dentre outros, a defesa da diversidade étnica, de gênero e sociocultural; acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência; a redução das iniquidades; o compromisso com as principais metas de transformação social do Estado Brasileiro; o compromisso socioambiental; a educação como processo emancipatório. Portanto, quando se trata de garantir a igualdade de direitos, seja pela questão do acesso aos locais e serviços da instituição, seja pela promoção e valorização da diversidade em seus diversos aspectos (etnia, gênero, idade, origem regional, etc) e, em seu conjunto a garantia dos direitos humanos, a Fundação se compromete a buscar o aperfeiçoamento contínuo de suas estruturas e práticas.

O debate e a institucionalização de políticas e programas relacionados a esse amplo campo de valores vêm se acentuando nos últimos anos. Em seu VIII Congresso Interno (2017) a Fiocruz reafirmou e aprofundou várias dessas orientações, estabelecendo diretrizes, correlacionadas à Tese 11, que afirma: “A Fiocruz se posiciona na luta por uma sociedade mais justa e equânime, comprometida com a diversidade do povo brasileiro e suas demandas, seja nas políticas voltadas para seus trabalhadores, independente de seus vínculos, seja nas ações para usuários em suas escolas, institutos e serviços de saúde, seja nos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando reconhecer e enfrentar todas as formas de discriminação, exclusão e violência.” (Relatório Final VIII Congresso Interno, p. 63).

Desta forma, compromete-se com a defesa dos grupos mais vulneráveis socialmente, visando o reconhecimento da humanidade de todas as pessoas, independentemente de raça e etnia, gênero, religião, orientação sexual, deficiências, crença política e classe social. Ao longo de sua história, a Fundação tem aperfeiçoado estratégias que reforcem o compromisso com ações afirmativas, adotando cotas em seus concursos e nos processos seletivos para seus programas educacionais, promovendo a acessibilidade em cumprimento à legislação nacional e às orientações internacionais, ampliando e sedimentando espaços de discussão sobre equidade de gênero e raça, assim como ao combate às práticas de assédio no trabalho.

Apresentam-se no **Quadro 2.5**, a seguir, as diretrizes político-institucionais pactuadas com vistas à concretização das postulações enunciadas na Tese 11.

2.4.2 – Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência

Proposta pelo Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência, a [Política](#) foi aprovada em 2019 e resulta de uma construção coletiva que envolveu a comunidade da Fiocruz, instituições e representantes da sociedade civil. As ações políticas e estratégicas recomendadas pelo documento estão distribuídas entre as áreas de educação e pesquisa; informação e comunicação; trabalho; e infraestrutura.

Coerente com a legislação nacional, a acessibilidade é considerada em suas diferentes dimensões: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. A política pressupõe programas e ações a serem desenvolvidos no âmbito das unidades da Fundação e, necessariamente, a previsão de recursos orçamentários nos planos anuais tanto no âmbito da Presidência quanto no das unidades, para garantir que as metas sejam atingidas, assegurando a continuidade e qualidade do processo. Ela reforça a importância de se fomentar uma cultura institucional que considere acessibilidade e inclusão como integrantes de projetos de gestão, educação, pesquisa acadêmico-científica e desenvolvimento tecnológico, inclusive aqueles financiados por meio de editais.

Quadro 2.5 – Diretrizes de Diversidade e Direitos Humanos (*)

Pesquisas, articulações em redes, modelo de desenvolvimento, violências e saúde

Diretriz 01 - Fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre os impactos na saúde relativos às violências, às políticas econômicas neoliberais e às perdas de direitos sociais, especialmente dos grupos mais vulneráveis, evidenciados na contemporaneidade. Tais pesquisas devem fundamentar a construção de políticas futuras.

Diretriz 10 - Fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre os agravos do ambiente de violência no campo e nos centros urbanos, particularmente nos territórios de favelas e periféricos, e seus impactos na saúde, promovendo o conceito de territórios saudáveis e sustentáveis.

Diretriz 11 - Promover programas de abrangência nacional que tenham como tema a violência urbana, a violência no campo, no trânsito e também aquela perpetrada pelos agentes públicos de segurança, reconhecendo-as como um problema de saúde pública que merece esforço concentrado dos diversos setores da sociedade brasileira para seu enfrentamento.

Diretriz 13 - Ampliar a produção de conhecimentos sobre as relações entre modelo de desenvolvimento e situações de violências que acometem a saúde, de forma a subsidiar processos de produção social, cultural e política da saúde em conjunto com as populações dos territórios onde as Unidades estão localizadas, bem como o território nacional.

Diretriz 14 - Fortalecer as articulações em redes no campo das políticas públicas para ampliar o diálogo com a sociedade, principalmente com os movimentos sociais e com a parcela da população que tem a sua saúde mais vulnerabilizada pelas violências geradas no modelo de desenvolvimento em curso no País.

Diretriz 17 - Fortalecer os debates acerca da abordagem da determinação social da saúde, internamente às unidades e externamente, com a sociedade, nas análises e ações referentes às relações entre violência e saúde.

Atuação institucional nos territórios

Diretriz 18 - Fortalecer a perspectiva na qual a Fiocruz compõe territórios locais, onde estão implantadas as suas unidades, bem como o território nacional, ampliando as suas possibilidades de produzir conhecimento sobre as relações entre modelo de desenvolvimento e situações de violências que acometem a saúde, de forma a subsidiar processos de produção social, cultural e política da saúde.

Diretriz 19 - Potencializar a atuação institucional por meio do fortalecimento de colaborações produtoras de sinergias e articulações em redes intra e intersetoriais e interinstitucionais no campo das políticas públicas para ampliar os efeitos de um trabalho colaborativo construído em diálogo com a sociedade, principalmente com os movimentos sociais e com a parcela da população que tem a sua saúde mais vulnerabilizada pelas violências geradas no modelo de desenvolvimento em curso no País.

Diretriz 21 - Ampliar a política institucional de estabelecimento de vínculos políticos, sociais e econômicos nos territórios onde estão instaladas as unidades da Fiocruz.

Diversidade, equidade, inclusão

Diretriz 02 - Ampliar e fortalecer espaços de comunicação e discussão com o público interno e externo à Fiocruz sobre a diversidade da população brasileira, suas necessidades, direitos e representatividade na instituição, respeitando os espaços já existentes na sociedade.

Diretriz 03 - Ampliar – tanto na relação com os movimentos sociais quanto nas suas políticas internas voltadas para trabalhadores, estudantes e usuários dos serviços – o papel da Fiocruz na defesa da diversidade geracional, de gênero e racial e da inclusão da pessoa com deficiência e pessoas com patologias, estimulando a incorporação dessas temáticas em seus programas de ensino, pesquisa e cooperação.

Diretriz 06 - Promover a equidade na instituição, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, geracionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Desenvolver ações afirmativas, que contribuam para reduzir as desigualdades de gênero e de raça.

Diretriz 20 - Fomentar a formação dos profissionais e a sensibilização da comunidade em favor do fortalecimento de uma cultura de inclusão e de valorização da diversidade.

Diretriz 09 - Investir na formação de pessoas com deficiência e pessoas com patologias para o trabalho, ampliando estratégias de empregabilidade.

Diretriz 12 - Considerar os compromissos institucionais da Fiocruz com a diversidade e inclusão nos contratos com empresas de terceirização de força de trabalho.

Acessibilidade

Diretriz 04 - Reconhecer, de fato, o direito de todos à acessibilidade, adaptando e adequando recursos e tecnologias, a partir da criação da Política da Fiocruz de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência e Pessoas com patologias, de modo a promover a acessibilidade física, de mobilidade e de comunicação, propiciando espaços, ambientes e equipamentos indispensáveis ao apoio às pessoas com deficiência e às pessoas com patologias.

Enfrentamento ao assédio

Diretriz 05 - Avançar na implementação da Política de Enfrentamento da Violência e Assédio Moral e Sexual no Trabalho, elaborada pela Comissão de mesmo nome, e aprovada em CD, de modo a: a) adotar medidas de prevenção de situações de violência, enfatizando a promoção da consciência quanto ao problema; b) promover acolhimento e tratamento das situações de conflito e violência no trabalho; c) promover ações que estimulem a comunidade Fiocruz a rever posturas discriminatórias e autoritárias nas relações de trabalho e apurar qualquer indício de assédio moral e sexual adotando medidas punitivas aplicáveis em caso de confirmação; d) promover a cultura da

ética no trabalho; e) criar espaços institucionais e permanentes de escuta e diálogo com os trabalhadores. Revisar práticas e mecanismos institucionais favorecedores do individualismo a fim de enfrentar a violência psicológica no trabalho. Fortalecer a democracia, o diálogo e a construção coletiva nas relações sociais de trabalho. Criar coletivos de trabalho protetores e solidários.

Racismo, desigualdade de gênero, orientação sexual

Diretriz 07 - Adotar programa de combate ao racismo institucional, desigualdade de gênero e orientação sexual, com a disseminação de ações afirmativas que combatam qualquer tipo de discriminação, fortalecendo ações e diretrizes pró-equidade, especialmente aquelas do Comitê de Pró-equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.

Diretriz 08 - Manter políticas afirmativas e inclusivas em todos os níveis educacionais, garantindo acesso a todas as pessoas.

Diretriz 16 - Estabelecer estratégias para apoio e acompanhamento dos estudantes cotistas, visando a maior integração do educando, favorecendo seu processo de formação e retroalimentando os programas de inclusão da instituição.

Juventude

Diretriz 22 - Avançar na implementação de uma política institucional de juventude e saúde, visando promover ações em pesquisa, educação, comunicação e serviços, mantendo o diálogo com territórios, movimentos sociais juvenis e representações estudantis. Enfrentar, à luz das políticas públicas de juventude, os desafios intergeracionais contemporâneos e protagonizar a interlocução estratégica entre o campo saúde e o campo juventudes, diante de uma conjuntura de redução de direitos.

(*) Fonte: Relatório Final do VIII Congresso Interno, junho/2018, Tese 11, páginas 63 a 67.

No que tange às orientações específicas para os campos de educação e pesquisa, o texto da Política de Acessibilidade relaciona 13 diretrizes orientadoras, antes apontando a necessidade de “um conjunto de medidas que represente uma mudança de paradigma na cultura institucional e garanta o acesso e a manutenção/acompanhamento de pessoas com deficiência, ampliando suas oportunidades de desenvolvimento e inclusão”.

Dentre as medidas recomendadas, destacam-se a oferta de intérpretes de Libras em eventos e cursos para comunidade surda, a acessibilização dos sites institucionais e dos softwares utilizados pela comunidade.

A Fiocruz regulamentou ações afirmativas para os programas de pós-graduação *stricto sensu*²³ e para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, especializações e residências²⁴. Tais medidas visaram atender as orientações da Portaria Normativa nº 13/2016, do Ministério da Educação, que dispõe sobre a indução de Políticas de Ações Afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na Pós-graduação.

A Portaria nº 1433/2017-PR/FIOCRUZ visou disciplinar as chamadas públicas garantindo um percentual mínimo de reserva de vagas nos processos seletivos dos seus programas *stricto sensu*. Pela Portaria um número mínimo de 10% (dez por cento) das vagas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Fundação será destinado aos candidatos que se declararem Pessoa com Deficiência ou que se autodeclararem

23. [Portaria nº 1.433/2017-PR/FIOCRUZ](#).

24. [Portaria nº 6.162/2019-PR/FIOCRUZ](#).

negros (pretos e pardos) ou indígenas. A partir do ano de 2020, o percentual de vagas destinadas a cotistas passou a ser de 20% do total de vagas.

Mais recentemente, a publicação da Portaria nº 6162/2019-PR/FIOCRUZ veio disciplinar as chamadas públicas dos cursos de Especialização - lato sensu e das Residências em Saúde da Fiocruz, no que diz respeito às ações afirmativas. Esta portaria segue a mesma linha daquela que foi implementada no âmbito dos programas stricto sensu. Das vagas destinadas aos cursos de Especialização - lato sensu e das Residências em Saúde da Fiocruz nos processos seletivos abertos a partir da data de publicação dessa portaria, um número mínimo de 10% (dez por cento) será provido para candidatos que se declararem pessoa com deficiência ou que se autodeclararem negros (pretos e pardos) ou indígenas. A partir de 2023, o percentual de vagas destinadas a cotistas deverá ser de 20% do total de vagas oferecidas por curso de Especialização - lato sensu da Fiocruz e para os programas de Residência em Saúde.

No final de 2020, a Câmara Técnica de Educação debateu a acessibilidade na educação, propugnando pela separação das cotas destinadas a negros ou indígenas e a pessoas com deficiência, na proporção de 20% e 7%, respectivamente. Nesta ocasião, foi proposta a criação de comissões de heteroidentificação e Pessoas com Deficiência (PcD). Também propôs aumentar a articulação entre a política de apoio estudantil com os temas da acessibilidade e desenvolver plano de capacitação para docentes e técnicos envolvidos.

2.4.3 – Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz

O [Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz](#) foi criado em 2009 para consolidar uma agenda institucional pelo fortalecimento dos temas étnico-raciais e de gênero na Fundação, colaborando para uma constante atualização e reorientação de suas políticas, bem como de suas ações, seja nas relações de trabalho, seja no atendimento ao público e na produção e popularização do conhecimento.

A prioridade do Comitê é a promoção da equidade de gênero (incluindo as questões que abrangem a temática da diversidade sexual) e das relações étnico-raciais na Fiocruz, em alinhamento com o posicionamento da instituição em defesa dos direitos humanos e do reconhecimento da diversidade da população.

Desde 2018, o Comitê é gerido por uma coordenação colegiada, e composto por representantes de diferentes unidades e escritórios da instituição, que se reúnem, regularmente, a fim de contribuir para o planejamento e implementação de ações pela valorização da diversidade étnico-racial e de gênero.

2.4.4 – Educação e Direitos Humanos na Fiocruz

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos foram estabelecidas por resolução do Conselho Nacional de Educação,²⁵ na qual estão descritos os princípios que fundamentam a educação em direitos humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e, sustentabilidade socioambiental.

A defesa dos Direitos Humanos é inerente à cultura institucional da Fiocruz, que se consolidou no período das lutas pela democratização do País a partir dos anos 1970 e que veio a confluir para a construção do SUS. Em razão disso, tal defesa permeia suas propostas no campo educacional, estando explicitada nos seus valores relacionados ao ensino (tal como expresso em seu PPP). Ademais, várias áreas da Fundação desenvolvem cursos e disciplinas diretamente focados no tratamento de conteúdos de Direitos Humanos.

Esses princípios estão expressos – ainda que com palavras diferenciadas – na declaração dos valores da Fiocruz, que foram pactuados em 2010 e reafirmados nos congressos internos seguintes. As referidas Diretrizes também especificam que os conhecimentos concernentes à educação em direitos humanos poderão

ser inseridos nos currículos por meio da transversalidade (isto é, temas relacionados aos direitos humanos tratados interdisciplinarmente), por meio de conteúdos específicos em disciplinas do currículo, ou combinando os dois modos.

Os princípios e/ou valores identificados com os direitos humanos estão na base da política educacional da instituição, fundamentando as práticas docentes e as relações de ensino-aprendizagem e, em muitos momentos, tornam-se objeto de abordagens específicas, tanto em áreas de pesquisa como em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, como na educação profissional técnica.

2.5 – Política de Cooperação Institucional

Cooperação, colaboração, parcerias, redes: estas palavras estão muito presentes e profundamente interligadas em toda a narrativa histórica da Fiocruz, desde suas origens, sendo parte importante de sua identidade institucional.

A Fiocruz é instituição federal que se tornou nacional, com atuação em todo o País e com profundas ligações com a saúde pública em qualquer território, portanto também intrinsecamente associada e comprometida com a atuação internacional, seja pela participação nos organismos multilaterais de saúde, seja nas relações com países e instituições estrangeiras.

A dimensão das atividades e intervenções da Fundação só chegou a atingir o patamar atual, porque foram ancoradas numa política de incentivo e construção de cooperações técnicas e políticas, com diversificados arranjos, desenhos e características. Como consequência, a Fiocruz participa das mais diversas redes, de alguma forma, associadas às questões da saúde, e – em muitos casos – é promotora da construção de redes, em geral assumindo nelas papel de destaque.

Sendo a própria Fiocruz o resultado da junção de várias e renomadas instituições de pesquisa, ensino e assistência à saúde – como os Centros de Pesquisa em Saúde de Minas, Pernambuco e Bahia, além da Escola Nacional de Saúde Pública, do Instituto Fernandes Figueira e do Instituto Oswaldo Cruz – pode-se dizer que está em seu DNA o aprendizado sobre a importância da cooperação e das parcerias institucionais, e o consequente desenvolvimento de mecanismos de pactuação e construção de consensos para a operacionalização coordenada de ações e projetos complexos.

A política de cooperação institucional é um dos fundamentos de seu sucesso e atualidade, em seus 120 anos de atuação. Isto pode ser bem evidenciado ao analisar a amplitude de sua inserção em todo o território brasileiro, o que ganha destaque nos anos recentes como uma diretriz clara evidenciada em seus Congressos internos. Com profundo engajamento nas ações estratégicas de construção e fortalecimento do Sistema Único de Saúde, mantém relacionamento intensivo em cooperação com o Ministério da Saúde e demais agentes e entes públicos participantes deste grande empreendimento.

A cooperação é viabilizada por meio de acordos, convenções e outros dispositivos, e em sua grande maioria envolve a implementação de estratégias de redes cooperativas – com diversos graus de institucionalização e estruturação, a depender dos objetos e objetivos envolvidos. E a cooperação com os organismos internacionais de saúde e com os mais diversos países e instituições estrangeiras, constituindo uma política de relações internacionais bem articulada com a diplomacia brasileira em saúde, representa um ponto também a ser destacado.

A diversidade dos atores e temas envolvidos na cooperação técnica nacional pode ser visualizada no [relatório descritivo](#) de todos os instrumentos construídos para repasses e transferências de recursos financeiros nas parcerias em projetos de saúde e ambiente.

Já a Cooperação Técnica Internacional é caracterizada pela existência de três frentes: a *cooperação científica e acadêmica* que ocorre entre pesquisadores, professores e alunos da Fiocruz com parceiros em diversas instituições estrangeiras; a *cooperação técnica em saúde e C&T*, orientada pela concepção de coope-

ração estruturante para reforço dos sistemas de saúde dos países parceiros e com prioridade para a América Latina e África, de acordo com a orientação da política externa brasileira; e a *articulação com organismos e redes internacionais* nos temas da Saúde Global e Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se também a intensa mobilização e participação da Fundação nos debates e fóruns internacionais relacionados à Agenda 2030 e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial na formulação e aplicação do ODS 3 – Saúde e Bem-Estar para todos.

Atualmente a Fundação possui seis unidades designadas pela OMS como Centros Colaboradores: Saúde Global e Cooperação Sul-Sul (coordenado pelo Cris); Saúde Pública e Ambiental (coordenado pela VPAAPS); Cegueira na infância (coordenado pelo IFF); Leptospirose (coordenado pelo IOC); Políticas Farmacêuticas (coordenado pela Ensp); e Educação de Técnicos em Saúde (coordenado pela EPSJV).

2.6 – Cooperação Social

A Fiocruz, como instituição pública, traz na essência de sua Missão e na expressão de muitos de seus valores a definição de completo engajamento nas políticas de saúde e no desenvolvimento econômico e social, que são estruturantes dos determinantes sociais da saúde.

Assim, as diversas áreas e unidades possuem muitas ações diretamente relacionadas com o desenvolvimento econômico e social. Ademais, para articular a atuação da instituição em ações e projetos concretos comprometidos com o desenvolvimento social, existe a Coordenação de Cooperação Social, órgão da Presidência da Fiocruz, que é responsável pela indução, pelo fomento e pela articulação de projetos e programas sociais desenvolvidos pela Fundação, principalmente nos territórios do entorno de seus *campi*.

Em linha com a missão institucional da Fiocruz, essa Coordenação assume o compromisso de interagir com o poder público, instituições e organizações para o enfrentamento e a redução das desigualdades e iniquidades sociais da saúde – relacionadas às condições gerais de vida, ambiente, trabalho e acesso à cultura, educação, lazer e serviços essenciais.

As iniciativas desenvolvidas pela Cooperação Social se articulam, especialmente, com organizações de base sociocomunitárias, grupos e movimentos sociais em territórios em situação de vulnerabilidade civil, social e ambiental, visando a proposição, a participação e o controle de políticas públicas promotoras de saúde.

Todas as unidades da Fiocruz possuem ações ou projetos sociais, que são desenvolvidos de modo autônomo, sempre congruentes com a realidade socioeconômica e cultural da região em que estão inseridas.

Ressalte-se que o comprometimento da Fiocruz com as ações e projetos de desenvolvimento e inclusão social dialoga diretamente com o conceito de *extensão*, utilizado amplamente na educação superior (ver item 3.2, adiante) e também com a ideia de *responsabilidade social*, sendo esta essencialmente relacionada ao mundo empresarial privado, propagada no Brasil nos anos 1990, no clima da redemocratização do país.

2.7 – Política de Desenvolvimento Institucional

Em maio de 2018, a Política de Desenvolvimento Institucional foi instituída formalmente,²⁶ articulando os programas, projetos, atividades e operações especiais, para melhorar de modo mensurável as condições da organização. Conforme aponta em seu Art. 2º, a política é “uma forma de aprimorar a organização nas dimensões cultural, funcional-estrutural e política, de forma a promover a necessária adaptação e o melhor ajuste às mudanças (com eficiência, eficácia e efetividade) no cumprimento de suas finalidades”.

A finalidade dessa política é “estabelecer e difundir princípios, objetivos e diretrizes que conformam um modelo para o desenvolvimento da gestão institucional”.

Logo de início, o texto relaciona os 14 princípios que devem orientar a política de desenvolvimento institucional, desde aqueles que são fundamentos basilares da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e os princípios de governança (transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa) até aspectos mais especificamente relacionados às características e missão da Fiocruz, como o alinhamento ao modelo institucional de gestão participativa e o respeito à diversidade organizacional.

As trajetórias e diretrizes gerenciais que a Fundação pretende percorrer para consolidar suas ações, gerando entregas para a sociedade, são discriminadas em dois grandes campos: Política Gerencial de Suporte e Política Gerencial Finalística.

No primeiro deles, são apresentadas as diretrizes e definições voltadas para a política gerencial de suporte, distribuídas em seis grandes áreas funcionais que compõem importantes aspectos da gestão institucional: (i) Política, Governança e Integração da Gestão; (ii) Estudos Estratégicos e Planejamento; (iii) Controle Interno e Externo; (iv) Gestão por Competências; (v) Infraestrutura Geral; e (vi) Gestão da Qualidade.

As diretrizes e proposições relativas à política gerencial finalística são apresentadas de modo distribuído pelas várias áreas específicas, a saber: (i) Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS; (ii) Ciência e Tecnologia, Saúde e Sociedade; (iii) Inovação e Complexo Produtivo em Saúde; e, (iv) Saúde, Estado e Cooperação Internacional. A título de exemplo, são destacadas algumas diretrizes mais diretamente relacionadas com o campo da educação e pesquisa:

- Adotar estratégias pedagógicas inovadoras e implantar plataforma educacional capaz de interoperar com ambientes virtuais externos e com o sistema EAD da Fiocruz, visando a formação dos trabalhadores para o SUS, em compasso com os processos formativos presenciais.
- Induzir políticas integradoras e editais para o desenvolvimento de ações entre unidades da Fiocruz nos campos de saúde, educação, comunicação, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.
- Fortalecer a pós-graduação visando à formação de profissionais em alinhamento com a nova agenda de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
- Fomentar projetos relacionados à temática de saúde nas fronteiras, estruturando linhas de pesquisa e intervenção, bem como projetos de pós-graduação e nível técnico, em articulação com os sistemas de saúde dos países vizinhos.
- Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores voltados para a formação de quadros profissionais para o SUS e demais políticas intersetoriais.
- Orientar o portfólio de cooperação internacional com base na agenda estratégica de saúde e CT&I, promovendo levantamentos e estudos técnico-científicos.
- Consolidar redes de instituições estruturantes para pesquisa, saúde pública, atenção e desenvolvimento educacional.

26. [Portaria nº 596/2018-PR/FIOCRUZ](#).

Cabe à Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI) articular o sistema democrático e participativo de governança da Fiocruz com o modelo de gestão estratégica. Isso é feito por meio de políticas, programas, projetos e mecanismos que promovam o fortalecimento institucional.

Entre as atividades da VPGDI estão a criação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de instrumentos incrementais e inovadores de governança e gestão. Seu principal objetivo é fazer com que o desempenho gerencial resulte em crescimento e sustentabilidade organizacional.

A estrutura funcional é composta pelas unidades técnico-administrativas [Coordenação-Geral de Administração (Cogead), Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic), Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan)], pela Coordenação da Qualidade da Fiocruz (Cquali), e pelos órgãos de assistência direta à Presidência: a Procuradoria Federal (PF) e a Auditoria Interna (Audin).

2.8 – Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão

O compromisso dos gestores, de qualquer nível de atuação, com a aplicação dos recursos públicos de modo coerente com os objetivos e prioridades definidos para atenderem às necessidades da sociedade torna-se, em instituições complexas, um grande desafio a ser alcançado.

A Fundação Oswaldo Cruz, que atua no campo da ciência, tecnologia e inovação em saúde, tem o desafio de aprimorar suas práticas de governança e definir, dia a dia, o quanto de risco pode aceitar no processo de tomada de decisão, visando as necessidades de saúde e a melhor prestação de serviços à sociedade. Os riscos são muitos e dinâmicos, consideradas as características intrínsecas dos processos de inovação e produção de conhecimento frente às necessidades da população, em um país de dimensão continental, com grande desigualdade social e educacional e um sistema universal de saúde.

Em 2016 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Controladoria Geral da União publicaram [instrução normativa conjunta](#) com orientações para a sistematização da gestão de riscos e controles internos no âmbito do poder executivo, como processo estratégico chave para a governança. Definiu, assim, mecanismos para que a gestão de riscos se tornasse sistematizada. A Fiocruz incorporou essas orientações e adotou as medidas necessárias para estabelecer a sua Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Fiocruz.

O tema foi um dos priorizados nas discussões estratégicas do VIII Congresso Interno da Fiocruz (2017). Em seu relatório final, apontou na Tese 8: “A Fiocruz conquistou integridade institucional ao longo de sua história pública e é patrimônio da sociedade brasileira, devendo aprimorar sua política de governança, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco, instituir um modelo de gerenciamento por meio de plataformas colaborativas, reforçar a integração, com segurança e efetividade, e fazer frente ao desmonte do serviço público, em permanente diálogo com a sociedade.”

Na sequência, o Conselho Deliberativo (CD) da Fiocruz aprovou a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Fiocruz.²⁷ Nela estão estabelecidos os vários elementos necessários à gestão de riscos eficaz: conceitos, princípios, objetivos, estrutura, competências e processo.

Desde então, em um processo contínuo, vem se consolidando o Sistema de Gestão de Integridade da

27. Publicada na Portaria nº 1546/2017, posteriormente revogada e substituída pela [Portaria nº 787, de 26 de agosto de 2018](#).

Fiocruz, coordenado pela Unidade de Gestão da Integridade (UGI) e composto por vários órgãos: Ouvidoria, Comissão de Ética, Corregedoria, Unidade de Controladoria Interna e Auditoria Interna, Comissão de Integridade Científica, entre outras instâncias.

Nas discussões congressuais o tema da integridade não ficou restrito à Tese 8, mas esteve representado na Diretriz 18 da Tese 3 do VIII Congresso Interno (2017) que versa sobre a Integridade e Conduta Responsável em Pesquisa ao abordar temas como a crise de reprodutibilidade, desenvolvimento e emprego de métodos alternativos ao uso de animais e formação de pessoal com base nas Boas Práticas de Pesquisa.

Ainda em 2018 o CD aprovou o Plano de Implantação da Política, que prevê três eixos de atuação, a saber:

- 1 - Estruturação das instâncias de supervisão e instrumentos da política, com a constituição do comitê de governança, riscos e controles, a constituição de uma executiva técnica para desenvolvimento das ações operacionais e a instituição, em cada instituto da Fiocruz, de comitês internos de gestão de integridade, riscos e controles.
- 2 - Estruturação e fortalecimento das funções de controle/integridade, com o fortalecimento das áreas de auditoria, ouvidoria, corregedoria, procuradoria e a criação de uma controladoria.
- 3 - Implantação do Programa de Integridade, com o estabelecimento de um plano de ação para tratamento dos riscos específicos para a integridade da Fundação.

No desenvolvimento dessa política, alguns documentos estruturantes foram elaborados e estão disponibilizados no Portal da Fiocruz, dando assim a devida e necessária publicidade e transparência ao processo. Esses documentos, além da Portaria da Presidência que estabelece as bases da Política, são os seguintes: [Plano de Ação para Implantação da Política](#), [Programa de Integridade Pública da Fiocruz](#), [Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz](#), [Adendo ao Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz](#) e o [Guia de Integridade em pesquisa](#).

2.9 – Política de Gestão de Pessoas

A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), vinculada à Vice-presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional (VPGDI), é a responsável pela formulação e implementação de políticas, estratégias e instrumentos de gestão do trabalho. Integra ações de administração de pessoal, de desenvolvimento de pessoas e de saúde do trabalhador. Em cada unidade da Fundação funciona um serviço de gestão do trabalho, com o qual a Cogepe interage permanentemente, orientando suas atividades de organização da gestão da força de trabalho e acompanhamento da vida funcional dos trabalhadores.

2.9.1 – Caracterização da força de trabalho

A diversidade de campos de atuação da instituição implica também grande diversidade nos perfis da força de trabalho, composta por servidores concursados e integrantes do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz²⁸ e por trabalhadores terceirizados.

Conforme aponta o [Boletim Estatístico de Pessoal Fiocruz 2019](#), ao final de 2019, a força de trabalho da instituição estava composta por 11.736 pessoas, sendo 4.845 servidores públicos, 6.787 trabalhadores ter-

28. [Lei n. 11.355/2006](#).

ceirizados e 104 beneficiários de projetos sociais. Análise da evolução dessa força de trabalho ao longo de 10 anos (2010-2019), mostra um incremento de 2,84% (324), alterado o total de 11.412 para 11.736. No entanto, é evidente a tendência de decréscimo a partir de 2016.

Desde 1996, a seleção de servidores públicos na Fiocruz se dá por concurso público em atendimento ao que foi normatizado na Constituição Federal de 1988. O último concurso público autorizado realizou-se em 2016 para 150 vagas de nível intermediário e nível superior. Porém, a autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para nomeação dos servidores aprovados só veio a se efetivar, em seu conjunto, em meados de 2019. A entrada desses servidores não chegou a repor as aposentadorias do período, que apenas em 2019 totalizaram 238 casos, em razão da aprovação da reforma da Previdência.

O quadro de servidores próprios da Fundação é definido pelo seu Plano de Carreiras e Cargos de Ciência e Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz que vem sendo aprimorado desde sua instituição em 2006. Este Plano se estrutura em cinco carreiras, sendo três de nível superior, duas de nível médio e um cargo isolado de nível superior. Existem outros cargos advindos de redistribuições de servidores ocorridas em anos anteriores, aqui agrupados como “Outros cargos de Nível Intermediário” e “Outros cargos de Nível Superior”.

No **Quadro 2.6** são relacionadas essas carreiras e disponibilizados os quantitativos de servidores em cada uma delas, ao final do ano de 2019.

Alguns serviços podem ser contratados de terceiros pela organização, como aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional.²⁹ Nestes casos, a demanda e o perfil são definidos pela unidade interessada, com base no portfólio de serviços descritos na Carta de Serviços da Fiocruz *vis a vis* aos compromissos pactuados com as partes interessadas.

Quadro 2.6 – Cargos do Plano de Carreiras e Cargos da Fiocruz (Lei nº 11.355/2006)

Nível	Cargo	Carreira	Quantitativo
Superior	Pesquisador em Saúde Pública	Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	925
	Tecnologista em Saúde Pública	Desenvolvimento Tecnológico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	1547
	Analista de Gestão em Saúde	Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	702
	Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (cargo isolado)		54
	Outros Cargos de Nível Superior		109
Intermediário	Técnico em Saúde Pública	Técnico em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	1109
	Assistente Técnico de Gestão em Saúde	Suporte à Gestão em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública	341
	Outros Cargos de Nível Intermediário		58
Total de servidores de carreira em 2019			4.845

Fonte: Cogepe, Boletim Estatístico de Pessoal Fiocruz 2019

29. [Decreto nº 9.507/2018](#).

Perfil dos servidores de carreira da Fiocruz

O Boletim Estatístico de Pessoal Fiocruz 2019 traz um minucioso conjunto de informações sobre os servidores da instituição, com dados extraídos dos Sistemas de Informações SIAPE e SGA-RH, devidamente tratados e analisados. Apresentam-se, no **Quadro 2.7**, sínteses dos aspectos idade, gênero e cor, deficiências e titulação acadêmica.

Quadro 2.7 – Informações gerais do perfil dos servidores de carreira

Categoria/aspecto	Percentual e/ou quantidade de servidores
Faixa etária	91,4% dos servidores têm mais de 36 anos e as maiores concentrações de servidores estão nas seguintes faixas: <ul style="list-style-type: none"> • 36 a 40 anos – 757 • 41 a 45 anos – 756 • 46 a 50 anos – 686 • 51 a 55 anos – 774 • 56 a 60 anos – 706 • 61 anos ou mais – 751
Gênero	Servidoras constituem maioria da força de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> • Mulheres – 56,1% (2.720) • Homens – 43,9% (2.125)
Cor (autodeclarada no SIAPE)	Cerca de 2/3 dos servidores se declararam brancos: <ul style="list-style-type: none"> • Branca – 67,9% (3.290) • Parda – 18,7% (906) • Preta – 4,2% (205) • Indígena – 0,3% (15) • Não informado – 7,3%
Deficiência	<ul style="list-style-type: none"> • 36 servidores com algum tipo de deficiência
Titulação acadêmica	83,5% (4.044) possuem alguma titulação, assim distribuídos: <ul style="list-style-type: none"> • Doutorado – 1682 • Mestrado – 1203 • Especialização Superior – 747 • Especialização Médio - 412

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal 2019 Fiocruz.

O estudo também permite apontar a relação entre cor e cargo ocupado, evidenciando que 76,5% dos servidores ocupantes de cargos de nível superior se declararam brancos, 9,0% pardos e 1,8% pretos. Já entre os servidores ocupantes de cargos de nível intermediário, os autodeclarados brancos são 49,3%, os pardos são 31,3% e os pretos 7,7%.

Trabalhadores terceirizados

O quantitativo de trabalhadores terceirizados teve poucas alterações no período 2016-2019, tendo aumentado de 6.595 para 6.787 pessoas no final de 2019.

É uma força de trabalho mais jovem do que os servidores concursados, em que 54,2% tem até 40 anos de idade. O gênero feminino constitui 55%.

Quanto à formação escolar, 70,9% dos terceirizados possuem o Nível Médio e 29,1% possuem Nível Superior.

Os trabalhadores terceirizados estão distribuídos em 7 grandes áreas de atuação, conforme apresenta o Quadro 2.8.

Quadro 2.8 - Distribuição dos terceirizados por área de atuação

Área	Percentual de trabalhadores
Prestação de Serviços	37,5%
Gestão	27,9
Produção	13,7
Serviços em saúde	7,1
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	5,4
Tecnologia de Informação	3,2
Ensino	3,0
Informação e Comunicação	2,3

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal Fiocruz 2019.

A prestação de serviços corresponde a 37,5% (2.542) da terceirização na Fiocruz. No grupo de prestadores de serviços estão os contratos de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, recepção, controle de vetores, manutenção, rouparia, copeirarem, jardinagem, tratamento de esgotos, telefonia, portaria, limpeza entre outros.

2.9.2 – Política de formação e capacitação

A capacitação e desenvolvimento na Fiocruz são elementos estratégicos para que a instituição cumpra seu papel finalístico perante a sociedade brasileira. Em razão da grande variedade e complexidade dos campos de atuação da instituição, há uma diversidade de perfis profissionais exigidos, em que altos graus de qualificação técnica e acadêmica são requeridos para a força de trabalho. Desta forma, a questão da qualidade técnica, política e científica do conjunto de trabalhadores da Fundação exige diversificadas estratégias, que combinam ações centralizadas e descentralizadas, indo desde a definição dos mecanismos e processos de recrutamento por meio de concursos públicos até as políticas sistemáticas de desenvolvimento institucional e profissional.

Com a missão de oferecer ações educacionais para o desenvolvimento dos talentos humanos e das competências organizacionais, promovendo a geração, assimilação, difusão e aplicação do conhecimento, através de um processo de aprendizagem ativa e contínua, e gerando resultados, a Escola Corporativa Fiocruz reforça e viabiliza o compromisso com o desenvolvimento de pessoas no âmbito da instituição. Neste sentido, atua como responsável pela implantação de programas corporativos de capacitação e desenvolvimento alinhados às estratégias organizacionais. Além disso, é responsável por coordenar o processo de planejamento da

capacitação das unidades, reunindo-se periodicamente com os Serviços de Gestão de Pessoas para discutir e alinhar a metodologia de planejamento de capacitação objetivando dar visibilidade ao conjunto de ações planejadas no nível corporativo. Destaca-se o desenvolvimento e implementação dos seguintes programas:

- Programa de Desenvolvimento na área de Gestão de Pessoas
- Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)
- Programa de Educação Formal
- Programa da Qualidade
- Programa de Cooperação Internacional
- Programa do Sistema de Compras
- Programa de Integração dos Novos Pesquisadores
- Programa do Sistema de Planejamento Integrado da Fiocruz

Sobre os docentes da Fiocruz

Como instituição de ciência, pesquisa e ensino altamente especializada, a Fiocruz se caracteriza por possuir força de trabalho muito qualificada, com quadro de profissionais ligados aos vários campos do conhecimento. Conforme já apontado, os processos seletivos públicos garantem perfil de entrada bastante elevado que, no decorrer da carreira, será aperfeiçoado por diversos mecanismos e possibilidades.

Ressalte-se que, embora a Fundação não possua explicitamente o cargo de professor, estando os cargos de nível superior distribuídos entre pesquisadores, tecnologistas, analistas de gestão e especialistas, a grande maioria desses profissionais desenvolve ações de docência, pois o estatuto da instituição prevê, entre as diversas competências das suas unidades, a de “desenvolvimento do ensino e da formação de recursos humanos em suas áreas de competência para o sistema de saúde e de ciência e tecnologia”. Tendo a visão de forte interligação entre os campos da pesquisa e do ensino, que constitui parte da própria identidade originária da instituição, a docência nos programas de pós-graduação e nos demais cursos é viabilizada predominantemente por esses servidores ocupantes dos cargos de nível superior.

Conforme mostrado nos quadros anteriores, são mais de 3.300 servidores de nível superior, composto por quase 1700 doutores e 1200 mestres.

Os processos de formação e atualização para a docência são implementados pelas unidades da Fundação ou por meio de iniciativas centralizadas, com apoio da VPEIC. Nos últimos anos a instituição dedicou maior atenção às discussões sobre os processos de formação pedagógica de docentes, com a implementação de iniciativas inovadoras. Ademais, a formação acontece dentro das práticas de pesquisa, na participação em congressos, atuação profissional em áreas de gestão da saúde pública, dentre outros. A esse respeito, ver neste PDIE os itens 2.2.9 e 4.3.5.

2.9.3 – Saúde do Trabalhador

A Coordenação de Saúde do Trabalhador (CST/Cogepe) desenvolve suas atividades voltadas para a atenção à saúde do trabalhador da Fiocruz. Esta Coordenação trabalha de forma a realizar ações de prevenção e de avaliação de situações de risco nos ambientes e processos de trabalho, promovendo, paralelamente, atividades educativas e de informação na área de Saúde do Trabalhador. Nas ações de vigilância em saúde do trabalhador a equipe multidisciplinar busca, sempre junto com os trabalhadores, equacionar questões de trabalho e saúde.

Para realizar a sua missão conta com as equipes atuando nas diversas áreas, tais como atenção psicossocial, assistência e investigação aos acidentes de trabalho, orientação nutricional e de prática de exercícios físicos, ambiência e ergonomia, avaliação do ruído, da qualidade do ar e luminância, preparação para a aposentadoria, avaliação de ambientes de trabalho, processos de insalubridade e perfil profissiográfico, imu-

nização dos trabalhadores, atenção às trabalhadoras grávidas, mães e nutrízes, exames periódicos e perícia singular dos servidores.

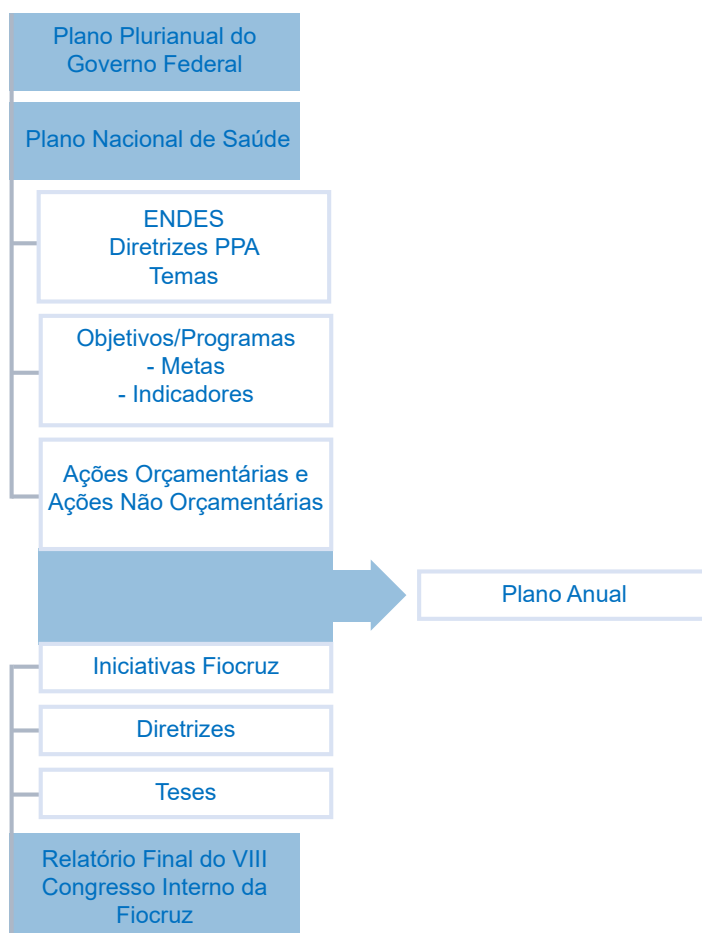
O pronto atendimento no campus de Manguinhos, em caso de necessidade, é realizado pela equipe do Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust) sendo estendido a trabalhadores, estudantes e bolsistas, os quais devem comprovar vínculo através de identificação como crachá ou contracheque ou mesmo através do encaminhamento do setor.

2.10 – Política de planejamento, orçamento e sustentabilidade financeira

2.10.1 – Política de planejamento da Fiocruz

A Fiocruz adota um modelo de planejamento participativo em seus planos anuais e nos planos de médio e longo prazo. Este modelo traz desafios referentes tanto à coordenação interna dos processos de planejamento das diversas unidades quanto ao alinhamento do processo de planejamento Fiocruz com os planos governamentais, apresentados na Figura a seguir.

Elementos norteadores do Plano Anual



O Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2020-2023) foi concebido de forma associada aos 5 (cinco) eixos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES) - econômico, institucional, infraestrutura, ambiental e social, que consiste na proposta de planejamento de longo prazo do país (2020-2031). Com foco em simplificação, o PPA 2020-2023 foi elaborado de forma bem mais restrita, com menos objetivos, metas e indicadores que o anterior. Desta forma, a Fiocruz não possui metas que sejam exclusivamente de sua responsabilidade, a não ser os grandes empreendimentos. Diante disso, o Ministério da Saúde propôs a replicação dos mesmos objetivos do PPA no Plano Nacional de Saúde (PNS) 2020-2023, com um maior desdobramento em metas e indicadores. No PNS, a Fiocruz está responsável por quatro metas, das quais destaca-se a seguir a meta referente à Educação em Saúde:

- **Objetivo Estratégico:** Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.
- **Meta:** Qualificar 14.334 profissionais do SUS nos níveis técnico e de especialização.

O processo de planejamento da Fiocruz compreende as seguintes etapas: elaboração de planos estratégicos, consolidação e encaminhamento de proposta orçamentária da Fiocruz, coordenação do planejamento anual das Unidades, análise e prestação de conta da execução física e orçamentária das unidades da Fundação. Em permanente retroalimentação e revisão, o planejamento da Fiocruz apresenta, contudo, alguns marcos temporais, condicionados externamente, pelos processos de planejamento do Governo Federal e internamente, em especial pelo Congresso Interno. A programação orçamentária é um desses condicionantes externos e influencia fortemente os ciclos e marcos do processo de planejamento da Fiocruz e de suas unidades.

No âmbito do planejamento estratégico, o VIII Congresso Interno da Fiocruz (2017) reforçou o caráter político, propositivo, integrador de temas e orientador da estratégia institucional dessa instância máxima de deliberação da Fundação. Sua metodologia envolveu o apontamento de onze questões centrais para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do Futuro. Tais questões foram refletidas em onze teses desdobradas em diretrizes, que buscam responder às questões colocadas. O conteúdo completo pode ser encontrado no [Relatório Final do VIII Congresso Interno da Fiocruz](#).

O modelo estabelecido permite que as instâncias centrais foquem nas diretrizes estratégicas que respondem às grandes questões da Fundação, ao mesmo tempo em que possibilita maior liberdade às unidades de pensarem sobre as contribuições de suas áreas específicas à luz dos direcionadores da Fiocruz do Futuro.

Uma consequência natural do processo de definição estratégica organizacional é a necessidade do posterior desdobramento das diretrizes estabelecidas em ações e metas operacionalizáveis. Nesse sentido, a Fundação conta com o apoio técnico das instâncias de gestão e com a participação de todas as unidades, através do Coletivo de Gestores, do Conselho Deliberativo, das Câmaras Técnicas e outros espaços. Assim, o Sistema de Planejamento da Fiocruz se insere com uma abordagem tática, complementar à estratégica, que visa representar um elo entre os grandes direcionadores estratégicos institucionais e o nível operacional. Esse trabalho não se limita ao planejamento anual, pois a viabilização da visão de médio e de longo prazos da instituição ainda constituem um importante objetivo. Nesse sentido, novos movimentos institucionais serão promovidos para que a construção da Fiocruz do Futuro seja uma realidade cada vez mais presente no cotidiano da Fundação.

2.10.2 – Orçamento e sustentabilidade financeira

No conjunto do Orçamento-Geral da União, cada órgão federal é beneficiado com orçamento próprio, para que possa desenvolver aquelas atividades relacionadas a sua área de atuação, uma vez que todos os programas desenvolvidos pelo Governo estão organizados por assuntos correspondentes aos ministérios.

No caso da Fiocruz, vinculada ao Ministério da Saúde, a Lei Orçamentária Anual (LOA) destina em seu programa 5021 – Gestão e Organização do SUS, uma ação orçamentária exclusiva deste ministério para

a área de educação. A ação orçamentária 20YD - Educação e Formação em Saúde garante um orçamento específico para a área da Educação, sob responsabilidade de execução da Fiocruz, sendo projetado R\$ 358,6 milhões para 2021-2023.³⁰

A ação 20YD compreende as iniciativas de educação na saúde e em saúde para os estudantes de nível médio, da graduação e da pós-graduação lato e stricto sensu, para profissionais e trabalhadores do SUS de nível médio ou superior e de pós-graduação, para formação e capacitação de gestores, professores e pesquisadores para o desenvolvimento do SUS e para a população, com o objetivo de qualificar o atendimento nos serviços de saúde e promover a saúde no Brasil. Compreende também uma estratégia para implantação da política de gestão da educação e do trabalho na saúde em estados e municípios do Brasil.

Em 2020, a Fundação aprimorou sua gestão orçamentária implementando uma lógica de negociação mediante as necessidades para o desenvolvimento das iniciativas aprovadas em cada unidade. Essa melhoria promove uma alocação mais racional do orçamento, identificando as necessidades da Fiocruz para o exercício. Além dessa metodologia, contribuem para a sustentabilidade financeira da instituição, a análise e monitoramento constante do orçamento anual, as negociações com o Ministério da Saúde, a articulação de ações de captação de recursos, a garantia de manutenção de atividades e projetos prioritários e a disseminação de informações para a ampliação do debate interno.

2.11 – Política de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação

A complexidade da Fiocruz se expressa no desenvolvimento de atividades de diferentes naturezas, na existência de diversas unidades, na dispersão geográfica e no número expressivo da força de trabalho. Desta forma, e considerando o contexto de um mundo em constante e acelerados processos de mudança no campo das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o desafio de um planejamento integrado da Fiocruz neste campo é especialmente relevante. O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Petic) é o instrumento que traça a direção da TIC na Instituição por meio do estabelecimento de Objetivos Estratégicos de TIC.

Desde 2011 a Fiocruz estruturou a sua Coordenação Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic), garantindo a integração de processos organizacionais e a inserção da Fundação no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Governo Federal (SISP). Em 2017, o Conselho Deliberativo da Fiocruz, alinhado às orientações gerais para a administração federal, definiu os princípios e diretrizes para a governança de TICs na instituição e a Presidência constituiu o Comitê de Governança em TIC (CGovTIC).³¹

As definições estabelecidas abarcam os princípios gerais que regem a administração pública federal, assim como princípios específicos relacionados às tecnologias de informação e comunicação: foco nas partes interessadas, TIC como ativo estratégico, gestão por resultados, transparência, prestação de contas e responsabilização, conformidade, respeito pelo comportamento humano, desempenho. A partir daí são estabelecidas as diretrizes específicas de TIC, dentre as quais se destacam:

- Considerar as práticas definidas no Guia de Governança de TIC do SISP;
- Fomentar a integração e o compartilhamento de recursos de TIC;
- Desenvolver mecanismos de transparência e prestação de contas;
- O planejamento de TIC deve contar com a participação da comunidade Fiocruz;
- Soluções devem ser alocadas e priorizadas com base nos objetivos e metas institucionais.

30. Congresso Nacional - Orçamento da União - Exercício Financeiro de 2020 (Projeto De Lei Nº 22, de 2019 – CN; Mensagem Nº 617, de 2019) - Volume II- Consolidação Dos Programas De Governo; Brasília-DF, 2019.

31. [Portaria nº 1719/2017](#).

Os valores orientadores para as TIC na Fundação foram assim resumidos: foco nas pessoas, transparência, resultado, interoperabilidade e inovação.

O Comitê de Governança em TIC (CGovTIC), que deve seguir esses princípios e diretrizes, é responsável pela implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, que é o sistema pelo qual a atual e a futura utilização da TIC é dirigida e controlada, envolvendo a avaliação e o direcionamento da utilização de TIC, bem como o estabelecimento e alcance dos objetivos e metas de TIC, e a orientação de iniciativas e investimentos em TIC.

A gestão de TIC, por sua vez, é realizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic) e pelas áreas de TIC correlatas existentes na Fiocruz. A Cogetic é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, em consonância com a direção definida pela função de governança, a fim de atingir os objetivos institucionais.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PeticTIC), construído sob coordenação do CGovTIC, estabeleceu as diretrizes e as metas que orientam a construção do Plano Diretor da Tecnologia de Informação e Comunicações (PDTIC), instrumento de planejamento e gestão que visa nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo as estratégias e o plano de ações para implementá-las. O escopo deste documento abarca toda a estrutura que compõe a Fiocruz, por isso, a sua elaboração envolveu interações entre as áreas de TIC e as áreas de Planejamento das Unidades, sob a coordenação do CGovTIC e da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico (Cogeplan), de modo que houvesse uma uniformização de conceitos e ferramentas utilizados.

O [PDTIC 2020-2021](#) é fortemente alinhado com as diversas normativas do Governo Federal atinentes ao tema e às diretrizes estratégicas do VIII Congresso Interno da Fiocruz. O Plano estabelece como objetivos estratégicos a serem observados para este período:

- Prover processos e serviços de TIC com nível de excelência;
- Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Governança Digital;
- Promover o alinhamento aos objetivos estratégicos da Estratégia de Segurança da Informação e Comunicações e de Segurança Cibernética da Administração Pública Federal;
- Promover a Acessibilidade Digital; e
- Prover soluções tecnológicas integradas, seguras, responsivas, inteligentes e articuladas com foco nas atividades finalísticas da Instituição.





Capítulo 3 – Projeto Pedagógico Institucional (PPI)

Ao longo de sua história, a Fundação Oswaldo Cruz consolidou definições e valores que orientam sua atuação diversificada nos campos da pesquisa, da produção de insumos de saúde, da intervenção (assistência, atenção, promoção e vigilância) e da educação em saúde. Emergiu assim uma identidade complexa, engajada na construção e na consolidação da democracia no País. As formulações conceituais e propositivas de suas estratégias de intervenção na realidade nacional são o resultado de processos contínuos de debate, que são aprofundados e consolidados periodicamente nas resoluções de seus Congressos Internos quadrienais, engajando o conjunto da Instituição.

No entanto, a formulação de seu Projeto Pedagógico Institucional, cuja necessidade vem sendo debatida nas áreas de ensino desde a última década, só se efetivou de forma mais integrada no período mais recente, em 2015, no contexto do credenciamento educacional da oferta de seus cursos de pós-graduação lato sensu.

A diversidade de objetos de atuação das unidades existentes, a diversidade de sua inserção nas várias regiões do País e a diversidade de percursos históricos e institucionais que resultaram na consolidação da atual Fundação Oswaldo Cruz levaram à constituição de um forte valor de autonomia de cada área, com o desenvolvimento concomitante de mecanismos de governança democrática para garantir a unidade e as definições centralizadas necessárias ao efetivo cumprimento da Missão institucional. Em razão disso, cada Unidade engajada na oferta de programas de ensino produziu suas orientações metodológicas e pedagógicas próprias, embora sempre alinhadas com as definições de cunho geral elaboradas nos debates coletivos congressuais. Na conjuntura do período 2014-2015 retomaram-se debates para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) da Fiocruz, com a consciência de que será um processo permanente, aberto às diferenciações e especializações de acordo com as características das unidades existentes. Como resultado de uma ampla discussão coletiva, principalmente em fóruns coletivos como a Câmara Técnica de Educação, foi construído o Projeto Político-Pedagógico da Fiocruz. O documento (“Projeto Político-Pedagógico da Fiocruz: unidade na diversidade e compromisso com o trabalho e a educação em saúde”, junho/2015) foi insumo importante para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2020). Estes dois documentos foram os balizadores das discussões para elaboração deste PDIE 2021-2025, e principalmente deste capítulo. Um ponto importante considerado neste novo documento foi a necessidade de alinhamento entre as propostas dos cursos/programas stricto sensu com o Plano de nova demanda do sistema de avaliação da Capes, não incluído no documento anterior.

3.1 – Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais

As práticas acadêmicas da Fiocruz são ancoradas no tripé ensino-pesquisa-extensão no seu sentido mais amplo, articulando o desenvolvimento científico e a inovação tecnológica, com a formação, qualificação e aperfeiçoamento de pessoal para o setor saúde, especialmente para o SUS, e para o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. A produção de conhecimentos está intrinsecamente vinculada à inovação para a saúde, o desenvolvimento social e a cidadania, em conformidade com a visão de futuro da instituição.

A magnitude e complexidade da oferta educacional e científica da Fiocruz são evidenciadas pelo nível dos resultados das atividades implementadas nos campos de educação e pesquisa nos níveis técnico, de pós-graduação stricto sensu e lato sensu (residências e especializações), com ampla produção de teses, dissertações, inovações tecnológicas, notas técnicas, publicações e outros produtos que geram impacto técnico-científico na sociedade brasileira e no exterior. Dessa forma, a convivência entre ações voltadas para a formação de pesquisadores e de docentes, e para a formação de profissionais de saúde marca, desde suas origens, a história das ações educacionais na Fundação, envolvendo parcerias diversas com agências estatais e instituições universitárias, nacionais e internacionais.

Toda a atuação educacional é implementada sob a orientação dos valores institucionais formulados no VI Congresso Interno (2010) e reafirmados nos congressos seguintes, que já foram reproduzidos no capítulo 1. Como instituição formadora no campo da saúde, a Fiocruz acrescenta as seguintes formulações valorativas:

Valores da Fiocruz para o Ensino em Saúde

- Saúde como direito universal e dever do Estado;
- Saúde orientada pela Ética que valoriza a vida;
- Consolidação da Saúde Coletiva nos seus compromissos com a promoção da equidade, da cidadania e dos direitos sociais;
- Formulação das condições necessárias à manutenção, promoção e reprodução da vida humana saudável, tendo como marco de referência epistêmico a compreensão da complexidade existente nos processos de saúde/doença/cuidado em espaços socioculturais e ambientais específicos;
- Abordagem inter e transdisciplinar, com a compreensão da saúde em sua expressão no indivíduo, no coletivo e na população, em sua vivência em sociedades e Estados determinados no tempo e no espaço.
- Reconhecimento da diversidade da natureza dos saberes e dos interesses das ações a eles vinculados.

Os princípios filosóficos e metodológicos que norteiam as práticas educacionais da Fiocruz se baseiam nos seguintes pilares epistemológicos, políticos e sociais e foram sistematizados a partir de levantamento em grande quantidade projetos pedagógicos de cursos, realizado em 2015.

Princípios orientadores das práticas educacionais

- Compreensão da complexidade e heterogeneidade dos objetos e objetivos dos seus processos formativos no âmbito dos cursos e das pesquisas e o fato de serem historicamente situados na sociedade brasileira, o que implica fundamentalmente a não neutralidade da visão da educação e do seu papel político e social, enquanto instituição formadora de quadros para o desenvolvimento da ciência, do SUS e da saúde da população brasileira.
- Reconhecimento de que os processos pedagógicos vão além dos mecanismos reprodutores e homogeneizadores do saber e do conhecimento, contribuindo para a apreensão e aprendizagem de forma não hegemônica através da crítica, criatividade e formação cidadã.
- A educação e a saúde entendidas como campos de conhecimento e de práticas sociais, indissociavelmente ligados, pautados na compreensão do contexto histórico-social, na explicação e enfrentamento dos problemas, políticas e práticas em saúde, com a colaboração das ciências em geral, e em especial das ciências humanas e sociais, das artes e da comunicação.
- A pesquisa e o trabalho são considerados como princípios educativos, face à indissociabilidade dos processos formativos com a produção de conhecimentos, bem como com o mundo do trabalho, articulados e orientados para as necessidades de trabalhadores, gestores e usuários atuantes no SUS e do modelo de atenção e gestão em saúde.
- Participação, democratização, colaboração, interdisciplinaridade, disseminação de conhecimentos enquanto conceitos ancorados na pesquisa produtora de conhecimentos, na cooperação e na absorção de novas tecnologias em parcerias, redes e outras práticas colaborativas e renovadoras, que possibilitam a capilarização e ampliação da oferta e dos resultados, ao tempo em que integram diferentes culturas de formação e formatação de programas com horizontalidade e alcance nacional e internacional.
- Avaliação compreendida como princípio estruturante e estratégico para as mudanças dos sujeitos, dos currículos, das práticas profissionais e da Instituição.

Dessa maneira, as iniciativas educacionais praticadas na Fundação são implementadas por meio de variadas estratégias e técnicas pedagógicas, desde as que privilegiam o processo individualizado até as que encontram no grupo e na coletividade o terreno fértil para o processo de ensino-aprendizagem.

A diversidade de públicos-alvo, de objetivos, de conteúdos e de modalidades de ensino implicam grande variedade de itinerários formativos e curriculares, e multidisciplinaridade dos objetos em interação nas ações educativas, constituindo bases importantes para as práticas profissionais que as demandam. Há, assim, um enriquecimento mútuo entre práticas profissionais e práticas educativas.

Há, por conseguinte, diálogo intenso no âmbito dos processos pedagógicos desenvolvidos nas áreas educacionais das Unidades da Fiocruz, e sua interpretação requer um olhar abrangente à matriz institucional em que se incluem as concepções de ensino-aprendizagem e os paradigmas curriculares.

Na sociedade, as visões sobre concepções e práticas de ensino-aprendizagem são diversificadas, transformam-se com as mudanças nos contextos históricos, sendo parte das concepções sobre o ser humano e mundo vigentes em cada período. Na Fiocruz, nas últimas décadas, em seus congressos internos, foram debatidas e consolidadas proposições estratégicas, de cunho educacional, visando o fortalecimento e a consolidação do SUS, sempre afirmando a defesa de processos de ensino-aprendizagem congruentes com uma educação democrática, inclusiva e participativa.

Essas definições valorativas e estratégicas orientam a atuação dos variados programas e projetos educacionais da instituição, que se caracterizam pela diversidade de abordagens teórico-metodológicas, congruentes com as necessidades dos diversos contextos, de uma atuação que se realiza em todo o território nacional, nos diversos campos do conhecimento científico, articulada com a diversidade cultural, e caracterizada pelos altos graus de autonomia das Unidades.

Portanto, os itinerários formativos apresentam múltiplas referências, com variadas bases teórico-metodológicas, fundamentadas particularmente nos pressupostos e estratégias pedagógicas oriundos da aprendizagem significativa, do ensino-aprendizagem baseado em problemas concretos, no construtivismo, da educação permanente em saúde, da educação politécnica, da pedagogia crítica e emancipatória, da complexidade e multirreferencialidade.

O Quadro de Referências Teórico-Metodológicas, a seguir, é uma síntese construída para evidenciar essa multiplicidade de abordagens que se imbricam e influenciam as práticas de ensino-aprendizagem na instituição, em graus diferenciados de acordo com os níveis ou modalidades educacionais, assim como os objetos do aprender. A base comum é a educação como processo emancipatório, que valoriza os sujeitos envolvidos no fazer educacional, que é democrático e participativo.

Referências Teórico-Metodológicas

Aprendizagem Significativa e Construtivismo:

O objeto de aprendizagem deve fazer sentido para o aprendiz que reconhece a existência de diversidade de sentidos, racionalidades e linguagens nos processos de produção de conhecimento e de aprendizagem. Adota abordagens pedagógicas voltadas para o 'aprender a aprender' estimulando os sujeitos aprendizes a manter-se atualizados de forma autônoma, crítica e investigativa ao longo de sua trajetória profissional; isso porque a disposição desses alunos para aprender é fundamental para o processo pedagógico, bem como os materiais didáticos. Valoriza as experiências dos sujeitos na produção de conhecimento. Ademais, trata-se de processos de ensino-aprendizagem significativa mediante protagonismos ativo dos sujeitos aprendentes orientada para o aprender fazendo, integração do subjetivo e objetivo, para a criatividade e solução de problemas concretos. O aluno é agente ativo do seu próprio conhecimento, constrói significados, define sentidos, ressignifica suas

representações, e constrói assim novos conhecimentos. Em cada sujeito há um processo interno de mudanças que, porém, se faz com outras pessoas. Referências: Ausubel e Vygotsky.

Ensino-Aprendizagem baseado em problemas concretos:

Nos cursos que adotam essa metodologia é crucial a problematização para a aquisição de atitudes e posturas críticas que possibilitem superar os problemas e obstáculos para a melhor compreensão e apreensão da realidade. Por exemplo, no caso da saúde, problemas decorrentes da segmentação do conhecimento que dificultam a compreensão e resolução dos problemas oriundos dos processos de saúde/cuidado/atenção. Adota-se a metodologia de aprendizagem baseada em problemas (PBL) de maneira a superar as tradicionais memorizações dos conteúdos. Referência: Berbel.

Educação Permanente em Saúde:

A educação permanente em saúde se orienta por processos educativos com itinerários formativos voltados para o trabalho, buscando nessa interação a melhoria e qualidade do próprio trabalho. Desta forma, é a pedagogia do trabalhador que objetiva o desenvolvimento de competências necessárias ao enfrentamento e acompanhamento de constantes mudanças no mundo do trabalho decorrentes de inovações técnico-científicas, culturais e da gestão na sociedade contemporânea. Esse processo pedagógico valoriza o diálogo com as novas práticas de gestão e organização dos serviços de saúde do SUS, e, para tanto, a compreensão do processo do trabalho é fundamental para identificar quais os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o desenvolvimento das competências identificadas. Referências: Ceccim, Davini.

Educação Politécnica

A concepção Politécnica da Educação propõe através de sua dimensão infraestrutural, a identificação de estratégias de formação humana, com base nos modernos processos de trabalho, que apontem para uma reapropriação do domínio do trabalho, somente possível a partir das transformações tecnológicas. Em sua dimensão socialista, uma concepção politécnica de educação busca expor a relação entre formação humana e um projeto de sociedade sem classes. Trata-se da possibilidade de formar profissionais não apenas por meio da teoria, mas também por meio da prática num processo em que o educando aprende praticando, e, ao praticar, compreende os princípios científicos que estão direta e indiretamente na base da organização do trabalho na sociedade. Da mesma forma, essa concepção de formação postula que o processo de trabalho desenvolva em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais, pois, tais aspectos são características intrínsecas e concomitantes no trabalho humano.

Pedagogia Crítica e Emancipadora:

Os processos educativos da Fiocruz buscam construir e apoiar espaços de emergência de sujeitos, comprometidos com as transformações no campo da saúde coletiva, pela produção de reflexão crítica e de práticas desenvolvidas nas diversas esferas da vida social e acadêmica. As metodologias emancipadoras propostas por Paulo Freire tomam como ponto de partida o saber e a experiência cultural do aprendiz – por meio de processos dialógicos entre educador e educando – para a busca de conhecimentos que lhe possibilitem comparar, criticar, superar e construir visões de mundo dos projetos sociais e de uma saúde de natureza pública. Referência: Paulo Freire.

Complexidade e Multirreferencialidade:

A crítica ao modelo hegemônico de se fazer ciência e produzir conhecimentos está associada e repercute no processo educativo da sociedade contemporânea caracterizada pela complexidade, interligação de tecnologias da comunicação e informação, fragmentação do conhecimento, incompletude, incerteza, heterogeneidade, contradição, e diversidade de sujeitos e objetos. Propõem-se mudanças na gestão do ensino mediante diversidade do conhecimento na perspectiva multirreferencial, associada à pesquisa colaborativa e multidisciplinar. A educação implica para o professor na escuta do aluno na sua diversidade cultural e na troca de saberes entre docente/ estudante. Busca-se a formação de sujeitos humanos, em que a solidariedade e ética são formas de conectar e religar as pessoas e os saberes. Referência: Edgar Morin.

A inovação na educação

A aceleração dos processos de transformações tecnológicas, econômicas e culturais que caracterizam a atualidade acentuaram o desafio da inovação, que não é um fenômeno novo. Mas o fato é que inovar passou a ser um ato de intencionalidade humana de trazer o novo, seja por meio de ações incrementais ou mudanças radicais. Assim, o tema amplamente tratado no campo da economia e da indústria, chegou também ao campo educacional.

A inovação no ensino exige repensar práticas pedagógicas visando proporcionar aprendizagens significativas. Trata-se de produzir um conjunto de intervenções, decisões e processos, com intencionalidade e sistematização, que produzirão mudanças de atitudes, ideias, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. Não se resume apenas a introduzir novas tecnologias, metodologias ou recursos no processo ensino-aprendizagem, pois exige aprofundar, nos docentes, o entendimento sobre como o conhecimento é construído e imbricado com as práticas educacionais.

Evidentemente, a articulação inovadora de novas tecnologias organizacionais e informacionais com as metodologias educacionais, visando favorecer os processos de ensino-aprendizagem, é necessária e só tende a crescer diante dos desafios impostos pelo contexto atual. Mas esse processo é complexo e precisa ser construído tendo por base os conhecimentos e valores já acumulados sobre este campo, tendo em conta princípios democráticos e de equidade, para que não se repitam os velhos erros do tecnicismo e da educação tradicional centrada na mera transmissão de conteúdos.

Na Fiocruz já são utilizados, de modos diversos, referências teórico-metodológicas que incluem as metodologias ativas e inclusivas, e a intensificação do uso de tecnologias de informação e comunicação. É preciso, de modo crescente, que o investimento institucional na inovação educacional, em suas variadas modalidades e possibilidades, engaje efetivamente o conjunto de agentes responsáveis pelo campo educacional: docentes, gestores e técnicos, e, claro, os educandos.

Metodologias ativas

O conjunto de referências resumido no Quadro 3.3 dialoga diretamente com o conceito amplo de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, em que o discente é visto como protagonista de sua formação, cabendo ao corpo docente grande responsabilidade na construção de estratégias, instrumentos e recursos facilitadores ao processo do aprender, que incentivem a construção de visão articulada do todo, assim como integrem a aprendizagem individual e a coletiva, a teoria e a prática. Da mesma forma, os processos avaliativos se adequarão a essa visão.

Tais metodologias incentivam a leitura e intervenção sobre a realidade, a interação entre agentes sociais engajados nos processos educacionais e sociais, enfocando a construção coletiva do conhecimento.

Nas metodologias ativas busca-se enfrentar o desafio de desenvolver a autonomia individual dos sujeitos aprendentes, de modo articulado com a consolidação dos coletivos de que participam. Relações mais democráticas entre docentes e discentes facilitam a emergência de novas e inovadoras formas de aprender e ensinar. Desta forma, as metodologias ativas, ao promover a autonomia dos sujeitos, por meio de práticas que sejam críticas, reflexivas e transformadoras, buscam efetivar mais do que treinamentos técnicos-operacionais e contribuem para a formação humanista de sujeitos que se colocam como seres históricos inseridos na dialética da práxis, ou seja, a articulação ação-reflexão-ação.

Nos processos formativos voltados à formação de profissionais do Sistema Único de Saúde, a Fiocruz contribui de modo significativo por meio de sua ampla intervenção educacional em todas as regiões do País, valorizando as metodologias ativas.

Diversos autores, ao analisar os efeitos dessas metodologias na educação em saúde, levantaram vários aspectos positivos. Por um lado, enfatizam a construção de uma sólida formação teórica e prática, em que ocorre um maior nível de compreensão dos temas e maior apropriação de conhecimento, além de estimular a busca ativa de conhecimentos para solução dos problemas vividos, de forma independente e responsável. Por outro lado, parecem evidentes os avanços nos campos afetivo-emocionais e éticos, com estudantes-profissionais com maior auto-estima, autonomia e motivação, que respeitam a diversidade de opiniões e vivências. Esses benefícios incidem sobre maior capacidade para o trabalho em equipe, com valorização da interdisciplinaridade. Destaca-se, neste aspecto, também a maior aproximação entre estudantes, usuários e equipe de profissionais, contribuindo para a compreensão da complexidade e diversidade da prática nos serviços de saúde.

Como efeito desses processos de aprendizagem fundados nas metodologias ativas, há empoderamento dos discentes-profissionais de saúde como sujeitos nos processos, preparando-os para ações coletivas e participativas e tomada de decisões mais comprometidas com a qualidade das ações de saúde, que são condições fundamentais para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação

Ao longo das últimas décadas, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) disseminaram-se de forma crescente em todos os campos da vida humana, como é o caso, por exemplo, dos processos de automação industrial, dos mecanismos de gerenciamento e publicidade nas atividades comerciais, dos funcionamentos dos mercados financeiros, e, evidentemente, trouxeram também importantes contribuições e desafios ao campo educacional. A chamada inclusão digital, que é o acesso democrático da população a esse universo comunicacional e informacional, é um dos grandes desafios contemporâneos, também afetando as soluções para o campo da educação.

É inegável que o emprego das TICs trouxe ganho substancial para área educacional, enriquecendo os processos de ensino-aprendizagem com novas alternativas, em que a educação deixa de ser exclusivamente presencial. Adicionalmente, essas tecnologias promovem a possibilidade de pessoas com necessidades educacionais especiais terem maiores ganhos do processo de desenvolvimento, aprendizagem e comunicação.

A criação de ambientes virtuais de aprendizagem trouxe novas possibilidades de interação, com intercâmbio de informações e de experiências, entre estudantes, docentes e tutores, nas várias modalidades de oferta, presencial, a distância ou híbrida. O rápido avanço tecnológico, trazendo a popularização da internet e o funcionamento de uma sociedade em rede, com todos esses suportes de TICs, aumentou a possibilidade de contato entre todos os agentes do processo ensino-aprendizagem, mesmo que estejam situados geograficamente distantes uns dos outros.

Em razão disso, as metodologias de ensino-aprendizagem vêm sendo profundamente afetadas e modificadas, com diversas inovações nos métodos e técnicas que já eram amplamente utilizados na sala de aula,

e que agora se beneficiam das TICs, tais como os trabalhos em grupo, os debates e fóruns de discussão, a organização da agenda de trabalho da turma, o uso de comunidades virtuais. Para isso, utilizam-se, de modo variado e combinado, diversas plataformas de comunicação e troca de informações (Instagram, Whatsapp, Youtube, dentre outras).

A incorporação das TICs aos processos de ensino-aprendizagem acontece como um movimento inexorável das transformações tecnológicas, culturais e sociais em curso no planeta, trazendo inúmeras vantagens e benefícios, assim como desafios e problemas diversos a serem enfrentados.

O principal desafio, de ordem cultural, exige a transformação de funcionamentos cognitivos e modelos mentais, dos agentes sociais envolvidos nos processos educacionais. Essa transformação cultural exige estratégias educacionais para aquisição de novas competências comunicacionais, de docentes, discentes e técnicos envolvidos. Há também os desafios de ordem econômica e tecnológica, com a necessidade de investimentos no desenvolvimento e aquisição de hardwares e softwares, de construção de amplo acesso a esses mecanismos, por parte de todos os atores envolvidos na educação.

Como benefícios fundamentais, ampliam-se as possibilidades de que cada indivíduo engajado no processo ensino-aprendizagem desenvolva de modo mais amplo sua autonomia de aprendizagem, ao poder fazer escolhas e gerir melhor a construção de novos conhecimentos, resultando daí, efetivamente aprendizagem mais significativa. Ampliam-se também os mecanismos de cooperação e de construção coletiva do conhecimento, com intercâmbios e colaborações intensificadas a um nível antes impossível de se realizar apenas na educação presencial convencional.

Todas essas mudanças nas relações entre docentes e discentes promovidas pela difusão das TICs no ensino superior também estão alterando de modo estruturante as atividades administrativas e todo o campo da gestão acadêmica.

No campo educacional, a integração de recursos pedagógicos e tecnológicos traz novas oportunidades, com aumento da flexibilidade da aprendizagem, a melhoria da comunicação entre docentes e estudantes, além de possibilitar maior interação entre os docentes. No entanto, a escolha das ferramentas e TICs educativas exige critérios cuidadosos, baseados nos princípios gerais que orientam a produção educacional na instituição.

As TICs podem ser compreendidas como ferramentas tecnológicas que têm potencial para apoiar os processos de ensino-aprendizagem, favorecendo a colaboração e ampliação do espaço de interações, incentivando relações mais horizontalizadas e democráticas, assim como o compartilhamento da produção do conhecimento e autoria entre docentes e discentes. É preciso, entretanto, atenção para o enfrentamento da perspectiva de que essas ferramentas possam substituir a autonomia e o trabalho intelectual do docente, assim como de que tendem a favorecer a continuidade de práticas educacionais massivas e conteudistas.

Então, além de planejar o investimento na infraestrutura das TICs, as instituições educacionais precisam estar atentas à formação de seus docentes quanto aos aspectos metodológicos envolvidos no uso dessas novas ferramentas. Novas exigências estão postas ao professor, que precisa investir em sua própria formação e abrir-se à incorporação do uso das TICs em sua vida profissional, em todo o planejamento, implementação e gestão do currículo dos cursos. São processos complexos e desafiadores, que podem trazer aumento na carga de trabalho dos docentes, e que precisam ser construídos e analisados coletivamente para sua adequada implementação.

As inovações oriundas do uso das TICs tornam-se parte de um conjunto de relações, e ao fazerem isso esmaecem a distinção entre o que é tecnológico e o que é social, que acontecem de modo imbricado. Desse modo a construção do conhecimento é pensada como atividade humana que se dá em conexão com o contexto social do qual emerge, sem negar as condições históricas e culturais de sua produção.

Ademais, vale ressaltar que o novo contexto traz uma grande diversificação sobre o que são os recursos educacionais abertos, e, no caso da Fiocruz, suas intensas atividades no campo da comunicação e da informação, da divulgação científica e da popularização da ciência resultam num importante manancial de materiais que podem ser utilizados nos processos educacionais, e que estão disponibilizados em seus diversos espaços e canais, por meio de publicações digitais, vídeos e outros recursos.

Estratégias para as ações educativas: as modalidades educacionais

Estratégias educacionais são as escolhas pedagógicas que viabilizarão o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a Fiocruz vem acompanhando as mudanças das estratégias educacionais ao longo do tempo, sem perder de vista a qualidade do ensino e formação do cidadão-profissional. Diversos fatores influenciam diretamente na escolha dessas estratégias, incluindo meio de acesso à educação. Considerando este fator, entre outros, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira foram regulamentadas as modalidades educacionais.

As técnicas e práticas das modalidades presencial e a distância são diferentes ainda que a instituição se baseie nos mesmos princípios filosóficos e possa obter sucesso educacional similar em ambas. No entanto, mesmo adotando referências teórico-metodológicas mais avançadas, as instituições educacionais ainda são muito marcadas por práticas pedagógicas predominantemente tradicionais, baseadas apenas na transmissão de unidirecional de conteúdos. Em adição, educação a distância frequentemente é reduzida a uma estratégia de massificação de ofertas educacionais, sem a preocupação na formação de um cidadão-profissional crítico, ético e técnico.

Em 2020, a pandemia da COVID-19 fez com que as instituições educacionais debatessem de forma mais aprofundada as suas estratégias e revissem suas práticas. Uma estratégia debatida foi a mescla entre práticas características do ensino presencial (ou os encontros remotos síncronos, da educação remota emergencial) e a EAD mediada por tecnologias digitais, o chamado ensino híbrido.

O ensino híbrido vai além de usar as tecnologias para facilitar e mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ele otimiza o tempo em que o estudante está em da sala de aula ou encontros virtuais ao vivo, também chamados momentos síncronos, criando um espaço de acolhimento, escuta ativa e de criação colaborativa. De forma complementar às atividades síncronas, o ensino híbrido valoriza que os estudantes usem momentos fora da sala de aula, ou momentos assíncronos, para aprender no seu próprio ritmo criando base para a construção colaborativa nos momentos síncronos.

Essa estratégia pedagógica não é nova, mas ainda não é amplamente implementada, por enfrentar barreiras relativas à formação de docentes nesse campo e por requerer a difusão de tecnologias digitais entre educandos e educadores. Além disso, ela exige mudanças em hábitos e normas arraigados, como cobrança de frequência mínima em aulas e avaliação apenas baseada em provas.

Na Fiocruz, as experiências implementadas em 2020 na modalidade de educação remota emergencial e os debates e intercâmbios na comunidade docente, por meio de uma dezena de encontros virtuais da Educação (ver Quadro 4.2), sobre as experiências e aprendizados em várias estratégias educacionais, incentivam a incorporação de estratégias inovadoras no ensino.

3.2 – Articulação entre a educação, a pesquisa e sua inserção social

A Fiocruz é uma instituição pública estratégica de Estado e um patrimônio da sociedade brasileira, principalmente por seu importante papel nos campos da ciência, tecnologia e inovação em saúde, e formação de trabalhadores. Para que a instituição possa atuar efetivamente como determinante do desenvolvimento sustentável do País, e atuar nas discussões sobre emprego, renda, inclusão social e redução de iniquidades, é

essencial enfatizar o papel da educação, da comunicação e da divulgação científica como formas de interlocução e diálogo com a sociedade, garantindo sua efetiva inserção social. Ao longo dos seus 120 anos de história, a Fundação se torna a principal instituição não universitária de formação de força de trabalho para o SUS e para o sistema de CT&I em saúde no País.

O ensino é considerado uma das suas atividades finalísticas, assim a formação de recursos humanos na Fiocruz está alinhada com o seu papel de instituição de referência na área de Saúde, produzindo e socializando conhecimentos gerados em diferentes áreas de pesquisa. Para melhor compreensão de como o campo da pesquisa está organizado, o **Quadro 3.1** relaciona as 30 áreas de pesquisa da Fundação. Estas se desdobram em 323 linhas de pesquisa e em inúmeros projetos a eles associados, todos eles interagindo como fonte de organização e enriquecimento do ensino.

Quadro 3.1 – Áreas de Pesquisa Implementadas pela Fiocruz

1. Entomologia, Biologia de Vetores e Reservatórios de agentes infecciosos
2. Microbiologia em Saúde e Ambiente
3. Virologia e Saúde
4. Parasitologia
5. Imunidade e Inflamação
6. Modelos experimentais de doenças
7. Doenças Crônicas e não-transmissíveis, medicina regenerativa
8. Nanotecnologia e novos materiais
9. Genômica, Proteômica, Biologia de Sistemas, Biologia Sintética, Computação Científica
10. Genética e Epidemiologia Molecular em Saúde, farmacogenética
11. Pesquisa Clínica e Ensaio Clínicos
12. Saúde e Gênero, Saúde do Idoso
13. Saúde Perinatal, da Criança e do Adolescente
14. Ambiente, Ecologia e Saúde
15. Epidemiologia, métodos estatísticos e quantitativos
16. Vigilância em Saúde
17. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão em Saúde
18. Gestão de Ciência e Tecnologia em Saúde
19. Promoção da Saúde
20. Avaliação e Economia da Saúde
21. Informação e Comunicação em Ciências e Saúde
22. Sociologia, Antropologia, Filosofia e Saúde, Cultura e Sociedade
23. História, Saúde e Ciência
24. Educação em Ciências e Saúde
25. Educação não formal e divulgação das ciências e saúde
26. Pesquisa e Desenvolvimento de fármacos e medicamentos
27. Pesquisa e Desenvolvimento de Diagnósticos
28. Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas Profiláticas e Terapêuticas
29. Pesquisa e Desenvolvimento de Processos Industriais
30. Políticas Públicas para Saúde em Territórios

Todos os níveis de ensino desenvolvidos na instituição, desde o fundamental e médio até os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, estão diretamente relacionados a essas áreas de pesquisa, além de retroalimentarem a reflexão e aprofundamento dos processos de pesquisa implementados. Desta forma as iniciativas educacionais da Fiocruz refletem a complexidade da pesquisa desenvolvida na instituição. Para exemplificar esta estreita correlação podemos observar no **Quadro 3.2** a relação entre os programas de pós-graduação stricto sensu da Fundação e as áreas de pesquisa da instituição apresentadas anteriormente.

A interação entre educação e pesquisa é relevante em todos os níveis de ensino. Mesmo não possuindo cursos de graduação, a interação nesse nível se dá por meio do Programa de Iniciação Científica (PIBIC e PIBIC-EM), voltado aos alunos da graduação e do ensino médio, respectivamente. A iniciação ao trabalho científico, na qual se produz a apreensão dos fundamentos da ciência, tem um caráter estratégico fundamental para a Fiocruz, para o sistema de CT&I e para o desenvolvimento científico do País, ao oferecer formação inicial e incentivar a formação de novos pesquisadores. Desde 1986, o Programa de Vocação Científica (Provoc) é uma proposta educacional de Iniciação Científica (IC) na área da saúde para jovens que cursam o nível médio de ensino. Um dos principais objetivos da iniciação científica realizada pelo Provoc é estimular a aprendizagem dos conhecimentos técnicos e científicos a partir da experimentação de práticas de pesquisa.

Quadro 3.2 – Relação entre os programas de pós-graduação stricto sensu e as áreas de pesquisa

Unidade	Programa	Modalidade	Área de Pesquisa
BioManguinhos	Tecnologia de Imunobiológicos	MP	8, 18, 26, 29
COC	História das Ciências	ME, DO	23
COC	Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde	ME	25
COC	Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	MP	22
EGF-Brasília	Políticas Públicas em Saúde	MP	16, 17, 18, 30
ENSP	Saúde Pública	ME, DO, MP	17, 22, 30
ENSP	Saúde Pública e Meio Ambiente	ME, DO, MP	1, 14, 15, 20
ENSP	Epidemiologia em Saúde Pública	ME, DO, MP	15
ENSP	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (em rede)	ME, DO	22
EPSJV	Educação Profissional em Saúde	MP	17, 18, 22
FarManguinhos	Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica	MP, DP	18, 26, 29
FarManguinhos	Pesquisa Translacional em Fármacos e Medicamentos	ME, DO	18, 26
Fiocruz Ceará	Saúde da Família - RENASF (em rede)	MP, DP	12, 13, 16, 19
Fiocruz Rondônia	Biodiversidade e Biotecnologia - Rede BIONORTE	DO	14, 26, 27, 28
IAM	Saúde Pública	ME, DO, MP, DP	15, 16, 17, 18
IAM	Biociências e Biotecnologia em Saúde	ME, DO	1, 2, 3, 4, 9, 10
ICC	Biociências e Biotecnologia	ME, DO	2, 3, 4, 9, 10, 27, 28
ICICT	Informação e Comunicação em Saúde	ME, DO	21
ICTB	Ciência em Animais de Laboratório	MP	6, 17
IFF	Saúde da Criança e da Mulher	ME, DO, MP	12, 13
IFF	Pesquisa Aplicada à Saúde da Criança e da Mulher	ME, DO	10, 11, 12, 13, 19

Unidade	Programa	Modalidade	Área de Pesquisa
IGM	Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa	ME, DO	1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 15, 26, 28
IGM	Pesquisa Clínica e Translacional	MP	7, 10, 11, 15, 26
ILMD	Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia	ME	14, 22
ILMD	Biologia da Interação Patógeno Hospedeiro	ME, DO	1, 2, 4, 10, 14, 15
ILMD	Saúde Pública na Amazônia	DO	1, 2, 3, 4, 14, 17, 30
INCQS	Vigilância Sanitária	ME, DO, MP	14, 16
INI	Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas	ME, DO	2, 3, 4, 5, 11, 26, 27, 28
INI	Pesquisa Clínica	MP	11, 18, 24, 26, 27, 28
IOC	Biologia Parasitária	ME, DO	1, 2, 4, 5, 9, 10, 14, 15, 27
IOC	Biologia Celular e Molecular	ME, DO	1, 2, 4, 5, 9, 10, 27, 28
IOC	Ensino em Biociências e Saúde	ME, DO	21, 22, 24, 25
IOC	Medicina Tropical	ME, DO	1, 2, 3, 4, 15, 27
IOC	Biologia Computacional e Sistemas	ME, DO	9, 10, 14, 15
IOC	Biodiversidade e Saúde	ME, DO	1, 2, 4, 14, 24
IOC	Vigilância e Controle de Vetores	MP	1, 15, 16, 24
IRR	Ciências da Saúde	ME, DO	1, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 15, 26, 27
IRR	Saúde Coletiva	ME, DO	12, 14, 17
ProfSaúde	Saúde da Família (ABRASCO)	MP	12, 13, 16, 19

Outro aspecto de destaque da inserção social da educação na Fiocruz se refere à formação de trabalhadores para o sistema de saúde, de acordo com as necessidades sanitárias do País e para o atendimento às demandas do SUS. A educação no âmbito da Fundação se integra ao Complexo Produtivo e de Inovação em Saúde que abrange as iniciativas e estratégias relacionadas com a produção industrial de insumos para a saúde, assim como com a relação entre desenvolvimento tecnológico, inovação e produção. Como exemplo podemos citar os programas de mestrado e doutorado profissionais, tais como o PPG em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica, Tecnologia em Imunobiológicos e diversos programas em Pesquisa Clínica.

A educação, a comunicação e a informação compõem o tripé com papel estratégico na sua relação com a sociedade brasileira como um todo. Esse tripé é considerado como parte dos direitos humanos, estruturante para a construção e manutenção do SUS e do direito ao acesso universal à saúde, bem como, é crucial para a pesquisa, prestação de serviços, formação, planejamento e gestão. Na Fiocruz, é também por meio da educação, comunicação e informação que se estabelece a relação dialógica entre ciência, tecnologia e sociedade de forma a garantir a forte inserção social da instituição. A Fundação vem desempenhando protagonismo e deve aprimorar seus programas e ações com o objetivo de aprofundar a compreensão pública sobre o papel e os resultados da pesquisa científica em saúde, de inscrever a ciência na construção da democracia e da cidadania e de ser um canal de participação social. Neste contexto, é estratégico consolidar o processo participativo de construção da Política de Divulgação Científica na Fiocruz. Os principais resultados desse processo devem contemplar aspectos como: fortalecer e qualificar a presença da instituição em territórios socialmente vulnerabilizados; interiorizar ações da Fiocruz, bem como integrar, diversificar e ampliar as ações de divulgação da ciência (ver Capítulo 2).

Na produção de publicações diversas (publicações, audiovisuais, televisão) é significativa a veiculação de programas próprios alinhados aos grandes temas setoriais, bem como seu papel para os espaços institucionais do sistema, em especial a área de controle social, por meio dos conselhos, mas também para os órgãos executivos e de representação, como Conass e Conasems, além de ampliar linhas de cooperação no campo da comunicação para outros países.

Outra via da educação na Fiocruz, a não-formal, é um importante instrumento de mediação entre as ciências e a sociedade, tendo nos espaços dos museus e nos seus acervos um relevante caminho para a construção de diálogos com as instituições de ensino formais, enriquecendo o currículo e promovendo a construção de novos conhecimentos.

A extensão, indissociável do ensino e pesquisa, é um princípio a ser obedecido pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica (Art. 207 da Constituição Federal). Constitui elemento significativo da identidade institucional da Fiocruz sua atuação articulada nessas três dimensões e isto está expresso na formulação de sua missão. O conceito de extensão universitária vem se aperfeiçoando na regulação educacional brasileira e, recentemente, o Conselho Nacional de Educação elaborou Parecer³² e depois editou Resolução³³ que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Nesta, fica apontado que “as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior”.³⁴

Desta forma, a educação implementada pela Fiocruz, orientando-se pelos valores da instituição, é sempre estreitamente vinculada à pesquisa científica e às ações voltadas à ampliação da cidadania e à redução das iniquidades, nos vários territórios, conforme já apontado no item 2.6 (Cooperação Social) e aprofundado neste capítulo. As novas orientações emanadas do CNE, embora não sejam de caráter obrigatório para as ações da Fiocruz, constituem bases para o aperfeiçoamento do planejamento estratégico da educação, ao inspirarem maior direcionamento para essas ações, de forma mais articulada com as matrizes curriculares e com a pesquisa, para fornecer subsídios ao aperfeiçoamento da autoavaliação institucional dessas atividades de extensão.

3.3 – Avaliação da aprendizagem

A avaliação e o acompanhamento da aprendizagem são componentes significativos do itinerário formativo e das práticas de uma instituição educativa. Expressam simultaneamente concepções pedagógicas, visão de mundo e de sociedade, bem como, balizam o alcance dos seus objetivos educacionais. Nas Unidades da Fiocruz tem-se como parâmetro avaliativo de um lado, os objetivos mais amplos referentes à contribuição a ser dada à ciência, tecnologia, prestação de serviços de saúde e ao SUS e ao Sistema CT&I, por meio da excelência da formação de gestores, docentes, técnicos e pesquisadores comprometidos com a saúde das populações. Por outro lado, tem como referência as finalidades da educação de contribuir para a formação inclusiva, equitativa, cidadã, ética, política e democrática dos sujeitos aprendentes. Discutir sobre os critérios da avaliação e indicadores a serem utilizados é uma das diretrizes da Fundação para os seus cursos de pós-graduação e de educação profissional.

A avaliação tem sido, simultaneamente, um dos componentes das ações de planejamento que subsidiam as decisões, estratégia pedagógica de aprendizagem e instrumento de reflexão contínua sobre a própria

32. [Parecer CNE/CES nº 608/2018](#).

33. [Resolução CNE/CES nº 7/2018](#).

34. Resolução CNE/CES nº 7/2018, artigo 2º, parágrafo único.

instituição educativa e da formação dos profissionais/estudantes. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem adquire seu sentido na medida em que se articula com o projeto pedagógico, integrando valores éticos e o viés humanístico que fazem da aprendizagem um processo de construção de conhecimento, mas, também, de formação cidadã e humanística.

Nos cursos ofertados pela Fiocruz, a avaliação contempla a dimensão do acompanhamento, promovendo a integração do processo ensino-aprendizagem de forma contínua, inclusiva, emancipatória e crítica. A avaliação da aprendizagem abarca o caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo, ocorrendo mediante a utilização de vários instrumentos avaliativos ao longo do curso.

O processo de avaliação da aprendizagem do aluno tem duas finalidades básicas: possibilitar a ele, de forma significativa, a reflexão sobre seu processo de aprendizagem auto-formativo, e orientá-lo quanto aos passos seguintes a serem dados, bem como, enriquecer o aprendizado durante o próprio processo de avaliação. E para o professor, esse processo de avaliação tem a função de desvelar o momento presente do aluno enquanto ser aprendiz e agente do seu processo de aprendizagem. A depender da metodologia, do instrumento e da frequência de avaliação utilizada, revela-se o que foi aprendido pelo estudante quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes, quais as dificuldades e limitações que precisariam ser superadas e que dependem da atuação dos vários atores do processo educativo.

De maneira geral, consideram-se outros aspectos como importantes, tais como: clareza e explicitação dos critérios de avaliação no plano de ensino; avaliação coerente com o conteúdo programático das disciplinas e módulos; ser sempre de natureza construtiva para a aprendizagem do estudante, e, obedecer às normas legais vigentes do Ministério da Educação e às orientações estipuladas nos Regimentos Gerais dos Cursos da Fiocruz.

A avaliação de aprendizagem de disciplinas ou módulos educacionais pode seguir variados métodos, critérios, processos e instrumentos, coerentes com a natureza, conteúdo, objetivos e metodologia utilizada no curso em questão.

Embora exista uma base comum, evidentemente há diferenciações nos processos de avaliação de aprendizagem entre os vários níveis da oferta educacional (cursos de qualificação, programas de pós-graduação *stricto sensu*, cursos de residências e especializações, cursos de formação técnica, modalidade presencial ou a distância, dentro outras diferenciações).

Assim, em linhas gerais, pode-se afirmar que, tendo em conta as características da disciplina/ atividade educativa (teórica ou prática, presencial ou a distância, etc) e considerando os princípios filosóficos e técnico-metodológicos, com a busca permanente de relações de ensino-aprendizagem baseadas na participação, caráter inclusivo e democrático, muitas estratégias podem ser adotadas, sendo considerados como critérios e instrumentos para avaliação, nos diversos projetos pedagógicos de curso, dentre outros, os seguintes:

- Participação em sala de aula;
- Participação nos debates, fóruns de discussão e chats;
- Apresentação de seminário;
- Provas escritas ou orais;
- Fichamento/resenha da bibliografia do curso;
- Elaboração de projetos, resumos, relatórios, trabalhos temáticos e/ou outros, em grupos e/ou individuais, intra ou extra-classe;
- Avaliação por meio de rodas dialógicas, seminários, trabalhos desenvolvidos nas oficinas, participação nas ações relacionadas à saúde;
- Auto-avaliação ao final de cada módulo, de forma escrita ou oral;
- Algumas disciplinas exigem trabalho final;
- Avaliação coletiva, durante uma reunião em que estudantes e docentes analisam seus relatórios e portfólios das experiências vividas;

- Avaliação realizada por preceptores quanto a atividade realizada pelo estudante/participante no serviço;
- Avaliação entre pares;
- Elaboração de porfolio reflexivo.

Os regimentos gerais (pós-graduação stricto sensu, pós-graduação lato sensu – especializações) e os regulamentos das residências especificam critérios genéricos para o estudante obter a aprovação e certificação final do curso ou disciplina, cabendo várias definições mais específicas aos regulamentos dos cursos.

Nos programas stricto sensu e nas especializações, para aprovação e certificação final do curso, é exigida a frequência mínima de 75% da carga horária, quando curso presencial, assim com apresentação de trabalho de conclusão de curso (TCC, Dissertação ou Tese, conforme o nível). Nos cursos a distância a frequência é obrigatória nos encontros presenciais das atividades programadas.

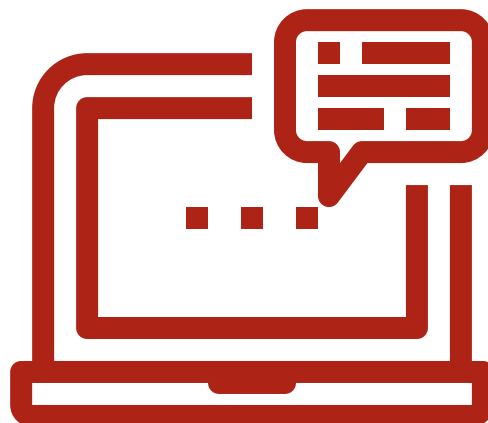
O aproveitamento acadêmico de cada disciplina ou módulo é expresso por meio de conceitos: A – Excelente (equivalente a notas entre 9 e 10); B – Bom (equivalente a notas entre 7,5 e 8,9); C – Regular (equivalente a notas entre 6 e 7,4); D – Insuficiente (equivalente a notas entre 0 e 5,9). Será considerado aprovado na disciplina ou módulo o participante que obtiver nota igual ou superior a 7,0 pontos, dentre as notas de 0 a 10. Os créditos relativos a cada disciplina só serão concedidos ao pós-graduando que lograr na mesma, no mínimo, o conceito C. Aquele que tiver conceito D é reprovado na disciplina e se receber duas vezes este conceito, em uma mesma disciplina ou não, é desligado do curso.

O estudante poderá ser desligado do curso se obtiver avaliação insuficiente, frequência abaixo do percentual requerido para as atividades teóricas ou práticas, e descumprimento ao regulamento do curso.

As características do trabalho de final de curso, nos casos do stricto sensu e do lato sensu – especializações podem ser bastante variados, devendo estar estabelecidas com clareza nos PPC – Projeto pedagógico de curso. Os regimentos gerais trazem apenas orientações genéricas e orientadoras para que os programas e coordenações de cursos possam fazer as definições de modo coerente com seus projetos e necessidades específicas.

Nos programas de residências médicas ou multiprofissionais, a avaliação de aprendizagem segue rumos bastante específicos e estabelecidos pelas regulações definidas pela Comissão Nacional de Residência Médica e pela Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde.

E no caso da educação profissional técnica, a sistemática e orientações para a avaliação de aprendizagem estão em acordo aos instrumentos regulatórios e normativos ligados ao campo da educação técnica em especial do Ministério da Educação, das diretrizes do Ministério da Saúde e dos conselhos profissionais. As unidades que desenvolvem educação profissional técnica possuem regulamento internos que indicam os critérios de avaliação.





Capítulo 4 – Políticas acadêmicas

Neste capítulo faz-se a descrição, de modo mais concreto, da atuação da instituição nos vários níveis e modalidades de ensino. Tendo como referência analítica o período 2016-2020, do primeiro PDI, primeiramente apresenta-se uma análise situacional geral, apontando elementos da realidade que impulsionam ou dificultam o desenvolvimento da atuação educacional da Fiocruz. Confere-se destaque especial à descrição do último período, o ano de 2020, em que a instalação da pandemia global da COVID-19, já no início do ano, trouxe desafios inéditos e provocaram a instituição a construir rapidamente estratégias alternativas para manter o funcionamento de suas atividades, em período de isolamento social.

Em seguida, os itens apresentam cada nível/modalidade educacional, caracterizando-os e trazendo elementos de avaliação geral, desafios a enfrentar e expectativas ou perspectivas para o período 2021-2025.

4.1 – Análise situacional

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz foi ancorada nas produções coletivas de cunho estratégico e valorativo, construídas principalmente nos congressos internos quadrienais da instituição, assim como nos debates que se realizam nos vários fóruns participativos, com destaque para a Câmara Técnica de Educação. Este PDIE 2021-2025 está embasado em muitos consensos e análises expressos no VIII Congresso Interno, realizado em 2017, e nos debates da Câmara Técnica de Educação, realizados ao longo do período 2016-2020.

Destarte, para a análise situacional ampla dentro do qual se insere a política educacional da instituição, incorporamos as formulações congressuais sobre o contexto internacional e nacional e sobre o contexto institucional, com algumas atualizações. Em seguida, de modo sintético pontuamos o contexto especificamente regulatório da educação presente no período 2016-2020. Por fim, dedicamos atenção especial ao contexto geral do ano 2020, afetado pela ocorrência da pandemia mundial de COVID-19.

4.1.1 – Contexto internacional e nacional

Os principais aspectos da análise do contexto internacional e nacional elaborada no VIII Congresso (2017), ainda permanecem bastante atuais e constituem subsídio para o planejamento estratégico da educação na Fundação, estando apresentados nas páginas 8 a 13 do [Relatório Final do VIII Congresso Interno da Fiocruz](#).

Dentre outros aspectos da análise, é apontada a grande concentração (em pouquíssimas corporações) do controle global sobre a informação em geral, a informação científica e tecnológica, e o conseqüente enfraquecimento do papel dos Estados nacionais. Noutra vertente, registra-se a pactuação da Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS), consenso de 193 países no âmbito da ONU, e que valoriza a inclusão social e muitos temas caros à missão da Fiocruz: educação em ciências, educação ambiental, informação e comunicação e o patrimônio cultural como dimensão do desenvolvimento sustentável.

O texto também destaca a crise sócio-político-econômica, em que a acentuada redução orçamentária coloca em crise o setor de CT&I, com fortes efeitos negativos na agenda de pesquisa em saúde. Noutra vertente, destaca o movimento da ciência aberta, que vem pautando as principais políticas das agências de financiamento em âmbito mundial, e aponta um movimento internacional para estimular a integridade em pesquisa.

A forte limitação dos gastos públicos (Emenda Constitucional 95) ampliou a crise da saúde, trazendo efeitos de fragilização das políticas de saúde, em um contexto muito preocupante, diante de um quadro demo-

gráfico e epidemiológico muito complexo, com sobreposição de padrões, em que convivem doenças transmissíveis há muito tempo existentes, doenças emergentes e re-emergentes, doenças do aparelho respiratório, diabetes, doenças neurodegenerativas e obesidades, além de agravos como acidentes de trânsito e homicídios.

Às análises do VIII Congresso Interno cabe agregar o advento da Pandemia COVID-19, que alterou as condições da vida (em seus mais diversos aspectos) em todo o Planeta, trazendo-nos uma ampliação de desafios de toda ordem.

4.1.2 – Contexto da Educação na Fiocruz

A análise do contexto institucional da Fiocruz na última década foi expressa, no final de 2017, no Relatório Final do VIII Congresso (páginas 13-17), aqui sintetizada por ter se mantido bastante atual, acrescida de algumas considerações mais recentes.

Entre muitos outros aspectos, destacam-se o crescimento e fortalecimento da Fiocruz, como instituição de Estado e estratégica para a saúde, em todo o território nacional. Isto se deu, tanto pelo aumento de sua presença em todas as regiões do país, como pela ampliação de sua participação em várias importantes políticas governamentais de saúde, com maior capacidade de resposta a problemas de saúde pública (tríplice epidemia em 2015-2016, Ebola em 2015, febre amarela em 2017, e COVID-19 em 2020), com atuação coordenada nos campos da pesquisa, educação, vigilância e produção de insumos para a saúde.

Esta ampliação da atuação da Fiocruz caracterizou-se também pelo crescimento da rede de relações institucionais, por um lado, com a realização de acordos com governos estaduais resultando em inúmeras ações relevantes nas regiões, e por outro lado, na inserção protagonista em redes de cooperação estruturante, em especial com países da América Latina e África.

A análise também destaca a importância da ampliação do quadro de servidores a partir de 2006, caracterizado com alto grau de capacitação profissional (84% com formação pós-graduada); porém aponta o risco de prejuízos à qualidade da atuação institucional relacionado ao aumento das aposentadorias em contexto de não-reposição da força de trabalho por meio de concursos, interrompidos desde 2016.

Em sua atuação educacional, a Fiocruz avançou de modo congruente com os demais campos institucionais, sendo significativo relacionar seus pontos fortes e as iniciativas de maior destaque no período 2016-2020.

Pontos fortes

- Formação em vários níveis: ensino médio e técnico profissionalizante; Iniciação Científica (ensino médio-PROVOC; graduação-PIBIC), especializações, residências, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- Todas as unidades e escritórios da Fiocruz nos 11 estados têm ações de educação, inclusive unidades de produção e assistenciais;
- Forte atuação na qualificação profissional para o SUS – numerosos cursos de curta duração nas modalidades presencial e EAD (possibilidade de escala e rapidez);
- Atuação em redes de parcerias nacionais com universidades, escolas de Saúde Pública, escolas técnicas em saúde, em todo do país; secretaria executiva da UNA-SUS
- Atuação em cooperação internacional em educação: parcerias com instituições de excelência e cooperação estruturante Sul-Sul com América Latina e PALOPS
- Parcerias com o Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS/COSEMS
- Nucleação: inserção profissional e reconhecimento pelos egressos (survey 2013-2019).

Destaques

Foram muitas as iniciativas no campo educacional que se destacaram no período 2016-2020. Além daquelas referidas à diversificação e ampliação de ofertas formativas, tiveram relevo as iniciativas no campo da cooperação institucional (nacional e internacional) e aquelas do campo da gestão e planejamento educacional.

Nucleação e Cooperação Nacional:

- Formação de Doutores nas regiões N, NE e CO - novas turmas descentralizadas ofertadas por programas Fiocruz em RO, PA, CE, PI, MS (áreas de Biotecnologia e Biociências, Saúde Coletiva, Epidemiologia).
- Expansão de mestrados em redes de parcerias com universidades:
 - ProfSaúde nacional: formação da 1ª turma com 180 médicos em SF; início 2ª e 3ª turmas;
 - RENASF – Saúde da Família no NE – formação de 400 mestres; início da 4ª turma (+170)
- Mobilidade de docentes (Professor Visitante Sênior) e discentes entre unidades da Fiocruz

Cooperação e Solidariedade Internacional:

- Aprovação do projeto PrInt/Capes – fomento à cooperação Norte-Sul, com intercâmbio de docentes e alunos
- Cooperação com Moçambique: formação de numerosos mestres em Ciências da Saúde e em Gestão de Sistemas de Saúde e início da formação de Doutores; aprovação do projeto COOPBRASS/Capes
- Início curso FOCEM – Mercosul – 1ª turma de Doutorado em Ciências da Saúde no Paraguai
- Fomento à realização de cursos e seminários internacionais na Fiocruz

Programas Profissionais em áreas estratégicas para o SUS:

- Expansão dos 16 programas de Mestrado Profissional (numerosas turmas)
- Aprovação e início de 3 Doutorados Profissionais:
 - Saúde Pública – IAM/PE (início 2019 – turma SES; 2ª turma 2020 – servidores Fiocruz)
 - Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica – Farmanguinhos (início 2019)
 - Saúde da Família – RENASF – Fiocruz CE e rede de 20 universidades do NE (a iniciar)

Expansão das residências em áreas estratégicas para o SUS:

- Novos programas e turmas de residências, especialmente multidisciplinares, em: Saúde da Família, Infectologia, Gestão e Produção de Fármacos e Medicamentos, Saúde do Trabalhador

Criação e Expansão do Campus Virtual Fiocruz:

- Oferta de mais de 90 cursos de qualificação profissional para o SUS na modalidade EAD, em acesso aberto e gratuito, alcançando milhões de profissionais do país e outros países;
- Disponibilização de cursos e material educacional aberto no Portal Educare;
- Informações sobre todos os cursos da Fiocruz, presenciais e EAD, de todo o país.

Promoção da Inclusão Social e Apoio aos Estudantes:

- Regulamentação das cotas para ingresso na pós-graduação stricto sensu (em 2017) e lato sensu (em 2019) para negros, indígenas e pessoas com deficiência;
- Lançamento do Programa Mulheres e Meninas na Ciência;
- Bolsas para alunos de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado; bolsas para novas residências;
- Criação do Centro de Apoio ao Discente em 2017;

- Aprimoramento no acolhimento de estudantes estrangeiros;
- Apoio ao alojamento: transporte dos alunos, infraestrutura, busca de melhoria da rede
- Programa de Inclusão Digital (em 2020)

Sistema de planejamento, gestão e avaliação:

- Aprimoramento da Governança: conformação e reuniões periódicas de fóruns de Stricto Sensu, Escola de Governo em Saúde, Residências, Qualificação Profissional e EAD, em articulação com a Câmara Técnica de Educação
- Implementação do PDI 2016-2020 e elaboração do PDI 2021-2025
- Atualização dos regimentos do stricto sensu e do lato sensu
- Apoio ao planejamento e à autoavaliação dos programas stricto sensu
- Conformação da Comissão Permanente de Avaliação
- Desenvolvimento do sistema de gestão acadêmica (SIEF) – stricto sensu em fase final
- Realização de uma pesquisa de egressos 2013-2019 (atualização em 2020), como base para um sistema contínuo de acompanhamento de egressos.

Formação em Vigilância em Saúde:

- Oferta de numerosos cursos de qualificação profissional presenciais ou EAD, no Campus Virtual Fiocruz e pela UNA-SUS sobre: dengue, zika, chikungunya, febre amarela, sarampo, influenza, COVID-19, entre outros;
- Participação no programa Epi-SUS: formação de epidemiologistas de campo (níveis básico, intermediário e avançado)
- Residências multiprofissionais em Vigilância ou áreas afins;
- Cursos de vigilância em programas de Mestrado Profissional
- Formulação dos programas VigFronteiras Saúde (parceria com SVS-MS e OPAS) e VigLabSaúde (parceria com SVS-MS): formação de mestrado e doutorado para profissionais da área de Vigilância (a iniciar).

4.1.3 – A política educacional da Fiocruz no contexto da pandemia COVID-19

Coerente com seu histórico e vocação, a Fundação desde o anúncio da descoberta do vírus SARS-CoV-2, no final de 2019, organizou-se para atuar prontamente em mais uma emergência sanitária, que desta vez se revelou uma pandemia global, cujo controle ainda não é visível no cenário, no momento de conclusão deste PDIE (outubro de 2020). Em razão disso, faz-se necessária uma descrição da atuação geral da instituição no contexto da pandemia, e em especial suas estratégias no campo educacional.

Declarada a pandemia pela OMS, em 11 de março de 2020, foram imediatamente produzidos Planos de contingência (da Fiocruz e de cada unidade), com as estratégias de enfrentamento à pandemia. Esses documentos foram atualizados periodicamente e em julho de 2020, com o maior reconhecimento da situação e longa duração da crise sanitária, foi lançado o Plano de Convivência com a COVID-19, que estabelece parâmetros e medidas para uma convivência segura, que podem ser adaptados de acordo com a evolução da pandemia e dos conhecimentos sobre o vírus SARS-CoV-2 e a COVID-19, bem como o quadro epidemiológico e de capacidades dos sistemas de saúde nas diferentes unidades da Federação.

Mantendo reuniões permanentes do Conselho Deliberativo, a Fiocruz implementou suas ações em seis eixos fundamentais. O **Quadro 4.1** sumariza as principais iniciativas implementadas em cada um dos eixos.

As ações de educação frente à pandemia, desde o início, estão estruturadas em três grandes vertentes: formação de profissionais do SUS sobre a COVID-19, adaptação das atividades educacionais em face da suspensão das aulas presenciais e investimentos em novos cursos e recursos para a educação, realizados nas modalidades EAD ou remota emergencial. No decorrer do ano, as atividades e iniciativas se multiplicaram e muitas publicações (em texto ou vídeo) foram disponibilizadas amplamente na internet, tanto com documentos orientadores gerais como materiais de apoio aos discentes e trabalhadores da Fiocruz. Também foram produzidos potentes materiais de divulgação científica e orientações à população. No **Quadro 4.2** estão relacionadas publicações de cunho geral, destacando que a maioria das unidades também produziu ricos materiais de divulgação, informação e mobilização sobre os vários aspectos do enfrentamento à pandemia, em diferentes formatos.

No campo da comunicação científica investiu-se na inovação de publicações em formato *fast-track* de artigos científicos sobre a COVID-19, acelerando o processo de compartilhamento de informações de pesquisas, especialmente nas revistas científicas *Cadernos de Saúde Pública* e *VISA em debate* (ver o [Portal de Periódicos](#)).

As medidas imediatas adotadas pela VPEIC consistiram em fortalecer a articulação e integração entre as unidades e programas educacionais. No começo de abril, a VPEIC publicou as *Orientações para o Ensino Complementares ao Plano de Contingência da Fiocruz*, que foram periodicamente atualizadas, e em seguida desencadeou várias outras ações, com destaque para a realização de reuniões extraordinárias da Câmara Técnica de Educação, com ampliação de participantes, para homogeneização de entendimentos e de estratégias de atuação. Foram feitas enquetes sobre as medidas emergenciais adotadas pelos programas de pós-graduação, pelos cursos de especialização e residências, para manutenção ou suspensão de atividades. O compartilhamento dessas informações produziu aprendizagens coletivas e fortalecimento de medidas em comum.

Quadro 4.1 – Eixos de atuação e iniciativas da Fiocruz no enfrentamento à COVID-19

Eixo	Principais iniciativas
Apoio diagnóstico	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e controle de qualidade de testes moleculares • Capacitação de laboratórios para realização de testes • Criação de centrais analíticas de exames no Rio de Janeiro e Ceará
Atenção à saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à atenção primária à saúde • Construção do Centro Hospitalar COVID-19, com leitos de terapia intensiva e semi-intensiva, que após a pandemia continuará atendendo a população como hospital de referência em infectologia.
Pesquisa e produção de medicamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em diversos ensaios clínicos nas áreas de medicamentos (p. ex.: Ensaio Clínico – Solidarity e vacinas) • Produção de medicamentos para tratamento de influenza e de condições associadas à COVID-19 • Pesquisa utilizando Plasma convalescente • Pesquisa básica e desenvolvimento tecnológico • Pesquisas clínica de vacinas (Universidade de Oxford/AstraZeneca) e acordo de transferência de tecnologia para produção e controle de qualidade de vacinas
Informação e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Observatório Fiocruz COVID 19 • Comunicação com grande mídia e comunicação pública • Produção de Materiais de Orientação e Guias

Eixo	Principais iniciativas
Apoio às populações vulnerabilizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Se Liga no Corona • Chamada Pública para projetos de organizações populares da Sociedade Civil • Populações Indígenas • Populações residentes em favelas
Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de profissionais do SUS • Readequação das atividades educacionais da Fiocruz • Ampliação da oferta de cursos nas modalidades EaD e remota • Programa de inclusão digital

No decorrer do período, foram construídos os consensos e, em julho, publicadas as *Orientações para a Educação Remota Emergencial*, aprovadas pelo Conselho Deliberativo. E após intenso trabalho envolvendo consultas a todas as unidades, e com apoio ativo da Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz, em agosto foi pactuado e publicado o edital do *Programa de Inclusão Digital*, visando garantir o acesso de todos os estudantes à internet, para a implementação da educação remota emergencial.

Concomitante aos debates e pactuações de ações organizativas, foram implementadas medidas de apoio ao corpo docente, principalmente por meio do Campus Virtual Fiocruz e pela realização sequenciada dos Encontros Virtuais da Educação.

Quadro 4.2 – Publicações institucionais da Fiocruz relacionadas à COVID-19³⁵

Publicações gerais

- Portal Fiocruz
 - [Site Coronavírus](#)
 - [Observatório COVID-19](#)
 - [Divulgação Científica](#)
 - [Informações de confiança](#)
 - [Plano de Contingência](#)
 - [O olhar dos historiadores](#)
 - [Programa Unidos contra a COVID-19](#)
- [Plano de contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS-CoV-2 \(COVID-19\)](#) (Versão 1.4, 22/04/2020)
- [Convivência com a COVID-19 na Fiocruz](#) (Versão1, 29/07/2020)
- [Plano de Convivência com a COVID-19: recomendações às bibliotecas da Fiocruz](#) – 03/08/2020
- [Plano de Convivência com a COVID-19 nos ambientes alimentares da Fiocruz](#) – agosto/2020
- [Boletim Corona](#) (Canal Saúde, diário)

35. Materiais disponibilizados eletronicamente, em formato de textos ou vídeos.

Publicações relativas ao Ensino

- [Orientações para o Ensino Complementares ao Plano de Contingência](#) (Versão 4 – 6/4/2020)
- [Estratégias na área de educação em saúde para enfrentar a pandemia](#) (entrevista com Dra. Cristiani Machado – VPEIC, 25/05/2020)
- [Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da COVID-19](#) (EPSJV, Versão 1.0, 13/07/2020)
- [Orientações para a Educação Remota Emergencial nos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu da Fiocruz](#) (Texto aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, em 23/07/2020)
- [Programa de Inclusão Digital \(PIDig\)](#) – Edital – 03/08/2020
- [Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia COVID-19](#) (Elaborado pelo GT instituído pela Portaria nº 5608, de 01/09/2020)
- [Contribuições para criação de Plano Integrado Intersectorial Local de ações sanitárias e educacionais](#) (Elaborado pelo GT instituído pela Portaria nº 18, de 21/07/2020)

Publicações de apoio aos docentes

- [Guia de utilização de tecnologias digitais na Educação](#)
- [Guia de Recursos Educacionais Abertos](#)

Encontros Virtuais de Educação da Fiocruz:

- [Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente da Fiocruz](#) (OBSMA) – 07/07
- [Recursos educacionais: Campus Virtual e Educare](#) – 13/07
- [Comunicação pública e saúde \(Canal Saúde, VideoSaúde, Revistas Radis e Poli\)](#) – 20/07
- [Editoria Científica: Editora Fiocruz e Portal de Periódicos](#) – 27/07
- [Plataforma Moodle: recursos para docentes](#) – 03/08
- [Experiência com aulas remotas: Relatos de docentes](#) – 17/08
- [Desenvolvimento de cursos EAD: diferentes abordagens](#) – 31/08
- [Projeto Saber Comum: disciplinas em parceria com universidades públicas](#) – 02/09
- [Educação e acessibilidade](#) – 09/09
- [Autoavaliação e Educação: caminhos para uma avaliação emancipatória](#) – 21/09

Na capacitação de profissionais do SUS sobre a COVID-19 diversas iniciativas vêm sendo implementadas, por um lado trabalhando fortemente no campo comunicacional e de divulgação científica (portais, Observatório COVID-19, hotspots, biblioteca de referências científicas, podcasts, vídeos, peças de comunicação), produção de cartilhas para agentes comunitários de saúde, agentes de controle de endemias, cuidadores de idosos, profissionais atuantes com populações indígenas, dentre outros. Por outro lado, foram produzidos cursos na modalidade EAD, envolvendo participação de várias unidades, ofertados pelo Campus Virtual Fiocruz, com ampla oferta de vagas, alcançando participantes de todo o território nacional. Ver **Quadro 4.3**.

Quadro 4.3 – Cursos de educação a distância sobre a COVID-19

Curso	Carga Horária	Matrículas	Realização	Apoios/Parcerias
COVID-19: manejo da infecção causada pelo novo coronavírus	45	47.940	Campus Virtual Fiocruz	INI, ENSP, Fiocruz-Brasília, Fiocruz-Bahia, ICICT, Proqualis, OPAS
Atualização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19	40	69.240	Fiocruz Brasília	CEPEDES/ENSP
Enfrentamento da COVID-19 no Sistema Prisional	15	1.555	Fiocruz M. Grosso Sul	Campus Virtual Fiocruz

Na vertente da readequação das atividades educacionais nos diversificados programas de ensino, imposta pela situação de isolamento social, a Fundação partiu do reconhecimento da grande diversidade de situações (levando em conta sua presença em 11 estados nas cinco regiões do país, mais de 40 programas de pós-graduação, dentre outros aspectos) para elaborar as orientações complementares ao Plano de Contingência, ressaltando a importância de se construírem atividades educacionais a distância, por meio da educação remota emergencial e outras medidas mitigadoras.

Nesse contexto, a oferta de disciplinas transversais, que já vinham sendo pactuadas e construídas, ganhou especial relevo, em temas comuns à formação nas áreas de conhecimento dos programas da Fiocruz e que podem atender a discentes de variados programas de pós-graduação, assim como podem ser oferecidas como cursos de qualificação autoinstrucionais, mediante o gerenciamento acadêmico possibilitado pelo Campus Virtual Fiocruz. Construídas pela cooperação entre docentes de várias unidades e apoiadas pelo CVF, as primeiras disciplinas ofertadas no segundo semestre de 2020 foram: Metodologia Científica, Biossegurança, Divulgação Científica e Ciência Aberta.

Vale também dar destaque à construção e oferta do curso “Ensino Remoto: Caminhos e Conexões”, preparado para atender prioritariamente ao corpo de docentes da Fundação, de todos os níveis educacionais, mas que estará aberto, gratuitamente, a toda a sociedade. Já em 18 de setembro contavam-se 1.200 inscrições para o curso, que é ofertado por meio do Campus Virtual Fiocruz, no modelo autoinstrucional.

4.1.4 – Contexto educacional e regulatório brasileiro

Panorama da educação [publicado](#) em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, apresenta e comenta publicação anual da OCDE, com dados do Brasil e de mais 40 países, em que fica ressaltada a grande desigualdade quanto a acesso e permanência no sistema de Educação, no caso do Brasil. E os dados da PNAD 2019/IBGE³⁶, fazendo um recorte por região, destacam a permanência de altas taxas de analfabetismo e de evasão escolar, de modo acentuado nas regiões nordeste e norte do Brasil.

Por sua vez, a Capes também registra a grande desigualdade de acesso à educação de pós-graduação no Brasil. De acordo com dados do GEOCAPES, entre os anos de 1975 e 2017 houve acentuado aumento dos programas de pós-graduação stricto sensu, passando de 578 para 4.175 programas no País. A [análise](#) da distribuição desses Programas no território brasileiro mostra que enquanto as regiões Sudeste e Sul concentravam cerca de 67% do total dos programas avaliados pela Capes no quadriênio de 2017, a região Norte aparece com apenas 5%, sendo que nenhum alcançou o conceito 7 de excelência acadêmica

36. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019

Esses números refletem as marcas históricas da desigualdade, mas, também, são indicadores de desafios para as Instituições. O fato é que a capacidade atual precisa ser ampliada e capilarizada, objetivando ações de formação de quadros altamente qualificados para fortalecer áreas essenciais para a organização da sociedade, como saúde e educação, e o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, principalmente, nas regiões mais afastadas dos grandes centros e junto a populações mais vulneráveis aos arranjos sociais e econômicos.

Assim, as metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) solicitam dos Programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG a formação de 50% dos professores da educação básica (Meta 16) do país e elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, por ano, até 2024 (Meta 14).

A Agenda Nacional de Pesquisa proposta no Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG (2011-2020) inclui diversos temas considerados estratégicos, no contexto mais amplo, e que carecem de formação de recursos humanos de alto nível, tais como: Amazônia e o Mar, Biotecnologia, Fármacos, Medicamentos e Vacinas, Materiais Avançados, Nanotecnologia, Microeletrônica, entre outros, além dos objetivos previstos na Agenda 2030.

Correlacionado a este quadro analítico sobre a pós-graduação no Brasil, ao longo do período 2016-2020 ocorreram várias mudanças no campo da regulação educacional e dos processos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Foram iniciadas alterações nos modelos e instrumentos, que ainda não se consolidaram plenamente, havendo ainda indefinições e incertezas para a atuação das instituições educacionais.

Regulação do *stricto sensu*

No que tange à regulação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, a avaliação da Capes consolidada ao longo das últimas quatro décadas, esteve em processo de revisão. No final de 2018, a Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 apresentou proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da pós-graduação, reforçando a necessidade da autoavaliação dos programas, tendo como referência o PDI da instituição educacional. Também introduziu o planejamento estratégico dos programas como um novo item de avaliação.

Em meados de 2019, a direção da Capes divulgou análises e orientações visando reorganização significativa da oferta de pós-graduação no país. Estabeleceu como prioridades a revisão dos indicadores, priorizando o impacto na produção, o fortalecimento de parcerias com indústrias, o investimento em doutorados profissionais, o foco no doutorado (reequilibrar a relação mestrado/doutorado) e o fortalecimento da internacionalização. E em decorrência da forte restrição orçamentária para a educação, provocada pela vigência da Emenda 95, a agência realizou cortes de bolsas dos programas e alteração na forma de distribuição, adotando o formato de editais. Neste aspecto, também o CNPq atuou, operando redução das bolsas por ele mantidas e, mais recentemente, também alterou sua forma de distribuição de bolsas, deixando de ser cotas para os programas e passando a acontecer por meio de editais.

Regulação das especializações *lato sensu*

A oferta de cursos de Especialização na Fundação, que foi regularizada graças ao credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz em março de 2017, também esteve frente a medidas de reorganização promovidas no período. Em 2018, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu diretrizes e normas para oferta das especializações,³⁷ o que gerou a necessidade de readequações e atualizações na gestão educacional desses cursos na instituição.

37. [Resolução CNE/CES nº 1/2018](#).

E em agosto de 2019, o governo federal estabeleceu³⁸ novas definições e condições para a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e funcional, dentre as quais mudanças nos critérios de identificação e funcionamento das escolas de governo de nível federal.

Regulação da educação profissional técnica

Para a Educação Profissional Técnica, em agosto de 2020 o MEC concluiu a 4ª atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT). O CNCT, em conjunto com a Resolução 06/2012 do Conselho Nacional de Educação, a LDB, a Constituição Federal e as normas associadas ao exercício profissional, completam o arcabouço legal da educação profissional.

Condições e requisitos da Fiocruz para a oferta de educação a distância

A experiência das Unidades da Fundação na oferta de cursos a distância é bastante heterogênea, estando as ofertas de cursos de especialização regulares concentradas na ENSP e na Fiocruz Mato Grosso do Sul (em parceria com UNA-SUS). Grande parte das demais unidades possui ofertas de cursos de qualificação a distância, que estão disponíveis no Campus Virtual Fiocruz. E algumas possuem ofertas eventuais de cursos de especialização, sob demanda.

Tendo em vista a preparação da instituição para a oferta de cursos a distância, há alguns anos vêm sendo adotadas medidas para garantir que o modelo de ofertas educacionais esteja adequadamente harmonizado com as orientações regulatórias e considerando adequadamente os indicadores de avaliação externa coordenados pelo INEP. Desta forma, o **Anexo III** reproduz e atualiza as condições e requisitos para oferta da EAD, consoantes com orientações do INEP.

4.2 – Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrados e doutorados) e estágios de pós-doutorado

Desde o início das atividades de ensino na Fiocruz, com a criação dos Cursos de Aplicação em 1908 no IOC, passando pela implementação da primeira pós-graduação *stricto sensu* em 1967, com o mestrado em Saúde Pública na Ensp, até os programas mais recentes, como o de Pesquisa Translacional em Fármacos e Medicamentos, de Farmanguinhos, a Fiocruz sempre foi pautada pela atenção em manter o vínculo do *locus* acadêmico com as reais demandas da saúde pública. Uma trajetória que, atualmente, está presente nos 39 Programas reconhecidos pela Capes, nas modalidades acadêmica (25) e profissional (14), além dos programas em rede (1 acadêmico e 2 profissionais), em associação com outras instituições (2 acadêmicos) e outros em colaboração. (Quadro 4.4).

38. [Decreto nº 9.991/2019](#).

Quadro 4.4 – Formas associativas entre programas de pós-graduação

São definidas pela [Portaria Capes nº 214, de 27](#) de outubro de 2017.

- Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em formas associativas caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de duas ou mais instituições de ensino, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantêm um programa de mestrado e ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.
- As instituições podem ter status de “instituições associadas”, isto é, compartilharem todas as responsabilidades, inclusive a titulação dos alunos ou “em colaboração”, quando as responsabilidades são diferentes e a instituição colaboradora não titula.
- Exemplo de associação: curso de Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, no qual Fiocruz compartilha com a UFRJ, UFF e UERJ todas as responsabilidades relativas à gestão, oferta e titulação.
- Exemplo de colaboração: Curso de Pós-Graduação em Patologia Humana no qual a Fiocruz tem um forte papel na docência e na oferta da infraestrutura, mas não é instituição tituladora.

- **Consórcios:** os cursos em consórcio na Fiocruz são constituídos por programas da instituição que se associam para a oferta de turmas específicas, em atenção a necessidades de determinado público ou região, como, por exemplo, o consórcio de 5 programas para a oferta do Doutorado em Saúde, Ambiente e Sociedade, na Fiocruz Piauí.

A evolução da Pós-graduação nas últimas 5 décadas representou um grande avanço na geração e difusão do conhecimento, na criação e consolidação de grupos de pesquisas e na implementação de infraestrutura que abarca laboratórios, bibliotecas, redes de comunicação e edificações. Além disso, ao longo dos seus 120 anos, a Fiocruz constituiu e preserva edificações, arquivos históricos, bibliotecas, coleções biológicas, coleções iconográficas, instrumentos, e equipamentos, que hoje se configuram em expressivos acervos culturais e científicos das ciências e da saúde. Uma estrutura que nasceu, se renova e cresce à medida que pessoas se dedicam a pesquisa e ao ensino.

Atualmente a Fiocruz tem em torno de 2.200 docentes que atuam diretamente nos Programas de Pós-graduação. Conforme já apontado no Capítulo 2 (item 2.9.2), os docentes da Fiocruz são predominantemente servidores do quadro de carreira, com titulação de mestrado e doutorado. Ademais, os programas contam com a participação de docentes visitantes ou colaboradores provenientes de outras instituições educacionais, nacionais e estrangeiras.

Em relação ao corpo discente, a quantidade de ingressantes e concluintes tem aumentado nos últimos anos. Ao longo das duas últimas décadas (2001-2020), houve o ingresso de 13.248 estudantes nos programas *stricto sensu*. Nesse mesmo período foram titulados 6.369 mestres e 2.701 doutores, havendo um contingente ainda em fase de conclusão de curso. Registre-se que a comparação dos ingressos entre as duas décadas, aponta um crescimento de 102,2% na década atual. (Tabela 4.1)

Tabela 4.1 – Total de titulados por década e modalidade de curso – 2001-2020

Período	Mestrado Acadêmico	Doutorado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado Profissional
2001-2010	1645	843	512	(*)
2011-2020	2940	1858	1272	
Total	4585	2701	1784	

Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica da Fiocruz /

(*) A primeira turma iniciou em 2019.

1º) Os dados de 2020 referem-se às informações inseridas no SIGASS até o mês de agosto/2020.

2º) Os dados referentes aos anos de 2001 a 2003 foram gerados do SIGASS e a partir de 2004 são dados do Relatório Anual de Ensino encaminhados pelas SECAS/Unidades à CGE.

Considerando o contexto atual, no Brasil os Programas de Pós-graduação podem ser de natureza acadêmica ou profissional, nos níveis de mestrado e/ou doutorado, permitindo a oferta de cursos nas modalidades presencial, semipresencial ou a distância. Na Fiocruz, esse conjunto de iniciativas traz na essência a complementaridade das ações, tanto na construção do conhecimento científico, quanto na formação de profissionais de saúde qualificados.

Portanto, enquanto os cursos acadêmicos têm como principais objetivos a formação de docentes e pesquisadores aptos a produzir e transferir conhecimento e tecnologia para a sociedade, especialmente pelo exercício da prática docente e/ou a condução de pesquisas científicas; os cursos profissionais visam, essencialmente, a produção de conhecimentos avançados direcionados ao contexto profissional, atendendo as demandas sociais e/ou organizacionais específicas.

Na Fundação, ambos são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual, marcados pelo comprometimento de promover o avanço do conhecimento nas áreas e segmentos que dialogam com os campos da saúde, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico, sempre com vistas à redução das desigualdades sociais e ao bem-estar da população, ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) do país.

Cabe ainda destacar o incentivo, por parte dos programas de Pós-Graduação da Fiocruz, para a realização de estágios de pós-doutorado, coloquialmente chamados pós-doc. O pós-doc é um estágio realizado por um portador do título de doutor numa universidade ou instituição de pesquisa, visando ao aprimoramento de suas habilidades de pesquisador e acadêmicas. O incentivo se dá tanto para a captação de pesquisadores de outras instituições realizarem seus estágios na Fiocruz, como também para que os pesquisadores da instituição realizem estágios pós-doc em outras instituições, tanto nacionais como internacionais.

4.2.1 – Caracterização da Pós-Graduação Stricto Sensu

A Fiocruz possui um papel de destaque no campo da educação, tendo o potencial de articulação entre os campos das ciências humanas, sociais e ambientais em saúde e o campo biomédico, de vigilância e de produção e inovação em saúde. Sua participação na própria conceituação e construção do SUS e nas perspectivas analíticas e políticas na área de CT&I, são exemplos destacados de como a capacidade estratégica da instituição deve ser potencializada para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais de um modo integrado e sistêmico, abarcando desde os desafios para a organização do SUS até os advindos da revolução científica e tecnológica em curso.

A rica trajetória do ensino na Fiocruz, vem sendo objeto de análises institucionais e trabalhos acadêmicos, e seguiu alguns caminhos que foram trilhados na constituição de uma instituição nacional de grande com-

promisso com as políticas públicas de saúde do país. Trajetória esta com a marca do trabalho em cooperação desde as suas origens, tendo adotado essa diretriz como fundamento para escrever sua história e organizar seus programas e atividades. Desde a sua criação, a Fundação reúne excelência com compromisso social, história e modernidade, serviços, ensino e pesquisa, com uma grande capacidade de renovação e de cooperação em todas as regiões do país e com outros países.

Como principal instituição não-universitária de formação de recursos humanos na área de saúde no país, a Fiocruz exerce papel de formar quadros altamente especializados para o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e contribuir para o atendimento às necessidades do Sistema Único de Saúde - SUS. A este papel soma-se intensa atividade de educação, comunicação e divulgação científica.

Em associação com outras instituições ou isoladamente, a Fiocruz oferece, hoje, formação para mestres e doutores em todas as cinco regiões do Brasil. Considerando-se sua presença nacional e sua estratégia de estabelecer parcerias com instituições locais e regionais, a Fundação desempenha um papel fundamental na redução das assimetrias regionais que hoje se refletem na distribuição desigual de pesquisadores e profissionais de saúde. Nesse sentido, além dos próprios Programas, a instituição contribui na formação de quadros de alto nível mediante iniciativas de mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter) e cooperação com outras instituições de ensino para oferta de cursos em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

Além da oferta de cursos nas unidades regionais, a presença nacional da Fiocruz também é visível nos escritórios de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí, onde as ações de ensino contribuem fortemente para a constituição e fortalecimento dos quadros locais, através de parcerias envolvendo, além das instituições de ensino e pesquisa, secretarias estaduais e municipais.

A Fiocruz oferece atualmente 48 programas de pós-graduação *stricto sensu*, inseridos em 13 áreas de Avaliação da Capes, sendo: 39 oferecidos especificamente pela instituição (**Quadro 4.5**); 3 em rede; 2 em associação; e ainda outros 4 em que a Fundação colabora, mas não é responsável pela titulação dos alunos. Cabe destacar a diversidade de áreas de conhecimento nas quais os Programas existentes estão inseridos mostrando a abrangência na formação em saúde no Brasil, assim como os dois primeiros doutorados profissionais (o de Saúde Pública, do Instituto Aggeu Magalhães e o de Gestão, pesquisa e desenvolvimento na indústria farmacêutica, de Farmanguinhos, ambos aprovados em 2018).

Quadro 4.5 – Programas por Área de Avaliação da Capes e Unidade da Fiocruz (2017-2020)

Unidade Fiocruz	Ano de Início	Programa (com link)	Modalidade	Nível	Conceito
Área Biodiversidade					
IOC	2011	Biodiversidade e saúde	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
Área Biotecnologia					
Fiocruz Rondônia	2012	Biodiversidade e biotecnologia (Rede BIONORTE)	Acadêmico	Doutorado	4
Área Ciências Biológicas I					
ICC	2010	Biociências e biotecnologia	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
Área Ciências Biológicas II					
IOC	1989	Biologia celular e molecular	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	7
Bio-Manguinhos	2003	Tecnologia de imunobiológicos	Profissional	Mestrado	4

Unidade Fiocruz	Ano de Início	Programa (com link)	Modalidade	Nível	Conceito
Área Ciências Biológicas III					
IAM	2012	Biociências e biotecnologia em saúde	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
Fiocruz Rondônia	2001	Biologia Experimental (colabora com a UNIR)(**)	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
ILMD	2017	Biologia da interação patógeno hospedeiro	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
IOC	1976	Biologia parasitária	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	7
Área Ensino					
IOC	2003	Ensino em biociências e saúde	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
Área Farmácia					
Farmanguinhos	2019	Pesquisa translacional em fármacos e medicamentos	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	A(*)
Farmanguinhos	2010	Gestão, pesquisa e desenvolvimento na indústria farmacêutica	Profissional	Mestrado e Doutorado	4
Área História					
COC	2001	História das ciências	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
Área Interdisciplinar					
IOC	2008	Biologia computacional e sistemas	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
COC	2016	Divulgação da ciência, tecnologia e saúde	Acadêmico	Mestrado	3
EPSJV	2008	Educação profissional em saúde	Profissional	Mestrado	3
ICICT	2009	Informação e comunicação em saúde	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
Bio-Manguinhos	2019	NanoBioSistemas (colabora com UFRJ/Inmetro/LNCC)	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	A(*)
CDTS	2008	Políticas, Estratégias e Desenvolvimento (colabora com a UFRJ)	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
COC	2016	Preservação e gestão do patrimônio cultural das ciências e da saúde	Profissional	Mestrado	4
INCQS	2001	Vigilância sanitária	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
INCQS	2006	Vigilância sanitária	Profissional	Mestrado	5
Área Medicina I					
IGM	2020	Pesquisa Clínica e Translacional	Profissional	Mestrado	3
INI	2004	Pesquisa clínica em doenças infecciosas	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
Área Medicina II					
IGM	2006	Biotecnologia em saúde e medicina investigativa	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
IRR	2003	Ciências da saúde	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	7

Unidade Fiocruz	Ano de Início	Programa (com link)	Modalidade	Nível	Conceito
IOC	1980	Medicina tropical	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
IGM	2006	Patologia Humana (colabora com a UFBA)	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
IFF	2011	Pesquisa aplicada à saúde da criança e da mulher	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
INI	2011	Pesquisa clínica	Profissional	Mestrado	3
Área Medicina Veterinária					
ICTB	2016	Ciência em animais de laboratório	Profissional	Mestrado	3
Área Saúde Coletiva					
ENSP	2010	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (associação com UFRJ/UFF/UERJ)	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
ILMD	2015	Condições de vida e situações de saúde na Amazônia	Acadêmico	Mestrado	3
ENSP	2008	Epidemiologia em saúde pública	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
ENSP	2010	Epidemiologia em saúde pública	Profissional	Mestrado	5
Fiocruz Brasília	2015	Políticas públicas em saúde	Profissional	Mestrado	3
IRR	2013	Saúde coletiva	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
IFF	1988	Saúde da criança e da mulher	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
IFF	2004	Saúde da criança e da mulher	Profissional	Mestrado	4
Fiocruz Ceará	2012	Saúde da família (Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família-RENASF)	Profissional	Mestrado e Doutorado	4
Abrasco	2017	Saúde da família (Rede ProfSaúde – coord. Fiocruz)	Profissional	Mestrado	3
IAM	1996	Saúde pública	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	4
IAM	2005	Saúde pública	Profissional	Mestrado e Doutorado	4
ENSP	1977	Saúde pública	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	6
ENSP	2002	Saúde pública	Profissional	Mestrado	5
ENSP	2006	Saúde Pública e Meio ambiente	Acadêmico	Mestrado e Doutorado	5
ILMD	2020 (previsto)	Saúde pública na Amazônia (associação com UEA/UFAM)	Acadêmico	Doutorado	A(*)
IOC	2017	Vigilância e controle de vetores	Profissional	Mestrado	3

Fonte: Plataforma Sucupira – 2020

(*) Curso Recomendado pela Capes, mas sem Conceito de Avaliação Quadrienal

(**) Programa em processo na Capes para se tornar em Associação com a UNIR.

O **Quadro 4.6** evidencia a riqueza da experiência da Fiocruz na oferta de programas fora de sede, estratégia fundamental desenvolvida no esforço de diminuição das desigualdades regionais em relação ao acesso à formação de pessoal, mediante diversos arranjos para implementação de ofertas de programas de pós-graduação nas várias regiões do país, por meio de associação, colaboração e programas em rede. São oferecidas turmas de doutorado e mestrado por meio de consórcio entre programas da Fiocruz, ou em parceria com outras instituições e por meio de Minter (Mestrado Interinstitucional) e Dinter (Doutorado Interinstitucional), ou outras formas de articulação. Registre-se que as iniciativas destacadas no Quadro 4.6 são as que foram acompanhadas pela VPEIC e ou registradas no SIGA-SS.

Quadro 4.6 – Programas fora de sede realizados pela Fiocruz por ano de início da oferta nacional e internacional – 2006-2019

Ano de início	Unidades	Programas	Modalidade	Público Alvo	Local
Nacionais					
2005	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM) Instituto Fernandes Figueira (IFF)	Saúde Pública da ENSP Saúde Pública do IAM Saúde da Criança e da Mulher do IFF	Consórcio de programas para oferta do Doutorado Acadêmico em Saúde Pública	Pesquisadores de Instituições da Amazônia	Manaus/AM (ILMD)
2009	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM)	Saúde Pública da ENSP Saúde Pública do IAM	Doutorado Interinstitucional (Dinter)	Docentes da UFPB, UFCG e UFAL	Paraíba (UFPB)
2010	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM) Instituto Fernandes Figueira (IFF)	Saúde Pública da ENSP Saúde Pública e Meio Ambiente da ENSP Epidemiologia em Saúde Pública da ENSP Saúde Pública do IAM Saúde da Criança e da Mulher (IFF)	Consórcio de programas para oferta do Doutorado Acadêmico em Saúde Pública	Pesquisadores de Instituições da Amazônia	Manaus/AM (ILMD)

Ano de início	Unidades	Programas	Modalidade	Público Alvo	Local
2013	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) Instituto René Rachou (IRR) Casa de Oswaldo Cruz (COC) Instituto Fernandes Figueira (IFF) Universidade de Coimbra	Saúde Pública da ENSP Saúde Pública do IAM Informação e comunicação em saúde do ICICT Saúde Coletiva do IRR História das Ciências e da Saúde da COC Saúde da criança e da mulher do IFF	Consórcio de programas para oferta de Doutorado Acadêmico em Cotutela com a Universidade de Coimbra: Doutorado Internacional em Direitos Humanos, Saúde Global e Políticas da Vida	Pesquisadores brasileiros e portugueses	Unidades do Campus RJ Recife/PE (IAM) Belo Horizonte/MG (IRR) e Coimbra
2013	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Saúde Pública e Meio Ambiente	Mestrado Interinstitucional (Minter)	Público alvo: docentes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão	São Luiz/MA
2013	Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS),	Vigilância Sanitária	Mestrado Profissional em Vigilância Sanitária	Profissionais do Lab. Central de Saúde Pública e Vigilância Sanitária do Estado do Amapá	Macapá (AP)
2014	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM)	Saúde Pública (ENSP) Saúde Pública (IAM)	Mestrado Profissional em Epidemiologia e Controle da Tuberculose	Profissionais que atuam na vigilância da tuberculose nos diferentes níveis no Rio de Janeiro e Pernambuco.	Rio de Janeiro (ENSP) Recife/PE (IAM)
2014	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Epidemiologia em Saúde Pública (ENSP)	Mestrado Profissional em Epidemiologia das Doenças Transmissíveis com ênfase às relacionadas à pobreza	Profissionais do quadro que atuam na área da saúde das três esferas do governo no Piauí e Maranhão	Teresina/PI (Fiocruz Piauí)
2015	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Biologia parasitária (IOC)	Doutorado Interinstitucional (Dinter)	Docentes da UFRR	Roraima (UFRR)

Ano de início	Unidades	Programas	Modalidade	Público Alvo	Local
2016	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Biologia parasitária (IOC) Biodiversidade e Saúde (IOC) Biologia Computacional e Sistemas (IOC) Medicina Tropical (IOC)	Doutorado Acadêmico: Doutorado em Ciência	Pesquisadores da região	Manaus/AM (ILMD)
2017	Instituto Oswaldo Cruz (IOC) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Fernandes Figueira (IFF)	Saúde Pública (ENSP) Saúde Pública e Meio ambiente (ENSP) Epidemiologia em saúde pública (ENSP) Medicina tropical (IOC) Saúde da Criança e da Mulher (IFF)	Consórcio de programas para oferta do Doutorado Acadêmico Saúde, Ambiente e Sociedade: Doutorado Saúde, Ambiente e Sociedade	Pesquisadores da região	Teresina/PI (Fiocruz Piauí)
2017	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Saúde Pública (ENSP)	Doutorado Interinstitucional (Dinter)	Docentes da Universidade Federal do Amapá, Instituto Federal do Pará, Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Santarém/PA Unifesspa
2018	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Medicina Tropical (IOC)	Mestrado Acadêmico	Profissionais da região	Teresina/PI (Fiocruz Piauí)
2019	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Epidemiologia em saúde pública (ENSP)	Doutorado Acadêmico	Pesquisadores	Rio de Janeiro (ENSP) e Fiocruz Mato Grosso do Sul
2019	Instituto Oswaldo Cruz (IOC) Instituto Carlos Chagas (ICC) Instituto Gonçalo Muniz (IGM)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Biologia Computacional e Sistemas (IOC) Biotecnologias e Biotecnologia (ICC) Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa (IGM)	Doutorado Acadêmico: Doutorado em Ciência/Biotecnologia e Saúde	Pesquisadores da região	Fortaleza/CE (Fiocruz Ceará)

Ano de início	Unidades	Programas	Modalidade	Público Alvo	Local
2019	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Medicina tropical (IOC) Biologia parasitária (IOC)	Doutorado Acadêmico: Doutorado em Ciências	Pesquisadores da região	Porto Velho/RO (Fiocruz Rondônia)
Internacionais					
2007	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Saúde Pública (ENSP)	Mestrado Acadêmico	Profissionais do Ministério da Saúde de Angola	Angola
2008	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Biologia Celular e Molecular (IOC)	Mestrado Acadêmico	Servidores da Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde da Argentina (Anlis)	Argentina
2008 – 2019* * O Doutorado inicia em 2014	Instituto Oswaldo Cruz (IOC) Instituto Nacional de Infectologia (INI)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Biologia Parasitário (IOC) Medicina Tropical (IOC) Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas (INI)	Mestrado e Doutorado Acadêmico: Ciências da Saúde	Profissionais do Instituto Nacional de Saúde, Ministério da Saúde de Moçambique	Maputo/Moçambique
2012	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Saúde Pública (ENSP)	Mestrado Acadêmico	Profissionais do Instituto Nacional de Saúde do Peru	Peru
2013	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP)	Epidemiologia em saúde pública (ENSP)	Mestrado Acadêmico	Servidores da Administração Nacional de Laboratórios e Institutos de Saúde da Argentina (Anlis)	Argentina
2018	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Universidade da República do Uruguai	Epidemiologia em saúde pública (ENSP)	Mestrado Profissional: Mestrado Profissional em Epidemiologia Aplicada aos Serviços de Saúde	Docentes da Universidade UdelaR	Uruguai
2014	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) Instituto Aggeu Magalhães (IAM)	Saúde Pública (ENSP) Saúde Pública (IAM)	Mestrado Acadêmico em Sistemas de Saúde	Profissionais do Instituto Nacional de Saúde, Ministério da Saúde de Moçambique	Instituto Nacional de Saúde / Moçambique

Ano de início	Unidades	Programas	Modalidade	Público Alvo	Local
2019	Instituto Oswaldo Cruz (IOC)	Biologia Celular e Molecular (IOC) Biologia Computacional e Sistemas (IOC) Medicina tropical (IOC) Medicina Tropical (IOC) Biociências e Biotecnologia (ICC) Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas (INI)	Doutorado Acadêmico	Pesquisadores de Instituições do Mercosul	Paraguai FOCEM

Fonte: sistematização produzida pela CGE/VPEIC, 2020.

A meta comum de todos os Programas da Fiocruz, independentemente da Área de Avaliação a que pertença ou do conceito recebido, é sempre ter uma base sólida na identidade institucional, de modo a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e orientação dos cursos na perspectiva de formar redes de colaboração, internas e com outras instituições, em prol do desenvolvimento da ciência, tecnologia e da inovação em saúde pública.

O grande desafio do desenvolvimento permanente e combinado desse grande e diversificado conjunto de programas de Pós-graduação é enfrentado por meio de governança democrática da educação (ver Capítulo 2), em que a Coordenação Geral de Educação da VPEIC, que tem a função de Pró-Reitoria de Pós-Graduação, desempenha importante papel de orientação, articulação e integração das ações. A Câmara Técnica de Educação, espaço de construção de consensos, com base no intercâmbio de subsídios e experiências, tem se tornado cada vez mais ativa e mobilizada, especialmente a partir do contexto do enfrentamento à pandemia COVID-19. Dentro da CTE, diferentes Grupos de Trabalho têm se constituído para dar andamento às demandas técnicas relacionadas ao bom andamento no ensino da pós-graduação *stricto sensu* da Fundação.

4.2.2 – Avaliação dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*

A avaliação de Programas de Pós-graduação expressa, no sentido mais amplo, o resultado obtido pela instituição em um determinado intervalo de tempo, mas sempre mediado pela relação entre a concepção do curso, com seus elementos estruturantes, e os objetivos a serem alcançados. Evidentemente, no campo da educação a busca pelo autoconhecimento dos cursos, e a sua relação com a sociedade, ganha contornos especiais na área da saúde. Por seu papel social simbolizado na preservação da vida e do bem-estar individual e coletivo, a formação dos profissionais pode ser qualificada como sendo de interesse público. Destarte, a Fiocruz entende que a avaliação de curso, seja interna ou externa, é sempre sistêmica e dinâmica, por isso, deve ser contínua para identificar e corrigir potenciais discrepâncias entre os objetivos propostos, no planejamento dos Programas, e os resultados alcançados no decorrer do tempo.

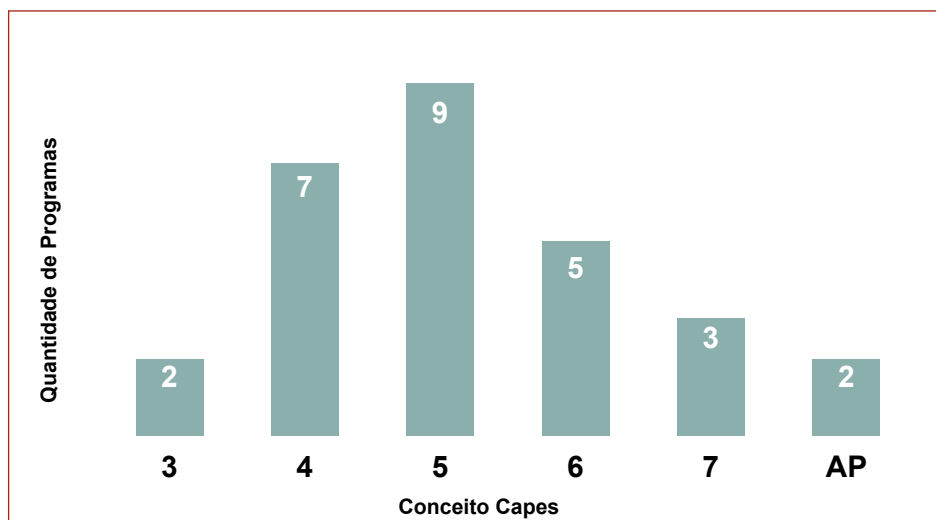
No contexto da avaliação externa, desde a década de 1970, a Capes acompanha o desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação no Brasil por intermédio de indicadores em constante aperfeiçoamento e que hoje contemplam as seguintes dimensões: formação, pesquisa, transferência de conhecimento, internacionalização e impacto na sociedade. É uma avaliação que tem por objetivo garantir a qualidade do ensino e da pesquisa no âmbito da formação de profissionais de alto nível científico e acadêmico, e que tem como fonte de dados a Plataforma Sucupira que, por sua vez, é a ferramenta que possibilita a coleta e análise de dados dos Programas e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

No âmbito da Fundação, o papel fundamental da avaliação externa é o de orientar o processo de melhorias contínuas dos indicadores de qualidade dos seus Programas. Assim, mesmo ciente de que nem todos eles têm por horizonte chegar à nota máxima, os esforços institucionais empreendidos visam garantir que cada curso alcance sua plenitude em relevância e mérito científico, em conformidade com o seu propósito de criação.

Em outras palavras, a partir dos resultados das avaliações, o principal objetivo da Fundação é o de promover a formulação de ações específicas para que cada Programa desenvolva sua plena potencialidade, onde o reconhecimento do perfil e missão de cada curso ganha centralidade na definição de estratégias institucionais, considerando sua efetividade social, como atividade de ensino e pesquisa, e a atuação na formação de profissionais para o SUS.

Por outro lado, quando comparados com o desempenho de outras instituições, a Fiocruz se destaca pelo reconhecimento do mérito e da relevância acadêmico-científica dos seus Programas que, na atual organização, estão presentes em 6 das 9 Grandes Áreas organizadas pela Capes (ciências da saúde, ciências biológicas, ciências agrárias, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, multidisciplinar).

Gráfico 4.1 – Distribuição dos Programas Acadêmicos por Conceito Capes

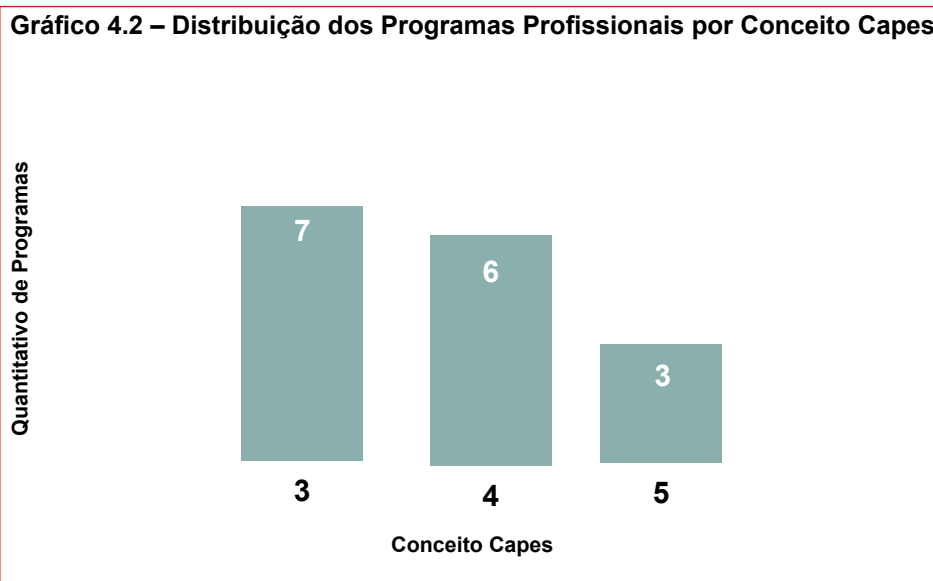


Fonte: Plataforma Sucupira – 2020

Quanto ao desempenho dos programas acadêmicos, o Gráfico 1 apresenta a distribuição por conceitos recebidos na última Avaliação Quadrienal (2013-2016), divulgada em 2017. O destaque está nos 8 Programas Acadêmicos, no universo de 28 na Fiocruz inseridos no contexto dos 11,5% Programas de Excelência da Capes que receberam Conceitos 6 e 7 no período. Quando o recorte é realizado considerando a avaliação dos Programas Profissionais, cujo conceito máximo é 5, dos atuais 16 Programas, 56% receberam Conceitos entre 4 e 5, como apresentados no Gráfico 2.

Ainda sobre os Programas profissionais, cabe lembrar que apesar de o mestrado profissional ter sido instituído na década de 1990, somente em 2017 é que o Ministério da Educação constituiu, no âmbito da pós-graduação stricto sensu, a modalidade doutorado profissional. Com a inclusão do doutorado, os programas profissionais podem chegar aos conceitos 6 e 7, como ocorre com os acadêmicos. O conceito 5 é o máximo para programas que possuem apenas curso de mestrado, independentemente de ser acadêmico ou profissional.

Gráfico 4.2 – Distribuição dos Programas Profissionais por Conceito Capes



Fonte: Plataforma Sucupira – 2020

O conjunto desses dados apresenta, de um lado, o reconhecimento de trajetória exitosa da Pós-graduação até aqui, mas do outro, indica a necessidade de manter uma agenda de inovação nos projetos a desenvolver no âmbito dos programas. Dessa forma, diálogos são estabelecidos entre os campos de pesquisa já tradicionalmente constituídos e as áreas emergentes que, pelos novos desafios impostos à humanidade, despertam como sendo de interesse crescente para a saúde e bem-estar da população.

A partir do levantamento e análise das Fichas dos Programas da Fiocruz na Avaliação Quadrienal 2017 da Capes, observa-se que os Programas Acadêmicos e Profissionais demonstram, na perspectiva transversal aos estratos dos conceitos, solidez no planejamento com vistas ao desenvolvimento futuro, contemplando os desafios de cada área por novos saberes. Tais Programas, na avaliação da Capes, apresentam alta capacidade de atrair pós-doutorandos, pesquisadores visitantes e alunos de outros estados e países, além da reconhecida excelência do corpo docente e dos demais profissionais que auxiliam no desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa. A Capes ainda destaca o papel da Fiocruz no cenário nacional e internacional da saúde pública, na inovação e no pioneirismo dos programas, além da capacidade de articular e liderar redes de cooperação com instituições de pesquisa e de ensino, no Brasil e no exterior, visando responder as demandas consideradas estratégicas para o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país. (**Quadros 4.7 e 4.8**).

Quadro 4.7 – Pontos Fortes Convergentes por Modalidade e Conceito mapeados das Fichas de Avaliação da Capes 2017 - Programas Acadêmicos da Fiocruz

I – Conceitos 6 e 7 – Desempenho de Excelência - Correspondem a 33% dos PPG
<ul style="list-style-type: none">• Consistência no planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social;• Consolidação da alta eficiência no quadro de docentes permanentes e na formação de recursos humanos;• Produção intelectual docente caracterizada pela distribuição homogênea, qualidade e regularidade nas publicações;• Predomínio de corpo docente permanente com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq;• Alta capacidade de mobilidade e de atrair pós-doutorandos, pesquisadores visitantes e alunos de outros estados e países;• Elevada capacidade de captação de recursos em fontes nacionais e do exterior;• Presença de solidez na internacionalização, especialmente, pela cooperação com instituições de pesquisa estrangeira, participação de docentes em grupos e redes de pesquisa, em comitês editoriais de periódicos, em cursos e eventos de projeção e interesse internacional;• Reconhecida excelência em infraestrutura que auxilia no desenvolvimento das atividades de ensino e da pesquisa;• Cumprimento dos prazos de defesa e produção discente qualificada;• Excelente visibilidade dos programas;• Excelente capacidade de organizar e prestar Informações precisas e adequadas nos Relatórios.
II – Conceito 5 – Desempenho Muito Bom - Correspondem a 37,5% dos PPG
<ul style="list-style-type: none">• Fundamentos sólidos para cumprir sua missão de formar recursos humanos com alta capacidade acadêmica e científica;• Capacidade de atrair candidatos de outras regiões do país e do exterior;• Muito boa participação de docentes da área em diferentes programas de cooperação e intercâmbios, nacionais e internacionais;• Produção intelectual discente coerentes com a proposta dos Programas;• Adequação do tempo de titulação;• Docentes coordenando projetos com financiamento externo à instituição;• Boa produção intelectual docente, regular e qualificada, adequadas para cumprir a proposta dos Programas;• Presença de intercâmbios e projetos de cooperação interinstitucional envolvendo docentes e discentes;• Muito boa infraestrutura que auxilia no desenvolvimento das atividades de ensino e da pesquisa;• Muito boa atuação de docentes como orientadores de iniciação científica e em convênios com Universidades;• Boa atuação dos docentes como pareceristas para órgãos de fomento nacionais e internacionais;

III – Conceitos 3 e 4 – Desempenho Regular a Bom - Correspondem a 29,5% dos PPG

- Bom planejamento dos programas com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento;
- Esforço no aprimoramento dos resultados de indicadores de avaliação externa;
- Boa captação de recursos para pesquisa em agências de fomento nacionais e internacionais;
- Muito boa infraestrutura que auxilia no desenvolvimento das atividades de ensino e da pesquisa;
- Dissertações e teses coerentes com a proposta dos Programas;
- Relevância nacional e internacional demonstrada pelas atividades desenvolvidas pelo corpo docente;
- Atuação em regiões estratégicas para a promoção da equidade educacional;
- Capacidade de atrair candidatos de outras regiões do país.

Fonte: Capes - Ficha de Avaliação de Programas - Quadriênio 2017

Quadro 4.8 – Pontos Fortes Convergentes por Modalidade e Conceito mapeados das Fichas de Avaliação Capes 2017 - Programas Profissionais da Fiocruz

I – Conceito 5³⁹ – Desempenho Excelente - Correspondem a 21,4% dos PPG

- Coerência, consistência e solidez na proposta curricular, nas linhas de atuação e nos projetos em andamento;
- Excelência no corpo docente;
- Relevância na área e potencial de sustentabilidade nas atividades previstas;
- Excelente capacidade de captação de financiamento de projetos por órgãos de fomento nacionais e internacionais;
- Excelente infraestrutura disponível para ensino e pesquisa;
- Muito bom índice de produtividade dos docentes permanentes e discentes;
- Muito boa adequação e adesão do corpo docente permanente às áreas de concentração;
- Expressiva participação de pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq;
- Muito boa adequação entre composição e dedicação do corpo docente;
- Estabilidade docente e taxa de renovação adequadas ao perfil do curso;
- Muito boa produção intelectual (regular e qualificada);
- Ineditismo em várias áreas.

39. O conceito 5 é o máximo para programas que possuem apenas curso de mestrado, independentemente de ser acadêmico ou profissional.

II – Conceito 4 – Desempenho Muito Bom - Correspondem a 42,9% dos PPG

- Muito bom alinhamento entre o planejamento dos cursos e as estratégias pedagógicas utilizadas para viabilizá-las, sendo coerentes com o que se espera de um programa profissional;
- Corpo docente que acumula experiência no ensino e na pesquisa;
- Muito boa distribuição das atividades entre os docentes permanentes nas atividades de pesquisa, docência e orientação;
- Clareza e potencial de aplicabilidade prática das produções discentes;
- Boa produção técnica envolvendo docentes e discentes;
- Muito boa produção intelectual do corpo docente permanente;
- Muito bom impacto social;
- Demandas crescentes pelos cursos;
- Relevante articulação e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais;
- Muito boa articulação com os setores produtivos e de serviços;
- Muito boa inserção social pelo desenvolvimento de soluções para problemas no campo da saúde pública.
- Ineditismo em várias áreas e na criação do doutorado profissional

III – Conceitos 3 – Desempenho Bom - Correspondem a 35,7% dos PPG

- Coerência e abrangência, tendo o perfil formação bem claro e definido;
- Disciplinas articuladas com as linhas de pesquisas e focadas na área de concentração, atendendo a formação do campo profissional;
- Alinhamento com as demandas e relevância para o aprimoramento de profissionais;
- Intensa atividade de intercâmbio nacional e internacional;
- Excelente infraestrutura para a condução dos programas.

Fonte: Capes - Ficha de Avaliação de Programas - Quadriênio 2017

Essa capacidade dos Programas da Fiocruz em atender aos desafios pode ser observada pela rápida resposta da Instituição, ao longo da sua trajetória, a demandas sanitárias emergenciais. É uma expertise que incorpora à pesquisa e ao ensino a inovação, envolvendo temas que perpassam o diagnóstico, tratamento e prevenção, entre outros. Um exemplo desse arranjo institucional está no atendimento que os Programas de Pós-graduação da Fiocruz vêm demonstrando ao adaptar-se para o enfrentamento da epidemia causada pelo SARS-CoV-2. Essa competência é reflexo da sólida estrutura construída em 120 anos de história, integrando de forma orgânica *educação-pesquisa-produção-serviços*, tanto no desenvolvimento quanto na incorporação de conhecimentos dos mais diversos matizes de saberes que, na Fundação, mantêm o diálogo produtivo para trazer saúde, qualidade de vida e bem-estar à população.

Evidentemente, sempre existirá um longo caminho a ser percorrido. Cada Programa de Pós-graduação representa um projeto em construção e de busca de contínuo processo de aperfeiçoamento na produção de conhecimento e na formação de profissionais, considerando os desafios colocados para o SUS e o campo da ciência & tecnologia em saúde no país. Mesmo quando alcança os estratos mais altos da avaliação, cada Programa identifica pontos que merecem atenção e aprimoramento.

Sobre os egressos

O conhecimento proveniente de levantamento sobre o perfil e situação vivida pelos egressos dos programas *stricto sensu* vem iluminar aspectos importantes para a autoavaliação dos programas, que refletirá no planejamento estratégico, associando-se a toda avaliação já construída. O sistema de acompanhamento de egressos da Fiocruz, processo em construção iniciado em 2019 (ver item 2.2.8), permitiu aos programas *stricto sensu* o acesso a um conjunto de informações, que vêm incidindo nos processos de avaliação. O levantamento alcançou egressos do período 2013-2019, sendo que foram consultados 4.188 egressos dos programas *stricto sensu*, com uma excelente taxa de retorno (61%), com as respostas de 2.560 pessoas (1.181 de mestrado acadêmico, 489 de mestrado profissional e 890 de doutorado acadêmico). Esses egressos são advindos de 40 programas, ofertados em 18 unidades da Fundação.

O perfil desses 2.560 respondentes egressos do *stricto sensu* evidencia expressiva maioria do sexo feminino (73%) de cor de pele branca (62%), havendo 36% de cor de pele preta e parda. Cerca de 1,2% deles possuíam alguma deficiência.

Esses egressos chegam jovens aos programas, com 52% na faixa entre 20 e 30 anos de idade, com alguma diferença no mestrado profissional, em que a faixa com percentual mais alto (42%) é a de 31 a 40 anos.

A maioria desses participantes possui um percurso de formação na pós-graduação (79%), com 51% já tendo feito cursos de especialização e 32% mestrado acadêmico. Cabe destacar que quase 40% dos egressos fez um percurso de formação na própria Fiocruz, mostrando uma trajetória educacional na instituição.

Já realizavam atividade profissional antes de ingressar no curso cerca de 70% dos egressos (94%, no caso do mestrado profissional). Do total de participantes, 49,1% tinham um emprego/trabalho; 18,4% tinham de 2 a 3 e 2,3% afirmaram ter mais de três empregos/trabalho. As atividades profissionais mais expressivas foram nas seguintes áreas: assistência (22,5%), educação (21,3%), pesquisa (15,5%) e gestão (15,3%). Essas atividades profissionais já eram exercidas há mais de 5 anos por 30% dos egressos e de 1 a 3 anos por 23%.

Os vínculos empregatícios eram predominantemente na área pública (51%), aí considerados o governo federal, governo municipal, governo estadual, institutos públicos de pesquisa, universidades públicas e empresas públicas.

As maiores aspirações entre os egressos, quando concluem o curso, em respostas de escolhas múltiplas são: atuar como docente na graduação e em cursos de pós-graduação (45%), atuar no setor público de forma qualificada (39%), atuar em grupo de pesquisa (37%), continuar a estudar (32%), obter melhores rendimentos (29%), ingressar no serviço público (25%) e continuar a estudar após organizar melhor a vida profissional (24%).

O estudo também buscou conhecer o tipo de vínculo profissional, aparecendo leve tendência de que egressos mais antigos tenham maior inserção no regime jurídico único, enquanto os mais recentes mencionam vínculos empregatícios frágeis. Parece que o impacto da formação é maior a partir dos quatro anos de formação, mas é necessário avaliar esses resultados considerando a conjuntura atual, de maior precarização do trabalho na área de saúde.

Mais da metade os egressos relatam que o curso de Pós-graduação que fizeram está relacionado à atual atividade profissional: muito relacionado (53,2%), razoavelmente (20,0%) e pouco (7,3%). Apenas 4,2% informam a ausência de relação do curso com a atividade profissional do momento.

Aumento salarial decorrente da conclusão do curso foi relatado por 52,5% dos participantes, sendo que 29,2% tiveram acréscimo de até 25% no salário, e 13% perceberam acréscimo de 26 e 50%. Declararam não ter tido aumento 28% dos respondentes. Os percentuais de aumento do salário entre os egressos do Doutorado apareceram de forma mais expressiva em quase todas as faixas avaliadas.

Na produção científica gerada pela dissertação/tese, destacam-se em primeiro lugar os artigos científicos (49%), apresentação em evento científico (38%) e apresentação do estudo para gestores e trabalhadores (16,5%). O curso não gerou desdobramento para 18,4% dos egressos.

Por fim, quase todos os egressos afirmam que o curso teve efeito na sua vida profissional (92,6%) e esse impacto se reverte principalmente no melhor desempenho no trabalho (53,2%), vindo a seguir o aumento do prestígio (36,6%), a qualificação para outras atividades (35,1%) e, por fim, o aumento na remuneração (34,3%).

4.2.3 – Desafios para o futuro dos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu

As atividades de educação da Fiocruz atendem, prioritariamente, as demandas SUS, para o enfrentamento dos desafios sanitários complexos do presente e do futuro, produzindo conhecimentos e inovações que levem em conta as ameaças, reais e potenciais, que colocam em risco a saúde e o bem-estar da população. Contudo, sendo uma instituição de presença nacional, em um país de dimensões continentais, promover a maior integração dos diferentes níveis e modalidades de educação tem sido extremamente desafiante. Nesse sentido, o uso de novas tecnologias educacionais⁴⁰ e a criação de redes colaborativas têm ajudado a superar a distância, garantir equidade, possibilitando integrar, ampliar e capilarizar o acesso à formação. Certamente, nos próximos anos o uso desses mecanismos será intensificado, inclusive pelos Programas de Pós-graduação stricto sensu.

Na Fiocruz, inovação e tradição estão integrados pelo compromisso com a excelência e o atendimento às necessidades da sociedade brasileira. Neste sentido, destacamos dentre vários programas, alguns que exemplificam o caminho que vem sendo trilhado:

- Programa de Pós-graduação Profissional em Saúde da Família, da Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família (RENASF) - Coordenado pela Fiocruz, o Programa é oferecido em rede com outras oito instituições de ensino e, atualmente, está presente em cinco estados do Nordeste (Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte). Tendo iniciado como mestrado profissional em 2012, além das aulas presenciais, o Programa conta com um ambiente virtual de aprendizagem, criado pelo EAD da ENSP, para comunicação, organização e realização de atividades acadêmicas, compartilhamento de experiências e educação a distância. Na avaliação Quadrienal de 2017, os avaliadores da Capes enfatizaram a relevância do modelo adotado destacando que, no quadriênio, o Programa titulóu 13,4% do total de mestres formados em cursos profissionais pela área de saúde coletiva. Assim, dando prosseguimento à inovação, em 2019 o Programa obteve a autorização para iniciar o doutorado profissional em 2020;
- O [ProfSaude](#) é um programa de pós-graduação stricto sensu em Saúde da Família, apresentado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e aprovado em 2016. O mestrado é oferecido por uma rede nacional constituída de 22 instituições públicas de ensino superior lideradas pela Fiocruz. Realizado na modalidade a distância, o programa conta com a retaguarda do Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS). O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação são instituições demandantes e financiadoras deste projeto.
- O Programa de Pós-Graduação de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, um dos mais antigos do campo. Com a primeira turma de Mestrado iniciada em 1967, sua institucionalização junto a Capes ocorreu em 1977. Ao longo de 50 anos, o Programa formou docentes e pesquisadores atuantes em vários outros programas do país, tendo originado ainda os outros progra-

40. A regulamentação dos programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância ocorreu por meio da [Portaria nº 275](#), de 18 de dezembro de 2018, da Capes, abrindo a possibilidade de expansão dos Programas para áreas afastadas dos grandes centros urbanos, onde está concentrada a maior oferta de cursos.

mas da ENSP nos anos 2000. Na avaliação Quadrienal de 2017, os avaliadores destacam “o prestígio internacional do programa e sua contribuição à difusão do conhecimento em um contexto global”, enfatizando o grande interesse, também, de docentes e alunos de origem estrangeira.

- Os Programas de Pós-Graduação do Instituto Oswaldo Cruz são estruturados a partir de 1980, quando o Instituto retoma a formação de pesquisadores, ao receber os alunos transferidos dos cursos de Virologia e Parasitologia da ENSP. Isso ocorre depois de uma década em que por razões institucionais, o ensino havia deixado de ser atribuição do IOC. Estruturam-se nos anos 1980 os programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biologia Parasitária e de Medicina Tropical, e posteriormente, o de Biologia Celular e Molecular. Nas décadas seguintes, observa-se a expansão das atividades de ensino do IOC por meio da expansão desses programas e criação de outros.

Estes, dentre outros atualmente existentes, são Programas que inovam na oferta de cursos em outros países - Mestrados internacionais no âmbito da Cooperação Sul-Sul e da África. Uma outra experiência notável foi o Doutorado Internacional em Direitos Humanos, Saúde Global e Políticas de Vida com a Universidade de Coimbra, Portugal, que integrou seis programas de pós-graduação da Fiocruz (ver Quadro 4.6) e três da Universidade de Coimbra.

Apesar de todos os avanços da Instituição, existem desafios a enfrentar e que, no contexto mais amplo, poderão ser indutores de crescimento e fortalecimento da Pós-graduação na Fundação. Portanto, tendo como referência as Fichas de Avaliação do Quadriênio 2017 e Relatórios do Coleta 2020, submetidos à Capes, por cada Programa, o cenário posto indica que há desafios comuns recorrentes, independentemente de modalidade e conceito, tais como: distribuição mais equilibrada das atividades de docência e pesquisa entre os docentes; a adequação da distribuição das orientações, considerando que há docentes que atuam em mais de um programa; e o equilíbrio na produção intelectual e distribuição das publicações qualificadas entre os docentes permanentes. Nos Quadros 4.9 e 4.10 as informações comuns, identificadas nos documentos, são segmentadas por modalidade e conceito.

Quadro 4.9 – Desafios Convergentes por Modalidade e Conceito - Programas Acadêmicos da Fiocruz

I – Conceitos 6 e 7 – Desempenho de Excelência - Correspondem a 33% dos PPG	
	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição mais equilibrada das atividades de docência e pesquisa entre os docentes; • Adequação da distribuição das orientações, considerando a participação de docentes em demais PPG • Aprimorar os mecanismos de autoavaliação dos Programas; • Ampliar o número de convênios e cooperações nacionais e internacionais.
II – Conceito 5 – Desempenho Muito Bom - Correspondem a 37,5% dos PPG	
	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição mais equilibrada das atividades de docência e pesquisa entre os docentes; • Adequação da distribuição das orientações, considerando a participação de docentes em demais PPG; • Planejamento para a internacionalização dos PPG; • Distribuição mais equilibrada das publicações qualificadas entre os docentes permanentes.

III – Conceitos 3 e 4 – Desempenho Regular a Bom - Correspondem a 29,5% dos PPG

- Atualização das linhas de pesquisa e dos projetos em andamento;
- Dedicção e distribuição mais equilibradas das atividades de formação e pesquisa entre os docentes permanentes;
- Adequação da distribuição das orientações, considerando a participação de docentes permanentes em demais PPG;
- Adequação do tempo de titulação;
- Equilíbrio na produção intelectual e distribuição das publicações qualificadas entre os docentes permanentes;
- Distribuição e qualificação da produção intelectual dos discentes entre as linhas do Programa;
- Apresentação e descrição dos dados e informações pertinentes ao Programa.
- Clareza e detalhamento no preenchimento dos dados e informações

Fonte: Ficha de Avaliação de Programas Capes e Relatório Coleta 2020

Quadro 4.10 – Desafios Convergentes por Modalidade e Conceito - Programas Profissionais da Fiocruz

I – Conceito 5 – Desempenho Excelente - Correspondem a 21,4% dos PPG

- Adequação da distribuição do quantitativo e da distribuição de atividades de formação e pesquisa do corpo docente permanente no curso;
- Concentração da produção intelectual docente;
- Distribuição dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação
- Ampliação e registro da produção técnica do Programa, considerando sua natureza profissional;
- Clareza e detalhamento no preenchimento dos dados e informações, especialmente quando os trabalhos de conclusão não são apresentados no formato de dissertações;
- Clareza na definição de estratégias e metas com perspectiva futura de desenvolvimento.

II – Conceito 4 – Desempenho Muito Bom - Correspondem a 42,9% dos PPG

- Adequação do quantitativo e da distribuição de atividades de formação e pesquisa do corpo docente permanente no curso;
- Concentração da produção intelectual docente;
- Ampliação e distribuição da produção técnica do Programa, considerando sua natureza profissional;
- Preenchimento dos dados e informações com clareza e completos na Plataforma.

III – Conceitos 3 – Desempenho Bom - Correspondem a 35,7% dos PPG

- Adequação do tamanho do corpo docente ao Programa
- Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes permanentes.
- Distribuição e produção intelectual qualificada do docente permanente;
- Produtividade discente qualificada
- Aplicabilidade dos trabalhos produzidos (esperado para o mestrado profissional)
- Articular as estratégias melhorias a ações futuras
- Ampliar o atendimento dos Programas para a demanda externa da Fiocruz;
- Clareza e objetividade nas informações do relatório.

Fonte: Ficha de Avaliação de Programas Capes e Relatório Coleta 2020

Os desafios acima sugerem providências a serem tomadas pelas coordenações de educação das Unidades ofertantes, pelo menos em três frentes:

- Apoio para a qualificação no preenchimento da Plataforma Sucupira – a CGE já apoia, periodicamente, secretarias acadêmicas nessa qualificação, a partir da expertise adquirida por profissionais da própria instituição; tal medida deverá ser ampliada.
- Incentivo à produção acadêmica alinhada com as características dos programas profissionais – lembrando que a diferenciação entre programas acadêmicos e profissionais é necessária e deve ser foco das discussões do planejamento estratégico de cada unidade, em diálogo com a CGE e com os documentos da Capes;
- Ampliação das ações de envolvimento dos docentes na organização da distribuição de responsabilidades dentro do programa.

4.2.4 – Perspectivas da oferta de pós-graduação *stricto sensu* no período 2021-2025

Ao final de 2020, ainda com fortes indefinições sobre o controle da pandemia de COVID-19 e com as instituições educacionais produzindo adaptações em suas estruturas físicas e tecnológicas, inovações nos recursos educacionais e nos métodos e modelos de oferta educacional, neste momento são apresentadas diretrizes gerais orientadoras da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* no período 2021-2025, que posteriormente deverão ser traduzidas em metas mais detalhadas. O planejamento de cada um dos programas, considerando suas vocações e focos específicos, mas articulados na visão e valores gerais construídos coletivamente neste PDIE, beneficiar-se-á das definições de cunho geral ora apresentadas.

Estas diretrizes orientadoras estão embasadas nas reflexões e elaborações da política educacional da Fiocruz (ver Capítulo 2), também consideram as orientações pontuadas no Capítulo 3 (Projeto Pedagógico Institucional) e a análise do contexto atual, especialmente levando em conta os aprendizados decorrentes da atuação da instituição no enfrentamento à pandemia de COVID-19, ao longo de 2020.

Diretrizes para a educação nacional:

- Formar quadros para o Sistema Único de Saúde e para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, ancorada nos valores e missão da Instituição, de forma coerente com as orientações nacionais relativas à pós-graduação, as necessidades do SUS e do desenvolvimento científico e tecnológico no país.
- Atuar em rede e de forma colaborativa, considerando as dimensões do país, as desigualdades regionais e a urgência por formação de quadros, a visão de presença nacional que orienta a atuação dos

programas stricto sensu consolidados e com grande capacidade de nucleação, assim como o investimento permanente em estratégias integradas, por meio de consórcios entre programas e a participação em redes colaborativas interinstitucionais (exemplos: RENASF, Rede Bionorte, ProfSaúde).

- Investir em ações de mobilidade discente e docente, como o Programa Professor-Pesquisador Visitante Senior, visando o incentivo às práticas colaborativas para o fortalecimento da capacidade de oferta de pós-graduação de qualidade no território nacional.
- Definir as prioridades da oferta de programas e cursos stricto sensu nas várias regiões orientada pelas necessidades de reforço a áreas de conhecimento ainda com baixa densidade de desenvolvimento, com investimento em cursos acadêmicos ou profissionais em: áreas estratégicas da pesquisa básica e em temas emergentes como as ciências ômicas (genômica e correlatas), nanotecnologia e outras; áreas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico no país; temas relevantes para a saúde da população diante do quadro epidemiológico e necessidades de fortalecimento das políticas e gestão no SUS.
- Responder às demandas locais e regionais de formação com cursos acadêmicos e profissionais, considerando os quadros epidemiológicos, o desenvolvimento territorial local e regional e necessidades da gestão de políticas de saúde e de C&T nas regiões, eventualmente sem ter como horizonte alcançar nota máxima de avaliação na Capes.
- Avaliar as necessidades específicas de apoio para o fortalecimento de cada Programa, considerando sua missão e importância nos planos nacional, regional e/ou local.
- Investir na oferta de doutorados profissionais, visando fortalecer a gestão do SUS e as áreas tecnológicas com demandas de ponta.
- Estimular atividades educacionais voltadas para a inovação em saúde usando as oportunidades criadas a partir do novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação.
- Reforçar o diálogo e interlocução com as instâncias de gestão e articulação do SUS (MS, Conass, Conasems).

Diretrizes para internacionalização da educação:

- Ampliação do caráter institucional das cooperações, por meio do esforço de coordenação para a viabilização dos projetos e parcerias internacionais, incluindo articulação entre programas.
- Ampliação da cooperação sul-sul, por meio de parcerias e intercâmbios com a América Latina, PALOPS e BRICS.
- Busca de reforço das possibilidades relacionadas à cooperação triangular, especialmente ampliando as parcerias com a ONU, OPAS, OMS e UNFPA: ações relativas à promoção da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU); programas de capacitações envolvendo ministérios de saúde da América Latina e Caribe (OPAS); formação de pessoal associada com a pesquisa e ações de construção e fortalecimento de sistemas de informação, vigilância e monitoramento para a redução das mortes maternas evitáveis a zero até 2030 nos países (UNFPA); dentre outros.
- Fortalecer as parcerias e colaborações já articuladas no âmbito dos programas envolvidos no projeto PRINT-Capes-Fiocruz, retomando as ações de mobilidade docente e discente, na produção conjunta de educação e pesquisa.

Diretrizes para o fortalecimento e inovação dos programas *stricto sensu*

- Fortalecer a gestão coordenada dos programas de pós-graduação da Fiocruz, por meio da Coordenação Geral de Educação da VPEIC, visando o aprofundamento dos planejamentos estratégicos e processos de autoavaliação, respeitando a autonomia e especificidade de cada programa, as orientações das respectivas áreas de conhecimento e, ao mesmo tempo, mantendo orientações comuns, estabelecidas neste PDIE e nos processos coletivos de construção permanente de consensos na Câmara Técnica de Educação, que contribuam para maior integração, colaboração e diálogo entre as ofertas *stricto sensu*.
- Preparar ações de apoio e fortalecimento aos programas, considerando os desafios mapeados.
- Fortalecer a cultura da avaliação e monitoramento de modo a garantir o aprimoramento dos programas, tendo por base as sistematizações produzidas a partir dos relatórios dos programas para a Plataforma Sucupira (Quadros 4.9 e 4.10) como insumos para o debate, preparar ações de apoio e fortalecimento aos programas, considerando os desafios mapeados.
- Investir na inovação dos modelos de oferta e estratégias pedagógicas dos cursos *stricto sensu*, ampliando aprendizados sobre metodologias inovadoras experimentadas no período da educação remota emergencial (2020), com maior apropriação de tecnologias educacionais e comunicacionais, e, dentro das possibilidades regulatórias estabelecidas para o *stricto sensu*, estruturar novas modalidades de oferta que permitam maior integração entre programas da Fiocruz e maior alcance nacional.
- Analisar a possibilidade e viabilidade do investimento em ofertas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância (mestrados e doutorados), conforme prevê a Portaria Capes nº 275/2018 ([link](#)).
- Acentuar a colaboração entre equipes dos vários programas na criação e oferta de disciplinas transversais, preferencialmente na modalidade híbrida, com o apoio do Campus Virtual Fiocruz.
- Ampliar o debate e a oferta de iniciativas de formação docente engajando, de modo articulado, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, integrados com a formação de docentes do *lato sensu*, quando pertinente.
- Fortalecer a produção tecnológica combinando o desenvolvimento de produtos inovadores, com geração de patente, a exemplo do programa INOVA e a oferta de disciplinas relacionadas à inovação.

4.3 – Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especializações presenciais e a distância

4.3.1 – Caracterização das especializações na Fiocruz

A tradição de pesquisa e ensino voltados para a resolução de problemas de saúde pública consolidou-se inicialmente no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), ainda nas primeiras décadas do século XX. Já em 1908, o Curso de Aplicação de Manguinhos – com características de especialização pós-graduada – começou a formar especialistas do próprio IOC e de outras instituições do Brasil e mesmo de outros países. Tal curso tinha duração de dois anos em tempo integral e foi ofertado até a década de 1960.

No ano de 1953, o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, foi dividido em dois ministérios: o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Saúde (MS). Logo em seguida, foi criada a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) vinculada ao Ministério da Saúde, que passou a ter a prerrogativa da formação de especialistas em Medicina Sanitária para o funcionalismo federal,⁴¹ iniciando sua oferta educativa em 1959.

41. [Decreto nº 43.926/1958](#)

No campo da regulação educacional, em 1965, o Parecer Sucupira⁴² estabeleceu a diferenciação conceitual entre pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, mas foi somente em 1977, que o Conselho Federal de Educação fez a primeira regulamentação dos cursos de aperfeiçoamento e especialização como instrumento de qualificação na carreira de Magistério Superior,⁴³ visando suprir a forte carência de docentes nos cursos universitários que tiveram um incremento grande a partir da reforma universitária de 1968.

A ampliação da expertise e investimentos da Fiocruz nos cursos de especialização se deu ao longo das décadas de 1970 e 1980, no contexto de luta pela redemocratização do País, no qual o movimento sanitário se fortaleceu, intimamente ligado aos movimentos sociais populares que apresentaram sua expressão mais madura em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Naquele momento foi quando o Sistema Único de Saúde (SUS) foi delineado e o conceito ampliado de saúde tomou o seu sentido mais abrangente, em que a saúde não é simplesmente a ausência de doenças, mas é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. A 8ª Conferência teve papel fundamental para o processo constituinte, de tal forma que a nova Constituição Federal promulgada em 1988 acolheu a maioria das proposições desse forte movimento social, resultando daí o surgimento do SUS, detalhado depois na Lei nº 8080/1990.

A formação de técnicos e gestores de saúde pública para o país, nesse contexto de redemocratização, representou momento rico de atuação da Fiocruz – principalmente pela atuação da ENSP – em articulação com centros de ensino localizados nas regiões do país, sobretudo no período 1975-1985, com um vínculo que foi se consolidando a partir de 1975 pelo Programa Nacional de Cursos Descentralizados, voltados para a formação de sanitaristas que viriam a ser incorporados aos sistemas de saúde dos estados em todas as regiões do país. Com a criação da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco, em 1979, esta passou a ter um papel importante na avaliação e na articulação da oferta desse ensino voltado à consolidação da política nacional de saúde, com destaque muito especial ao papel de lideranças que seriam absorvidas pelo Sistema de Saúde, dando corpo a uma burocracia tecnicamente formada para integrar o que viria a se constituir no SUS.

Ao longo dos anos seguintes, a maioria das outras unidades da Fundação passaram também a desenvolver ofertas de cursos de especialização em suas áreas de atuação. Portanto, o *lato sensu* da Fiocruz reflete a missão das suas Unidades, tanto em seu conjunto, quando do diálogo com os princípios e valores de uma saúde pública universal e equânime, como também em respeito às especificidades próprias às diversas vocações constitutivas de cada uma delas. A pluralidade temática, aliada à capacidade de construção de sinergias e complementaridades e a atuação em rede, têm sido responsáveis pelo enriquecimento teórico-metodológico do *lato sensu*, nomeadamente no que se refere às metodologias de aprendizagem.

Com a ampliação das demandas de formação e o entendimento político sobre a importância do fortalecimento da gestão do SUS, no ano 1998 iniciou-se a oferta de cursos na modalidade a distância e a constituição da Escola de Governo em Saúde na Ensp. Os programas EAD estiveram voltados, num primeiro momento, a cursos de qualificação (aperfeiçoamento e atualização) e, num segundo momento, iniciou-se a oferta de cursos de especialização, à época todos considerados como pós-graduação *lato sensu*.

No decorrer da década de 2000, a oferta de pós-graduação *lato sensu* foi acentuada, em decorrência de alguns fatores, tais como o fortalecimento do SUS, com o surgimento e incremento de diferentes áreas de atuação, como também em sintonia com a consolidação do novo contexto governamental, especialmente relativo à criação em 2003, no Ministério da Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde – SGTES e em seguida a institucionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – PNEPS (2004).

42. [CFE 977/1965](#).

43. Resolução CFE nº 14/1977.

Na Fiocruz, o modelo de gestão participativa que fora instituído a partir de 1985 se consolidava. Assim, sequenciados debates e elaborações sobre a política de educação da Fiocruz para as especializações foram realizados pela então Subcâmara de Pós-Graduação Lato Sensu, construindo consensos entre as unidades ofertantes, relativos ao necessário vínculo entre essas ofertas e as demandas crescentes do SUS, ao projeto político-pedagógico e aos regimentos dos cursos.

Mais recentemente, mudança operada pelo Conselho Nacional de Educação no quadro regulatório dos cursos de especialização lato sensu, que revogou o credenciamento especial das “instituições não-educacionais”,⁴⁴ levou a Fiocruz a buscar o seu credenciamento institucional como Escola de Governo. Assim, no período 2015-2016 a instituição realizou as ações previstas para isso: elaborou o seu primeiro PDI, constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e submeteu-se à avaliação externa pelo INEP, de forma que veio a receber a homologação do seu credenciamento institucional como escola de governo em março de 2017.⁴⁵ O processo foi longo e trabalhoso, mas bastante positivo para a Fundação, que passou a ter um autoconhecimento mais aprofundado sobre sua própria experiência educacional no campo das especializações, e paulatinamente foram se ampliando as medidas de integração e coordenação, por meio das ações da Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação -VPEIC e a criação do Fórum da Escola de Governo Fiocruz, em julho de 2019, que substituiu a SubCâmara do Lato Sensu, e que envolve representação de todas as unidades que possuem ofertas de cursos de especialização.

4.3.2 – Organização didático-pedagógica

Os cursos de especialização lato sensu, tanto presenciais como a distância, são ofertados pelas unidades da Fiocruz de acordo com seus regimentos próprios, adequados à situação específica de suas ofertas e campos temáticos e acompanhando as orientações do Regimento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu – Especializações, atualizado em 2020. Tais cursos podem ser classificados quanto à regularidade (oferta regular ou eventual) e aos públicos alcançados (oferta aberta ou sob demanda).

Os cursos de oferta regular aberta são aqueles desenhados pelas unidades e que são oferecidos periodicamente, de modo anual ou bienal. Sua oferta e processos seletivos são divulgados amplamente por meio de chamadas públicas. Dependendo do tipo de conteúdo e objetivo a que se propõe, tal tipo de curso pode ser para um público amplo, colocando-se apenas exigências acadêmicas e de vínculos profissionais, ou pode haver restrições para situações mais focadas a determinadas profissões da saúde, localização regional e outros aspectos correlatos.

Os chamados cursos sob demanda são oferecidos como resultado de entendimentos e negociações entre as unidades da Fiocruz ofertantes e os organismos de saúde demandantes, principalmente as secretarias do Ministério da Saúde, as secretarias estaduais e municipais de saúde, e também outros ministérios e órgãos públicos, nacionais e internacionais. Neste caso, pode ser algum dos cursos de oferta regular, que então passa a ser oferecido para um público específico e localizado, ou pode ser curso especialmente desenhado para aquele público e situação. Em quaisquer dos casos, isso resulta de articulações e elaborações conjuntas entre as equipes coordenadoras de cursos e a entidade ou órgão demandante, para garantia das especificidades de cada demanda e público atendido. Nesses cursos, em geral o processo seletivo é realizado pelo órgão demandante, em acordo às especificações do edital.

Ademais, registre-se que a carga horária dos cursos é bastante variada, para atender a necessidades exigidas pelos objetivos específicos, públicos e situações atendidos.

44. [Resolução CNE/CES nº 07/2011.](#)

45. [Portaria MEC nº 331/2017.](#)

Destaque-se, ainda, a existência de determinadas especializações profissionais no caso das unidades assistenciais, que preparam profissionais de diferentes áreas para atuação no SUS e em outros cenários de atenção à saúde. As Especializações Médicas do IFF e INI, por exemplo, qualificam médicos para atuação de forma especializada, em diferentes áreas do conhecimento, certificando esses profissionais como especialistas. A Enfermagem também possui oportunidades de qualificação na Área da Mulher, conforme curso oferecido pelo IFF e Infectologia pelo INI (ver Quadro 4.7). Várias carreiras multiprofissionais têm oportunidade de qualificação mediante a oferta de cursos de Especialização em unidades como IFF, INI, Ensp e ICICT.

4.3.3 – A oferta de especializações presenciais no período 2016-2020

As unidades da Fiocruz mantiveram, no período 2016-2020, a oferta de seus variados cursos de especialização presenciais, a maioria deles constituindo ofertas regulares anuais ou bienais, e alguns constituindo ofertas únicas em atendimento a demandas dos órgãos públicos. A oferta de cursos presenciais em 2020 foi afetada pelas medidas de isolamento social impostas pela pandemia da COVID-19, tendo ocorrido diversas alterações (adiamentos, oferta na modalidade educação remota emergencial, entre outras), por isso, o **Quadro 4.11** relaciona os 43 cursos de especialização presenciais ofertados em 2019, fornecendo assim uma visão de caráter geral sobre esse campo de atuação da instituição. Destaque-se que estes cursos (à exceção de três, que estão destacados como “oferta eventual”) fazem parte do rol de cursos regulares.

Quadro 4.11 – Cursos de Especialização Presenciais – Turmas ofertadas em 2019

Unidade Ofertante	Curso	Data da 1ª Oferta	Nº de vagas	Carga Horária
COC	Divulgação e Popularização da Ciência	2017	20	390
ENSP	Direitos Humanos e Saúde	2017	20	508
	Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade	2018	20	480
	Gestão da Atenção Básica	2005	9	2880
	Saúde Pública	1954	33	690
	Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social	2007	32	540
	Gestão e Tecnologias do Saneamento	2012	30	378
	Gestão Urbana em Saúde	2017	30	480
	Pneumologia Sanitária	1981	30	500
	Saúde Mental e Atenção Psicossocial	1965	20	400
	Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana	1987	15	420
	Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão	2019	25	480
	Cuidados Paliativos com Ênfase na Atenção Primária	2016	25	410
ESPJV	Educação em Agroecologia (oferta eventual)	2019	50	488
FAR	Inovação em Fitomedicamentos	2019	30	360
ICICT	Informação Científica e Tecnológica em Saúde	2004	15	375
ICTB	Métodos Alternativos ao uso de Animais de Laboratório	2019	15	480

Unidade Ofertante	Curso	Data da 1ª Oferta	Nº de vagas	Carga Horária
IFF	Alergia e Imunologia Pediátrica	2005	3	3840
	Cirurgia Reconstructora nas Patologias Mamárias	2014	2	552
	Endocrinologia Feminina	2008	3	960
	Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher	2009	10	480
	Infectologia Pediátrica (Curso Básico)	2005	1	960
	Infectologia Pediátrica (Curso Avançado)	2005	2	960
	Medicina Fetal	2006	5	1040
	Neurologia Pediátrica	2018	2	3840
	Patologia Cervical Uterina	2010	1	432
	Políticas Sociais e Intersetorialidade	2016	15	390
	Uroginecologia e Distopias Genitais	2008	1	864
	Videocirurgia Pediátrica	2014	2	1920
	Videohisteroscopia e Videolaparoscopia Ginecológica	2008	1	960
INCQS	Controle da Qualidade de Produtos, Ambientes e Serviços Vinculados à Vigilância Sanitária	2005	10	360
INI	Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias	2017	8	512
	Infectologia para Médicos Estrangeiros	2009	2	5760
	Monitoria em Ensaio Clínicos	2012	2	360
	Psicologia Hospitalar na Área de Infectologia	2015	7	880
	Multiprofissional em Imunizações e Saúde do Viajante	2015	2	1040
	Fisioterapia Hospitalar com ênfase em Doenças Infecciosas	2018	4	564
	Nutrição Clínica aplicada a Infectologia	2017	5	480
IOC	Entomologia Médica	1994	10	510
	Ensino em Biociências e Saúde	2000	30	510
	Ciência, Arte e Cultura na Saúde	2009	60	510
	Malacologia de Vetores	1994	10	520
Fiocruz Ceará	Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido (oferta eventual)	2018	35	466
Fiocruz Brasília	Saúde Coletiva	2004	35	360
ILMD – Fiocruz Amazônia	Vigilância em Saúde na Rede de Atenção Primária à Saúde (oferta eventual)	2019	50	440
	Saúde Pública (oferta eventual)	2019	35	380

Fonte: Controle de cursos cadastrados no e-MEC (CGE/CLS), 2019.

O rol de cursos de especialização presenciais implementados tem variadas abordagens e conteúdos e diferenciadas trajetórias no apoio à saúde pública do país. Tal diversidade revela a existência de vários cursos já bastante antigos e consolidados, revisados periodicamente, tais como aqueles da Ensp e do IOC, unidades que possuem tradição na oferta educacional:

- Especialização em Saúde Pública, da Ensp, cuja história se confunde com a própria criação da Escola, em 1954;
- Saúde Mental e Psicossocial (1965, Ensp)
- Pneumologia Sanitária (1981, Ensp)
- Malacologia de Vetores (1994, IOC)
- Entomologia Médica (1994, IOC).

Sempre atenta às demandas sociais, sanitárias e de saúde pública no Brasil, e fortalecida pela regularização de sua oferta em consequência do credenciamento da Escola de Governo Fiocruz ocorrido em 2017, vários temas vêm sendo objeto de cursos novos, ou que têm ganhado maior possibilidade de replicação, em razão das demandas por vagas. Esses cursos emergem como atendimento eventual a demandas ou a oportunidades especiais de financiamento, podendo vir a constituir oferta regular ou não, a depender de análises e possibilidades presentes no cenário de cada momento.

A título de exemplos, citam-se cursos de especialização recentes que buscam atender a novas demandas da sociedade e alinhados às políticas públicas e sociais, tais como aqueles ofertados pela Ensp no campo dos Direitos Humanos:

- Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade (2018),
- Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão (2019) e
- Direitos Humanos, Saúde e Racismo: a questão negra (2020).

Em 2020, adotando o modelo da educação remota emergencial, a Escola de Governo Fiocruz – Brasília deu início a dois novos cursos:

- Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS (EpiSUS-Intermediário)
- Comunicação em Saúde: fundamentos, práticas, agendas e desafios

Também o ICICT oferta em 2020, utilizando a educação remota emergencial, o seu curso de especialização Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Como exemplos de ofertas inovadoras, quanto aos temas abordados e aos arranjos de colaboração e parceria para sua viabilização, citam-se cursos realizados por unidades regionais, que dão destaque à inserção territorial:

- Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, realizado pela Fiocruz Ceará em 2019.
- Vigilância em Saúde na Rede de Atenção Primária à Saúde, na Tríplice Fronteira do Alto Solimões, promovido pela Fiocruz Amazônia em 2019-2020, com a articulação de várias parcerias (Cosems, OPAS, IFAM, dentre outros), e que atendeu estudantes-trabalhadores da saúde do Brasil, Peru e Colômbia.

Em ambos os casos a proposta é formar profissionais com conhecimentos atuais, adequados ao desenvolvimento e manutenção da saúde local, mas sem perder de vista a manutenção das tradições e autonomia dos territórios.

Cabe também destacar os cursos voltados para área de inovação, como é o caso do curso em Métodos Alternativos ao uso de Animais de Laboratório, ofertado pelo ICTB, que traz ao debate a necessidade de pensar novas formas de fazer ciência e testar insumos para a saúde como vem sendo preconizado por instituições

nacionais, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e internacionais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Registre-se também a oferta do Curso de Especialização em Gestão Acadêmica, com turmas em 2017 e 2018. Ofertado pelo Instituto Fernandes Figueira (2017) e em parceria com a ENSP (2018), e voltado para a capacitação de técnicos das secretarias acadêmicas das unidades da Fiocruz, o curso veio contribuir para a maior qualidade da gestão acadêmica e a integração e harmonização de procedimentos.

A oferta de cursos e matrículas (vagas) para as especializações presenciais na Fundação, no período 2016-2020, teve pequena redução em relação ao período anterior, mantendo, no entanto, o seu vigor, em um período de restrições orçamentárias que vêm afetando a capacidade dos vários órgãos e instâncias do SUS em garantirem o financiamento de suas demandas, condição necessária para a maioria dos cursos ofertados, uma vez que os orçamentos próprios das unidades não são previstos para garantir o custo total dos cursos.

Ademais, ainda que seja necessário o aprofundamento analítico sobre o assunto, podemos perceber a emergência de novas tendências nas expectativas e nos perfis do público de trabalhadores da Saúde, que criam demandas de novos formatos de oferta educacional. Por um lado, a tendência mundial de educação continuada fortemente associada às necessidades dos serviços, têm influenciado a procura por cursos de mais curta duração, com conteúdos alinhados com as necessidades e a missão das instituições demandantes. Essa tendência é imbricada com as mudanças geracionais do potencial público discente, em que o uso da comunicação pela internet e a buscas por cursos a distância se tornam mais demandados. Aparentemente essas duas tendências vêm se confirmando pelo aumento da procura por cursos de qualificação, que vêm sendo ofertados amplamente pelas unidades da Fundação, por intermédio do Campus Virtual Fiocruz.

Discute-se na instituição a viabilização de cursos de especialização em formato educacional híbrido, combinando atividades presenciais com atividades remotas, síncronas ou assíncronas, para possibilitar maior democratização do acesso e alcançar público de várias regiões do país, especialmente em temas cuja oferta ainda é bastante insuficiente no país, como é o caso, a título de exemplo, do já citado curso Métodos Alternativos ao uso de Animais de Laboratório, do ICTB.

O processo de autoavaliação institucional da oferta de cursos de especialização vem se consolidando, por intermédio das ações da Comissão Própria de Avaliação, e o Fórum da Escola de Governo Fiocruz tem sido espaço para intercâmbios e análises sobre as características, condicionantes e possibilidades das especializações ofertadas pela instituição. Estudos e análises são demandados para o aprofundamento das diretrizes gerais orientadoras para o planejamento das ofertas.

4.3.4 – A oferta de especializações a distância no período 2016-2020

No período 2016-2020, a oferta de cursos de especialização a distância continuou a ser garantida, de modo regular, pelas unidades Ensp e Fiocruz Mato Grosso do Sul. Ofertas eventuais foram realizadas por outras unidades (Fiocruz Brasília, Fiocruz Minas e ICICT), tendo alcançado um total de 7.718 matrículas. (**Quadro 4.12**)

Quadro 4.12 – Total de matrículas realizadas nas Especializações EAD – 2016 a 2020

Unidade	2016	2017	2018	2019	2020*	Total
ENSP	2456	1049	636	1.807	228	6.176
Fiocruz-MS	0	657	124	445	0	1.226
Fiocruz-BSB	0	0	0	250	0	250
Fiocruz-MG	0	0	0	0	40	40
ICICT	0	26				
Total	2.456	1.732	760	2.502	268	7.718

*Até agosto

A oferta a distância busca alcançar maior abrangência em curto período, tanto em número de vagas ofertadas, como em dispersão geográfica, formando agentes públicos simultaneamente nas várias unidades da federação. Tal oferta é pactuada com o Ministério da Saúde ou outras áreas de governo e depende de financiamento proveniente desses órgãos demandantes. Em razão disso, a previsão de ofertas é sempre bastante imprecisa, pois está atrelada à efetivação dessas demandas e seu correspondente financiamento.

É importante destacar que muitos destes cursos, em sua primeira oferta, objetivam levar o resultado de estudos e pesquisas recentes para novas formas de fazer e pensar a saúde, com grande potencial para provocar inflexões na organização e nas ações de saúde. Como exemplos atuais, temos o Curso de Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente e o Curso de Gestão de Risco de Emergências e Desastres em Saúde Pública.

Historicamente, a demanda institucional por cursos EAD parte de um contexto onde o poder público quer implantar políticas de saúde em uma área e se depara com o despreparo dos trabalhadores para operá-las. O curso EAD, formando centenas ou milhares, simultaneamente e em todas as regiões, torna-se uma estratégia de implantação/manutenção destas políticas nacionais, forma uma massa crítica com reflexos positivos na melhoria do SUS e responde aos anseios dos profissionais quando esta formação tem impacto na melhoria salarial. Ainda como parte deste contexto, há uma valorização da educação permanente da força de trabalho pela dinâmica das discussões locais, regionais e nacionais de melhorias contínuas no SUS.

Entretanto, há uma tendência de diminuição destas demandas institucionais, acompanhada da manifestação das áreas técnicas dos órgãos demandantes sobre a necessidade destas formações. O trabalhador, por sua vez, encontra cada vez menos reconhecimento de seu esforço por aperfeiçoamento profissional. O quadro que se forma, então é: de um lado, a demanda institucional reprimida e a baixa disponibilidade orçamentária; de outro, o desestímulo do trabalhador.

Desta forma, refletindo oscilações de velocidade e rumo da implantação de políticas públicas de saúde, a Ensp manteve estes cursos, por meio de sua própria plataforma e AVA, atendendo à Universidade Aberta do Brasil, diversos órgãos do Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde e Marinha do Brasil, ao longo do quinquênio, tendo efetuado 25 ofertas e alcançando no período um total de 6.176 matrículas (vagas).

Já a Fiocruz Mato Grosso do Sul, manteve sua atuação vinculada à parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (neste caso, nos anos de 2017 e 2018). Em razão de alterações nos programas do Ministério da Saúde, não houve ofertas nos anos de 2016 e 2020. Os cursos realizados foram o de Atenção Básica na Saúde da Família (3 turmas, com 657 matrículas) e Saúde da Família (3 turmas, com 569 matrículas), totalizando no período 1.226 matrículas.

Desde 2014, a Fiocruz Mato Grosso do Sul contribui na qualificação dos profissionais médicos inseridos no Programa Mais Médicos, em parceria com a UNA-SUS, atendendo os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, com a oferta do curso de especialização em Saúde da Família, financiada pelo Ministério da Saúde. Uma vez que o Programa Mais Médicos se encontra em processo de finalização, as demandas de matrículas estão diminuindo e, conseqüentemente, a oferta de novas turmas para esta finalidade. Todavia, em 2020 a Fiocruz Mato Grosso do Sul participa da UNA-SUS na concepção e produção de uma nova especialização para os médicos que atuarão no Programa Médicos pelo Brasil.

A parceria estabelecida com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul até 2018, e a continuidade da parceria com a UNA-SUS, possibilitaram a estruturação e consolidação da importância da Fiocruz Mato Grosso do Sul no atendimento às demandas de formação e qualificação no estado. É preciso ressaltar que a parceria com a UNA-SUS tem contribuído não apenas para as ofertas do curso de especialização e de qualificação, como também para o desenvolvimento de pesquisas, em âmbito nacional, relacionadas ao impacto da formação nos indicadores de saúde e nos processos de trabalho.

Um aspecto inovador do curso de especialização em Saúde da Família ofertado pela Fiocruz Mato Grosso do Sul foi a construção de uma ferramenta para elaboração online dos Trabalhos de Conclusão de Cur-

so (TCC), disponibilizada a partir de 2018. Essa ferramenta permitiu ampliar a comunicação entre estudantes e tutores no processo de orientação dos TCC.

Em 2017, o ICICT ofertou o curso “Acesso à saúde: informação, comunicação e equidade”, com 26 matrículas.

Em 2019, a Escola de Governo Fiocruz-Brasília realizou, em caráter eventual, o curso “Direito Sanitário com ênfase na Judicialização da Saúde”, viabilizado pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do SUS (Proadi), em parceria com o HCor e Conasems, com oferta de 250 vagas.

E o Instituto René Rachou (Fiocruz Minas) iniciou em 2020 a oferta, também de caráter eventual, do curso “Auditoria dos Sistemas de Saúde”, com 40 matrículas, em Parceria com a Prefeitura de Betim, para formar servidores municipais das áreas de auditoria e regulação.

No **Quadro 4.13** estão sintetizadas as ofertas realizadas nos anos de 2019 e 2020.

Quadro 4.13 – Cursos de Especialização a Distância ofertados em 2019-2020

Cursos Ofertados em 2019				
Unidade Ofertante	Curso	Data da 1ª Oferta	Nº de vagas	Carga Horária
ENSP	Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde - UAB	2008	150	396
ENSP	Avaliação em Saúde	2011	100	420
ENSP	Educação Permanente: Saúde e Educação em uma perspectiva integradora - UAB	2019	200	384
ENSP	Gestão Estratégica de Investimentos na Educação Básica - UAB	2019	200	444
ENSP	Qualidade em Saúde e Segurança do Paciente	2019	1000	448
ENSP	Gestão em Saúde para a Marinha do Brasil	2017	50	390
EGF-Brasília	Direito Sanitário com ênfase na Judicialização da Saúde – Parceria Conasems e HCor (PROADI-SUS)	2019	250	
Fiocruz-MS	Saúde da Família – Parceria UNA-SUS	2018	445	430
Cursos Ofertados em 2020				
ENSP	Gestão de Risco de Emergências e Desastres em Saúde Pública (2020)	2020	84	410
ENSP	Gestão em Saúde (2020)	2020	102	420
ENSP	Gestão em Saúde para a Marinha do Brasil (2020)	2017	42	390
Fiocruz-MG	Auditoria dos Sistemas de Saúde (Parceria Prefeitura Betim)	2020	40	372

Fonte: Informações fornecidas pelas Unidades ofertantes

4.3.5 – A autoavaliação como ação norteadora para a oferta no período 2021-2025

Nos subitens anteriores explicitamos como os cursos ofertados a partir de 2016 inseriram as Especializações no contexto de inovação e modernização do SUS. Para o próximo período, esperamos poder consolidar o histórico de formação de profissionais de saúde para inserção e transformação social, baseando as novas ofertas (ou a revisão dos cursos) em indicadores e diretrizes que garantam a nossa missão institucional no contexto do período pós-COVID-19.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada no início de 2016, buscou conhecer a atuação de cada unidade da Fiocruz na realização de cursos de especialização, por meio de visitas e reuniões em todos os *campi* da Fundação. Também acompanhou, durante 2018, as atividades de mapeamento das experiências educacionais no âmbito do planejamento integrado da educação na Fiocruz. Tendo como documento norteador as metas institucionais e o relatório do VIII Congresso Interno (2017), fez uma análise situacional dos cursos de especialização, buscando levantar seus pontos fortes e fracos. Ademais, beneficiou-se dos resultados da pesquisa dos egressos de 2013 a 2019, realizada pela CGE em 2019-2020, para poder construir sua análise mais geral sobre a oferta educacional voltada para as especializações, que incluem recomendações relativas aos indicadores de avaliação externa, a tomadas de decisão e criação de metas institucionais para esse nível educacional.

A análise geral produzida pela CPA, resultante desses processos de intercâmbio com as unidades e do estudo das informações provenientes do sistema de gerenciamento acadêmico e consulta por meio de questionário aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, permitiu evidenciar que, apesar da diversidade de atividades-fim que caracteriza as unidades da Fiocruz, os desafios no campo educacional são semelhantes.

Entre os elementos de aprendizagem coletiva, nesse processo podem ser destacadas as seguintes necessidades ou oportunidades:

- Aumentar a articulação entre os diversos cursos de especialização
- Aproveitar disciplinas compartilhadas, por meio das disciplinas ou cursos transversais ofertados via Campus Virtual
- Investir mais sistematicamente na formação docente
- Consolidar o sistema de acompanhamento de egressos, em construção
- Modernizar a infraestrutura física e tecnológica para a realização de aulas, mesmo as presenciais
- Melhorar as condições de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

Ademais, algumas unidades apontam que a inexistência de bolsas de apoio a alunos de especialização, assim como as dificuldades de liberar esses estudantes profissionais de suas jornadas de trabalho para poderem se dedicar à formação, constituem elementos muito restritivos para a ampliação desse campo de ofertas. Em algumas situações, a oferta de cursos no período noturno aparentemente poderia ser benéfica, no entanto, o aumento da violência urbana e da insegurança para discentes e docentes nos *campi*, além das dificuldades de reorganização dos turnos de trabalho sem a ampliação das equipes, são também fatores muito problemáticos, cuja solução extrapolam a governabilidade da instituição.

No que tange à articulação entre cursos, o processo de credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz, como uma estratégia articuladora e integradora das ofertas de especializações, vem trazendo, aos poucos, os resultados almejados. Pactuada em debates na Câmara Técnica de Educação (em 2018 e 2019), foram definidas orientações para a governança deste novo funcionamento, para isso se criando o Fórum da Escola de Governo Fiocruz (FEGF), conduzido pela Coordenação Geral de Educação, e com representantes indicados pelas unidades ofertantes de cursos de especialização. O FEGF tem como objetivo discutir e analisar, de forma coletiva e contínua, as diretrizes e estratégias para a Escola de Governo Fiocruz, buscando o funcionamento integrado através de um plano de trabalho institucional que, com regras e procedimentos gerais, buscará respeitar a autonomia e as especificidades das unidades. Desta forma, aumentou o esforço na construção de orientações gerais, padrões e fluxos de trabalho comuns, dentre os quais, recentemente a atualização do Regimento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu – Especializações.

Formação docente

Outra iniciativa é o investimento na formação docente. No ciclo avaliativo de 2016-2020 a Fundação deu início a algumas atividades educacionais que visaram a preparação para a docência. Foram usadas abordagens educacionais pensadas especialmente para os professores dos cursos de especialização como o curso híbrido de [Tecnologias e Metodologias para Docência em Saúde](#) (2018), que mostrou, na prática, como exercer uma docência humanista e emancipatória; e o curso de [Formação Pedagógica de Docentes na Fiocruz: em busca de novos padrões de ensino-aprendizagem para as Escolas de Saúde](#) (2020), curso-piloto idealizado em parceria com a Universidade Autônoma de Barcelona e com apoio do Ministério da Saúde, com objetivo de estimular a melhoria dos processos educativos da instituição e manter o compartilhamento de aprendizados com outras escolas de saúde pública.

Em 2020, entre as várias respostas da Fiocruz no enfrentamento à situação de pandemia da COVID-19, ganhou destaque a criação e oferta do curso para docentes [Ensino remoto: caminhos e conexões](#), oferecido como atividade autoinstrucional no Campus Virtual Fiocruz, no segundo semestre, com grande receptividade.

Cursos a distância e tecnologias de informação

Ações relativas à modernização da infraestrutura tecnológica para a realização das atividades educacionais vêm sendo implementadas, coerentes com a crescente intenção das unidades investirem na oferta de cursos a distância, e sintonizadas com a orientação geral definida no VIII Congresso Interno da Fiocruz (2017), que preconiza em sua Diretriz 11 da Tese 3: “Fortalecer, ampliar e avaliar as experiências e práticas de EAD na Fiocruz, modernizando e compartilhando conteúdos e metodologias, buscando consolidar também as instituições de ensino locais, obedecendo a política de acesso aberto, em consonância com o projeto político pedagógico da Fiocruz e de suas unidades”.

Assim, mesmo em contexto de restrição para os investimentos em infraestrutura e tecnologias necessárias, a autoconsciência da necessidade e a forte vontade de apresentar respostas efetivas às demandas sobre educação a distância e ensino remoto, no ano de 2020 foram criadas diversas ações, em rede, para adaptação das ofertas educacionais ao ensino remoto emergencial, imposto pelo prolongamento do isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19. A atuação da VPEIC em articular as unidades e estruturas educacionais, mobilizando a Câmara Técnica de Educação e ampliando a atuação com o Fórum de Qualificação e EAD, resultou em várias iniciativas de preparação dos docentes, na educação remota emergencial e na implementação de iniciativas em EAD.

Egressos

Importante avanço no conhecimento sobre o corpo discente dos cursos de especialização da instituição vem sendo construído a partir de 2019, com a construção do sistema de acompanhamento de egressos (ver Capítulo 2), iniciado com um questionário de levantamento de informações.⁴⁶ A sondagem alcançou 1.496 egressos (concluintes de 2013 a 2019) de cursos de especialização presenciais (47% dos que foram identificados e convidados a participar)⁴⁷, provenientes dos cursos ofertados no período. As informações obtidas começam a ser analisadas em maior profundidade pelas equipes e unidades da Fiocruz, e incidirão no aperfeiçoamento das ofertas em diversas dimensões. O estudo dos egressos de educação a distância será feito numa próxima etapa.

Num retrato global, as pessoas concluintes de cursos de especialização são predominantemente mulheres (78%), jovens (44% até 30 anos e 33% na faixa 31-40 anos). Predominam pessoas de cor branca (55%)

46. [Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Especialização](#).

47. Os percentuais estão colocados de forma aproximada, eliminando-se os décimos.

e negras são 43% (pretas e pardas); 3% possuem alguma deficiência, onde a motora se destaca (1,3%), vindo a seguir a visual (1,1%) e a auditiva (0,3%).

Indicando a aderência dos cursos à formação de profissionais, 78% dos egressos já trabalhavam ao iniciar o curso, dentre estes 60% nas três esferas do serviço público. No período atual, 63% trabalham na esfera pública, e as áreas de exercício mais destacadas foram: Assistência (35%), Gestão (28%), Educação (24%) e Pesquisa (9%).

Estudos mais aprofundados poderão identificar melhor o efeito da participação no curso de especialização na situação profissional das pessoas egressas, que parece ter ocorrido. O percentual de estudantes que trabalhavam em contratos CLT ou Regimento Jurídico Único antes de fazerem o curso é de 50%. O percentual de egressos na mesma condição é de 57%, indicando aumento de 7% de vínculos mais estáveis no trabalho.

As respostas indicam que 30% dos egressos tiveram aumento de salário decorrente da participação no curso e 26% mudaram de atividade profissional atribuída à participação.

Registre-se que 51% dos egressos afirmaram não ter sido gerada produção científica pela participação do curso. No entanto, 17% registraram como produção a apresentação de estudo em evento científico e 16% registraram a produção de artigos.

Avaliação qualitativa feita pelos egressos trouxe significativa contribuição para a apreciação do valor atribuído à participação no curso de especialização. Perguntados sobre possíveis efeitos da conclusão do curso na vida profissional, 58% dos respondentes confirmaram que o curso qualificou para um melhor desempenho das atividades que já eram exercidas. E 27% pontuaram que o curso qualificou para o desempenho de outras atividades diferentes daquelas já exercidas. Foi também significativo o percentual (22%) daqueles que consideram ter tido aumento de prestígio e de reconhecimento do trabalho, diante dos colegas e da chefia.

Todas essas informações (e outras não resumidas aqui) compõem um quadro importante para acentuar a autoavaliação dos cursos de especialização, com vista a medidas de melhoria da efetividade das ações, buscando acentuar a congruência com os objetivos de fortalecimento da força de trabalho para o SUS e o sistema de CT&I.

4.3.6 – Perspectivas da Especialização no período 2021-2025

A previsão de oferta de cursos de especialização na Fiocruz é tarefa sempre muito aproximativa, uma vez que depende de diferenciadas fontes de financiamento e acontece de modo afinado ao contexto de cada período, seja considerando as emergências sanitárias que resultam em demandas de formação, ou levando em conta o grau de envolvimento e participação das várias instâncias do SUS na definição dos projetos. Ademais, consideram-se fatores restritivos como a disponibilidade das equipes das Unidades, comprometidas com a formação, mas também engajadas nas demais atividades (pesquisa, assistência, produção, etc), em um período em que se acentuaram aposentadorias sem a correspondente reposição de pessoal por meio de concurso público.

O advento da pandemia da COVID-19 e todas as consequências trazidas em decorrência do isolamento social aumentaram a dificuldade de planejamento mais preciso. A leitura atenta dos cenários e maior capacidade de inovação na construção de arranjos organizacionais e implementação de metodologias educacionais ajustadas à nova realidade para a execução dos cursos compõem os principais desafios à educação na Fundação.

Com um rol de ofertas de cursos de especialização consolidado, e que se renova continuamente, a Fiocruz deverá manter seus investimentos organizados nesse campo, ainda que não seja possível, no momento atual, quantificar as metas a alcançar.

Para se pensar proximo o adequado planejamento das ofertas gerais de especialização para o quinquênio, é possível e necessário deixar explicitadas algumas diretrizes mínimas, que são apresentadas a seguir.

Educação transformadora

Cabe reafirmar e fortalecer valores expressos no Projeto Pedagógico Institucional (Capítulo 3), destacando esforços concretos para um processo de ensino-aprendizagem humanista e emancipatório na formação de profissionais para o SUS.

Tendo como foco a formação de profissionais que atendam às diversas demandas de saúde pública, destaque-se que além de apoiar a aprendizagem de conhecimentos técnicos, a formação ofertada pela Fiocruz precisa contribuir efetivamente para que esses estudantes-profissionais de saúde sejam capazes de ampliar ou incorporar competências diversas como autonomia, ética, empatia, solidariedade, reflexão e análise crítica, que são constituintes para a efetiva atuação nos coletivos, em rede e de modo colaborativo.

Assim, é preciso aprofundar as elaborações coletivas, nas equipes coordenadoras de cursos e nas instâncias de articulação, como o Fórum da Escola de Governo Fiocruz, visando apreciação e atualização dos conteúdos e dos métodos de aprendizagem implementados. Dentre outros aspectos a considerar, sublinha-se a importância de as estratégias pedagógicas priorizarem tempo para reflexão do conteúdo pelo educando; o desenho de atividades que ampliem a escuta ativa, o diálogo e o compartilhamento de experiências; a valorização de atividades de aprendizagem por simulação ou atuação prática *in loco*.

Para a implementação dessas diretrizes, é preciso ampliar o conhecimento, com maior precisão, das características das e dos estudantes que procuram os cursos de especialização da Fundação. O sistema de acompanhamento de egressos, em fase de implantação, em seus passos iniciais já ajudou a identificar elementos com os quais os cursos devem estar atentos. A título de exemplo, a identificação da predominância de alunas (78%) deve levar a medidas específicas de melhor recepção e suporte a elas (com destaque para puérperas). O baixo percentual de presença de pessoas autodeclaradas pretas, indígenas e com deficiências deve levar ao aperfeiçoamento das ações afirmativas na educação, com a devida consideração a especificidades dessas pessoas. Dentre outras medidas, já foram implementadas revisões nas portarias da Fiocruz relacionadas a acessibilidade e à implementação de cotas nos cursos de especialização.

Outro fator que deve ser mantido em foco é o impacto social da formação de especialistas. Em que pese a importância dada na Fiocruz aos trabalhos de conclusão de curso (TCC) nos cursos de especialização, o foco principal dessa formação não é a produção acadêmica, mas a articulação entre o conhecimento e as situações práticas. A educação transformadora permite que o processo educacional seja feito a partir da criação de soluções para problemas sociais ligados à saúde que podem e devem ser aproveitados para difusão do conhecimento através da produção científica decorrente do curso.

Capacidade de adaptação

A falta de clareza sobre os cenários e a velocidade com que as variáveis mudam a curto e médio prazo devem estar em constante mapeamento para que as equipes tenham agilidade na adaptação das atividades educacionais dos cursos às necessidades contextuais dos educandos e do SUS.

Ao longo de 2020, o aprendizado coletivo das equipes responsáveis pela educação foi bastante intensificado, criando-se medidas diversas para garantir a oferta de atividades adaptadas para a situação de educação remota emergencial. Com certeza, este será um legado que incidirá sobre a oferta dos cursos de especialização no período 2021-2025.

Formação docente

Como apontado anteriormente, a formação docente deve ser um processo contínuo na instituição, levando em conta o forte interesse das unidades em iniciar ou ampliar suas ofertas EAD e a recomendação expressa do VIII Congresso Interno em ampliar o investimento em EAD e em metodologias educacionais inovadoras. O advento da pandemia da COVID-19 mostrou que docentes que não pensavam em usar recursos digitais para se desenvolver, ficaram mais abertos a essa possibilidade. Assim, novos canais e ferramentas como cursos autoinstrucionais, microconteúdos, encontros virtuais se tornam possibilidades para alcançar esse público e prepará-lo tanto para a educação presencial quanto para a praticada a distância.

4.4 – Pós-Graduação lato sensu: Residências

4.4.1 – Caracterização das Residências

Os Programas de Residência da Fiocruz buscam qualificar profissionais da saúde para inserção no mercado de trabalho, particularmente em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando-se para isso, não só das suas unidades **técnico-científicas** e escritórios de representação, como também de parcerias com instituições de excelência e serviços de saúde, dentro e fora do país. Os Programas estão de acordo com a legislação da Comissão Nacional de Residência Médica/Ministério da Educação (MEC) e da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional/MEC, entidades também responsáveis por seu credenciamento e avaliação.

Os Programas **têm duração de dois a cinco anos**, com carga horária de 60 horas semanais, conferindo **título de especialista** na sua conclusão.

No Brasil o primeiro programa de residência **médica** começou no Hospital de Clínicas da USP, em 1945/46. Na Fiocruz, esse tipo de treinamento se iniciou na década de 1950, sendo o primeiro registro de programa de Residência Médica de 1961, no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF). Já o primeiro credenciamento na Comissão Nacional de Residência Médica se deu em 1978, a partir dos Programas de Pediatria, Obstetrícia e Ginecologia e Cirurgia Pediátrica, todos do IFF.

Aos poucos, essa modalidade de ensino foi incorporada por outras categorias profissionais da saúde. A Residência em Enfermagem, iniciada no país em 1972 no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP-PE) e na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-SP), teve seu programa iniciado no IFF/Fiocruz em 1987. Mais recentemente, em 2005, foi instituída pelo MEC a modalidade de Residência Multiprofissional, que permite a formação dos vários profissionais da saúde, com exceção do médico, e de Residência em Área Profissional da Saúde (Uniprofissional), específica para cada **área profissional** da saúde.

Na Fundação, a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) desde a década de 1970 e o Instituto Aggeu Magalhães (IAM) desde 1990 já ofertavam uma modalidade de Residência Multiprofissional, criada segundo regulamentação estadual da época, caracterizando um movimento de vanguarda anterior à regulamentação nacional de 2005, quando então estas duas iniciativas foram credenciadas pelo MEC. Observa-se que nos anos posteriores a Fiocruz seguiu, **não somente ampliando em número de ofertas**, mas em áreas de especialidades para a formação multiprofissional.

Tais iniciativas demonstraram o interesse na contribuição da qualificação de novos quadros de profissionais para atender as demandas do SUS. Vale registrar que esse protagonismo da Fundação no campo das Residências, de um modo geral, acabou possibilitando a representação da instituição na Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e nas Comissões Estadual e Nacional de Residência Médica, permitindo, ao longo dos anos, colaborar também deste lugar na formulação de políticas para este segmento educacional.

Deste modo, podemos identificar como diretrizes gerais orientadoras para as Residências em Saúde da Fiocruz:

- Formação para o SUS;
- Valorização das políticas nacionais e locais de saúde;
- Alinhamento ao marco legal e regulatório de órgãos competentes nacionais;
- Missão e políticas institucionais da Fiocruz;
- Parcerias com outras instituições de excelência;
- Formação de profissionais especialistas, com desenvolvimento de competências que permitam reconhecer as necessidades sociais, valorizar e atuar nas redes de atenção em saúde;
- Incentivo à pesquisa e à educação continuada do residente.

Os Programas de residência possuem uma carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, sendo 80% destinada a atividades práticas e 20% a atividades teóricas, totalizando 2880 horas de treinamento anuais

e 30 dias corridos de férias. Além da educação em serviço, são oferecidas atividades teóricas e teórico-práticas, onde são discutidos aspectos específicos de cada especialidade, políticas públicas de saúde, o SUS e a realidade da saúde no país.

Assim como ocorre com outras modalidades de ensino na Fiocruz, os Programas de Residência em Saúde são oferecidos por diversas unidades técnico-assistenciais e escritórios de representação, conforme o **Quadro 4.14**.

Quadro 4.14 – Unidades credenciadas para oferta de Programas de Residência (2020)

Unidade	Quantidade Programas
IFF - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira	16
INI - Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas	02
INCQS - Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde	01
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca	03
FAR – Instituto de Tecnologia em Fármacos	01
IGM - Instituto Gonçalo Moniz	01
IAM - Instituto Aggeu Magalhães	01
EGF-BSB – Escola de Governo Fiocruz – Brasília (GEREB)	06

A instituição possui, em 2020, 31 Programas de residência credenciados, sendo 13 de Residência Médica, 5 de Residência em Enfermagem e 13 de Residência Multiprofissional. Informações gerais sobre os Programas da Fiocruz (unidade ofertante, programa, vagas oferecidas, duração e ano de credenciamento MEC) estão apresentadas no **Quadro 4.15**. Além dos já citados, existem mais dois programas em que a Fiocruz participa em cooperação com a Secretaria Municipal de Saúde Campo Grande (MS), conforme o **Quadro 4.16**.

Quadro 4.15 – Unidades, perfis e vagas nas Residências ofertada pela Fiocruz em 2020

UNIDADE	PROGRAMA	PERFIL	VAGAS R1	DURAÇÃO (anos)	Credenciamento MEC
IFF	Alergia e Imunologia Pediátrica	Med	3	2	2007
IFF	Cirurgia Pediátrica	Med	2	3	1978
IFF	Genética Médica	Med	2	3	2004

UNIDADE	PROGRAMA	PERFIL	VAGAS R1	DURAÇÃO (anos)	Credenciamento MEC
IFF	Infectologia Pediátrica	Med	4	2	2004
IFF	Medicina Intensiva Pediátrica	Med	3	2	1997
IFF	Neonatologia	Med	8	2	1997
IFF	Neurologia Pediátrica	Med	2	2	2007
IFF	Obstetrícia e Ginecologia	Med	8	3	1978
IFF	Pediatria	Med	12	3	1978
IFF	Pneumologia Pediátrica	Med	1	2	1997
IFF	Neonatal	Enf	6	2	1987
IFF	Controle de Infecção Hospitalar	Enf	1	2	1987
IFF	Banco de Leite Humano	Enf	1	2	1987
IFF	Pediátrica	Enf	6	2	1987
IFF	Obstétrica	Enf	6	2	1987
IFF	Saúde da Criança e do Adolescente Cronicamente Doecidos	Multi	14	2	2010
INI	Infectologia	Med	5	3	1999
INI	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Multi	5	2	2019
INCQS	Vigilância Sanitária	Multi	12	2	2012
ENSP	Medicina de Família e Comunidade	Med	6	2	2008
ENSP	Saúde da Família	Multi	28	2	2005
ENSP	Saúde do Trabalhador	Multi	7	2	2020
IGM	Saúde da Família	Multi	113	2	2015
IAM	Saúde Coletiva	Multi	18	2	2005
EGF-BSB	Saúde da família com ênfase em Saúde da População do Campo	Multi	24	2	2019
EGF-BSB	Saúde mental, álcool e outras drogas	Multi	9	2	2019
EGF-BSB	Gestão de políticas públicas para a saúde	Multi	13	2	2019
EGF-BSB	Medicina de Família e Comunidade	Med	12	2	2020
EGF-BSB	Atenção Básica	Multi	90	2	2020
EGF-BSB	Vigilância em Saúde	Multi	0	2	2020
FAR	Tecnologias aplicadas à indústria Farmacêutica	Multi	5	2	2019

Fonte: Fórum de Coordenadores das Residências em Saúde, Fiocruz, 2020.

No período de 2016 a 2020, destacou-se a expansão das residências multiprofissionais, principalmente as voltadas à estratégia de Saúde da Família. O INI, que já tinha um programa de Residência Médica em Infectologia, também iniciou um programa multidisciplinar nessa área. Por fim, ressaltou-se o início de residências em unidades que até então não desenvolviam esse tipo de modalidade, como a Fiocruz Brasília (credenciamento de 6 novos programas) e Farmanguinhos, com o início de um programa inovador de Residência em Tecnologias aplicadas à indústria farmacêutica.

Algumas instituições de excelência podem ser citadas como co-parceiras na execução dos Programas de Residência em Saúde. A título de exemplo podemos citar a Fundação Estatal de Saúde da Família (Bahia), Fundação do Estado de São Paulo (São Paulo), Instituições de Ensino Superior (Rio de Janeiro e Brasília), além de Hospitais Federais, Estaduais e Municipais localizados no município do Rio de Janeiro e da rede de APS no RJ, DF e no MS. Na esfera internacional, podemos citar instituições localizadas no Canadá, em Portugal e em Cuba, onde são realizados rodízios externos em sistema de internacionalização.

Todas as co-parcerias garantem oportunidade ao profissional de uma variedade de dimensões teórico-práticas alinhadas aos Programas aos quais pertencem, garantindo pluralidade e diversidade de experiências na sua formação.

Quadro 4.16 – Programas em Cooperação com a Sec. Mun. Saúde de Campo Grande/MS (2020)

UNIDADE	PROGRAMA	PERFIL	VAGAS R1	DURAÇÃO (anos)	Credenciamento MEC
Fiocruz-MS	Medicina de Família e comunidade	Med	39	2	2020
Fiocruz-MS	Saúde da Família	Multi	77	2	2020

Fonte: Fórum de Coordenadores das Residências em Saúde, Fiocruz, 2020.

A supervisão das atividades de formação dos residentes é feita por profissionais capacitados que atuam diretamente junto aos Programas e têm formação docente e assistencial. Na residência médica isso é feito por supervisores de programa e preceptores, e nas residências de enfermagem e multiprofissional por preceptores e tutores (docente de instituição de ensino superior). O **Quadro 4.17** demonstra a quantidade de profissionais envolvidos diretamente na formação dos residentes, conforme levantamento feito para apresentação no I Encontro de Residências em Saúde da Fiocruz, realizado em 2019. Ressalta-se que o Quadro não inclui a equipe de gestão dos Programas (coordenadores, adjuntos e apoio administrativo). Tendo em vista que no ano de 2020 a instituição agregou 5 novos Programas próprios e 2 em cooperação certamente o quantitativo de profissionais envolvidos na formação é bem superior ao demonstrado, tendo em vista o número de 850 residentes matriculados neste ano.

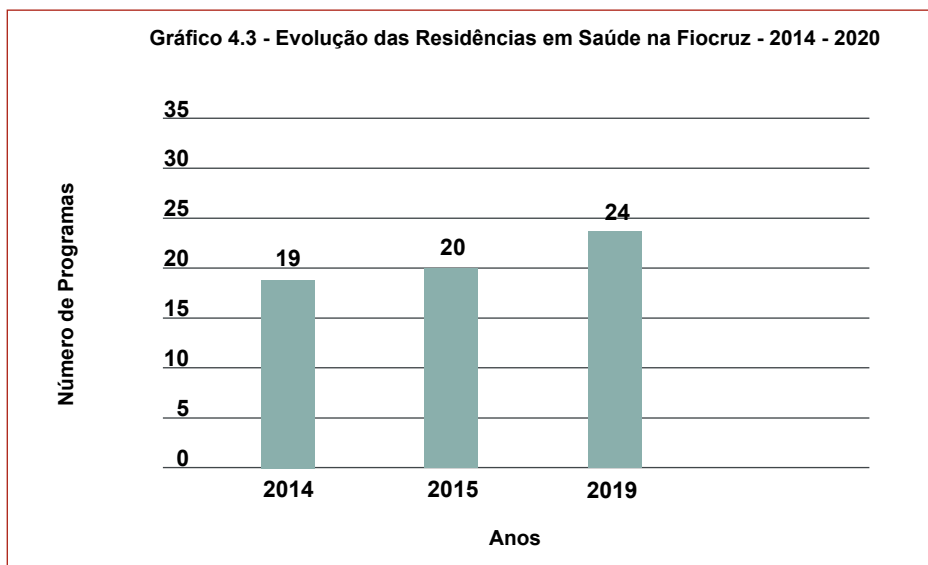
Quadro 4.17- Distribuição de profissionais envolvidos com as Residências em Saúde (2019)

Profissionais	Quantidade
Preceptores	363
Supervisores/tutores	50
Docentes permanentes	182
Docentes convidados	218
TOTAL	813

Fonte: I Encontro de Residências em Saúde da Fiocruz, 2019.

No ano de 2020, o financiamento das bolsas-auxílio oferecidas é feito em parte pela Fiocruz, e em parte pelo Ministério da Saúde, através do Programa Pró-Residência.

Ciente de sua missão como instituição formadora de novos profissionais para a saúde pública brasileira e seu compromisso com o SUS, a Fundação tem ampliado anualmente seu quadro de oferta de vagas e Programas de Residência em Saúde, como pode ser visto no **Gráfico 3**.



Fonte: Fórum de Residências Fiocruz / VPEIC, 2020.

A criação do Fórum de Coordenadores das Residências em Saúde, em 2018, com encontros mensais, propiciou uma maior visibilidade das questões de ensino-aprendizagem nas Residências em Saúde, estreitando a interlocução entre as Unidades que vivenciam a gestão de Programas, cada qual com sua particularidade. A rediscussão de regimentos, manuais e diretrizes de avaliação, trouxe aos Programas uma nova configuração voltada ao pensamento de processos de melhorias contínuas, buscando a qualidade do ensino formativo em saúde. Também a criação da Coordenação Adjunta de Residências na Vice-presidência de Educação, Informação e Comunicação (VPEIC) no ano de 2019, permitiu potencializar esse movimento, mas com destaque ao apoio à gestão operacional das questões cotidianas.

Em 2020, com o advento da emergência sanitária desencadeada pelo novo coronavírus (COVID-19), os residentes representaram uma força-motriz fundamental no enfrentamento da pandemia nas unidades de assistência à saúde, em nível ambulatorial e hospitalar. Os Programas de Residência não foram suspensos, os residentes não interromperam suas atividades práticas nem os canais teóricos, rounds e discussões clínicas. Em algumas unidades, os processos de aprendizagem teóricos ocorreram de modo concomitante à prática, de forma híbrida e síncrona, mediados por ferramentas digitais.

Sobre os egressos das Residências

A construção do sistema de acompanhamento de egressos da Fiocruz, iniciada em 2019, já trouxe as primeiras informações significativas para o conhecimento dos egressos das Residências, com elementos que contribuirão para a autoavaliação dessas ofertas. Foi aplicado questionário que alcançou 298 egressos de Residências (44% do total alcançado pelos convites, para concluintes entre os anos de 2013 a 2019).

Considerando-se os egressos de Residências médicas⁴⁸, Residências de enfermagem⁴⁹ e Residências multiprofissionais⁵⁰, temos a forte predominância do sexo feminino (86%), com idade de ingresso na residência muito jovem: 88% tinham até 30 anos e 10% tinham entre 31 e 40 anos de idade.

48. [Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Médicas](#)

49. [Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Enfermagem](#)

50. [Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Multiprofissionais](#)

Assim como nas especializações e pós-graduações *stricto sensu*, a maioria dessa população se auto-declara branca (57%), sendo que 31% se declaram pardas e 11% se declaram pretas.

É interessante observar que a comparação entre o *locus* da atividade profissional antes de fazer o curso e a situação atual, indica que houve um direcionamento maior para atuação no SUS: enquanto antes de iniciar o curso 36% dos egressos trabalhavam na esfera pública (agregando federal, estadual e municipal), na situação atual são 49% trabalhando na esfera pública. A atividade em empresas privadas sofreu uma redução de 41% (antes de entrar no curso) para 22% (situação atual).

Essa informação é congruente com o aumento de percentuais, na situação atual, de profissional em regimes de contratação mais estáveis (CLT e Regime Jurídico Único): antes de iniciar o curso, estes eram 37% e na situação atual, são 59% com contratos CLT ou RJU.

A área de exercício da profissão é predominantemente na assistência (60%). Em seguida estão na educação (16%) ou na gestão (14%).

Parte significativa dos egressos (46%) afirmou ter tido mudança na atividade profissional, atribuída ao curso, enquanto 37% não tiveram mudança na atividade profissional. No entanto, a conclusão do curso não ocasionou aumento salarial para 47% dos egressos, enquanto 41% apontaram ter tido aumento salarial.

Perguntados se a atividade profissional atual está relacionada ao curso que concluiu, 72% responderam “muito” e 17% responderam “razoavelmente”, indicando que 89% dos egressos consideram a correlação positiva entre sua atividade atual e o curso realizado.

4.4.2 – Perspectivas de ofertas de Residências no período 2021-2025

Dada a trajetória construída, podemos afirmar que até o momento não é meta da instituição que todas as unidades vinculadas ofereçam Residências na sua grade educacional e sim, que o critério seja de criar ofertas articuladas às necessidades de saúde, assim como a do incentivo à cooperação local junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, tanto para apoio para formulação de processos seletivos e apoio na qualificação da gestão educacional dos Programas.

Faz-se mister que estratégias de fortalecimento e apoio aos atuais Programas como investimento para formação de preceptores, gestores, apoio administrativo e estágios internacionais são fundamentais para garantir a qualificação principalmente no que se refere a permanência da excelente taxa de ocupação das vagas e a excelência da formação articulada aos desafios atuais da saúde. A continuidade do Fórum de coordenadores dos Programas também se mostra muito potente, não somente como espaço coletivo de cogestão, mas referência para assessoramento de outras instâncias gestoras da educação na instituição. A Coordenação Adjunta das Residências-VPEIC também deve ser fortalecida em apoio técnico e administrativo a fim de facilitar a melhoria de ações de apoio às questões cotidianas, com ampliação da participação nas comissões internas e no fomento do incentivo a pesquisas com vistas a prospecções na área.

Investimentos em Laboratórios de simulação realística e em aumento das habilidades práticas em plataformas digitais são possibilidades estruturais que se apresentam para o fortalecimento das Coordenações de Programas e garantia de melhorias no processo de formação teórico-prático dos residentes.

4.5 – Cursos de qualificação presenciais e a distância

4.5.1 – Caracterização dos cursos de qualificação

Além dos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu, e os cursos de formação profissional técnica de nível médio, a Fiocruz oferece diferentes cursos de qualificação profissional voltados para a preparação de trabalhadores da saúde e do sistema CT&I, de modo articulado às demandas trazidas pelos gestores do SUS. Em geral essas iniciativas educacionais não possuem uma denominação homogênea, até por não serem objeto de regulação do MEC, sendo comumente chamados de cursos de atualização, aperfeiçoamento e desenvolvimento. Os pré-requisitos sobre formação acadêmica e experiência profissional são definidos pelas equipes de coordenação dos cursos a partir da intencionalidade de cada processo formativo.

Além de atender a determinadas demandas recorrentes, de preparação para o trabalho, e associadas a temas de atenção à saúde e gestão das políticas, essa rica oferta formativa é parte das respostas produzidas pela Fiocruz para capacitar agentes públicos para atuarem em grandes programas de saúde ou, por exemplo, em emergências sanitárias, quando se torna necessário realizar, de modo ágil, a capacitação de grandes contingentes de profissionais atuantes no SUS em um curto espaço de tempo. Para isto, vale-se de estratégias diferenciadas, em cursos de Qualificação: cursos de pequeno porte, presenciais ou EAD; cursos EAD com tutoria ou autoinstrucionais. A opção, dentre as estratégias, dependerá da escala, do grau de dispersão geográfica dos alunos, dos objetivos e temas a serem abordados e do tempo definido para o alcance dos resultados.

Realizadas por várias unidades da Fiocruz, a oferta desses cursos veio crescendo ao longo dos últimos anos. A divulgação dessas ações é realizada por meio da publicização de editais em diferentes mídias com registro acadêmico no SIGA-EPS, no SIGA-LS (ver item 2.2.4) e no SIMIOS, dependendo de suas especificidades. Registre-se que há uma diversidade de mecanismos de oferta e gerenciamento dos cursos, destacando-se que a Ensp possui o seu sistema próprio para a modalidade EAD (SIMIOS), cuja construção se iniciou em 1998. Há também ofertas que são baseadas em parcerias e plataformas diversas entre elas: UNA-SUS (utilizada principalmente pela Fiocruz Mato Grosso do Sul), Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Escola de Governo Fiocruz-Brasília e, principalmente, o Campus Virtual Fiocruz, vinculado à VPEIC.

Em 2018, baseando-se na experiência de gerenciamento de cursos realizada pelo Instituto Gonçalo Muniz (Fiocruz Bahia), o Campus Virtual Fiocruz lançou o sistema de gerenciamento de cursos de livre oferta, que abriu para as unidades mais uma possibilidade de gerenciamento de cursos, que inclui o acompanhamento do processo de inscrição, seleção, certificação on line e produção de relatórios.

Além das novidades gerenciais, novas possibilidades pedagógicas e metodológicas passaram a ser adotadas em cursos de Qualificação. Várias unidades ofertantes desses cursos passaram a utilizar a plataforma do Campus Virtual para criar ou adaptar os cursos que eram oferecidos de modo exclusivamente presencial para forma de cursos autoinstrucionais especialmente pensados para ser disponíveis a um grande número de pessoas. Em 2020, ainda no início da pandemia, foi lançado o curso autoinstrucional [COVID-19: Manejo da infecção causada pelo novo coronavírus](#), mais de 23 mil matrículas tinham sido efetuadas, com participantes brasileiros e de 24 outros países.

O aumento da demanda de cursos de Qualificação levou à necessidade de construção de consensos e padrões básicos comuns para essas ofertas, incluindo a melhor precisão conceitual para a caracterização desses cursos.

Primeiramente, considere-se que a oferta de qualificação na Fundação precisa ser analisada por dois ângulos: o regulatório e o prático. No âmbito regulatório, em termos gerais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional entende que a educação profissional é uma ação transversal aos diferentes níveis e modalidades e, por isso, também atua na formação inicial e continuada dos cidadãos com diversos níveis de escolaridade. No ângulo da prática, essas ofertas educacionais refletem o compromisso da instituição com a educação emancipatória, crítica e formadora de agentes de intervenção social através de suas práticas em

saúde. Por esse motivo, é muito comum ver esse tipo de oferta associado a demandas do Ministério da Saúde, das Secretarias Municipais ou Estaduais de Saúde e até mesmo em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS) e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC/EUA).

No fim de 2019, um grupo de trabalho formado por profissionais que atuam com cursos de livre oferta em diferentes Unidades chegou ao consenso que a Qualificação na Fiocruz abrange cursos direcionados aos trabalhadores da saúde, em particular, e à comunidade, em geral, com o objetivo de atender às demandas por formação para o trabalho, condicionados à capacidade de aproveitamento e não, necessariamente, a determinado nível de escolaridade. Especificamente, pretende-se prover a atualização de saberes, práticas e técnicas de trabalho necessários ao desempenho de atividades profissionais ou acadêmicas, ou o aprofundamento de saberes, aptidões e técnicas já adquiridas pelo trabalhador em determinadas habilitações ou área profissional.

Considerando que as regulamentações de cursos de livre oferta são de responsabilidade institucional, naturalmente se chegou à necessidade de criar alguma normatização e regulação dos cursos ofertados pela Fundação nessa condição. Assim, tendo em vista a necessidade de harmonização de nomenclaturas utilizadas para a gestão da oferta desses cursos pelas Unidades e, particularmente, no Campus Virtual Fiocruz, a construção de consensos por meio dos debates do grupo de trabalho formado levou ao entendimento de que os chamados Cursos de Qualificação representam o conjunto dos cursos de desenvolvimento, cursos de atualização e cursos de aperfeiçoamento:

- **Cursos de desenvolvimento:** Cursos de natureza de formação inicial e continuada que tem por objetivo desenvolver aptidões, novos conhecimentos, práticas e/ou técnicas necessárias ao desempenho de atividades profissionais ou acadêmicas.
- **Cursos de atualização:** Cursos de natureza de formação continuada que tem por objetivo a atualização de saberes, práticas e/ou técnicas de trabalho necessários ao desempenho de atividades profissionais ou acadêmicas.
- **Cursos de aperfeiçoamento:** Cursos de natureza de formação continuada que têm por objetivo o aprofundamento de saberes, aptidões e/ou técnicas já adquiridas em determinadas habilitações ou área profissional ou acadêmica.

4.5.2 – A oferta de cursos de Qualificação na Fiocruz no período 2016-2020

Ainda sem as informações completas referentes ao ano de 2020, aponta-se que no período 2016-2019, um conjunto de 12 unidades, de modos diferenciados compôs uma oferta total de 47.691 matrículas em cursos de qualificação (aperfeiçoamento e atualização): foram 19.067 matrículas nos cursos presenciais e 28.624 matrículas nos cursos a distância. Trata-se de uma gama bastante diversificada de cursos, tanto voltados para profissionais com graduação como para o nível médio ou fundamental.

Entre 2016 e 2020, quando sucessivas emergências sanitárias pediam ações educacionais rápidas e capilarizadas, ficou ainda mais evidente a relevância estratégica dos cursos de Qualificação da Fiocruz.

Em 2016, a Fiocruz Mato Grosso do Sul, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, ofereceu, na plataforma da UNA-SUS, o curso EAD autoinstrucional Zika: Abordagem Clínica na Atenção Básica e atendeu rapidamente à necessidade urgente de difusão do conhecimento sobre uma doença sobre a qual se sabia tão pouco à época. A mesma velocidade de resposta foi dada pelos cursos EAD autoinstrucionais [Transmissão, Vigilância e Controle](#) e [Vacinação contra a Febre Amarela](#), uma iniciativa do INI em parceria com a Fiocruz-Brasília em 2018 quando o Brasil teve um surto de febre amarela. Esses cursos, além de capacitar seu público alvo, ainda eram compostos por conteúdos em forma de imagens que foram desenhadas especialmente para ser compartilhadas nas redes sociais como forma de disseminação de informações corretas sobre a doença. Em conjunto, os dois cursos alcançaram mais de 11 mil pessoas.

Destacam-se ainda, como exemplos, os cursos “Apoio Matricial na Atenção Básica com ênfase nos Núcleos de Saúde da Família” e “Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua”, ofertados pela Ensp na modalidade EAD com Tutoria, em parcerias com o Ministério da Saúde, indicados no Quadro 4.18.

Quadro 4.18 – Cursos de Qualificação na modalidade EAD da Ensp – 2016-2020 (exemplos)

Curso	Ano de início da oferta	Matriculados	Egressos
Apoio Matricial na Atenção Básica com ênfase nos Núcleos de Saúde da Família	2016	1796	1430
Apoio Matricial na Atenção Básica com ênfase nos Núcleos de Saúde da Família	2019	1854	1566
Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua	2016	394	321
Atenção integral à saúde de pessoas em situação de rua	2018	385	330

O ICICT, em parceria com o IFF, oferece, nos últimos anos o curso “Processamento de Qualidade do Leite Humano I: teoria e prática em diálogo”, contribuindo para a qualificação e atualização profissional no âmbito da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, na modalidade EAD, autoinstrucional. E, no ano de 2020, o ICICT inicia a oferta do Curso de Aperfeiçoamento em Atenção Integral à Saúde – Doenças Negligenciadas, para atender ao Departamento de Saúde da Família do Ministério da Saúde, na modalidade EAD, com tutoria. O curso visa alcançar 20.000 trabalhadores (das áreas de medicina, enfermagem e gestão da atenção primária e da vigilância em saúde). Utiliza a plataforma da UNA-SUS.

O ICICT também coordenou, entre 2016 e 2018, o projeto Itinerários do Saber, do Ministério da Saúde, em parceria com as Escolas Técnicas do SUS, que capacitou 19.523 profissionais de nível médio/técnico, por meio de 43 cursos (18 presenciais, 24 semipresenciais e um EAD com tutoria).

Os cursos presenciais de Qualificação também podem ter grande potencial de ação. Nesse ponto, destaca-se o [Projeto QualificaSUS](#), uma iniciativa do ILMD (Fiocruz Amazônia) que tem como objetivo qualificar presencialmente 5 mil trabalhadores do SUS distribuídos em todos os 62 municípios do Amazonas. O curso de Atualização em [Organização de Ações de Vigilância, Prevenção e Controle de Agravos Notificáveis](#), por exemplo, atuou em 32 municípios do estado com meta de qualificar 2700 Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Agentes de Combate a Endemias – ACE. O projeto tem apoio de emenda parlamentar e parceria com o COSEMS-AM.

Destaque-se também o curso de aperfeiçoamento em [Educação Popular em Saúde – EdPopSUS](#), financiado pelo Ministério da Saúde, desenvolvido pela EPSJV e realizado, na modalidade presencial, em 15 estados do País, com base em diferentes parcerias institucionais. As primeiras turmas foram realizadas em 2016 e até setembro de 2020, 8.980 estudantes foram certificados.

A significativa atuação da Fiocruz com ofertas educacionais voltadas às emergências sanitárias é exemplificada por algumas das iniciativas, que estão relacionadas no **Quadro 4.19**.

Quadro 4.19 – Cursos de Qualificação em Resposta a Emergências Sanitárias – 2016-2020

Cursos presenciais	Ano de 1ª oferta	Quantidade de ofertas	Unidade Ofertante
Atenção intersetorial às crianças com síndrome congênita do Zika vírus e suas famílias	2018	1	IFF
Cuidado à família no contexto da síndrome congênita do Zika vírus: aspectos psicossociais	2018	1	IFF
Capacitação voltada à atenção e cuidado ao desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita pelas infecções Zika e STORCH	2019	9	IFF
Desafios e Oportunidades na Pesquisa Clínica em Chikungunya: Produzindo Evidências para Saúde Pública	2019	1	INI
Cursos a distância autoinstrucionais	Ano de 1ª oferta	Quantidade de ofertas	Unidade Ofertante
Atenção Integral às crianças com alterações do crescimento e desenvolvimento relacionados às infecções Zika e Storch	2018	2	Fiocruz-PE/IFF
Atualização do manejo clínico da pessoa com Chikungunya	2016	5	Fiocruz-MS
Dengue: casos clínicos para atualização do Manejo	2018	4	EGF-BSB
Transmissão, vigilância, controle e prevenção da Febre Amarela	2018	2	EGF-BSB
Vacinação contra a Febre Amarela	2018	2	EGF-BSB
Mosquitos: bases de vigilância e controle	2019	1	Fiocruz-PE
COVID-19 manejo da Infecção causada pelo novo coronavírus	2020	1	VPEIC
Enfrentamento da COVID-19 no Sistema Prisional	2020	1	Fiocruz-MS
Doenças ocasionadas por vírus respiratórios emergentes, incluindo o COVID-19	2020	1	EGF-BSB
Curso híbrido (*)	Ano de 1ª oferta	Quantidade de ofertas	Unidade Ofertante
Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19	2020	1	EGF-BSB

Fonte: Secretarias Acadêmicas, consulta às unidades, 2020.

(*) Uso de plataforma EAD, aulas invertidas e encontros remotos síncronos com moderação.

4.5.3 – Previsão de ofertas de cursos de qualificação no período 2021-2025

Os cursos de Qualificação na forma como a Fiocruz os apresenta, além de necessitarem estar baseados em premissas básicas, como a coerência com a missão institucional e com as diretrizes do VIII Congresso Interno, também devem estar alinhados às rápidas mudanças na realidade e aos novos conhecimentos e habilidades compatíveis com o que visualizamos como necessidades do futuro.

De fato, a adesão compulsória à educação remota emergencial em 2020 fez com que equipes de coordenação e docentes se tornassem mais receptivos a novas formas de promover o processo ensino-aprendizagem. Algumas evidências disso foram as inúmeras solicitações de Oficinas para ajustes nas ofertas presenciais, o aumento de pedidos de abertura de novos ambientes virtuais de aprendizagem para cursos/disciplinas e o grande acesso aos guias on-line de auxílio à realização de atividades remotas e ao uso de ferramentas digitais. Além de conhecer as novas ferramentas, os docentes precisam se apropriar de novas metodologias e estratégias educacionais.

Ainda que sejam adotadas metodologias mais eficazes, é preciso a criação de uma estratégia de preparação técnica e pedagógica dos coordenadores de cursos e docentes para a adoção das inovações educacionais. Isso envolve a criação de material instrucional voltado para o público interno que pode ser compartilhado com outras iniciativas de formação docente, como aquelas voltadas para os docentes de cursos *lato sensu* e *stricto sensu*.

No que tange ao atendimento de demandas do SUS, é preciso atenção a duas frentes: a primeira se refere a iniciativas educacionais que atendam a demandas relativas a projetos de caráter mais contínuo relacionados a programas estratégicos para o SUS, e a segunda é a resposta rápida e eficiente aos temas relacionados a emergências sanitárias, como ficou fortemente evidenciado na resposta institucional da educação para o enfrentamento à pandemia da COVID-19.

Fica claro que esse tipo de oferta educacional representa a rápida resposta institucional a demandas ligadas a saúde, tornando, desta forma, difícil prever quais e quantas ofertas acontecerão entre 2021-2025. Todavia, coerente com sua missão, a oferta de cursos de curta duração de forma abrangente e com qualidade, independente da modalidade, é um compromisso da Fiocruz.

4.6 – Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Fiocruz

4.6.1 – Caracterização

A Formação Técnica de Nível Médio de Profissionais para a Saúde e para a Ciência está presente em duas unidades técnico-científicas da Fundação Oswaldo Cruz: O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Em ambas as unidades os cursos técnicos são ofertados na modalidade presencial, e possuem carga horária mínima de 1.200h conforme legislação vigente.

Considerando a autonomia didático-pedagógica da Fiocruz, os novos cursos são elaborados por grupos de professores-pesquisadores da instituição em parceria com diferentes atores e segmentos sociais e são debatidos e validados em fóruns amplos de governança institucional sempre em consonância com a organização e os princípios do SUS.

Em conformidade com instrumentos legais e normativos da educação e com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC (CNCT) a Fundação oferece Cursos Técnicos de Nível Médio, de Qualificação Profissional Técnica e de Especialização Técnica nas áreas de Atenção, Vigilância, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Informação e Registros, Manutenção de Equipamentos e Imagenologia.

O público dos cursos é diverso, tendo entre eles desde a matrícula de jovens estudantes nos cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio até a participação dos adultos trabalhadores nos cursos concomitantes ou subsequentes.

O ensino técnico no IOC

O ensino técnico no IOC foi instituído em 1980 e teve sua primeira turma no ano de 1981. Inicialmente o curso se chamava Curso Técnico de Pesquisa em Biologia Parasitária e tinha duração de 1 ano e 3 meses. A partir de 1984 passou a ter duração de dois anos. No ano 2000 o curso passou a se chamar Curso Técnico em Biotecnologia, com duração de 1 ano. O atual formato atende às diretrizes do MEC para cursos técnicos e é voltado para alunos que já tenham concluído o ensino médio e tem como objetivo formar profissionais técnicos nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde e áreas afins, no controle de parasitos e vetores e auxiliarem na prestação de serviços de diagnóstico

O IOC oferta ainda o curso de Especialização de Nível Técnico em Biologia Parasitária e Biotecnologia, voltado para alunos que já concluíram curso técnico nas áreas da Saúde, Biologia Parasitária ou Biotecnologia. O objetivo é fornecer conhecimentos atualizados para os profissionais de nível técnico, de forma a torná-los capazes de desenvolver atividades em laboratórios de pesquisa, na assistência em saúde e na execução e controle de técnicas laboratoriais.

O ensino técnico na EPSJV

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio foi criada em meados da década de 1980, e seu projeto foi direcionado às demandas da área da saúde (serviços e CT&I), embasado na definição de um modelo de formação técnica, e considerando a tradição já existente na Fiocruz na formação de técnicos e pesquisadores. Na visão de seus idealizadores, a formação de nível médio vinha constituir outra linha de formação a caminhar junto com toda experiência existente até aquele momento, caracterizada pela qualidade de seus laboratórios e cientistas, e pelos investimentos em formação de novos pesquisadores.

Diante desses desafios, a formação na EPSJV foi pensada e organizada tendo como princípio a Educação Politécnica, que em seu [Projeto Político-Pedagógico](#) (2005, p. 303) é assim caracterizada: “a seleção e o ordenamento dos conteúdos num projeto é uma opção a ser desenhada na perspectiva da emancipação humana, em função de valores coletivamente negociados, tomando a compreensão da dinâmica social, em sua dimensão objetiva e simbólica, e a intervenção crítica e responsável do aluno, como os polos para o quais convergem todos os objetivos educacionais. Daí, a necessidade de uma articulação profunda e orgânica de todas as áreas do conhecimento em face da complexidade de seu objeto.” A Escola “propõe a ruptura com um modelo dualista de educação, onde o trabalhador tem acesso apenas a saberes instrumentais que lhe permitam desempenhar tecnicamente suas funções produtivas. Sendo assim, são indissociáveis no currículo as bases técnicas do trabalho, sua fundamentação científica e a formação geral, onde o indivíduo se constitua como sujeito, comprometendo-se com seu projeto de vida com a construção de uma sociedade igualitária”.

Nessa perspectiva a EPSJV organiza e desenvolve cursos técnicos, de qualificação profissional, e de especialização técnica. Na Escola os cursos técnicos são ofertados nas formas articulada – integrada e concomitante – e subsequente ao Ensino Médio.

Na forma integrada ao Ensino Médio a EPSJV vem ofertando cursos nas habilitações de Análises Clínicas, Biotecnologia e Gerência em Saúde. Esses cursos são oferecidos anualmente tendo como forma de acesso concursos públicos em consonância com a legislação.⁵¹

Já nas formas concomitante ou subsequente, a EPSJV vem ofertando cursos técnicos em Agente Comunitário de Saúde, Citopatologia, Radiologia e Vigilância em Saúde; sendo o Curso de Citopatologia ofertado em parceria com o Instituto Nacional de Câncer – INCA.

51. [Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012](#) e [Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012](#)

Articulados aos cursos técnicos, os cursos de qualificação profissional técnica e de especialização técnica de nível médio estão previstos na perspectiva de educação inicial ou continuada de trabalhadores a partir de itinerários formativos. As listas dos cursos de formação inicial e continuada oferecidos pela EPSJV, podem ser acessadas em [especialização técnica](#) e [formação inicial e continuada](#).

Dentro da modalidade da Educação Profissional Técnica ganham destaque ainda as cooperações nacionais e internacionais realizadas para a formação de trabalhadores. Dentre as nacionais destacam-se as parcerias com governos municipais e estaduais de diferentes regiões do país. No campo internacional, o trabalho é subsidiado pelos Acordos Básicos de Cooperação, firmados pelo governo brasileiro, em âmbito bilateral e multilateral, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela política de cooperação internacional da própria Fundação. Entre as parcerias já realizadas estão as com o governo do Peru, Angola e Moçambique.

Passados 35 anos de criação da EPSJV e quase 40 anos do primeiro curso técnico oferecido na Instituição, a Fiocruz tem buscado assegurar, na organização de seus cursos de Educação Profissional Técnica, conhecimentos e práticas que possam problematizar a realidade para contribuir na consolidação do SUS e da educação pública socialmente referenciada pelos trabalhadores, na melhoria tanto das ações de promoção e assistência à saúde, quanto para a produção científica no país.

4.7 – Educação de Jovens e Adultos (EJA)

4.7.1 – Educação de Jovens e Adultos na Fiocruz (EJA-Manguinhos)

A EJA-Manguinhos - Educação de Jovens e Adultos de Manguinhos - é um curso desenvolvido sob orientação, certificação e gestão financeira da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, com apoio da Rede CCAP, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O trabalho é desenvolvido com turmas de Ensino Fundamental - séries Iniciais e Finais, e Ensino Médio, em dois espaços de atuação tendo atividades pedagógicas desenvolvidas no espaço físico da Rede CCAP, localizada na Vila Turismo, no Complexo de Manguinhos (Rio de Janeiro) e na sede da EPSJV/Fiocruz.

A EJA na Fiocruz iniciou-se em 1987, sendo, inicialmente, oferecida aos trabalhadores da Fundação, seus parentes e moradores de comunidades do entorno do campus com o objetivo de garantir a aquisição dos conteúdos básicos de ensino pelo adulto trabalhador, buscando a formação de uma visão ampla de mundo para a construção da cidadania.

Atualmente o curso se destina a jovens e adultos, a partir da faixa etária de 15 anos para o Ensino fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, que não tenham concluído a Educação Básica, independente de vínculo trabalhista ou local de moradia.

O trabalho pedagógico é fundamentado nos princípios de uma educação territorializada, tendo como eixo estruturante *Território, Saúde e Participação Social* que está presente nas bases de formação desde as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio – ganhando dinâmica de aprofundamento e complexidade de conhecimentos em cada fase de aprendizagem. Além do eixo estruturante há ainda quatro eixos de trabalho a) Movimentos Sociais e Luta por Direitos, b) Identidade e Cultura Local, c) Meio ambiente e Desenvolvimento local e d) Trabalho.

A discussão sobre o território indica a compreensão de que os conhecimentos produzidos nos espaços formais de educação devem contribuir para o desenvolvimento local como instrumento político de enfrentamento das iniquidades. Busca-se, assim, uma proposta curricular que dê visibilidade a processos de lutas sociais na história da humanidade e que contribua com construção de uma cultura de participação cidadã e ativa no

território vivido pelos estudantes. Os eixos de trabalho, inseridos na organização curricular, pressupõem uma relação interdisciplinar enquanto prática pedagógica coletiva e, portanto, a abordagem dos conteúdos em cada disciplina deverá orientar-se pela concepção, pelos objetivos e conceitos de tais eixos.

O propósito de elaborar e desenvolver processos educativos pautados no território fortalece: a educação como prática social comprometida com mudanças estruturais da sociedade; a comunidade e os movimentos sociais na luta por seus direitos. Significa subverter o currículo único, monolítico e centralizado em um currículo multifacetado, vivo e contextualizado, que revele e desnude as singularidades dos territórios – características espaciais, sociais, econômicas e políticas; problemas, necessidades e potencialidades. Dessa forma, os conhecimentos produzidos deverão estimular a participação e diálogo (de estudantes e professores) com outros espaços educativos (escolas, movimentos sociais, grupos comunitários, etc) na formulação de pesquisas e metodologias de educação transformadora. Busca-se, assim, uma proposta curricular que dê visibilidade a processos de lutas sociais na história da humanidade e que contribua com construção de uma cultura de participação cidadã e ativa no território vivido pelos estudantes.





Capítulo 5 – Infraestrutura

5.1 – Infraestrutura física

5.1.1 – Contexto Geral

A base da configuração institucional atual da Fundação Oswaldo Cruz foi estabelecida em 1970. Coube ao Decreto nº 66.624/1970 realizar a união de instituições de pesquisa, ensino, produção e assistência no campo da saúde pública, algumas situadas na cidade do Rio de Janeiro e outras em diferentes estados (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia). Nas décadas seguintes, outras unidades foram sendo criadas, chegando-se à situação existente em 2020, em que a Fiocruz possui unidades ou representações estabelecidas em diversos campi e endereços, em 11 unidades da Federação e uma na África.

Os bens imobiliários geridos pela Fiocruz são muito diversos, a maioria deles sendo cessão de uso de Propriedade da União, alguns são cessão de uso de Universidades (Piauí, Distrito Federal) e comodato (Pernambuco). A gestão patrimonial é conduzida pela Coordenação Geral de Administração (Cogead), que implementa esforços contínuos de melhoria do uso do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, capacitando os profissionais da área de gestão do patrimônio para aperfeiçoar as ações de gestão.

As Unidades e escritórios estão localizados em 11 unidades federativas, sendo que no Rio de Janeiro estão distribuídas em 3 bairros, conforme evidencia o Quadro 5.1. O **Anexo I** relaciona os endereços das unidades e escritórios técnicos da Fiocruz.

Quadro 5.1 – Localização territorial das Unidades e Escritórios

UF	Cidade	Bairro	Unidade
RJ	Rio de Janeiro	Manguinhos	Bio-Manguinhos - Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
			COC - Casa de Oswaldo Cruz
			ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
			EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
			ICICT – Inst.de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
			ICTB - Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos
			INCQS - Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
			INI - Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
		IOC - Instituto Oswaldo Cruz	
		Jacarepaguá ⁵²	Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos
Flamengo	IFF – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira		
AM	Manaus	Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane	

52. Há em Jacarepaguá o Campus CTM de Farmanguinhos e o Campus Mata Atlântica; e ainda o Centro de Referência Professor Hélio Fraga (ENSP) onde se localiza também o alojamento estudantil.

UF	Cidade	Unidade
BA	Salvador	Fiocruz Bahia - Instituto Gonçalo Muniz
CE	Eusébio ⁵³	Fiocruz Ceará
DF	Brasília	Fiocruz Brasília – GEREB
MG	Belo Horizonte	Fiocruz Minas – Instituto René Rachou
MS	Campo Grande	Fiocruz Mato Grosso do Sul
PE	Recife	Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães
PI	Teresina	Fiocruz Piauí
PR	Curitiba	Fiocruz Paraná – Instituto Carlos Chagas
RO	Porto Velho	Fiocruz Rondônia
Escritório em Moçambique		
	Maputo	Centro de Estudos Brasil-Moçambique (na Embaixada do Brasil)

As 11 Unidades situadas na cidade do Rio de Janeiro constituem mais de 50% do total das Unidades e Escritórios e concentram cerca de 83% dos servidores da instituição, sendo que no Campus de Manguinhos situam-se nove unidades técnico-científicas e os órgãos seccionais, com cerca de 60% dos servidores.

No grupo das 10 representações regionais, em que se incluem cinco unidades técnico-científicas, a unidade descentralizada em Brasília e os quatro escritórios, estão lotados cerca de 17% dos servidores da Fundação.

5.1.2 – O Campus Fiocruz Manguinhos

Manguinhos é o principal *Campus* da Fiocruz e reúne a direção superior da Instituição, seus órgãos colegiados e de assessoramento e quase a metade das unidades técnico-científicas. Seu processo de formação teve início em 1899, com a criação do antigo Instituto Soroterápico Federal.

Ao longo de seus 120 anos, esse espaço passou por diferenciados momentos de ocupação e uso, com a construção de várias edificações, nem sempre articuladas com o conjunto existente. Há menos de 50 anos, começou período de melhoria nas condições de infraestrutura e a recuperação de edificações antigas, uma grande expansão sendo deflagrada a partir de meados dos anos 1980, já no contexto de redemocratização do país, ao mesmo tempo em que foram tombadas suas principais edificações históricas. A partir dos anos 1990, como parte da política de preservação e valorização do patrimônio do Campus, a instituição passou a oferecer à população da cidade atividades com fins socioculturais científicos.

Em 2003 a União Federal outorgou para a Fiocruz, por meio de um contrato de cessão de uso gratuito, a Área de Expansão, situada do outro lado da Avenida Brasil, com um prédio de 11 andares, no qual se localizam atividades bastante diversificadas, com áreas de apoio à Presidência e ampliação de atividades de várias das Unidades localizadas no Campus Manguinhos.

Como resultado desse processo histórico, o campus possui edificações com usos diferenciados, com atividades muito diversas: atendimento hospitalar, atenção primária, atividades industriais, de pesquisa, de educação, de arte e cultura, além das atividades de administração. As atividades de pesquisas e desenvolvimento científico estão espalhadas por diversos prédios.

Dentro dessa grande área de Manguinhos, há diferentes equipamentos de apoio aos trabalhadores, estudantes e público externo, como bibliotecas, agência de correios e de banco, restaurantes, lanchonete,

creche, serviços de atendimento de saúde aos servidores. São espaços compartilhados com entidades sociais e empresas de prestação de serviço, e outras destinadas a apoiar e a desenvolver serviços de utilidade em saúde para os trabalhadores, dependentes e pensionistas da Fiocruz, assim como para os projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde de interesse da Fiocruz. Ademais, há o Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública – ASFOC/SN, com permissão onerosa de uso.

Destaque-se ainda que estão no Campus de Manguinhos as sedes da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

O fluxo de trabalhadores, estudantes e usuários externos no Campus durante a semana é bastante alto e há várias ações institucionais para garantir o atendimento às demandas relativas à infraestrutura. Transporte coletivo gratuito circula dentro do campus e há transporte coletivo no início e final do expediente, para os servidores e terceirizados.

Espaços de Convivência e Alimentação

Os espaços coletivos para convívio e alimentação vêm sendo mantidos com recuperação e restauração ao longo dos anos, e outros sendo criados. Em razão de o Campus ser localizado distante de centros comerciais, o que dificulta a integração com outros espaços públicos coletivos, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe), em parceria com o nível central da Instituição e com os diretores e coordenadores das Unidades tem buscado garantir ao público institucional diários espaços que assegurem sua permanência de forma plena, sem prejuízo à sua saúde e ao desenvolvimento de suas atividades. Para garantir alimentação, o campus Manguinhos conta com um conjunto de lanchonetes e restaurantes que atendem às demandas de seus trabalhadores, estudantes e usuários externos.

Em algumas unidades existem lanchonetes, e em vários desses locais são oferecidos serviços de almoço. Existem no Campus três restaurantes grandes, com serviços a quilo, que atendem ao público proveniente das diversas áreas e serviços ali existentes.

Na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio há serviço de alimentação direcionado aos seus estudantes da educação básica. Em acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são servidos, gratuitamente, café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar.

Espaços para as atividades educacionais

Sob a coordenação de órgãos da Presidência, cada Unidade da Fiocruz, investe na constituição e aperfeiçoamento de estruturas físicas e equipamentos necessários à implementação das atividades educacionais. Conforme apontado anteriormente, em razão dos diferenciados processos de implantação das edificações ao longo de sua história, há diferenciados graus de modernização das estruturas, havendo esforço continuado e permanente de adequação às necessidades, que são mutáveis ao longo do tempo.

Salas diversas

Nas unidades técnico-científicas, as salas de aula, em sua maioria, são previstas para turmas de até 40 pessoas; com equipamentos conectados à Internet, Datashow e computadores. A quantidade de salas de aula é bastante variada e proporcional à dimensão das ofertas educacionais presenciais, razão pela qual as unidades com maior quantidade de salas sejam a Ensp, a EPSJV e o IOC.

Em todas as unidades existem uma ou mais salas equipadas para a realização de webconferências, assim como outros dispositivos tecnológicos para atividades específicas.

Todas as unidades possuem estruturas de sala de aula suficientes para as ofertas formativas. Em geral, o uso das salas é compartilhado pelos cursos implementados para os vários campos de oferta (cursos técnicos, aperfeiçoamentos e atualizações, especializações e cursos do *stricto sensu*). Em determinadas situações de oferta ampliada de vagas para algum seminário ou evento formativo, é comum o compartilhamento das estruturas educacionais entre as unidades.

As unidades possuem salas multiuso para reuniões diversificadas, utilizadas sob agendamento, que servem para reuniões de docentes e equipes de gestão, agendamentos de atendimentos a estudantes, dentre outros. Elas possuem também salas de estudos, usadas por estudantes. Várias unidades têm investido, nos últimos anos, na criação de salas ou espaços de convivência para o corpo discente, em geral com a disponibilização de computadores em rede e acesso ao wi-fi.

Auditórios

Há no Campus Manguinhos 10 auditórios com tamanhos variados e com uso intenso, tanto pelas Unidades onde se localizam, como por atividades gerais propostas pelas Vice-Presidências ou por Unidades que não possuem auditórios.

Os maiores auditórios, em termos de capacidade de público, estão localizados na Ensp, EPSJV, COC (Museu da Vida) e IOC.

Todos os auditórios estão equipados para videoconferências e outras atividades colaborativas com uso de recursos comunicacionais multimídia.

Laboratórios

Em razão dos diferenciados campos de atuação de cada Unidade, varia bastante a quantidade de laboratórios existentes.

O IOC se destaca com seus 72 laboratórios de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, relativos ao seu amplo campo de ação para diagnóstico de doenças infecciosas, genéticas e controle de vetores.

Outro exemplo a mostrar as peculiaridades das unidades da Fiocruz refere-se aos quatro laboratórios da Casa de Oswaldo Cruz, relacionados à Memória e História.

O INCQS possui um conjunto de 12 laboratórios distribuídos em seus quatro Departamentos (Microbiologia, Química, Imunologia e Farmacologia/Toxicologia).

Há também, na EPSJV, amplos laboratórios que foram estruturados para o desenvolvimento de atividades pedagógicas tanto para a apropriação de conhecimentos relativos às ciências biológicas e às técnicas laboratoriais quanto para o desenvolvimento de atividades pedagógicas nos campos da ambiência, da imageologia, da produção audiovisual e de informação e registro.

Laboratórios de informática

Quase todas as Unidades possuem seu Laboratório de Informática, com dimensões variadas e diversas aplicações.

Cabe destacar a Ensp, que possui três laboratórios de informática com capacidade para atender, no conjunto, até a 78 alunos, sendo um maior, para 36 pessoas, e os outros para 18 e 24 pessoas.

5.1.3 – Informações sobre as unidades em outros Campi

Conforme já apontado no Quadro 5.1, há 12 unidades ou escritórios da Fiocruz localizados em outros Campi, sendo duas no Rio de Janeiro (Farmanguinhos e IFF) e as demais situadas nas outras regiões do país (Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí e Rondônia).

Todas as unidades e escritórios possuem salas de aula em quantidade adequada, sendo que em algumas delas as salas estão equipadas com tecnologia de nova geração, com alta conectividade, além de possuírem recursos multimídia, lousas digitais interativas e conexão wireless. Foram feitos investimentos em tecnologias que possibilitam videoconferências e webreuniões, condição importante para o intercâmbio de conhecimentos e informações entre as unidades e com a rede de parcerias.

O IFF, que é um hospital, faz menos investimento em laboratórios de pesquisa, mas dispõe de boa estrutura de laboratório de informática, além de investir desde 2012 no Laboratório de Telessaúde e Telemedicina, de importante papel na educação em saúde.

Farmanguinhos, o maior laboratório farmacêutico oficial vinculado ao Ministério da Saúde, possui 17 laboratórios. Possui também um laboratório de informática, que os discentes podem utilizar para pesquisas (assim como podem instalar ali seus computadores pessoais). Em 2020, após aprovação da Residência em Tecnologias Aplicadas à Indústria Farmacêutica, o Complexo Tecnológico de Medicamentos (planta fabril em Jacarepaguá) virou campo de prática dos residentes.

Algumas das unidades regionais se sobressaem por grande investimento na constituição de laboratórios de pesquisa bastante atualizados, que possibilitam o acesso aos alunos de pós-graduação, como é o caso das Unidades da Amazônia, Bahia, Minas, Paraná e Pernambuco.

A Fiocruz Brasília, cujas atividades educacionais são de responsabilidade da Escola de Governo Fiocruz - Brasília, está situada dentro do Campus da Universidade de Brasília, em prédio de construção recente, com projeto arquitetônico premiado e excelentes condições para o ensino.

A Fiocruz Mato Grosso do Sul é um escritório com infraestrutura administrativa bastante enxuta, mas prioriza suas ações educacionais na modalidade a distância, em parceria com UNA-SUS e, em geral, envolvendo a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e outras instituições, fazendo uso compartilhado de vários espaços dessas instituições (salas de aula, anfiteatros, laboratórios de informática, bibliotecas, dentre outros).

O Escritório Regional da Fiocruz Piauí utiliza cinco salas diversas para aulas e reuniões, bem como a sala de informática e o auditório, localizados no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, Centro de Teresina, além de salas de laboratório localizadas no Núcleo de Biotecnologia da Universidade Estadual do Piauí (UES-PI). A Fiocruz Piauí tem ainda um projeto arquitetônico aprovado para a nova sede a ser construída em terreno cedido à Fiocruz pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A nova sede da Fiocruz Ceará, inaugurada em 2018, foi construída em um terreno de 32 hectares, cedido pelo governo do estado, situado no Polo Tecnológico e Industrial da Saúde, no município de Eusébio, limítrofe com Fortaleza, com duas edificações principais, sendo uma para as atividades de ensino e gestão; a outra com diversos laboratórios de pesquisa. Futuramente abrigará o Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais (CTPV). O Bloco de Ensino e Gestão está em pleno funcionamento, com 26 salas de aula, 2 laboratórios de informática, 2 auditórios, 1 sala de videoconferência, 1 biblioteca, e setores administrativos. Todos os computadores têm acesso à rede mundial de computadores por meio da rede interna da Fiocruz, sendo também possível acessar a internet via wi-fi em todo o espaço físico da sede. O Bloco de Pesquisa começou a ser ocupado em julho/2020, pelo segundo andar, com a Plataforma de Anticorpos e Nanocorpos e a Plataforma de Nanotecnologia, disponíveis aos pesquisadores, doutorandos e mestrandos para produção de novos conhecimentos na área de Biotecnologia.

5.1.4 – Ações para promoção de melhorias da infraestrutura

Para promoção de infraestrutura, base para o funcionamento das atividades institucionais, incluindo o ensino, a Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), realiza anualmente ações visando a melhoria e manutenção das redes básicas como instalações elétricas, hidrossanitárias, combate a incêndio e de telecomunicações. Nos últimos anos, a Cogic vem investindo em ações que têm por objetivo a modernização de tais redes, realizando grandes obras urbanas com o objetivo de aprimorar esses sistemas, bem como buscar sua regularização junto aos órgãos públicos, visando o atendimento à legislação vigente.

Nesse cenário de melhorias, destacam-se a realização de obras que, sem dúvida, são base para o ensino, como por exemplo a nova rede de dados do campus Manguinhos, a Rede Giga Fiocruz. Ao se garantir o pleno funcionamento da rede de dados de Manguinhos, com segurança e continuidade do provimento aos edifícios, contribui-se para a melhoria da qualidade das atividades educacionais já que estas dependem, cada vez mais, de ferramentas computacionais baseadas em sistemas web. Além disso, a Rede Giga Fiocruz torna-se a base confiável para o fluxo de dados institucionais e que, focando a gestão e monitoramento de infraestrutura, a rede de dados moderna, implantada pela Cogic, possibilita o funcionamento da Central de Operações Fiocruz (COF).

A proposta de Central de Operações Fiocruz, desenvolvida nos últimos anos e que vem sendo, gradativamente, implantada, tem por objetivo central a garantia do funcionamento da instituição, auxiliando a gestão no monitoramento e tomada de decisões na temática infraestrutura. A COF garantirá ferramentas e sistemas computacionais de monitoramento e apoio, por exemplo, segurança através de circuitos de TV centralizados, uma das evidências de seu importante papel para a instituição em um aspecto muito sensível e necessário para as ações educacionais da Fiocruz.

Melhorias na acessibilidade

A Cogic, por meio de seu Departamento de Arquitetura e Engenharia, é responsável pela coordenação das ações de adequação das áreas do Campus às condições de acessibilidade exigidas pela legislação e empreende um plano contínuo neste campo.

As obras urbanas realizadas, além de melhorar as redes de infraestrutura, visam melhorias nas condições de acessibilidade dos usuários. O tema acessibilidade vem sendo abordado nas contratações da Cogic, pois, a inclusão social está na base dos valores fundamentais da instituição. Portanto, a adoção de medidas que garantam, com qualidade, a circulação de veículos e pessoas nos espaços da instituição é fundamental. Assim, as obras incluem em seu escopo o alargamento e criação de passeios nos locais carentes, sinalização orientativa, mobiliário urbano, recuperação da pavimentação das faixas de rodagem, pinturas de demarcação de pisos, regularização e criação de vagas de estacionamento, incluindo vagas para atendimento às normas de acessibilidade.

A adequação das edificações e equipamentos da Fundação às normas de acessibilidade universal é não apenas uma necessidade prática, mas está inserida no mais profundo compromisso da Instituição com a saúde pública. Desta forma, os projetos de novas construções – em todas suas áreas – incorporam as diretrizes de acessibilidade universal, previstas nas normativas da ABNT e demais instrumentos relacionados.

Entretanto, principalmente com referência ao Campus de Manguinhos (mas também em relação a algumas outras unidades), a complexidade das intervenções necessárias à adequação dos espaços às normas de acessibilidade demanda inúmeras ações que colocam seu planejamento em um campo de difícil previsibilidade. A existência de diversas edificações tombadas ou em processo de tombamento por órgãos de proteção do patrimônio, aliada às dimensões e complexidade topográfica do Campus, apontam para ações que demandam tempo e atenção e que estão sendo implementadas de maneira gradativa, levando em conta que sua execução causa transtornos e interrupções de fluxos, que precisam ser considerados tendo em vista as ações finalísticas e inadiáveis da instituição.

Durante o ano de 2020, em razão da redução no fluxo diário de pessoas no Campus de Manguinhos decorrente do isolamento social provado pela Pandemia COVID-19, houve facilitação para a execução de várias obras de obras urbanas voltadas à acessibilidade. De modo associado à reestruturação de Redes de Infraestrutura (Esgoto, Águas Pluviais, Água Potável e de Reuso, Combate a Incêndio, Irrigação, Telecomunicações e Elétrica), visando a acessibilidade, as principais obras recém-executadas referem-se a reformas de escadarias e passeios em áreas de grande circulação de pessoas e entornos de algumas edificações e em estacionamentos. Também houve reformas em auditórios, para adequação a normas de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, assentos para pessoas obesas, além de atendimento a requisitos de sonorização, vídeo e telecomunicações.

O Departamento de Arquitetura e Engenharia da Cogic destaca que as intervenções físicas são apenas primeiro passo para a acessibilidade, havendo também a necessidade de atividades de conscientização dos usuários e funcionários do Campus quanto ao respeito e cuidado com o espaço público, para minimizar casos como obstrução de passeios, acessos e travessias de pedestres. Lembrando que o Campus de Manguinhos possui cerca de 700.000 m² de área de terreno, o Departamento alerta que – para que todos os edifícios e áreas externas possam estar adaptados aos critérios de acessibilidade, serão necessários muitos anos, incluindo o desenvolvimento de diagnósticos e levantamentos de necessidades; desenvolvimento de projetos

que, possivelmente, demandarão consultas com profissionais especializados em acessibilidade; realização de licitações públicas para a execução das obras; e o próprio tempo para execução dessas intervenções.

Parte das ações relativas aos esforços contínuos de modernização e adequação dos espaços internos e externos das unidades (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços de convivência, etc) é realizado por elas, em articulação com a Cogic.

Algumas das ações realizadas ou que estão em fase de implementação são exemplificadas a seguir:

- Projeto de Acessibilidade do ILMD (Fiocruz Amazônia)
- Reformas e adequações para agregar áreas de ensino na sede da Fiocruz Mato Grosso do Sul, já concluídas.
- Reforma das fachadas, coberturas e urbanização do entorno da Ensp, iniciada em 2020.
- Projeto de melhoria nas condições de segurança aos usuários da EPSJV, com obra prevista para 2021.
- Projeto de requalificação urbana do Centro de Referência Professor Hélio Fraga da Ensp, para melhorias nas redes urbanas, na sinalização orientativa e adequações às normas de acessibilidade. O projeto deve ser concluído no início de 2021 e, posteriormente, será contratada a execução da obra.

Adequação dos espaços para o contexto de convivência com a Pandemia

Descrição sintética da atuação da Fiocruz para adequar suas ações ao contexto da Pandemia de COVID-19 foi desenvolvida no Capítulo 4, e o Quadro 4.2 mostra o conjunto de publicações institucionais (textos e vídeos) relacionadas ao assunto. Sob orientação da Coordenação das Ações da Fiocruz no Enfrentamento da Pandemia de COVID-19, foram publicados diversos documentos orientadores, começando pelos planos de convivência com a pandemia nos ambientes alimentares e das bibliotecas. Também foram publicados manuais e notas técnicas sobre biossegurança para reabertura de escolas.

Para o planejamento das atividades educacionais no ano de 2021, as Unidades, de modo organizado, desenharam planos específicos para o retorno, gradual, das atividades acadêmicas presenciais, começando com a pactuação de alguns protocolos de segurança (relativos a permanência nos espaços, aos processos de higienização, circulação de ar, dentre outros). Essas medidas seguem protocolos e orientações provenientes dos órgãos superiores e sua execução está condicionada à evolução do quadro sanitário e às definições sobre retorno à educação presencial.

Neste contexto, a Cogic vem atuando com o objetivo de avaliar a infraestrutura e orientar as Unidades visando a retomada do ensino nos espaços educacionais.

Estas avaliações são embasadas nas recomendações gerais da própria Fiocruz e de instituições nacionais e internacionais para a prevenção da COVID-19 em ambientes de uso público e coletivo. As avaliações têm o objetivo principal de contribuir com a adequada ocupação dos ambientes, em função das métricas de afastamento entre ocupantes, e adoção de medidas que visem à adequada ventilação e higienização destes espaços. O amplo espectro de atividades da Fiocruz, com ambientes de diferentes especificidades, demanda uma análise caso a caso. A existência de edificações mais antigas agrega complexidade em algumas das adequações em pauta, em razão das limitações de infraestrutura.

A atuação da Cogic também envolve a disponibilização de informações orientativas e de conscientização da população das edificações.

5.1.5 – Planos de expansão

A Fiocruz vem aprimorando e expandindo sua presença nas cinco regiões do Brasil para que haja, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas e ensino voltados às necessidades loco-regionais. Para tal, busca a ampliação de sua infraestrutura, antes concentrada principalmente na região sudeste.

A partir da análise diagnóstica de problemas e gargalos em importantes instalações já atuantes, definição de ampliação de novas unidades e necessidade de respostas a desafios identificados nas análises prospectivas relacionadas ao quadro da saúde pública e coletiva no Brasil, grandes projetos estratégicos foram

propostos. Trata-se de importantes investimentos de médio prazo, cuja implementação é condicionada pelo contexto econômico geral do país. A seguir apresentam-se resumidamente as especificações dos principais projetos.

Projeto 15VZ – Construção da Nova Sede da Fiocruz Amazonas em um terreno cedido pelo Exército Brasileiro. O edifício será composto por áreas laboratoriais, de ensino e gestão e os demais ambientes de apoio técnico e logístico necessários para o pleno funcionamento da unidade.

Projeto 15VY – Construção da Nova Sede da Fiocruz Rondônia. O complexo proposto visa a estruturação da Fiocruz Rondônia em Porto Velho e consiste em edifício administrativo, bloco de Laboratórios de Pesquisa e obras de urbanização e redes de infraestrutura no Campus.

Projeto 15VX – Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS). Edifício em construção no Campus Manguinhos destinado ao desenvolvimento de tecnologias em saúde, composto por três blocos: Edifício principal, Experimentação animal e Central de utilidades. O Edifício principal possui cinco pavimentos, sendo dois pavimentos de laboratórios acompanhados de dois pavimentos técnicos e o térreo administrativo.

Projeto 14UO – Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos para o SUS. A partir de 2020, este projeto ficou dedicado às reformas, adequações e revitalização realizadas nas áreas laboratoriais e comuns da infraestrutura civil da Fiocruz Paraná com vistas a garantir a plena funcionalidade das atividades de pesquisa e ensino, além das adequações a normas de acessibilidade (NBR 9050 e NBR 16537) e Prevenção de Incêndio e Pânico. Está prevista a construção de um prédio de almoxarifado para armazenamento de materiais para a pesquisa e o ensino da Fiocruz Paraná.

Projeto Requalificação do Escritório Regional Fiocruz Mato Grosso do Sul. A reforma das instalações da Fiocruz Mato Grosso do Sul visa requalificar o ambiente, possibilitando a ampliação das atividades especialmente no ensino a distância (EAD), através da reestruturação do centro de processamento de dados.

Projeto Construção da Nova Sede da Fiocruz Minas Gerais. A nova sede do Instituto René Rachou será localizada no novo Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, com uma estrutura moderna que possibilitará o compartilhamento de áreas comuns de pesquisa, além de fortalecer o ensino com melhores condições de infraestrutura.

Projeto Fábrica de Oncológicos tem como objetivo a adequação da fábrica de Farmanguinhos para produção de medicamentos oncológicos, fomentando a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável.

Projeto de Modernização e Adequação do Parque Fabril de Farmanguinhos. Reforma e aquisição de máquinas e equipamentos e revitalização das gerações de matrizes energéticas (utilidades e energia elétrica) no Centro Tecnológico de Medicamentos de Farmanguinhos em Jacarepaguá no Rio de Janeiro, visando a ampliação da produção de medicamentos de maior valor agregado, a redução de custos dos medicamentos e ao atendimento às regras sanitárias e regulatórias nacionais e internacionais, assim como a manutenção das certificações existentes, em especial o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) emitido pela Anvisa, e a ampliação ao acesso de mais pessoas aos programas de saúde pública.

Projeto 13DW – Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos. O Novo Centro de Processamento Final (NCPFI) será um moderno centro de biotecnologia de Bio-Manguinhos no distrito industrial de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio de Janeiro-RJ que permitirá a implantação de novas instalações voltadas para as atividades de processamento final, armazenagem de matéria-prima e produtos acabados, além de áreas de controle e garantia da qualidade, todos dentro das Boas Práticas de Fabricação (BPF), de forma a atender os marcos das Agências Regulatórias. Este Centro, além de ampliar a capacidade de produção de vacinas, diluentes e biofármacos, possibilitará a introdução de novos produtos de forma a fortalecer a política de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs) do Ministério da Saúde, ampliando o acesso da população a produtos de alto valor agregado, melhorando a qualidade do tratamento e da vida, principalmente da classe mais carente, ao mesmo tempo em que contribuirá com a diminuição dos gastos do Ministério da Saúde para atender às crescentes demandas de Saúde Pública. Cabe também destacar que a finalização do empreendimento permitirá a ampliação da oferta e participação do Brasil no mercado Internacional, fornecendo vacinas para as diversas Agências das Nações Unidas, tais como UNICEF, OPAS, GAVI e OMS, contribuindo, assim, para o fortalecimento da imagem do país no exterior.

Projeto Construção do Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais (CTPV). A nova unidade de Bio-Manguinhos a ser implantada no Campus da Fiocruz Ceará compreende plantas industriais multipropósitos e os prédios de desenvolvimento tecnológico e de controle e garantia da qualidade. O CTPV possibilitará uma nova capacidade de desenvolvimento e fabricação de produtos biofarmacêuticos para uso humano baseados em plataformas vegetais.

5.2 – Secretarias Acadêmicas

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável pelo acompanhamento às iniciativas educacionais em cada unidade da Fiocruz através do controle, do registro e da guarda das informações, além do atendimento a discentes e docentes. O trabalho desenvolvido pela Secretaria Acadêmica, baseado em princípios institucionais, normas operacionais e regulatórias, é fundamental na busca pela excelência na gestão do ensino da Fiocruz a partir de valores como ética, eficiência, eficácia, organização, compromisso, qualidade e presteza.

A Fiocruz conta com Secretarias designadas a acompanhar os cursos *stricto sensu* (Mestrado Acadêmico; Mestrado Profissional; Doutorado Acadêmico; Doutorado Profissional), *lato sensu* (Especialização; Residência Médica; Residência Multiprofissional; Residência Uniprofissional), Qualificação Profissional (Aperfeiçoamento; Capacitação; Atualização), Educação Básica e Profissional (Cursos Técnicos; Educação de Jovens e Adultos; Formação Inicial e Continuada; Especialização Técnica) em 20 unidades.

Algumas unidades organizam a gestão acadêmica com Secretarias Acadêmicas unificadas englobando diferentes iniciativas educacionais. Outras unidades definem sua organização de forma descentralizada com secretarias específicas para cada Programa. A exceção fica a cargo da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) que além da Secretaria Acadêmica que atende às iniciativas de pós-graduação possui uma Secretaria Escolar para o apoio ao ensino médio técnico.

O trabalho desenvolvido pelas Secretarias Acadêmicas na sua abrangência e diversificação pode ser subdividido em: atendimento às Coordenações dos Programas, atendimento ao corpo docente, atendimento ao corpo discente, atendimento ao público em geral, execução de rotinas administrativas e serviços financeiros.

O atendimento às Coordenações dos Programas está relacionado ao apoio no planejamento, no acom-

panhamento e na avaliação das atividades. Dentre as ações mais importantes nesse processo de apoio se destacam a contribuição ao preenchimento do relatório anual da Plataforma Sucupira⁵⁴ que descreve o desenvolvimento dos programas de pós-Graduação stricto sensu e o envio de informações para o cadastramento dos cursos de especialização junto ao Sistema E-MEC⁵⁵.

As Secretarias Acadêmicas fazem o atendimento ao corpo docente tanto na sua relação com a Coordenação do Programa quanto com os estudantes vinculados às suas disciplinas e orientações. O corpo docente necessita de um apoio qualificado para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, o que exige dos profissionais o atendimento às rotinas acadêmicas e auxílio à organização de eventos.

O cumprimento do calendário acadêmico e as atividades obrigatórias dos cursos fazem parte do papel das Secretarias Acadêmicas no atendimento ao corpo discente. Preparação de exames de qualificação, bancas de defesa de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, emissão de documentos, disponibilização de bolsas de pesquisa, inscrição em disciplinas e o acolhimento a demandas pontuais fazem parte da rotina de acompanhamento aos estudantes dos diferentes cursos da Fiocruz. Para o público em geral e aqueles que buscam integrar o quadro de discentes da instituição, as Secretarias Acadêmicas fazem o atendimento pelos veículos de comunicação disponíveis (telefone, e-mail, redes sociais) e presencialmente nas dependências das unidades.

As rotinas administrativas são parte integrante do trabalho das Secretarias Acadêmicas tais como: alimentar os bancos de dados do Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) e dos demais sistemas de gestão institucional, manter documentos e arquivos físicos e eletrônicos organizados, preparar os processos seletivos para o ingresso de novos discentes, redigir atas das reuniões dos colegiados, tramitar documentos, correspondências e processos e organizar os espaços físicos vinculados ao ensino (laboratórios, salas de aula, salas de reunião e auditórios).

Por fim, é atribuição da Secretaria Acadêmica dar início aos serviços financeiros que garantam a discentes e docentes a disponibilização de diárias e passagens para sua participação em eventos científicos, o desenvolvimento de pesquisas de campo, a realização de eventos e a contratação de serviços especializados de interesse dos Programas.

As Secretarias Acadêmicas nas unidades contam com um conjunto de profissionais capacitados para atender as demandas da sua área de educação. A maioria desses profissionais possuem a formação de nível superior e alguns são pós-graduados. Em 2017, por iniciativa do IFF foi criado o curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Acadêmica, voltado aos profissionais que atuam na gestão acadêmica, com o objetivo de aprimorar a gestão acadêmica na Fiocruz. Em 2018 foi oferecida uma segunda turma, desta vez numa parceria entre IFF e Ensp.

Esses profissionais deram início, em 2017, a um encontro periódico anual para partilha de experiências e integração entre as Secretarias Acadêmicas, com o intuito de debater seus processos de trabalho e construir uma cultura de compartilhamento de melhores práticas de gestão entre as Unidades. O Fórum de Secretarias de Educação da Fiocruz teve três edições com expressiva participação dos profissionais que trabalham com gestão acadêmica na instituição.

54. Plataforma Sucupira é a ferramenta disponibilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

55. O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, utilizado para autorização, renovação e reconhecimento de cursos.

5.3 – Bibliotecas e outros acervos

5.3.1 – Rede de Bibliotecas da Fiocruz

A Fiocruz reúne um rico acervo bibliográfico disponível nas formas física e virtual. As bibliotecas físicas são organizadas em rede e reúnem milhares de obras adquiridas desde a criação da Fundação, em 1900. A Rede de Bibliotecas da Fiocruz é composta por 19 bibliotecas físicas e unidades de informação proporcionando o conhecimento integrado entre as bibliotecas localizadas no Rio de Janeiro, em Salvador, Belo Horizonte, Manaus, Recife, Brasília, Ceará e Paraná e em diversos centros de informação e documentação. O objetivo da Rede de Bibliotecas é ampliar o acesso a todo um universo de informações, disponível em um conjunto expressivo e representativo de acervos especializados em saúde, para o público em geral e os pesquisadores da área. O [site da Rede de Bibliotecas da Fiocruz](#) fornece informações sobre cada uma delas, sobre a rede e a lista de periódicos correntes.

Já as bibliotecas virtuais em saúde (BVS) reúnem publicações de várias instituições e redes acadêmicas, organizadas por temas. Atualmente a Fundação coordena 14 BVS, que têm suas páginas próprias e estão, também, reunidas na [Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz \(BVS Fiocruz\)](#).

Além das bibliotecas, o acervo acadêmico da instituição também está reunido em dois ambientes virtuais: o [Repositório Institucional \(Arca\)](#) e o catálogo eletrônico das bibliotecas.

A coordenação de todos os acervos bibliográficos é realizada pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Em seu amplo papel de coordenação, o ICICT tem entre seus objetivos, o de fortalecer a institucionalidade da Fiocruz como organização líder em gestão de informação técnico-científica em saúde.

As bibliotecas físicas da Fundação estão articuladas em uma rede de cooperação, que tem por objetivo qualificar o atendimento ao usuário e potencializar suas ações para a difusão da informação científica e tecnológica em saúde. Os acervos bibliográficos estão disponíveis em diversas unidades da Fundação. Elas estão relacionadas a seguir:

- Biblioteca da Gerência Regional de Brasília da Fiocruz (Fiocruz Brasília)
- Biblioteca da Saúde da Mulher e da Criança (Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira)
- Biblioteca de Ciências Biomédicas Eurydice Pires de Sant'Anna (Fiocruz Bahia)
- Biblioteca de Ciências da Saúde Professor Zigman Brener (Fiocruz Minas)
- Biblioteca de Educação e Divulgação Científica Iloni Seibel (Museu da Vida)
- Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (Casa de Oswaldo Cruz)
- Biblioteca de Manguinhos (Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde)
- Biblioteca de Medicamentos e Fitomedicamentos (Farmanguinhos, Instituto de Tecnologia em Fármacos)
- Biblioteca de Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca)
- Biblioteca do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca)
- Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco)
- Biblioteca do Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)
- Biblioteca do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde)
- Biblioteca Dr. Antônio Levino (Fiocruz Amazônia)
- Biblioteca Emília Bustamante (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio)
- Biblioteca Livre do Fórum Itaboraí (Fiocruz Petrópolis)
- Biblioteca Walter Mendes (Centro de Referência Professor Hélio Fraga)

- Centro de Documentação da Coordenação de Gestão Tecnológica da Fiocruz (Coordenação de Gestão Tecnológica da Fiocruz)
- Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli)

As bibliotecas virtuais em saúde são um projeto liderado pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme/Opas), em conjunto com o Ministério da Saúde, para a ampliação do livre acesso à informação em saúde.

O Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) coordena bibliotecas virtuais em temas variados. A Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz (BVS Fiocruz) reúne o conteúdo de 11 (onze) bibliotecas temáticas e de outras três biográficas, que estão relacionadas a seguir:

Bibliotecas Temáticas

- BVS Aleitamento Materno
- BVS Bioética e Diplomacia da Saúde
- BVS Doenças Infecciosas e Parasitárias
- BVS Determinantes Sociais em Saúde
- BVS Educação Profissional em Saúde
- BVS História e Patrimônio Cultural da Saúde
- BVS Integralidade em Saúde
- BVS Pensamento Social
- BVS Saúde dos Povos Indígenas
- BVS Saúde Pública
- BVS Violência e Saúde

Bibliotecas Biográficas

- BVS Adolpho Lutz
- BVS Carlos Chagas
- BVS Sergio Arouca

5.3.2 – Repositório e Portais

Repositório Institucional – Arca

Sintonizado com os debates nacionais e internacionais sobre o acesso aberto ao conhecimento, o Arca foi criado em 2007, sendo lançado oficialmente como repositório institucional em 2011 pela Fundação. É mantido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) e utiliza o software livre DSpace.

O Arca tem a função de reunir, hospedar, disponibilizar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição; estimular a mais ampla circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso da informação em saúde, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, discentes de pós-graduação, bem como a sociedade civil. Assim, o Arca está organizado em comunidades que correspondem às unidades e/ou escritórios da Fiocruz e cada comunidade pode reunir os seus documentos em diferentes coleções.

As tipologias de documentos disponíveis no Arca possuem caráter técnico-científico e são produzidas por profissionais vinculados à instituição, são eles: anais de congresso; artigos de periódicos; artigos publicados em jornais; capítulos de livros; cartas; dados de pesquisa; dissertações de mestrado dos discentes dos

programas de pós-graduação da unidade; dissertações de mestrado dos profissionais da unidade; fotografias; jogos; livros publicados; manuais e procedimentos técnicos; patentes; preprint; recursos educacionais, relatórios de pesquisa, relatórios institucionais; revistas/boletins; softwares; termos de referência; teses de doutorado dos discentes dos programas de pós-graduação da unidade; teses de doutorado dos profissionais da unidade; trabalhos apresentados em eventos; trabalhos de conclusão de curso; vídeos, dentre outros.

A comunidade Fiocruz pode realizar o autoarquivamento de documento diretamente no Arca, com o preenchimento de 3 (três) metadados (autor, título, ano da publicação) e o upload/depósito do documento. Após este processo, o registro será certificado e disponibilizado para consulta.

No repositório, o conhecimento produzido na Fundação permanece preservado e, ao mesmo tempo, ganha visibilidade, uma vez que toda essa produção citada acima, constituída de mais de 39.492 itens bibliográficos, pode ser acessada livremente.

Portal de Teses

O Portal de Teses Fiocruz tem como objetivo estimular a disseminação e a integração dos conhecimentos e práticas de saúde, veiculados nas teses e dissertações defendidas na Fundação Oswaldo Cruz, no período de 1996 a 2018. A partir de 2018 as teses e dissertações passaram a integrar o conteúdo do Arca - Repositório Institucional da Fiocruz.

Para isso, reúne em sua base de dados um acervo da produção científica da instituição, permitindo ao visitante localizar a produção institucional na área das Ciências da Saúde - seja identificando a biblioteca onde o original se encontra, seja oferecendo o texto completo para leitura.

A ideia é atuar como facilitador e dar visibilidade à produção institucional por meio do trabalho colaborativo entre os acervos que compõem a Rede de Bibliotecas da Fiocruz, oferecendo uma visão de conjunto das dissertações e teses.

Portal de Periódicos Fiocruz

O [Portal de Periódicos Fiocruz](#) é o ambiente composto pelas 7 (sete) revistas científicas editadas pela Fundação, que integra assim, num só lugar, artigos, notícias, entrevistas, vídeos e infográficos com base na produção científica em saúde.

Lançado em março de 2015, o Portal é um importante instrumento da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Este é um espaço aberto para a produção e a comunicação científica, que promove a diversidade de ideias, o diálogo, o compartilhamento de saberes e a democratização do conhecimento, porque a instituição entende que os avanços da Ciência e o acesso à informação andam sempre juntos.

Lista dos periódicos que estão reunidas no Portal de Periódicos: Cadernos de Saúde Pública; História, Ciências, Saúde – Manguinhos; Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; Reciis; Revista Fitos; Trabalho, Educação e Saúde; e Visa em Debate.

Portal de Livros em Acesso Aberto Porto Livre

A [Porto Livre](#) é uma plataforma que reúne livros editados em *open access* por diferentes instituições, tais como Universidades, centros de pesquisa, editoras, movimentos sociais e ONGs. Seu objetivo é reunir títulos de interesse científico e social, agrupando-os num acervo que funcione como porto seguro — mas também livre — para os leitores. Torna disponíveis, de forma gratuita, obras relevantes para a ciência e para o pensamento social, criando uma coleção online que apoie as atividades de ensino e pesquisa da Fiocruz e de outros centros de produção de conhecimento.

Coordenada pelo Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (ICICT), a Porto Livre está alinhada às políticas de memória, de acesso aberto e demais iniciativas de ciência aberta da Fundação.

Editora Fiocruz

A [Editora Fiocruz](#), criada em 1993, trabalha em torno de quatro eixos temáticos – saúde pública; ciências biológicas e biomédicas em saúde; ciências clínicas; ciências sociais e humanas em saúde –, com a intenção de cobrir o vasto campo da saúde e seus múltiplos aspectos. Diante da necessidade de textos que façam a interface com outras áreas do conhecimento, a Editora se organizou também em coleções – Antropologia e Saúde; Criança, Mulher e Saúde; História e Saúde; Loucura & Civilização; Saúde dos Povos Indígenas; Temas em Saúde – e em séries – Epidemiológica, Trabalho e Formação em Saúde.

Cabe destacar que a Editora Fiocruz disponibiliza, para download gratuito, mais de 200 livros em acesso aberto e em duas importantes plataformas de publicação online de livros e pesquisas acadêmicas: a [Rede SciELO Livros](#) e o Arca, repositório institucional da Fiocruz.

5.3.3 – Ampliação dos acervos e do acesso por meios virtuais

As publicações científicas nacionais e internacionais têm migrado do formato impresso para o formato eletrônico tornando os recursos de informação disponíveis aos usuários em acesso aberto. Dessa forma, o acesso aos acervos bibliográficos pela Rede de Bibliotecas da Fiocruz se dá, majoritariamente a partir dos sistemas e fontes de informação eletrônicas, tal como publicações eletrônicas (*ebooks*, dissertações e teses, periódicos eletrônicos, multimeios, etc). Investir nestas novas modalidades de acesso e consulta tem sido uma prioridade de toda a instituição, sendo assim, os discentes estão credenciados a frequentar e ter acesso a todas as publicações de todo acervo bibliográfico da Fiocruz. Em resumo, as bibliotecas da Rede de Bibliotecas da Fiocruz possuem em seus acervos diversos tipos de suportes informacionais para bem atender a seus usuários, com destaque para suas coleções de periódicos. Ao acionar o sistema, os usuários encontram listas de periódicos nacionais e estrangeiros recentes, em ordem alfabética.

O acervo de livros e periódicos da Rede de Bibliotecas é atualizado sistematicamente, mediante aquisição regular, visando sempre a adequação do acervo aos cursos oferecidos e disciplinas ministradas. A atualização e expansão do acervo são feitas através de indicações e sugestões de coordenadores, corpo docente e discente, lançamentos de editoras e a necessidade de desenvolvimento de áreas com acervo defasados e ou não suficientes. Dessa forma, a política de aquisição e atualização e expansão do acervo prioriza: bibliografia básica; bibliografia complementar – adota-se o critério de compra de 3 exemplares, podendo o número de exemplares ser maior, conforme a procura; indicações dos professores – livros indicados pelos professores, que não constam da bibliografia básica ou complementar; indicações dos discentes, que podem fazer sua sugestão no próprio site da biblioteca ou no balcão de atendimento; lançamentos editoriais.

A Rede de Bibliotecas também integra o Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro. Através deste grupo, tem acesso a mais de 30 instituições, que promovem o intercâmbio no uso do acervo das bibliotecas participantes mediante a disponibilização das instalações à consulta dos discentes das instituições conveniadas.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico, ressaltam-se iniciativas de adoção de tecnologias inovadoras, que permitem o acesso aos textos completos e arquivos sonoros, nas dissertações e teses da [BVS Saúde Pública](#), realizados em associação com a Bireme/OPAS, e o Repositório Institucional da Fiocruz (Arca) – que reúne e confere maior visibilidade à produção intelectual da Fundação. Inserido no movimento internacional pelo livre acesso à informação, seu acervo inclui diferentes formatos como relatórios de pesquisa, trabalhos monográficos de docentes e discentes.

Com relação ao [Portal de Periódicos Capes](#), todos os discentes e docentes estão cadastrados e têm livre acesso a textos completos disponíveis nas fontes de informação, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Há também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web.

Outro destaque é o acesso ao [Portal Regional da BVS](#), espaço de integração de fontes de informação em saúde que promove a democratização e ampliação do acesso à informação científica e técnica em saúde na América Latina e Caribe. É desenvolvido e operado pela BIREME em três idiomas (inglês, português e espanhol). A coleção de fontes de informação do Portal está composta de bases de dados bibliográficas produzidas pela Rede BVS, como LILACS, além da base de dados Medline e outros tipos de fontes de informação tais como recursos educacionais abertos, sites de internet e eventos científicos.

Os discentes e docentes também dispõem do acervo e recursos oferecidos pela Rede de Bibliotecas da Fiocruz, por meio da qual têm acesso às principais fontes especializadas de informação, como por exemplo: Portal de Pesquisa da BVS, [Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações \(BDTD\)](#), [Networked Digital Library of Theses and Dissertations \(NDLTD\)](#), [Latindex](#), [Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica \(OASISBR\)](#), [Portal do Livro Aberto em CT&I](#), [Directory of Open Access Journals \(DOAJ\)](#), [Health on the Net Foundation \(HonSelect\)](#), [SciELO](#) (livros, periódicos, etc.), [Pubmed](#), [Google Acadêmico](#), etc.

As bibliotecas da Fiocruz integram as principais redes e sistemas cooperativos, entre os quais destacam-se: Centro Cooperante da Rede Brasileira de Informação em Ciências da Saúde - BIREME; SciELO (Scientific Electronic Library On-line) - (FAPESP/BIREME/CNPq); CCN (Catálogo Coletivo Nacional) - IBICT/CNPq, Rede BiblioSUS, Rede Bibliodata (IBICT) e Rede de Bibliotecas da Associação dos Profissionais de Informação e Documentação em Ciências da Saúde do Estado do Rio de Janeiro (APCIS/RJ).

Outro destaque importante é a plataforma [Educare](#), cujo o acervo é composto de recursos educacionais de parceiros institucionais através de diferentes redes, tais como Campus Virtual de Saúde Pública - CVSP/OPAS, Universidade Aberta do SUS - UNA-SUS/MS e BIREME/OPAS. Uma rede descentralizada de indivíduos, instituições e organizações que compartilhem cursos, recursos, serviços e atividades de educação com o objetivo comum de fortalecer as competências da força de trabalho em saúde pública. Faz uso intensivo de novas tecnologias de informação e comunicação, e educação em saúde e espera se tornar um espaço de criatividade e inovação.

5.3.4 – Outros Acervos

Acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico

O acervo Arquitetônico, Urbanístico e Arqueológico sob responsabilidade da Fiocruz é composto por 24 bens edificados (edifícios, jardins e vestígios arqueológicos) relacionados à história da instituição e do território onde estão localizados seus campi; à história das ciências e da saúde e/ou que se destacam por suas qualidades arquitetônicas. Inclui bens tombados em âmbito federal (IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), estadual (INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) ou municipal (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro) e outros bens de interesse para preservação identificados pela Casa de Oswaldo Cruz.

Acervo Arquivístico

O acervo arquivístico permanente da Fundação Oswaldo Cruz, sob guarda da Casa de Oswaldo Cruz (COC), é formado por fundos e coleções de documentos dos gêneros textual, iconográfico, cartográfico, sonoro e audiovisual, que abrangem registros de meados do século XVIII até os nossos dias, com predominância do século XX. As temáticas presentes estão alinhadas à missão institucional, compreendendo as ciências da vida – que envolvem as ciências da saúde, as ciências biomédicas, as ciências biológicas – e as ciências humanas e sociais. O acervo é constituído por mais de 35 mil itens, abrangendo documentos textuais, iconográficos e audiovisuais. Destacam-se os fundos arquivísticos de importantes instituições no campo da história das ciências biomédicas e da saúde (como o Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação Rockefeller e a Fundação Serviços de Saúde Pública/Fsesp), bem como fundos pessoais de importantes nomes da ciência e da saúde brasileiras, como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Carlos Chagas Filho, Arthur Neiva, Herman Lent, Belisário Penna, Clementino Fraga, e Renato Kehl.

Acervo Museológico

A criação de um museu científico no Instituto Soroterápico Federal foi proposta por Oswaldo Cruz, já na formulação original da instituição, destinada à medicina experimental e à saúde pública, em princípios do século 20. Concebido nos moldes de museus europeus de estudo então existentes, era fechado ao público e destinava-se a formar e manter coleções biológicas relacionadas às atividades da instituição. Com a criação da Casa de Oswaldo Cruz em 1986 e, subsequente, implantação do Museu da Vida como um dos seus departamentos em 1994, ampliaram-se as atividades de preservação e valorização da memória e do patrimônio cultural da Fiocruz e dos seus campos de atuação. O acervo abrange o período compreendido entre meados do século XIX e a atualidade, sendo formado por instrumentos e equipamentos de laboratório, materiais e maquinário utilizados na produção de medicamentos e vacinas, instrumentos médicos, mobiliário, indumentária, objetos pessoais de cientistas da instituição e uma pinacoteca.

Centro de Documentação e História da Saúde – CDHS

Centro de Documentação e História da Saúde foi desenvolvido com o objetivo de preservar, organizar e difundir os acervos arquivísticos e bibliográficos, pertencentes à Fundação Oswaldo Cruz, que retratam os processos políticos, sociais e culturais da saúde desde o século XIX. Entre os arquivos, destacam-se os dos cientistas Oswaldo Cruz e Carlos Chagas reconhecidos como acervos de relevância para a história da humanidade pelo Programa Memória do Mundo da Unesco, em 2007 e 2008.

Este acervo será aberto à consulta, tendo como público-alvo pesquisadores, estudantes e especialistas em ciências humanas e sociais; jornalistas, documentaristas, roteiristas, escritores, diretores de arte e produtores culturais, bem como profissionais de saúde.

Coleções Biológicas

Coleção Biológica é um conjunto de organismos ou partes destes organizados de forma técnica adequada, de modo a fornecer informações sobre a procedência, a coleta, bem como a identificação de cada um dos espécimes, o que confere status científico à coleção. Os exemplares que constituem a coleção são base para consultas e pesquisas, tendo representatividade na biodiversidade nas diferentes áreas da ciência. As coleções são alicerces para pesquisas científicas, atividades educacionais, para serviços e podem apresentar valioso material com importância histórica. Na Fiocruz, as coleções mais antigas começaram a ser compostas no início do século 20 por material biológico de diferentes regiões do Brasil coletadas e analisadas durante as expedições científicas pelos pesquisadores da instituição. Posteriormente este material era depositado nessas coleções biológicas, que faziam parte da política institucional já voltada ao combate de doenças parasitárias causadas por bactérias e protozoários e transmitidas por artrópodes, moluscos e outros vetores.

A gestão das coleções biológicas é coordenada pela Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas (VPPCB). A esse respeito, ver o Capítulo 2 (subitem 2.1.5).

5.4 – Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

Este PDIE já acentuou que o uso de tecnologias de informação e comunicação é intensivo nas várias unidades da Fiocruz, em suas diversas áreas de atuação. As parcerias fortemente baseadas em redes, fundamentais para a implementação das ações educacionais na Fundação, e a necessidade de conexão entre as diversas unidades descentralizadas em várias regiões do país, para o acesso e intercâmbio ágil de informações e conhecimentos levaram a instituição a investir de modo planejado nesta área.

O quadro geral de investimento em recursos de tecnologia de informação e comunicação pela Fiocruz apresenta as unidades com seus ambientes educacionais utilizando rede Wireless, por meio da qual são operadas webconferências e webreuniões de trabalho e de orientações; ademais, de acordo com necessidades ou

projetos específicos, existem os investimentos em mais recursos tecnológicos. Todas as unidades que necessitam em seus projetos pedagógicos, investiram em laboratórios de informática para treinamentos específicos.

Conforme descrito no item 2.11, a Fundação consolidou sua política de gestão da informação e da comunicação, estabeleceu o seu Comitê de Governança em TIC (CGovTIC) e atribuiu à Coordenação Geral de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (Cogetic) a responsabilidade pelo planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das atividades de TIC, o que é feito de modo articulado com as unidades da Fiocruz.

Por meio de Plano Diretor da Tecnologia de Informação e Comunicações (PDTIC) atualizado periodicamente, é garantida a implementação das ações estruturantes, assim como todo o trabalho de manutenção e atualização. No final de 2015 a Fundação deu início à primeira etapa de operação de seu Datacenter, que trouxe capacidade para suportar projetos que envolvem mega dados. Baseado em um modelo de virtualização de alta densidade, faz parte do desenvolvimento de uma estrutura de computação em nuvem.

O [PDTIC 2020-2021](#), que é alinhado às orientações do Governo Federal atinentes ao tema e às diretrizes estratégicas do VIII Congresso Interno da Fiocruz, traz em seu Plano de Metas e Ações a continuidade de investimentos importantes para o campo educacional, com destaque para os seguintes:

- Implantar Sistema Integrado de Educação da Fiocruz – SIEF (stricto sensu e Processo Seletivo)
- Desenvolvimento do novo Portal do Campus Virtual Fiocruz – CVF
- Realizar manutenção no Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS/Nodo Brasil - CVSP
- Atualização e manutenção do Portal de Periódicos Fiocruz - PPF
- Implementar novos plugins, ferramentas de autoria e ferramentas de comunicação na Plataforma Educare
- Atualização, manutenção e desenvolvimento de novos plugins para o Moodle – EAD/Fiocruz.

Além dessas iniciativas, o PDTIC da Fiocruz prevê investimentos em toda a infraestrutura de TIC que atende às unidades atuantes no ensino, com ampliação dos recursos computacionais em seu Data Center do Rio de Janeiro para o armazenamento e processamento dos dados e documentos digitais relativos às atividades de educação e pesquisa, links de comunicação alternativos para garantir a alta disponibilidade dos serviços de TIC atuais e permitir a oferta de novos serviços on line, disponibilização de recursos de computação de alto desempenho para os programas, bem como ferramentas que possibilitem criar salas de aula virtuais, comunicação e colaboração entre equipe de docentes e discentes, que soma mais de 5 milhões de Reais.

A Fundação está investindo, ainda, na construção de um novo Data Center no Ceará para ampliar e melhorar a capacidade de atendimento aos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa localizados na Região Nordeste. O novo Data Center, cujo investimento será da ordem de 15 milhões de Reais, servirá, ainda, como um site de contingência do Data Center do Rio de Janeiro.

No ano de 2020, no contexto de reorganização das atividades da instituição em decorrência da Pandemia de COVID-19, e levando em conta a existência de um contingente significativo de estudantes com dificuldades de acesso adequado à Internet e, portanto, de participação nas atividades realizadas no formato de educação remota emergencial, foi criado o Programa de Inclusão Digital (PIDig), que possibilitou a oferta aos estudantes de condições tecnológicas necessárias ao acesso à internet, por meio do fornecimento de SIM CARD e o empréstimo de tablets. Para a viabilização do PIDig, o Comitê de Governança de TIC aprovou um aporte de cerca de 4,5 milhões de Reais.





Capítulo 6 – Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

A avaliação e acompanhamento das ações educacionais, associada a canais para a ausculta a todos os interessados, constitui espaço para que a comunidade possa participar da proposição de estratégias de melhoramento das ações educacionais na Fiocruz, além de zelar pela transparência dessas ações e de subsidiar, com informações e dados, as avaliações realizadas pelos órgãos de controle e regulação internos e externos.

A avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional, no campo da educação, são atribuições da VPEIC compartilhadas com as estruturas correspondentes nas Unidades/Escritórios da instituição. Diversas estratégias de avaliação vêm sendo utilizadas ao longo dos anos, com maior ou menor robustez. Os processos avaliativos atendem às necessidades institucionais da educação na Fiocruz, verificando seu alinhamento à missão e valores, e estão em permanente diálogo com os critérios estabelecidos pelas agências reguladoras nos processos de avaliação externa.

O sistema de avaliação dos programas de Pós-graduação *stricto sensu*, criado pela Capes em 1977, compreende diversas normas nacionais. Por ser alvo de diversas críticas, constantemente tem-se buscado seu aperfeiçoamento. Conforme já apontado anteriormente neste PDIE (capítulo 4), em 2018 a agência propôs a inclusão dos aspectos de planejamento estratégico e autoavaliação dos programas *stricto sensu*, tendo como referência o PDIE.

A Fiocruz possui normas próprias para a proposição de novos cursos, prévias à submissão à Capes e ao MEC. O fluxo se inicia no âmbito das unidades, podendo ter características particulares, atendendo, além das diretrizes gerais da instituição e das agências de regulação, definições estratégicas de cada uma.

No que tange à oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações), o capítulo 4 também refere às atualizações regulatórias provenientes de resolução do Conselho Nacional de Educação e do [Decreto nº 9.991/2019](#)

Cabe lembrar que a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz (2016-2020) teve como referência os critérios de credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo.⁵⁶ Portanto, as metas estabelecidas no PDI estavam especificadas, principalmente, para o delineamento e fortalecimento da Pós-graduação *lato sensu* na Fundação.

Conforme apontado anteriormente, levando-se em conta novas demandas das agências regulatórias e a necessidade de incorporar de forma mais significativa ações institucionais para além do *lato sensu*, em outubro de 2019, na Câmara Técnica de Educação consolidou-se consenso para a construção do PDIE 2021-2025, fortalecendo o papel deste documento como elemento orientador e integrador da política educacional, abordando todos os seus níveis educacionais. A CTE destacou a importância do diálogo com os respectivos órgãos reguladores, especialmente no que tange à avaliação institucional para o atendimento aos critérios estabelecidos para as escolas de governo (cursos de especialização) e às novas inflexões do processo avaliativo no *stricto sensu*, com a incorporação da autoavaliação e planejamento dos programas.

Desta forma, após a descrição das políticas acadêmicas e das condições de infraestrutura (capítulos 4 e 5), neste capítulo, busca-se avançar numa avaliação mais global sobre os resultados alcançados nas especializações e nos programas *stricto sensu*, e construir elementos básicos para o acompanhamento do desenvolvimento institucional da educação, também indicando algumas iniciativas para configurar um sistema de monitoramento e avaliação institucional deste PDIE na Fiocruz.

56. Resolução CNE/CES nº 7/2011 e Parecer CNE/CES nº 295/2013.

6.1 – Avaliação dos resultados do período 2016-2020

O PDI 2016-2020 teve como foco principal a preparação da instituição para o processo de credenciamento institucional como Escola de Governo, regularizando assim as ofertas de cursos de especialização, que já ocorriam há algumas décadas, em períodos anteriores às delimitações regulatórias trazidas pelo Conselho Nacional de Educação no período 2010-2014. Em razão disso, as ações educacionais e de gestão propostas no PDI 2016-2020 foram focadas na consolidação e fortalecimento dos cursos de especialização.

No entanto, nesse mesmo período, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, funcionando sob as orientações regulatórias da Capes, já estavam amplamente inseridos nos processos de avaliação externa. Mais recentemente passaram a se engajar em processos de autoavaliação e planejamento dos programas, tendo o PDI como referência, para atender às alterações propostas pela Capes no processo avaliativo geral.

Neste capítulo apresentam-se sínteses com foco na análise dos resultados relativos às ofertas realizadas nas especializações (congruentes com as propostas do PDI 2016-2020) e com a atuação na pós-graduação *stricto sensu* (com base nos relatórios de avaliação para a Plataforma Sucupira), como medida para a melhor inserção dos aspectos relevantes desse nível educacional no PDIE que se apresenta agora, de forma unificada.

A atuação da Fundação na pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* vem se mantendo vigorosa nas últimas décadas, com algum crescimento e com diversificação das ofertas. Uma breve apreciação pode ser feita analisando o quadro de egressos concluintes dos cursos de pós-graduação ao longo do período 2016-2019. (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 – Total de Egressos de Pós-Graduação – 2016-2019

Alunos Egressos	2016	2017	2018	2019	Total
Mestrado Acadêmico	285	337	378	339	1339
Doutorado Acadêmico	159	279	255	243	936
Mestrado Profissional	66	151	81	284	582
Doutorado Profissional	-	-	-	-	-
Total Stricto Sensu	510	767	714	866	2857
Especialização	709	408	424	538	2079
Especialização EAD	708	2526	2158	1097	6489
Residência	109	204	165	285	763
Total Lato Sensu	1526	3138	2747	1920	9.331

Fonte: Relatório anual de Ensino enviado pelas Secretarias Acadêmicas em cada ano base.

As análises de caráter mais geral apresentadas anteriormente (Capítulo 4) evidenciaram a forte aderência dessas ofertas educacionais à missão institucional, pois são voltadas ao fortalecimento do SUS e do sistema de CT&I, buscando contribuir para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, visando a redução de desigualdades sociais, e contribuir para a inovação no conhecimento científico e na gestão.

Nos subitens seguintes, será dada atenção aos resultados globais alcançados nos cursos de especialização e na pós-graduação *stricto sensu*.

6.1.1 – Avaliação dos resultados dos cursos de especialização

O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da Fiocruz trouxe uma projeção da oferta de cursos de especialização (presenciais e a distância) para o período 2016-2020, mas destacou a dificuldade de definições precisas, sobretudo pela imprevisibilidade demarcada por dois fatores: a impossibilidade de se definir previamente as demandas dos órgãos públicos por cursos, e indefinições relativas ao orçamento da instituição no período dos 5 anos do PDI.

Para uma análise global dos resultados do período, será considerado o quadriênio 2016-2019, uma vez que os dados relativos a 2020 ainda estão incompletos e afetados pelas restrições impostas pela Pandemia da COVID-19 (Quadro 6.1). Em termos globais, o PDI 2016-2020 estabeleceu, para as especializações presenciais, nos anos de 2016 a 2019, um total de 3.379 matrículas a serem ofertadas por 45 cursos/ano (em média), realizados por 12 Unidades/Escritórios, que em 2015 já estavam engajadas nessa modalidade de oferta. A previsão detalhada está no item 4.4 do PDI 2016-2020. A oferta efetivamente realizada no quadriênio em análise alcançou 88% da estimativa original, com um total de 2.970 matrículas, por meio de 45 cursos/ano, em média, oferecidos por 13 unidades/escritórios da Fundação. Considerando a dificuldade inicial de planejamento mais preciso e as condições gerais que caracterizaram o quadriênio, a avaliação é de que este foi um resultado muito bom.

Quadro 6.1 – Comparativo entre oferta prevista e realizada nas especializações presenciais (2016-2019)

	Previsão de Oferta (PDI 2016)	Oferta efetivada
Matrículas	3.379	2970
Cursos	45	45
Unidades Ofertantes	12	13

Para as especializações a distância, a previsão de ofertas nos anos 2016 a 2019, considerava a atuação da Ensp, Fiocruz Mato Grosso do Sul e ICICT com um total de 11.110 matrículas, em 32 cursos (ou turmas). A previsão detalhada está no item 5.5 do PDI 2016-2020. A oferta efetivada nos quatro anos (2016-2019) alcançou um total de 7.450 matrículas, em cursos realizados por essas três unidades e mais a Fiocruz Brasília (EG-F-BSB), significando 67% do que se esperava atender nesse período (Quadro 6.2). Diversos fatores externos levaram à suspensão de alguns cursos e, considerando tais circunstâncias, o resultado foi considerado bom.

Quadro 6.2 – Comparativo entre oferta prevista e realizada nas especializações EAD (2016-2019)

	Previsão de Oferta (PDI 2016)	Oferta efetivada
Matrículas	11.110	7.450
Unidades Ofertantes	3	4

Ressalte-se que as variações nos contextos locais (e a atuação das unidades em relação às suas diversas parcerias loco-regionais) e as condições vividas pelo SUS no período, em que houve alterações em muitas demandas previstas (seja pela diminuição dos financiamentos, finalização de programas nacionais grandes como o Mais Médicos, dentre outros, seja pelo deslocamento de focos de atuação para temas emergentes que se tornaram mais prioritários), fizeram com que unidades deixassem de realizar algumas de suas ofertas previstas, mas, também possibilitou que outras iniciassem ofertas. Assim, enquanto alguns cursos foram cancelados, outros foram criados.

Os relatórios sistematizam levantamentos feitos pela Coordenação Geral de Educação da VPEIC, com dados fornecidos pelas Secretarias Acadêmicas das Unidades, que englobam cursos realizados pelas unidades, alguns de oferta única e sob demanda, outros de oferta regular, registrados no SIGA-LS. A **Tabela 6.2** apresenta uma visão geral da oferta de cursos presenciais realizada no período 2016-2019, no que tange à quantidade de turmas (ou cursos) e matrículas oferecidos.

Tabela 6.2 – Cursos de Especialização Presenciais Ofertados no período 2016-2019(*)

Unidade Ofertante	2016		2017		2018		2019		Total	
	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M
COC	1	16	1	20	1	15	1	20	4	71
IAM					2	70			2	70
ILMD	2	88	1	41	1	41	4	195	8	365
EGF-BSB			4	138	2	123	1	35	7	296
ENSP	13	289	12	241	9	198	11	266	45	994
EPSJV	1	28					1	47	2	75
FAR	2	41	2	60	2	30	1	25	7	156
ICICT	3	61	1	16	3	53	1	15	8	145
ICTB							1	15	1	15
IFF	17	64	15	101	14	51	12	43	58	259
INCQS							1	5	1	5
IOC	4	100	3	114	3	49	2	13	12	276
INI	5	82	7	86	7	39	7	36	26	243
TOTAL	48	769	46	817	44	669	43	715	181	2970

(*) – T = Turmas; M = Matrículas // Fonte: Dados Gerais do Ensino Fiocruz – CGE/VPEIC, 2020 (informações fornecidas por coleta às Secretarias Acadêmicas das Unidades)

Na **Tabela 6.3** estão relacionadas as ofertas efetivadas em cursos de especialização a distância no período 2016-2019.

Tabela 6.3 – Matrículas realizadas nas Especializações EAD – 2016 a 2019

Unidade	2016	2017	2018	2019	Total
ENSP	2456	1049	636	1.807	5.948
Fiocruz-MS	0	657	124	445	1.226
EGF-BSB	0	0	0	250	250
ICICT	0	26	0	0	26
Total	2.456	1.732	760	2.502	7.450

A partir da edição da Resolução CNE/CES nº 1/2018, que trouxe as diretrizes gerais para a oferta de cursos de especialização, e considerando o credenciamento institucional da Escola de Governo Fiocruz (ocorrido em 2017), os cursos passaram a ser cadastrados no sistema e-MEC e se estabeleceram padrões mais claros de acompanhamento.

Levando em conta o período 2016-2019, com os resultados analisados de modo global nos parágrafos acima, vale destacar que o período foi rico na atualização de programas de cursos de especialização e na criação de cursos novos. O Quadro 6.3, que é um extrato do Quadro 4.9, dos cursos presenciais ofertados em 2019, evidencia como resultado do período a criação de 21 novos cursos, entre eventuais e regulares, em atenção a demandas que estão se apresentando na realidade.

Quadro 6.3 – Cursos de Especialização Presenciais com Primeira Oferta entre 2016-2020

Ano	Curso	Unidade
2016	Políticas Sociais e Intersetorialidade	IFF
2016	Cuidados Paliativos com Ênfase na Atenção Primária	ENSP
2017	Direitos Humanos e Saúde	ENSP
2017	Gestão Urbana em Saúde	ENSP
2017	Enfermagem em Doenças Infecciosas e Parasitárias	INI
2017	Nutrição Clínica aplicada a Infectologia	INI
2017	Gestão Acadêmica	IFF
2017	Vigilância em Saúde na Rede de Atenção Primária à Saúde na Tríplice Fronteira do Alto Solimões (oferta eventual)	ILMD
2018	Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade	ENSP
2018	Sistemas de Informação, Monitoramento e Análise de Saúde Pública	ICICT
2018	Neurologia Pediátrica	IFF
2018	Fisioterapia Hospitalar com ênfase em Doenças Infecciosas	INI
2018	Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido (oferta eventual)	Fiocruz Ceará
2018	Educação na Saúde, com Ênfase na Formação de Preceptores de Residências Multiprofissionais em Saúde	IAM
2019	Direitos Humanos, Acessibilidade e Inclusão	ENSP
2019	Educação em Agroecologia (oferta eventual)	ESPJV
2019	Métodos Alternativos ao uso de Animais de Laboratório	ICTB
2019	Vigilância em Saúde na Rede de Atenção Primária à Saúde (oferta eventual)	ILMD
2019	Saúde Pública (oferta eventual)	ILMD
2020	Direitos Humanos, Saúde e Racismo: A Questão Negra	ENSP
2020	Coordenação de Estudos Clínicos	INI

Fonte: Controle de cursos cadastrados no e-MEC (CGE/CLS), 2020.

Da mesma forma, na oferta de cursos a distância, também foram criados 08 cursos no período, conforme evidencia o Quadro 6.4.

Quadro 6.4 – Cursos de Especialização EAD com Primeira Oferta entre 2016-2020

Ano	Curso	Unidade
2017	Gestão em Saúde para a Marinha do Brasil	ENSP
2017	Acesso a saúde: informação, comunicação e equidade	ICICT
2019	Educação Permanente: Saúde e Educação em uma perspectiva integradora – UAB	ENSP
2019	Gestão Estratégica de Investimentos na Educação Básica – UAB	ENSP
2019	Direito Sanitário com ênfase na Judicialização da Saúde – Parceria Conasems e HCor (PROADI-SUS)	EGF-BSB
2019	Saúde da Família – Parceria UNA-SUS	Fiocruz-MS
2020	Gestão de Risco de Emergências e Desastres em Saúde Pública	ENSP
2020	Auditoria dos Sistemas de Saúde (Parceria Prefeitura Betim e COSEMS) ⁵⁷	IRR

Fonte: Controle de cursos cadastrados no e-MEC (CGE/CLS), 2020.

Outro aspecto importante na análise dos resultados da oferta de especializações no período 2016-2020 é a apropriação de conclusões extraídas do primeiro levantamento de informações sobre os egressos de cursos de especialização presenciais, ação inicial do processo de construção do Sistema de Acompanhamento de Egressos (Capítulo 2). Uma síntese dessas conclusões já está no capítulo 4, e aqui são resumidos alguns aspectos.

Ainda que o [estudo](#) englobe os egressos do período 2013-2019, as conclusões são consideradas úteis para a análise da oferta de cursos de especialização do período 2016-2020. Pela primeira vez, em um estudo bastante representativo (com retorno de 51% dos egressos alcançados pela consulta) foi possível ter uma visão global sobre o corpo discente dos quase 50 cursos de especialização presenciais ofertados anualmente. A forte predominância feminina (78%) e nas faixas mais jovens até 40 anos (77%) traz um elemento importante a se considerar na avaliação global dos resultados e nas indicações para o planejamento das ofertas do próximo período. Outros aspectos como a sub-representação de pessoas negras (pretas e pardas) com 43% e o baixo percentual de participação de pes

soas com deficiência, trazem alertas para o aperfeiçoamento das ações afirmativas visando maior equidade. Entretanto leve-se em consideração que as normativas a esse respeito são bastante recentes e as primeiras ações afirmativas para ingresso na pós-graduação lato sensu foram implementadas a partir de 2019.

Os cursos de especialização se dividem entre aqueles regulares, a maioria destes com oferta aberta ao público, e os eventuais ou aqueles sob demanda específica de órgãos públicos, para capacitação do seu próprio quadro de servidores. Como um resultado geral que ainda deve merecer aprofundamento de análise, o público desses cursos é composto majoritariamente por pessoas já inseridas no mercado de trabalho, tendo havido aumento de 85% (antes do curso) para 89% daqueles que estavam trabalhando após o curso. Destaque-se que antes do curso, 64% dos estudantes trabalhavam na esfera pública⁵⁸ e esse percentual elevou-se para 70% no período pós-curso. Esses trabalhadores concentram-se nas áreas de assistência, gestão, educação e pesquisa. Os resultados sugerem que as especializações ofertadas pelas unidades da Fiocruz estão aderentes à sua missão institucional.

57. Este curso seria em modalidade híbrida, mas em razão da Pandemia da COVID-19, foi oferecido como educação remota emergencial.

58. Aí considerados: governo federal, governo estadual, governo municipal, universidade pública, instituto público de pesquisa e empresas públicas.

A avaliação qualitativa realizada pelos egressos sobre o valor atribuído ao curso de especialização concluído contribui para fortalecer as evidências sobre a importância deste tipo de formação: 58% dos respondentes consideraram que o curso os qualificaram para um melhor desempenho em suas atribuições já em exercício, enquanto outros 27% apontaram que ganharam qualificação para outras atividades diferentes das que exerciam.

6.1.2 – Resultados da avaliação do stricto sensu

Foram detalhados no Capítulo 4 deste PDIE, diversos resultados de avaliações da pós-graduação stricto sensu extraídos da análise dos relatórios de todos os programas de pós-graduação stricto sensu. Aqui, destacam-se aspectos do stricto sensu que dialogam, principalmente, com a busca pelo ensino de excelência e pela contribuição da Fiocruz na oferta no sistema de pós-graduação do país, dada sua presença nacional.

Não é possível falar de avaliação do stricto sensu sem se reportar ao sistema de avaliação da Capes. Como dito anteriormente, além de estabelecer um processo rigoroso para o credenciamento de novos cursos, a agência criou um sistema de avaliação que induz os programas do país a buscar características consideradas de excelência acadêmica, tais como a internacionalização. Os conceitos servem como balizadores para a distribuição de recursos pela Capes e outras agências financiadoras. Por exemplo, cursos com conceito 6 e 7 recebem recursos Proex – Programa de Excelência Acadêmica, o que confere ao programa contemplado maior autonomia quanto à gestão financeira; alguns editais são específicos para programas com melhores conceitos, como o PrInt, lançado em 2017. Neste sentido, é extremamente relevante apontar os resultados obtidos pelos programas e observar o número de cursos novos aprovados no período em pauta. Ademais, os cursos com conceitos menores recebem recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação - Proap, com autonomia financeira mais limitada.

Levando-se em conta tais aspectos, pode-se destacar: (a) o número crescente de programas avaliados com os conceitos 6 e 7, considerados programas de excelência. No período de avaliação de 2010 a 2012, 29% dos programas obtiveram conceitos 6 e 7 e 41% subiram de conceito. Na avaliação seguinte, 2013 a 2016, esses percentuais foram 32% e 28% respectivamente; (b) a aprovação de cursos novos, particularmente em regiões com carência de cursos de pós-graduação stricto sensu, como a região Norte e Centro Oeste; (c) a aprovação dos primeiros doutorados profissionais, nas áreas de Saúde Coletiva e Farmácia. A inclusão da Fiocruz entre as instituições contempladas pelo PrInt-Capes (Programa Institucional de internacionalização), mediante projeto que integra 16 programas da instituição (item 2.2.4) é um indicativo de reconhecimento da excelência de seus programas.

Em 2019 foi aprovada a progressão para o doutorado do curso Biologia da Interação Patógeno-Hospedeiro, oferecido pelo ILMD, ofertado como mestrado acadêmico desde 2017. Foi aprovado também em 2019 o Programa de Pós-Graduação Saúde Pública na Amazônia, uma oferta em associação do ILMD com a UFAM e a UEA. Desde 2017, há a participação da Fiocruz Mato Grosso do Sul e da Fiocruz Amazonas (ILMD) no Mestrado Profissional em Saúde da Família, Profsaúde. O Quadro 4.6 apresenta relação dos cursos por região, incluindo cursos fora de sede nacionais e internacionais.

Por sua presença nacional, o stricto sensu da Fiocruz busca, além da excelência acadêmica, fomentar ações integradoras entre os diversos programas que se concretizem em apoio ao SUS e fortalecimento de instituições locais e regionais de saúde e de CT&I. O Programa Professor-Pesquisador Visitante Senior (PVS) e o Programa de Mobilidade Discente, criados em 2018, são dois exemplos concretos de iniciativas de educação voltadas à integração nacional. Desde sua criação, participaram do PVS 18 pesquisadores que, entre outras iniciativas, colaboraram na criação e/ou fortalecimento de programas locais. Cursos em Rondônia, Piauí, Mato Grosso do Sul e Ceará foram fortemente beneficiados pelo programa. Por sua vez, o Programa de Mobilidade Discente, uma espécie de “sanduíche” nacional, possibilitou a 44 alunos a oportunidade de conhecer outras realidades e aprofundar experiências acadêmicas em unidades diferentes de sua unidade de origem.

O processo de planejamento estratégico e autoavaliação dos programas é, em si, um resultado bastante positivo. A oportunidade de reflexão sobre a pós-graduação na Fundação, o conjunto de programas e suas peculiaridades possibilita o fortalecimento do Sistema Fiocruz de Pós-Graduação, o delineamento de identidades e a construção de parcerias.

Conforme descrito ao final do item 4.2.2, o estudo de egressos realizado em 2019-2020 trouxe importantes aportes para o refinamento deste trabalho. A pesquisa, que teve significativa adesão dos egressos do *stricto sensu* (taxa de retorno de 61%), forneceu elementos que evidenciam as características principais desses egressos, que eram predominantemente do sexo feminino (73%) e jovens ao ingressarem nos PPG (<30 anos), sendo a grande maioria se autodeclarado brancos (>60%). Cerca de metade dos egressos que não tinham atividade profissional antes de ingressar na instituição, depois do curso estava empregada (70% antes e 85% depois tinha emprego). Outro ponto que merece destaque é o registro de percepção de melhorias salariais decorrentes da conclusão do curso, que foi relatado por 62% dos egressos. Além disso, a formação realizada na instituição foi considerada muito relacionada com a profissão atualmente exercida, (63% dos egressos) e 30% deles mudaram de área em decorrência da sua formação. Analisando conjuntamente esses resultados podemos observar um efeito positivo na vida profissional, com destaque para o melhor desempenho no trabalho, o aumento de prestígio e a qualificação para outras atividades.

Os relatórios do estudo de egressos estão disponíveis no ARCA e, no que tange ao *stricto sensu*, são apresentados em quatro documentos: [stricto sensu geral](#), [doutorados](#), [mestrados acadêmicos](#) e [mestrados profissionais](#). Embora um grande percentual dos egressos resida no Rio de Janeiro (58%), sede dos programas mais antigos e em maior número, os resultados identificam egressos em todas as regiões do país. Observa-se, ainda, uma pequena presença de estrangeiros (2,7% no doutorado, 3,6% no mestrado acadêmico e 3,3% no mestrado profissional). Sugerindo ser uma área que precisa ser melhor trabalhada na instituição, principalmente em relação à melhor divulgação das iniciativas educacionais da Fiocruz para outros países. Estima-se que esses percentuais sofram elevação nos próximos anos, dada a crescente presença da Fiocruz em iniciativas educacionais em curso, com os países das fronteiras (por exemplo, o doutorado financiado pelo Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM e o VigiFronteiras).

6.2 – Proposta para avaliação continuada do PDIE 2021-2025

Coerente com sua missão institucional e levando em conta a análise situacional apresentada no capítulo 4, onde sinteticamente se comentam aspectos dos contextos nacional, internacional e institucional e a situação da educação e sua regulação no país, são apresentadas as definições de metas e objetivos para os próximos 5 anos. Elas preveem o fortalecimento da articulação das ações de educação e pesquisa e a constituição de redes de cooperação, tanto entre as Unidades/Escritórios, quanto na parceria com instituições nacionais e estrangeiras. Nesse contexto, a criação de novos cursos, a expansão dos existentes e os temas abordados ganham novas diretrizes que, essencialmente, buscam ampliar a qualidade do ensino ministrado e o acesso à formação de alto nível.

6.2.1 – Objetivos Estratégicos

Neste PDIE, as dimensões, os objetivos e as iniciativas estratégicas atuam como guias para a definição de ações e metas. Uma referência para o delineamento do Planejamento Estratégico de cada Unidade/Escritório que deve buscar, além da expansão, a consolidação das ações educacionais a partir de suas realidades, sensibilizadas pela percepção sobre as perspectivas de demandas por formação para os próximos 5 anos. Cada Unidade/Escritório, levando em conta as especificidades de sua missão e atuação educacional, buscará atender os objetivos e iniciativas estratégicos propostos por este PDIE, indicando aqueles que não se apliquem à sua situação.

Os objetivos e as respectivas iniciativas estratégicas apresentados a seguir foram elaborados de acordo com as diretrizes institucionais relacionadas à educação, definidas no VIII Congresso Interno (reproduzidas no Quadro 2.2), configurando uma construção coletiva cujo objetivo é aumentar a efetividade social das ações educacionais promovidas pela instituição, amplificando a excelência do ensino, a transparência das atividades e os mecanismos para o acompanhamento e controle social. Nesse sentido, o Planejamento Estratégico deve partir de uma visão interdisciplinar da Fiocruz, agregando potencialidades nas parcerias internas e externas para ampliar suas ações, tanto junto à população dos grandes centros urbanos, quanto nas localidades mais isoladas.

Considerando que a missão da educação na Fundação é a de transformar o conhecimento gerado pela instituição em benefícios sociais, especialmente na área da saúde, o planejamento estratégico deve priorizar a manutenção da integralidade institucional, articulando as atividades de pesquisa, atenção, vigilância, produção e inovação à educação, ao desenvolvimento das ciências, das tecnologias e a sustentabilidade do SUS. Além disso, através dos objetivos estratégicos, também, deve-se considerar que a ampliação da presença nacional, enriquecida pelas cooperações internacionais, é um fator essencial na criação de estruturas formativas para o enfrentamento de problemas complexos da sociedade brasileira, tanto em médio e longo prazo, mas, também, para rápidas respostas nas emergências sanitárias. Em síntese, o planejamento bem delineado é instrumento para potencializar a atuação institucional integrada, aumentando a capacidade da Fiocruz e sua rede de colaboradores, contando com os conhecimentos e tecnologias gerados na instituição, ofertar programas de formação profissional e acadêmica adequados a atender ao SUS e ao sistema de CT&I.

Os objetivos estratégicos foram formulados tendo em consideração diferentes dimensões fundamentais, que constituem alguns dos aspectos estruturantes da política educacional na Fiocruz, conforme pode ser visualizado no **Quadro 6.5**, a seguir.

Quadro 6.5 – Objetivos estratégicos

Dimensão	Objetivo estratégico
1. Formação para SUS e para o sistema de CT&I	Ampliar o papel da Fiocruz na formação para o SUS e o sistema de CT&I, incorporando desafios nacionais e especificidades dos territórios regionais e locais
2. Formação de profissionais da Fiocruz para a docência e para a gestão do ensino	Estimular a excelência na formação e qualificação de profissionais para a área da educação da Fiocruz
3. Planejamento e Gestão	Fortalecer o planejamento e a gestão estratégica dos programas/cursos
4. Infraestrutura e inclusão social	Aprimorar os serviços de suporte e de acessibilidade nas atividades educacionais
5. Inovação	Fortalecer a cultura de inovação nos aspectos pedagógicos e de gestão acadêmica, na proposição de soluções para novos desafios e na transparência das ações educacionais, incluindo a EAD
6. Apoio aos discentes	Desenvolver projetos e políticas institucionais de apoio, assistência e acompanhamento, principalmente dos estudantes cotistas
7. Internacionalização	Promover a internacionalização da educação através das colaborações e dos intercâmbios internacionais em ciência e saúde em prol da melhoria da saúde global

Partindo dessas dimensões e objetivos estratégicos, o **Quadro 6.6** relaciona iniciativas estratégicas gerais para a Fiocruz para os próximos cinco anos, estabelecendo indicadores e metas que permitirão o seu acompanhamento. Elaboradas no final de 2020, em momento de muitas indefinições sobre o cenário futuro, acrescidas de forte sobrecarga de trabalho para as Unidades e Programas educacionais (atuando em isolamento social e mantendo a educação remota emergencial), as metas e indicadores somente podem ser formuladas de modo genérico e indicativo, de caráter orientador, sem determinação dos quantitativos e percentuais a alcançar em cada caso. A formulação precisa será objeto de pactuação coletiva em 2021. O conjunto de iniciativas será discutido pelas Unidades/Escritórios, considerando suas especificidades, e encaminhadas à pactuação com a CGE, que consolidará o conjunto, com as métricas a serem alcançadas, divulgando-o para a Câmara Técnica de Educação. Em várias das iniciativas haverá a atuação da VPEIC, seja com funções de coordenação e/ou de fomento. Os mecanismos de monitoramento e da avaliação dos resultados serão indicados no item 6.2.2.

Quadro 6.6 – Parâmetros norteadores para o Planejamento Estratégico PDIE 2021-2025(*)

Dimensão 01:				
Formação para o SUS e para o sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I)				
Objetivo Estratégico:				
Ampliar o papel da Fiocruz na formação para o SUS e o sistema de CT&I, incorporando desafios nacionais e especificidades dos territórios regionais e locais				
Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Ampliar a formação nas diferentes dimensões educativas da instituição, pautadas pelas necessidades de saúde da população	Ampliação dos Programas e ou Cursos ofertados em relação à média dos últimos 5 anos	Oferta ampliada de Programas e ou Cursos	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Incentivar parcerias intrainstitucionais para otimização de recursos no atendimento às demandas de formação.	Ampliação da oferta de cursos em parcerias intrainstitucionais em relação à média dos últimos 5 anos.	Parcerias intrainstitucionais mapeadas	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
		Oferta ampliada de cursos pelas parcerias intrainstitucionais formalizadas	Até 2025	
Incentivar parcerias interinstitucionais com as instituições públicas locais e redes nacionais, fortalecendo a formação para os segmentos acadêmico e profissional.	Ampliação da oferta de cursos em parcerias locais e por intermédio de redes nacionais em relação à média dos últimos 5 anos.	Parcerias interinstitucionais mapeadas	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
		Oferta ampliada de cursos em parcerias locais e por intermédio de redes nacionais	Até 2025	
		Participação ampliada de docentes em parcerias locais e por intermédio de redes nacionais	Até 2025	

(*) **Observação:** No cálculo dos indicadores das iniciativas estratégicas, a VPEIC e as Unidades/Escritórios deverão considerar a média dos últimos 5 anos (vigência do PDI 2016-2020).

Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Fortalecer as ações integradoras existentes entre os diferentes níveis e modalidades de educação na Fiocruz.	Aumento dos Programas e ou Cursos ofertados integrando diferentes níveis e modalidades de ensino em relação à média dos últimos 5 anos.	Programas e ou Cursos ofertados integrando diferentes níveis e modalidades de ensino	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Implementar ações de educação que viabilizem a capilaridade da formação acadêmica e profissional para as áreas das ciências, tecnologias, inovação em saúde, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social	Quantitativo de Programas/Cursos ofertados envolvendo alunos de regiões de maior vulnerabilidade social em relação à média dos últimos 5 anos.	Programas e ou Cursos ofertados envolvendo alunos de regiões de maior vulnerabilidade social	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Dimensão 02:

Formação de profissionais da Fiocruz para a docência e para a gestão do ensino

Objetivo Estratégico:

Estimular a excelência na formação e qualificação de profissionais para a área da educação da Fiocruz

Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Fortalecer as iniciativas de formação para o exercício da docência nas modalidades presencial, EAD e híbrido	Profissionais da Fiocruz, no exercício da docência, em relação aos cadastrados	Profissionais da Fiocruz no exercício da docência cadastrados	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
	Ampliação da oferta de formação para o exercício da docência em relação à média dos últimos 5 anos.	Iniciativas de formação mapeadas	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
		Cursos de formação para a docência ampliados	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
	Capacitação dos profissionais da Fiocruz em exercício da docência em relação à média dos últimos 5 anos	Profissionais da Fiocruz em exercício da docência capacitados	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Promover formação direcionada à gestão estratégica de Programas e ou Cursos.	Coordenadores capacitados em relação aos Programa e ou Cursos existentes	Coordenadores de Programas e ou Cursos capacitados	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Implementar a formação permanente de profissionais nas áreas de apoio e de gestão acadêmica	Profissionais das áreas de apoio e gestão acadêmica capacitados em relação aos Programa e ou Cursos existentes	Profissionais de Programas e ou Cursos capacitados	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Dimensão 03:				
Planejamento e Gestão				
Objetivo Estratégico:				
Fortalecer o planejamento e a gestão estratégica dos programas/cursos				
Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Incentivar a adoção de novas práticas/métodos de ensino. (metodologias ativas, práticas interdisciplinares e interprofissionais)	Quantitativo de Programas e Cursos que incorporaram novas práticas/métodos de ensino em relação à média dos últimos 5 anos.	Novas práticas/métodos de ensino adotadas	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Mapear as parcerias e fóruns existentes e estabelecer novas ações de cooperação intra e interinstitucional nas áreas de gestão acadêmica e de educação.	Estabelecimento de parcerias e fóruns de cooperação intra e interinstitucional estabelecidos em relação à média dos últimos 5 anos.	Parcerias e fóruns de cooperação intra e interinstitucional mapeados	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
		Redes de cooperação intrainstitucional criadas	Até 2025	
		Parcerias e fóruns de cooperação interinstitucional estabelecidos	Até 2025	
Implementar o sistema de acompanhamento de egressos de Programas e Cursos.	Programas e Cursos com acompanhamento de egressos em relação ao total dos Programas e cursos.	Sistema de acompanhamento de egressos implementado	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Dimensão 04:				
Infraestrutura e Inclusão Social				
Objetivo Estratégico:				
Aprimorar os serviços de suporte e de acessibilidade nas atividades educacionais				
Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Investir na manutenção e ampliação da infraestrutura física e tecnológica para atender as demandas do ensino nas modalidades presencial, EAD e híbrido.	Manutenção e/ou ampliação da infraestrutura física e tecnológica para as ações de educação em relação à média dos últimos 5 anos	Infraestrutura física e tecnológica mantida e/ou ampliada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Investir em infraestrutura física e tecnológica para acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.	Ampliação da Infraestrutura física e tecnológica para a acessibilidade e inclusão em relação à média dos últimos 5 anos	Infraestrutura física e tecnológica para a acessibilidade e inclusão ampliada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Implementar a formação dos docentes e dos profissionais das áreas de apoio ao ensino para acolhimento de pessoas com deficiência	Formação dos docentes e dos profissionais das áreas de apoio ao ensino para acolhimento de pessoas com deficiência em relação à média dos últimos 5 anos	Formação dos docentes e dos profissionais das áreas de apoio ao ensino para acolhimento de pessoas com deficiência implementado	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Fomentar iniciativas que favoreçam as ações afirmativas visando os princípios da igualdade e não discriminação, transparência e direito à participação da sociedade	Implementação de políticas afirmativas e inclusivas em Programas e ou Cursos em relação à média dos últimos 5 anos	Políticas afirmativas e inclusivas implementadas nos Programas e ou Cursos	Até 2022	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Dimensão 05:

Inovação

Objetivo Estratégico:

Fortalecer a cultura de inovação nos aspectos pedagógicos e de gestão acadêmica, na proposição de soluções para novos desafios e na transparência das ações educacionais, incluindo a EAD

Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Fomentar o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de tecnologias educacionais para atender as demandas dos Programas e Cursos.	Ampliação de projetos e ou iniciativas em relação à média dos últimos 5 anos	Projetos e ou iniciativas desenvolvidos	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Incentivar projetos inovadores que integrem educação com pesquisa, gestão, serviços e/ou produção, especialmente no atendimento às demandas da área da saúde e segmentos correlatos.	Ampliação de projetos em relação à média dos últimos 5 anos	Projetos desenvolvidos	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Dimensão 06:

Apoio aos Discentes

Objetivo Estratégico:

Desenvolver projetos e políticas institucionais de apoio, assistência e acompanhamento, principalmente dos estudantes cotistas

Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Aprimorar a política de apoio e acompanhamento dos estudantes da Fiocruz.	Política aperfeiçoada em relação à média dos últimos 5 anos	Política de apoio aos estudantes aprimorada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Ampliar os serviços de atenção e assistência aos estudantes da Fiocruz.	Serviços desenvolvidos em relação à média dos últimos 5 anos	Serviços desenvolvidos	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
Aperfeiçoar a estrutura acadêmica e de assistência para o atendimento aos alunos estrangeiros	Estrutura aperfeiçoada em relação à média dos últimos 5 anos	Estrutura acadêmica e de assistência aprimorada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios

Dimensão 07:				
Internacionalização				
Objetivo Estratégico:				
Promover a internacionalização da educação através das colaborações e dos intercâmbios internacionais em ciência e saúde em prol da melhoria da saúde global				
Iniciativas Estratégicas	Indicador	Metas	Prazo	Responsável
Ampliar a atuação internacional da educação	Quantidade de bolsas sanduíche em instituições estrangeiras em relação à média dos 5 anos	Oferta de bolsas sanduíche ampliada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
	Quantidade de alunos estrangeiros recebidos nos Programas e ou Cursos em relação à média dos 5 anos	Aumento de alunos estrangeiros nos Programas e ou Cursos		
Expandir a oferta e a visibilidade das atividades internacionais da Fiocruz	Quantitativo de cursos oferecidos com presença de estudantes estrangeiros em relação à média dos últimos 5 anos	Presença de alunos estrangeiros ampliada	Até 2025	VPEIC e Unidades/ Escritórios
	Participação de docente/pesquisador estrangeiro em cursos/disciplinas e eventos internacionais da Fiocruz em relação à média dos últimos 5 anos	Cursos/ disciplinas e eventos internacionais da Fiocruz com participação de docente/pesquisador estrangeiro realizados		
	Cursos em idioma estrangeiro ofertados em relação à média dos últimos 5 anos	Cursos em idioma estrangeiro realizado		

6.2.2 – Monitoramento e avaliação do PDIE

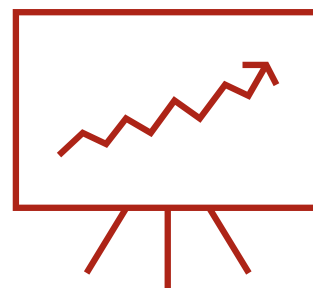
O monitoramento e a avaliação têm propósitos distintos que, no contexto do PDIE, se materializam em ações complementares. Enquanto o monitoramento é efetivado ao longo do período de vigência do PDIE de forma tempestiva, caracterizado pelo acompanhamento dos indicadores, a avaliação assume o propósito de ser uma análise mais aprofundada e detalhada, subsidiando tomadas de decisões. Em outras palavras, na dinâmica do PDIE a avaliação dos resultados ocorre ao final do seu período de vigência, mas, ao longo dos anos, é precedida por etapas de monitoramento que indicam se está ou não ocorrendo o desenvolvimento das ações previstas, permitindo a adoção de medidas corretivas para alcançar os objetivos previstos.

No presente PDIE, os processos de monitoramento e avaliação adotados procuram oferecer subsídios para a tomada de decisão em todos os níveis de responsabilidade, abarcando as Iniciativas Estratégicas que, construídas a partir das diretrizes pactuadas no VIII Congresso Interno, estão organizadas em dimensões

temáticas, alinhando os objetivos e metas do Planejamento Estratégico de cada Unidade/Escritório com o Projeto Pedagógico Institucional-PPI e os documentos de gestão. Em síntese, se o PDIE compila as políticas e os planos institucionais para os próximos cinco anos da educação na Fiocruz, cabe ao monitoramento e a avaliação a função de guiar essa trajetória rumo ao futuro.

Essa trajetória precisa ser registrada por processos avaliativos internos e externos incluindo, além da visão dos especialistas, a opinião da comunidade interna, dos egressos e da sociedade. Atuando em períodos distintos, no conjunto, essas ações configuram um sistema de avaliação institucional ao mapear os resultados alcançados pelas Unidades/Escritórios. Dentre as iniciativas que formam o sistema, destacam-se:

- a) Autoavaliação Institucional - conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o processo se caracteriza como uma avaliação diagnóstica, reverberando a voz do coletivo. Com independência em relação à direção central e das Unidades/Escritórios, seu objetivo é coordenar e implementar o processo de autoavaliação institucional visando contribuir para as ações transformadoras necessárias. Nesse contexto, os relatórios da CPA subsidiarão as tomadas de decisões em todos os níveis e modalidade de educação, tanto sobre ajustes quanto da pertinência de iniciativas, metas e objetivos definidos no PDIE;
- b) Planejamento Estratégico da Unidade/Escritório – como elemento norteador das ações internas, cada Unidade/Escritório será responsável por fomentar e acompanhar o desenvolvimento das suas ações de educação, avaliando e emitindo relatórios anuais com informações referentes ao desempenho dos indicadores, especialmente relativos às iniciativas estratégicas eleitas como prioridades.
- c) Avaliação Externa – orientada pela perspectiva de integrar o viés formativo com o da regulação, a avaliação realizada por agentes externos, em concordância com a legislação vigente, possibilita agregar percepções que, para além da verificação de cumprimento de metas, contribuem para o aperfeiçoamento institucional pela parametrização qualitativa a partir de padrões de excelência. Como Escola de Governo e instituição com programas de pós-graduação stricto sensu, a Fiocruz é submetida a avaliações periódicas realizadas, respectivamente, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes. Os resultados são emitidos na forma de relatórios e pareceres que, adotados como um diagnóstico, podem representar o caminho para o aprimoramento dos cursos/programas;
- d) Relatório de Gestão – seguindo determinação constitucional, o relatório de gestão deve ser construído, obrigatoriamente, pelos gestores públicos a cada ano. Essa exigibilidade de apresentação de um relatório aos órgãos de Controle Interno e Externo fomenta a transparência pública, possibilitando à sociedade verificar como a gestão da entidade foi conduzida para alcance de seus objetivos. No caso da educação, as informações que constam do relatório possibilitam a compreensão de como foram trabalhadas as iniciativas estratégicas frente aos objetivos institucionais traçados no PDIE, ou seja, o Relatório de Gestão é a ferramenta de apresentação para a sociedade, de forma clara e sucinta, os resultados globais alcançados pela instituição.





Anexo I

Endereços das unidades e escritórios da Fiocruz

Unidades situadas no Campus de Manguinhos – Rio de Janeiro (RJ)

Casa de Oswaldo Cruz – COC

Centro de Documentação e História da Saúde (CDHS)
Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ - CEP 21.040-900

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP

Rua Leopoldo Bulhões 1.480 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.041-210

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-360

Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos – ICTB

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-360

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – ICICT

Avenida Brasil 4.365 – Pavilhão Haity Moussatché – Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900

Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos

Av. Brasil, 4365 – Pavilhão Rocha Lima - Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
CEP 21.040-900

Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde – INCQS

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900

Instituto Nacional de Infectologia Carlos Chagas – INI

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-900 (Pavilhão Gaspar Viana)

Instituto Oswaldo Cruz – IOC

Avenida Brasil 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ
CEP 21.040-360 (Castelo Mourisco)

Unidades situadas em outros Campi no Rio de Janeiro

Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF

Avenida Rui Barbosa 716 - Flamengo, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.250-020

Instituto de Tecnologia em Fármacos de Manguinhos – Farmanguinhos
Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ
CEP 22.775-903

Unidades situadas em outras Unidades da Federação

Fiocruz Amazônia – Instituto Leônidas e Maria Deane – ILM
Rua Teresina 476 – Adrianópolis, Manaus, AM
CEP 69.057-070

Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Moniz – IGM
Rua Waldemar Falcão 121 – Candeal, Salvador, BA
CEP 40.296-710

Fiocruz Brasília – Gerência Regional de Brasília – GEREB
Av. L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Brasília, DF
CEP 70.904-130

Fiocruz Ceará (Escritório Técnico)
Rua São José, s/n, Precabura, Eusébio, CE
CEP 61.760-000

Fiocruz Mato Grosso do Sul (Escritório Técnico)
Rua Gabriel Abrão, 92 Jardim das Nações, Campo Grande, MS
CEP 79.081-746

Fiocruz Minas – Instituto René Rachou – IRR
Av. Augusto de Lima 1715, Belo Horizonte, MG
CEP 30.190-009

Fiocruz Paraná – Instituto Carlos Chagas – ICC
Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader 3775, Curitiba, PR
CEP 81.350-010

Fiocruz Pernambuco – Instituto Aggeu Magalhães - IAM
Av. Professor Moraes Rego s/nº - Cidade Universitária, Recife, PE
CEP 50.740-465

Fiocruz Piauí (Escritório Técnico)
Rua Magalhães Filho 519 - Centro/Norte, Teresina, PI
CEP 64.000-128

Fiocruz Rondônia (Escritório Técnico)
Rua da Beira 7671 – BR 364, Km 3,5 – Bairro Lagoa, Porto Velho, RO
CEP 76.812-245

Escritório situado na África

Fiocruz África - Centro de Estudos Brasil-Moçambique (Embaixada do Brasil)
Av. 25 de Setembro 1.728, sala 3, 10º andar, Maputo, Moçambique



Anexo II

Relação de links referidos no texto

Ações da Fiocruz no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/coronavirus>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Adendo ao Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/adendo_ao_guiade_gestao_de_riscos_corporativos_da_fiocruz_in_05_2017_.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

ARCA - Repositório Institucional da Fiocruz. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Base de Teses Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/teses-e-dissertacoes-0>> Acesso em: 19 outubro 2020.

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: <<https://bdtb.ibict.br/vufind/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz. Disponível em: <<https://bvsviocruz.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Boletim Corona. Disponível em: <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/programas/programaAberto/boletim-corona>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Boletim Estatístico de Pessoal Fiocruz 2019. Disponível em: <<http://www.direh.fiocruz.br/aplicativos/gconteudo/ata20200622160233.pdf>> Acesso em: 14 outubro 2020.

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <<http://saudepublica.bvs.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Coleções Biológicas da Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/vppcb/gestao-de-colecoes-biologicas>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/comite-pro-equidade-de-genero-e-raca>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Contribuições para criação de Plano Integrado Intersetorial Local de ações sanitárias e educacionais. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=3504&sid=32>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia COVID-19. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/covid-19-contribuicoes-para-o-retorno-as-atividades-escolares-presenciais/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Coronavírus / Covid 19 – Material para download. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/coronavirus/material-para-download>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Coronavírus 2019-nCov: Publicações da Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/coronavirus-2019-ncov-publicacoes-da-fiocruz>> Acesso em: 14 outubro 2020.

COVID19 Divulgação Científica. Disponível em: <<http://coronavirusdc.com.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso Atualização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial na COVID-19. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/atualizacao-saude-mental-psicossocial-covid19/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso COVID-19: manejo da infecção causada pelo novo coronavírus. Disponível em: <<https://campus-virtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/covid19/apresentaaa/4216>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso de aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde – EdPopSUS. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/educacao-popular-livros-produzidos-pela-escola-politecnica-se-rao-usados-como-material#:~:text=O%20Curso%20de%20Aperfei%C3%A7oamento%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%20em,estados%20brasileiros%20e%20envolveu%20mais%20de%20600%20educadores.>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Curso de atualização em Organização de Ações de Vigilância, Prevenção e Controle de Agravos Notificáveis. Disponível em: <<https://amazonia.fiocruz.br/?p=29685>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Curso de qualificação profissional Zika: Abordagem Clínica na Atenção Básica. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/45516>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Curso Enfrentamento da COVID-19 no Sistema Prisional. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/covid-prisional>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso Ensino remoto: caminhos e conexões. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/ensinoremoto>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso Formação Pedagógica de Docentes na Fiocruz: em busca de novos padrões de ensino-aprendizagem para as Escolas de Saúde. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/formacao_docente> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso Tecnologias e Metodologias para Docência em Saúde. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/mod_hotsite/teceduc> Acesso em: 14 outubro 2020.

Curso Transmissão, Vigilância e Controle. Disponível em: <<https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/se-unasus-vigilancia-febre-amarela/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Curso Vacinação contra Febre Amarela. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/cvf-node-30225-submission-2629/sobre-o-curso/2687>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Cursos de especialização técnica da Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/ensino/especializacao-tecnica>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Cursos de formação inicial e continuada da Escola Politécnica da Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/ensino/formacao-inicial-e-continuada>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm> Acesso em: 19 outubro 2020.

Decreto nº 10.506, de 02 de outubro de 2020, que altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10506.htm#art1> Acesso em: 19 outubro 2020.

Diretrizes para ARCA-Recursos Educacionais Abertos -REA/Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/diretrizes_rea_1.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

DOAL – Directory of Open Access Journals. Disponível em: <<https://doaj.org/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Documento de Áreas e Linhas de Pesquisa da Fiocruz v.12 (2018). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/areas_e_linhas_de_pesquisa_v12_23.05.2018_edital.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Edital do Programa de Inclusão Digital (PIDig). Disponível em: <https://ppgics.icict.fiocruz.br/sites/ppgics.icict.fiocruz.br/files/Programa_Inclusao_Digital_PIDig_3agosto2020_edital_chamada.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Editora Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/editora-fiocruz>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Educare. Disponível em: <<https://educare.fiocruz.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Especial COVID-19: o olhar dos historiadores da Fiocruz. Disponível em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/todas-as-noticias/1768#.X4deQ25FyUI>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Estratégias na área de educação em saúde para enfrentar a pandemia (entrevista com Dra. Cristiani Machado – VPEIC, em 25 de maio de 2020). Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=content/59310>> Acesso em: 14 outubro 2020.

FioSaúde. Disponível em: <<https://www.fiosaude.org.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde-Fiotec. Disponível em: <<https://www.fiotec.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Google Acadêmico. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_gestao_de_riscos_da_fiocruz.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_integridade_em_pesquisa_da_fiocruz_-_final.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Guia de Planejamento Fiocruz 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_planejamento2021.pdf> Acesso em: 11 novembro 2020.

Guia de Recursos Educacionais Abertos. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/59331>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Guia de utilização de tecnologias digitais na Educação. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/ferramentas-virtuais/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Health On the Net, a non for profit organization, promotes transparent and reliable health information online. Disponível em: <<https://www.hon.ch/en/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Ibict Oasisbr - Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<http://oasisbr.ibict.br/vufind/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social-FioPrev. Disponível em: <<http://www.fioprev.org.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. Disponível em: <<https://www.latindex.org/latindex/inicio>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm> Acesso em: 19 outubro 2020.

Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, que dispõe sobre a criação da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz, ... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11355.htm> Acesso em: 19 outubro 2020.

Livro Aberto - Portal do Livro Aberto em CT&I. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Manual sobre biossegurança para reabertura de escolas no contexto da COVID-19 (EPSJV, Versão 1.0, de 13 de julho de 2020). Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/manual_reabertura.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Mapa Estratégico da Fiocruz para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <<http://mapacovid19.fiocruz.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

NDLTD. Disponível em: <<http://search.ndltd.org/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Observatório COVID-19 – Informação para ação. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/observatorio-covid-19>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Observatório da Fiocruz em Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: <<http://observatorio.fiocruz.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Orientações para a Educação Remota Emergencial nos programas e cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu da Fiocruz. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/Orientacoes_Educacao_Remota_Emergencial_posgraduacao_CDFiocruz_23julho2020.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Orientações para o Ensino Complementares ao Plano de Contingência (Versão 4 – de 06 de abril de 2020). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/orientacoes_complementares_para_o_ensino_na_fiocruz_-_relativas_ao_coronavirus_-_v.4._06-04-2020.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Panorama da Educação – Destaques do *Education at Glance 2020* – INEP, MEC. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2020/Panorama_da_Educacao_2020.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 03 de dezembro de 1965 (Parecer Sucupira). Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Parecer CNE/CES nº 608, aprovado em 03 de outubro de 2018, sobre as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>>. Acesso em: 16 novembro 2020.

Pesquisa Clínica na Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pesquisa-clinica-0>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Plano de contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS-CoV-2 (COVID-19) - Versão 1.4, de 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/plano_de_contingencia_covid19_fiocruzv1.4.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Plano de Convivência com a COVID-19 na Fiocruz (Versão1, de 29 de julho de 2020). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/em_defesa_da_vida_-_plano_de_convivencia_v.1._2020.07.31.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Plano de Convivência com a COVID-19 nos ambientes alimentares da Fiocruz. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42844/4/plano_de_convivencia_com_a_covid-19_nos_ambientes_alimentares_da_fundacao_oswaldo_cruz.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Plano de Convivência com a COVID-19: recomendações às bibliotecas da Fiocruz – de 03 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/42956/4/Plano%20de%20Convivencia%20com%20a%20Covid-19.pdf>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Plano de Implementação da Política de Integridade, Risco e Controle Interno (2018). Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/plano_politica_de_gestao_de_riscos_aprovado_cdnov2018_-_enviado_ao_cd.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações 2020-2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/pdtic_2020-2021_-_16072020_-_publ._jul-2020.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Política da Fiocruz para Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_acessibilidade_inclusao_fiocruz_final.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Política de Comunicação da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_de_comunicacao_da_fiocruz.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Política de Internacionalização de Educação da Fiocruz. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/sites/default/files/Politica%20Internacionalizacao%20Ensino%20Fiocruz%20_vrsprint_08052018.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_acervos_fiocruz_2020_0.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC (2012). Disponível em: <<https://cogetic.fiocruz.br/posic/posic-versaocompilada.pdf>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde-PMA. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-de-atencao-saude>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Portal de Periódicos Capes/MEC. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Portal de Periódicos da Fiocruz. Disponível em: <<https://periodicos.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Portal Regional da BVS: informação e conhecimento para a saúde. Disponível em: <<https://bvsalud.org/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Portaria nº 214/2017-CAPES, dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=157#anchor>>. Acesso em: 16 novembro 2020.

Portaria nº 275/2018-CAPES, dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade a distância. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/56126031/do1-2018-12-20-portaria-n-275-de-18-de-dezembro-de-2018-56125835%C2%A0> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 55/2020 CAPES, dispõe sobre exclusão da variável TMT na avaliação 2017-2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-55-de-29-de-abril-de-2020-254678286>> Acesso em 30 de outubro 2020.

Portaria nº 275/2010-PR/FIOCRUZ, com o propósito de estabelecer o novo Regimento Interno das Câmaras Técnicas da Fiocruz. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P275_2010.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 329/2014-PR/FIOCRUZ, com o propósito de instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 1104/2016-PR/FIOCRUZ, com o propósito de atualizar a composição e atribuições do Comitê Gestor do Programa de Gestão da Qualidade - PGQ / Fiocruz e a Política da Qualidade da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p1104_2016-politica_qualidade_2016.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 267/2017-PR/FIOCRUZ, com o propósito de tornar público o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, nos níveis Global e Intermediário, referente ao período de janeiro a dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P267_2017.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 522/2017-PR/FIOCRUZ, com o propósito de tornar público o conjunto de indicadores Globais e Intermediários que serão utilizados, no ano de 2017, para Avaliação do Desempenho Institucional da Fundação Oswaldo Cruz, bem como a metodologia que será adotada para apuração dos resultados dos indicadores nestes respectivos componentes Global e Intermediário. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P522_2017.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 847/2017-PR/FIOCRUZ autoriza instalação da Plataforma de Pesquisa em Medicina Translacional. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P847_2017.pdf> Acesso em 24 outubro 2020.

Portaria nº 1433/2017-PR/FIOCRUZ, com o propósito de regulamentar as ações afirmativas para os programas de pós-graduação stricto sensu da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p1433_2017.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 1719/2017-PR/FIOCRUZ, com o propósito de constituir o Comitê de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p1719_2017.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 154/2018-PR/FIOCRUZ, com o propósito de tornar público o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, nos níveis Global e Intermediário, referente ao período de janeiro a dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P154_2018.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 596/2018-PR/FIOCRUZ, com o propósito de instituir a Política de Desenvolvimento Institucional (DI) da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p596_2018.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 787/2018-PR/FIOCRUZ, com o propósito de instituir a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p787_2018_-_politica_de_gestao_de_integridade_riscos_e_controles.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 1286/2018-PR/FIOCRUZ, que instituir a Política de Inovação da Fiocruz. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P1286_2018.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Portaria nº 5534/2019-PR/FIOCRUZ, com o propósito de tornar público o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, nos níveis Global e Intermediário, referente ao período de janeiro a dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P5534_2019.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 6162/2019-PR/FIOCRUZ, com o propósito de regulamentar as ações afirmativas para os cursos de Especialização - Lato sensu e das Residências em Saúde da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/p6162_2019.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria nº 5305/2020-PR/FIOCRUZ, cria e nomeia o Grupo de Trabalho para elaboração do PDIE 2021-2025. Disponível em: <https://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0062678&codigo_crc=D0D17196&hash_download=2cc29cfd7b5a67889cf43491f295f917a-7d07cc75e1dc0cdd72320065daf921009cf0e6a4e49ec11e3a5e17d6aafed5d56b80424ced9b2e5a6b01dd8ef7eef61&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0> . Acesso em 30 outubro 2020.

Portaria nº 5418/2020-PR/FIOCRUZ, com o propósito de tornar público o resultado da Avaliação de Desempenho Institucional, nos níveis Global e Intermediário, referente ao período de janeiro a dezembro de 2019. Disponível em: <https://sei.fiocruz.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=82405&id_orgao_publicacao=0> Acesso em: 14 outubro 2020.

Portaria MEC nº 331, de 10 de março de 2017, de homologação do credenciamento da Escola de Governo da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/mec_port_331_2017_credenc_escgovfiocruz_com_retificacao-2.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Porto Livre - Portal de Livros em Acesso Aberto. Disponível em: <<https://portolivre.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Print-Fiocruz/Capes. Disponível em: <<https://print.campusvirtual.fiocruz.br/pt-br>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Programa de Integridade Pública – Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/programa_de_integridade_publica_fiocruz_-_camara_tecnica_fev2019.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biociências e Biotecnologia em Saúde-IAM– doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/dbbs>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biociências e Biotecnologia em Saúde-IAM– mestrado acadêmico. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/mbbs>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biociências e Biotecnologia-ICC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://www.icc.fiocruz.br/pgbbicc/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biodiversidade e Biotecnologia (Rede BIONORTE)-Fiocruz Rondônia – doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://bionorte.org.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biodiversidade e Saúde-IOC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgbs.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (associação com UFRJ/UFF/ UERJ)-ENSP – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://ppgbios.nubea.ufrj.br/index.php/pt-BR/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biologia Celular e Molecular-IOC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgbcm.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biologia Computacional e Sistemas-IOC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgbcs.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biologia da Interação Patógeno Hospedeiro-ILMD – mestrado acadêmico. Disponível em: <https://amazonia.fiocruz.br/?page_id=15652> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biologia Experimental (colabora com a UNIR)-Fiocruz Rondônia – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://www.pgbioexp.unir.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biologia Parasitária-IOC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgbp.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa-IGM – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgbsmi.bahia.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Ciência em Animais de Laboratório-ICTB – mestrado profissional. Disponível em: <<http://www.mpcal.ictb.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Ciências da Saúde-IRR – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://qoppa.cpqrr.fiocruz.br/posgraduacao/cienciasdasaude/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia-ILMD– mestrado acadêmico. Disponível em: <https://amazonia.fiocruz.br/?page_id=20439> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde-COC – mestrado acadêmico. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/educacao/mestrado-em-divulgacao-da-ciencia-tecnologia-e-saude>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Educação Profissional em Saúde-EPSJV – mestrado profissional. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/cursos/pos-graduacao/mestrado-em-educacao-profissional-em-saude>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ) (colabora com a UFRJ)-CDTS – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-politicas-publicas.html>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Ensino em Biociências e Saúde-IOC – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgebs.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Epidemiologia em Saúde Pública-ENSP – doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/epidemiologia-em-saude-publica/doutorado>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Epidemiologia em Saúde Pública-ENSP – mestrado acadêmico.

Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/epidemiologia-em-saude-publica/mestrado-academico>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Epidemiologia em Saúde Pública-ENSP – mestrado profissional.

Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/epidemiologia-em-saude-publica/mestrado-profissional>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica – Farmanguinhos – mestrado e doutorado profissional. Disponível em: <<https://www.far.fiocruz.br/instituto/quem-somos/educacao/programa-profissional/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação História das Ciências – COC– mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/index.php/br/sobre-o-programa/apresentacao>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Informação e Comunicação em Saúde-ICICT – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://ppgics.icict.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Medicina Tropical-IOC– mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgmt.ioc.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação NanoBioSistemas (colabora com UFRJ/Inmetro/LNCC)-Bio-Manguinhos – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://nanobio.caxias.ufrj.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Patologia Humana (colabora com a UFBA)-IGM – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pgpat.bahia.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Pesquisa Aplicada à Saúde da Criança e da Mulher-IFF – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.iff.fiocruz.br/index.php/21-pgpasc/17-pgpasc>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas-INI – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://pesquisaclinica.ini.fiocruz.br/programa>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Pesquisa Clínica-INI – mestrado profissional. Disponível em: <<https://mppc.ini.fiocruz.br/o-programa>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Pesquisa Translacional em Fármacos e Medicamentos-Farmanguinhos – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://www.far.fiocruz.br/instituto/quem-somos/educacao/programa-profissional/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Políticas Públicas em Saúde-Gereb – mestrado profissional. Disponível em: <<https://ppgpps.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde-COC – mestrado profissional. Disponível em: <<http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/educacao/mestrado-profissional-em-preservacao-e-gestao-do-patrimonio-cultural-das-ciencias-e-da-saude>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde coletiva-IRR – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://qoppa.cpqr.fiocruz.br/posgraduacao/saudecoletiva/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde da Criança e da Mulher-IFF – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.iff.fiocruz.br/index.php/20-pgsc/16-pgsc>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde da Criança e da Mulher-IFF – mestrado profissional. Disponível em: <<http://ensino.iff.fiocruz.br/index.php/29-mpsc/31-mpsc>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde da Família (Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família-RENASF)-Fiocruz Ceará – mestrado profissional. Disponível em: <<https://renasf.fiocruz.br/mpsf>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde da família (Rede ProfSaúde) – mestrado profissional. Disponível em: <<http://profsaude-abrasco.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública e meio ambiente-ENSP – doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica-e-meio-ambiente/doutorado>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública e Meio Ambiente-ENSP – mestrado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica-e-meio-ambiente/mestrado-academico>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-ENSP – doutorado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/doutorado>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-ENSP – mestrado acadêmico. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/mestrado-academico>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-ENSP – mestrado profissional. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/cursos/mestrado-e-doutorado/saude-publica/mestrado-profissional>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-IAM – doutorado acadêmico. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/spda>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-IAM – doutorado profissional. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/spdp>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-IAM – mestrado acadêmico. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/spma>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Saúde Pública-IAM – mestrado profissional. Disponível em: <<https://www.cpqam.fiocruz.br/ensino/strictosensuiam/spmp>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Tecnologia de Imunobiológicos-Bio-Manguinhos – mestrado profissional. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/mestrado-profissional/pagina-inicial-do-mpti>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Vigilância e Controle de Vetores-IOC– mestrado profissional. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=401>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Vigilância Sanitária-INCQS – mestrado e doutorado acadêmico. Disponível em: <https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=129&Itemid=108> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa de Pós-graduação Vigilância Sanitária-INCQS – mestrado profissional. Disponível em: <https://www.incqs.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=126&Itemid=105> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa Fiocruz de Fomento à Inovação – Inova Fiocruz. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/programa-inova-fiocruz>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Programa Unidos contra a COVID-19. Disponível em: <<https://unidos.fiocruz.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Projeto Político Pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/PesqProjetoDoc/projeto_politico_pedagogico.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Projeto QualificaSUS. Disponível em: <<https://amazonia.fiocruz.br/?p=28257>> Acesso em: 19 outubro 2020.

PubMed.gov. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Rede de Bibliotecas da Fiocruz. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/redebibliotecas/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Rede Fiocruz de Biobancos. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/rede-fiocruz-de-biobancos>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica (RFPC). Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/rede-fiocruz-de-pesquisa-clinica-rfpc>> Acesso em: 19 outubro 2020.

REDECCAP. Disponível em: <<https://redeccap.org.br/>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Relatório descritivo de cooperação técnica nacional. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/20200630_relatorio_cooperacao_portal.pdf> Acesso em: 14 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Doutorado. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44038/2/DOUTORADO.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Especialização. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44042/2/Relatorio%20Egresso%20Especializacao%20FINAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Mestrado Acadêmico. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44036/2/MESTRADO%20ACAD%20MICO.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Mestrado Profissional. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44039/2/MESTRADO%20PROFISSIONAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 - Programas stricto sensu Fiocruz (Cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Mestrado Profissional). Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44037/2/PROGRAMAS%20STRICTO%20GERAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Enfermagem. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44041/2/Relat%20Egresso%20Residencia%20Enfermagem%20FINAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Médicas. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44043/2/Relatorio%20Egresso%20Residencia%20Medica%20FINAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório do estudo de egressos, 2013-2019 – Residências Multiprofissionais. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44040/2/Relat%20Egresso%20Residencia%20Multiprofissional%20FINAL.pdf>> Acesso em 24 outubro 2020.

Relatório Final do VIII Congresso Interno da Fiocruz. Disponível em: <<https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/VIII%20Congresso%20Interno%20-%20Relatório%20Final.pdf>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf> Acesso em: 19 outubro 2020.

Resolução CNE/CES nº 7, de 8 de setembro de 2011, que dispõe sobre a revogação das normas para o credenciamento especial de instituições não educacionais, na modalidade presencial e a distância, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8824-rces007-11-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 19 outubro 2020.

Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <https://www.in.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZ-C2Mb/content/id/55877808>. Acesso em: 16 novembro 2020.

Resultado da Avaliação Quadrienal 2017 – Capes. Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Scielo – Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <<https://scielo.org/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Scielo Livros. Disponível em: <<http://books.scielo.org/fiocruz/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Sistema de Gestão de Bolsas – PIBIC e PIBITI. Disponível em: <<http://www.pibic.fiocruz.br/>> Acesso em: 19 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Autoavaliação e Educação: caminhos para uma avaliação emancipatória – realizado em 21 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1dm6A9ZdHh8Y9cTDx9TDcDZ3lfxWaJTJq>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Comunicação pública e saúde – realizado em 20 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cG09aGFOI3E&feature=youtu.be>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Desenvolvimento de cursos EAD: diferentes abordagens – realizado em 31 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ueXME-qtR36bvNT41ekMxZ7sKtZLJzSFs/view>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz – Editoria Científica: Editora Fiocruz e Portal de Periódicos – realizado em 27 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hCbX-Jr6qoWA>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Educação e acessibilidade – realizado em 09 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1QYOO-j33NAtB1IPMM3f0iDoke-4cR-zqZ/view>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Experiência com aulas remotas: Relatos de docentes – realizado em 17 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4Nls_IPoM0c&t=1935s> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente da Fiocruz – realizado em 07 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WV-8T4CbReqQ>> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Projeto Saber Comum: disciplinas em parceria com universidades públicas – realizado em 02 de setembro de 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14NFBY1_yPGVMTa1Q8lfAcyrjNdWh_ujA/view> Acesso em: 14 outubro 2020.

Vídeo dos Encontros Virtuais da Educação da Fiocruz - Recursos educacionais: Campus Virtual Fiocruz e Educare – realizado em 13 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-TaDp8jqG8F4&feature=youtu.be>> Acesso em: 14 outubro 2020.



Anexo III

Condições e requisitos para a oferta a distância⁵⁹

A – Articulação entre as metas e objetivos dos cursos EAD com a Missão institucional

A missão institucional da Fiocruz é bastante ampla, em coerência com a diversidade de campos de atuação da instituição e considerada sua importância e relevo para a saúde da população brasileira, comprometida com o projeto da Reforma Sanitária e a consolidação do SUS:

“Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.”

Tal formulação é uma expressão sintética das atribuições previstas em seu Estatuto, estipulado no Decreto nº 8.932/2016, que já no inciso I do seu artigo 1º, refere-se à responsabilidade da Fiocruz em “participar da formulação e da execução da Política Nacional de Saúde, e na área relacionada à saúde, da Política Nacional de Ciência e Tecnologia e da Política Nacional de Educação”. Esta atribuição coloca para a Fiocruz um papel de relevo nas políticas implementadas pelo Ministério da Saúde especialmente no que tange à constituição e qualificação da força de trabalho do SUS.

Desde o período de lutas sociais que vieram a desembocar na construção do SUS em 1988, a Fiocruz desempenhou papel importante no campo da oferta de pós-graduação adequada à constituição de gestores e técnicos comprometidos com a saúde pública. Ao longo do período seguinte, as demandas de formação se ampliaram e a Fiocruz vem respondendo pelo aumento contínuo e acelerado de sua oferta educativa, atendendo às demandas do Ministério da Saúde, de outros órgãos com ações intersetoriais e das outras esferas de gestão do SUS.

A oferta de cursos a distância (em especial as qualificações profissionais e especializações) emergiu como resposta aos desafios da educação permanente em saúde, atendendo às necessidades de capacitar profissionais em todo o país, ampliando a formação em alta escala, cobrindo todas as regiões do país. A atuação em rede com inúmeras organizações parceiras é praticamente um princípio defendido desde o início, como condição básica de viabilização, tanto do ponto de vista técnico – conseguir alcançar a tão distintos e distantes pontos do país – como do ponto de vista político-cultural, pela importância de se considerarem as diferenças existentes entre as situações (quadro sanitário das regiões e perfil dos públicos-alvo do ensino). Em 1998, foi criado o programa de Educação a Distância na ENSP, baseado em plataforma própria, com rápido crescimento da oferta de dezenas de cursos e milhares de vagas nesta modalidade, com alta dispersão geográfica. Em 2007, a entrada da Fiocruz, através da ENSP, na Universidade Aberta do Brasil (UAB), rede do MEC com inúmeras Universidades públicas, ampliou a oferta de Especializações EAD na Saúde. Em 2010, a criação da UNA-SUS pelo Ministério da Saúde, com definição de sua coordenação compartilhada entre SGETES/MS e Fiocruz, foi parte da resposta estratégica de enfrentamento a este quadro profundamente desafiador. Em 2016, a Fiocruz lança seu Campus Virtual, que além de articular informações de cursos, apoia, por meio de plataformas virtuais, a ampliação do desenvolvimento e gestão dos cursos EAD na instituição.

59. Este texto atende à Nota Técnica DAES/INEP nº 28/2015, que descreve os vários quesitos relativos a EAD a considerar no processo avaliativo externo de escolas de governo. É uma reprodução, com atualizações pontuais, do item 5.7 do PDI 2016-2020.

Para a definição de seus cursos de pós-graduação lato Sensu a distância, a Fiocruz parte da análise das demandas e necessidades da saúde no país, na maioria das vezes atuando diretamente com as áreas do Ministério da Saúde responsáveis pela coordenação das diversas políticas específicas. A própria viabilização financeira desses programas robustos e distribuídos nacionalmente só pode acontecer com o suporte direto do Ministério da Saúde.

Desta forma, entende-se que a oferta formativa já implementada pela Fiocruz no campo da pós-graduação lato sensu na modalidade a distância encontra-se profundamente articulada à sua missão institucional, não guardando qualquer contradição ou conflito com a oferta realizada na modalidade presencial.

B – Política institucional para a Educação a Distância e a questão dos polos

Desde 1998, quando se criou o Programa de EAD da ENSP, essa modalidade é compreendida como iniciativa estratégica de formação em saúde, de modo articulado com a Rede de Escolas de Governo em Saúde e vinculação a outras redes existentes. No período seguinte, outras unidades da Fiocruz (Brasília, Ceará, Mato Grosso do Sul e Pernambuco) implementaram cursos, alguns em atendimento a demandas regionais, outras de caráter nacional, já no contexto de participação na rede UNA-SUS. O incentivo institucional da Fiocruz para o investimento organizado na oferta de EAD – afirmado nas definições de seus Congressos Internos – tem trazido a expansão desta modalidade, hoje presente em várias unidades, através de cursos, disciplinas ou em modelos híbridos de aprendizagem.

A viabilização dos polos descentralizados, no Programa EAD-ENSP, quando necessário, tem sido garantida por meio da articulação permanente com as escolas de saúde pública parceiras, outras instituições de ensino superior da UAB e também com prefeituras municipais.

Ademais, as unidades da Fiocruz localizadas no Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí também tem se qualificado para atuar como polos para cursos EAD, dependendo do arranjo de execução estabelecido no desenho de cada projeto. Algumas possuem suas próprias plataformas de EAD.

Cada uma dessas situações depende de cada projeto, muitos dos quais são realizados para atender a demandas institucionais prementes colocadas pelo Ministério da Saúde ou outros órgãos.

Dessa forma, a operacionalização da oferta educativa EAD-Fiocruz conta com uma capacidade grande de articulação com instituições parceiras e mecanismos tecnológicos que estão à disposição, em uma concepção de sistema nacional de formação para a saúde. Alguns polos são mobilizados mediante estratégias de parcerias que têm processos consolidados de articulação com a Fiocruz e outros já integram os esforços iniciados pela ENSP com a UAB.

C – Comunicação interna com alunos de cursos a distância

A comunicação com os alunos, de modo sistêmico, é viabilizada por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, ganhando relevância os esforços para a facilitação do diálogo dos atores fundamentais do processo de ensino nessa modalidade, quais sejam: o aluno, o tutor, o facilitador de aprendizagem e o coordenador do curso. No sistema virtual de contatos, o aluno aciona a secretaria acadêmica e desta forma acessa todos os serviços: inscrição, matrícula, solicitações diversas, informações institucionais e Ouvidoria Fiocruz.

Ademais, há suporte virtual aos contatos para esclarecimentos/orientações e contatos por meio de mensagens eletrônicas de todos os envolvidos no curso.

O tutor exerce papel fundamental como mediador da relação pedagógica e também, sempre que necessário, como facilitador dos processos entre os demais atores (a própria secretaria acadêmica, coordenação pedagógica, coordenação do curso, etc).

A implantação do Campus Virtual Fiocruz em 2016 colocou dispositivos comunicacionais entre todos os atores envolvidos no processo, além de ter propiciado o sistema de gerenciamento dos cursos de livre oferta, importante medida para melhor gestão e acompanhamento dessas ofertas.

As comunidades Virtuais utilizam diversas estratégias de interação entre os atores do curso (autores; orientadores-tutores; tutores-alunos; etc.) e de acesso a materiais complementares, tanto para os cursos a distância, quanto para os presenciais.

D – Políticas de formação e capacitação para atuação na EAD dos técnicos administrativos

A formação e capacitação dos técnicos administrativos na Fiocruz é de responsabilidade da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogepe) e das Unidades em que estão lotados, por meio do Plano Anual de Capacitação, construído de acordo com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal.

Aqueles técnicos que contribuem mais diretamente na educação a distância têm oportunidade de participar de capacitações específicas, necessárias à sua atuação, quando ocorre uma combinação entre os conhecimentos específicos da gestão dos processos técnico-gerenciais aos quais estão dedicados, com os processos de gestão do ensino adotado pela EAD. A área de TI é bastante importante nessa dinâmica organizativa, e os seus trabalhadores exercem papel estratégico, desenvolvendo seus próprios processos, inovando permanentemente e treinando equipes descentralizadas, quando a demanda assim o exigir.

E – Política de formação de tutores

A Fiocruz tem uma política bem estabelecida para a constituição de seu coletivo de tutores, que articula o processo de seleção de candidatos a um processo formativo. Em geral, as Unidades seguem procedimentos similares, com algumas especificidades em cada caso – dependendo da região em que acontece, das instituições parceiras envolvidas ou mesmo do objeto abordado em cada curso (que pode ser de qualificação ou especialização).

A formação e capacitação de pessoal da área pedagógica na EAD é uma política da instituição e ocorre de forma sistemática por meio de processos formativos específicos realizados em momentos presenciais, nos polos e também a distância, usando o AVA. São formados tutores, mediadores de ensino em EAD e Orientadores de Aprendizagem, que fazem permanentemente o monitoramento pedagógico e apoio aos tutores.

- O profissional deve saber analisar contextos educacionais complexos que envolvam a aprendizagem a distância, conectividade do aluno, estratégias educacionais adequadas a cada contexto e conhecimento de metodologias educacionais ativas;

- Um tutorial sobre o ambiente do curso deve ser oferecido aos alunos e tutores;

- Os tutores deverão ser capacitados na utilização do AVA, compreendendo os principais recursos, como utilização de fórum, avaliação dos alunos, procedimentos para disponibilizar arquivos na plataforma, entre outros.

Todos os tutores que atuam nos cursos de especialização na modalidade EAD são necessariamente selecionados mediante chamada pública, com ampla divulgação, para realização de processo seletivo, composto de duas etapas.

O edital ou chamada pública traz bem definidos os critérios que definem o perfil do público-alvo apto a participar no processo seletivo, sendo, em geral, os seguintes:

- “Profissionais com pós-graduação lato sensu completa na formação superior de profissionais de saúde;

- Profissionais com pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado) completa nas áreas de Saúde ou Educação;

- Experiência em docência e facilitação de processos educativos com uso de metodologias ativas, preferencialmente na modalidade a distância, e em gestão e cuidado em saúde;

- Habilidade para utilizar computadores/recursos de conectividade - internet, e-mail, fórum, chat;

- Dispor de recursos ágeis de conectividade via internet;

- Disponibilidade de 20 horas semanais para o exercício da tutoria nas atividades presenciais e a

distância, sendo quatro horas em regime de plantão. Explica-se que no plantão da tutoria o tutor estará disponível, em local apropriado e com recursos de comunicação, para interagir com os estudantes de sua turma, desempenhando atuação prevista no edital do curso. Ademais os cursos podem ter momentos presenciais e encontros de educação permanente de tutores, todos de participação integral e obrigatória, ao longo do seu período de realização, devendo o profissional ter disponibilidade para participar destas atividades no Rio de Janeiro e nos respectivos Polos (Unidades Fiocruz).”

O edital apresenta também informações detalhadas sobre o processo seletivo, constituído de duas etapas. A primeira etapa, de caráter eliminatório, consiste na verificação de atendimento às exigências estipuladas no edital e análise da documentação apresentada, realizadas por Comissão de Seleção que é composta pelo coordenador do curso, um representante da unidade ofertante do curso e profissionais indicados pela coordenação do curso.

Os candidatos selecionados nesta etapa, são convocados a participar da 2ª etapa, uma Oficina de Formação Inicial de Tutores, estimada para acontecer na cidade da unidade ofertante, com duração de 40 horas em cinco dias. A participação tem caráter eliminatório e classificatório, de acordo com a avaliação de desempenho nas atividades desenvolvidas na oficina; aqueles que cumprirem os critérios, receberão certificado de Atualização em Formação Pedagógica em EAD.

A Oficina de Formação Inicial de Tutores objetiva que os candidatos conheçam: (a) A concepção e metodologia de execução do Curso, os níveis e sujeitos da gestão e as estratégias de execução descentralizada; (b) O material didático, seus conteúdos, atividades e sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem, com base nas unidades de aprendizagem; (c) O processo de gestão acadêmica e o ambiente virtual de aprendizagem utilizado como mediação tecnológica.

Aos convocados para o exercício da tutoria, a formação tutorial prosseguirá, em caráter processual e permanente, durante o desenvolvimento do curso, nos encontros de educação permanente e nos momentos presenciais, sendo os tutores acompanhados por orientadores de aprendizagem, responsáveis pelo processo formativo deles, em conjunto com a equipe de coordenação do curso.

F – Plano de gestão para a modalidade EAD

Em cada projeto se estabelecem e se pactuam cronograma de execução, ações e sub-ações, responsáveis, prazos e recursos necessários, caracterizando um plano de trabalho que orientará a atuação da coordenação de curso e demais atores envolvidos. Ao final é realizada uma avaliação com os envolvidos, visando o replanejamento de próximas ofertas.

Para o planejamento das mudanças de caráter global no modelo de oferta de cursos na modalidade EAD, a Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação coordena os processos de trabalho. Em 2018 foi constituído o Fórum de Educação a Distância, que engaja profissionais indicados pelas Unidades ofertantes de educação a distância. A Câmara Técnica de Educação é o espaço de debate e consolidação das propostas construídas pelo Fórum; dependendo do alcance do assunto tratado, posteriormente pode ser levado à decisão do Conselho Deliberativo da Fiocruz.

G – Controle de produção e distribuição de material didático

Na maioria dos casos, os materiais didáticos produzidos são disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem no Campus Virtual Fiocruz, e em algumas plataformas existentes na unidade responsável pelo curso, no momento adequado à proposta didática de cada curso. Em alguns projetos, em que há recursos previstos, os materiais didáticos são impressos e enviados pelo correio aos estudantes.

O desenvolvimento do material didático precisa responder às necessidades do aluno e estar coerente com a proposta pedagógica do curso. Este recurso deve ser especialmente desenvolvido para cada curso ou reutilizado de outros cursos (Fiocruz e Redes Parceiras), e rigorosamente avaliado. A reutilização deve seguir

os termos de uso para remixagem em obras coletivas, de modo congruente com as Diretrizes de Recursos Educacionais Abertos da Fiocruz ([link](#)).

Pretende-se, com o *design* educacional dos materiais e com a utilização dos recursos educacionais abertos, aproveitar a diversidade de elementos que contribuem para a construção do conhecimento, desenvolvimento da autonomia e aplicação deste conhecimento nos processos de trabalho.

No intuito de desenvolver competências específicas, deve ser utilizado um conjunto de mídias compatíveis com a formação desejada, como por exemplo, materiais impressos, vídeos, CD-Roms, artigos, páginas web e materiais para smartphones; envolvendo as diferentes formas de concepção, produção, linguagem, estudo e controle de tempo. Para tanto, a equipe multidisciplinar necessita estar integrada, auxiliada por especialistas em desenho instrucional, ilustração, diagramação, dentre outros.

Ressalte-se também que os materiais de educação a distância são produzidos mediante Oficinas prévias com autores convidados para tal fim, que interagem com a coordenação do curso EAD.

Quanto ao conteúdo, todos os materiais produzidos serão catalogados e depositados no repositório de acesso aberto (Educare) para distribuição, compartilhamento e reutilização, considerando padrões tecnológicos recomendados para o desenvolvimento e compartilhamento, coerentes com as diretrizes de REA (garantindo interoperabilidade e critérios de produção coerentes com as definições internas e com aquelas das redes parceiras). O Fórum de EAD faz avaliação periódica dessas recomendações e o estabelecimento de diretrizes para o ciclo de produção dos recursos educacionais abertos.

H – Biblioteca: instalações para gerenciamento dos polos de apoio

As bibliotecas e sistemas virtuais de informação representam importante capital construído pela Fiocruz. Ver Capítulo 5 (item 5.3).

Para o suporte bibliográfico aos cursos de especialização na modalidade EAD, em primeiro lugar se destaca que a consulta aos documentos virtuais é predominante e garantida, parcialmente pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem e livros distribuídos (com as bibliografias básicas de cada unidade do curso), pelos materiais complementares indicados pelos tutores, assim como pela Rede de Bibliotecas Virtuais e pelos Repositórios de Saúde Pública, com destaque para o acesso aberto a todo o acervo da UNA-SUS e ao repositório da OPAS. Vinculado ao CVF há o [Educare](#), novo ecossistema de Recursos Educacionais Abertos: nele o usuário encontra recursos para pesquisas e aulas. O usuário pode compartilhar, salvar seus favoritos ou criar seu próprio conteúdo com o construtor de recursos da plataforma.

Ademais, as unidades descentralizadas da Fiocruz possuem bibliotecas físicas, ligadas em rede com o ICICT, com a possibilidade de uso da comutação bibliográfica.

I – Unidade de gestão acadêmico-operacional em EAD

Cada Unidade na Fiocruz conta com uma Secretaria de Gestão Acadêmica que é responsável pela gestão operacional de todos os cursos, tanto na modalidade a distância quanto na presencial. A SECA é ligada às Vices de Ensino e Pós-Graduação das Unidades e à Coordenação Geral de Educação da Fiocruz, responsável por enviar as informações necessárias à Capes sobre seus programas stricto sensu e ao registro de cursos de especialização no sistema e-MEC.

Todas as Unidades podem utilizar a Plataforma Moodle, gerida pelo Campus Virtual Fiocruz, além de utilizarem Plataformas descentralizadas em cada sede.

A criação do Campus Virtual Fiocruz (2016) e o processo de implantação do Sistema Integrado de Educação da Fiocruz (SIEF), novo sistema de gerenciamento das informações acadêmicas, estabelecem melhores condições para a articulação global de todos estes aspectos, no que tange ao conjunto das unidades da Fiocruz, estabelecendo padronizações e normalizações que facilitarão a gestão das informações e a agilidade dos processamentos e decisões.



Anexo IV

Lista de abreviaturas e siglas

- ABC** - Agência Brasileira de Cooperação
- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ABRASCO** - Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- ADIG** - Avaliações de Desempenho Institucional Global
- ADII** - Avaliação de Desempenho Institucional Intermediária
- Aisa** - Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde
- Anvisa** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APCIS/RJ** - Associação de Profissionais de Informação e Documentação em Ciências da Saúde do Estado do Rio de Janeiro
- APG Fiocruz RJ** - Associação de Pós-Graduandos da Fiocruz-Rio de Janeiro
- ARCA** - Repositório institucional da Fiocruz
- ASFOC/SN** - Sindicato dos Servidores em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública
- Audin** - Auditoria Interna
- AVA** - Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- Bio-Manguinhos** - Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos
- Bionorte** - Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal
- BIREME** - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
- BVS** - Biblioteca Virtual em Saúde Fiocruz
- C&T** - Ciência e Tecnologia
- CAD** - Centro de Apoio Discente
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCS** - Coordenação de Comunicação Social
- CD** - Conselho Deliberativo
- CDHS** - Centro de Documentação e História a Saúde
- CDTS** - Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
- CEBES** - Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
- CEE-Fiocruz** - Centro de Estudos Estratégicos
- CEIS** - Complexo Econômico e Industrial da Saúde

CESTEH - Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CEP Fiocruz - Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz
CEPs - Comitês de Ética de Pesquisa (por Unidade) da Fiocruz
Cepedes/Ensp - Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde da Ensp
CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais de Laboratório
CGE - Coordenação-Geral de Educação (VPEIC)
CGE/CLS - Coordenação do Lato Sensu da Coordenação-Geral de Educação da Fiocruz
CGOV TIC - Comitê de Governança em Tecnologia da Informação e Comunicação
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNCT - Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
CNE/CES - Conselho Nacional de Educação/Comissão de Ensino Superior
CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRM - Comissão Nacional de Residência Médica
CNRMS - Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde
COC - Casa de Oswaldo Cruz
COF - Centro de Operações Fiocruz
Cogead - Coordenação-Geral de Administração
Cogepe - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Cogeplan - Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico
COGETES - Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio da EPSJV
Cogetic - Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
Cogic - Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi*
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS - Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONCEA - Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
CONEP - Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
COOPBRASS - Programa de Cooperação Científica Estratégica com o Sul Global da Capes
COREME - Comissão de Residência Médica
COREMU - Comissão de Residência Multiprofissional
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Cquali - Coordenação da Qualidade da Fiocruz

Cris - Centro de Relações Internacionais em Saúde
CST - Coordenação de Saúde do Trabalhador
CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação
CTE - Câmara Técnica de Educação
CTPV - Centro Tecnológico de Plataformas Vegetais
CVF - Campus Virtual Fiocruz
CVSP - Campus Virtual de Saúde Pública
Dinter - Doutorado Interinstitucional
DOAJ - Directory of Open Access Journals
DSS - Determinantes Sociais da Saúde
EAD - Educação a Distância
EGF - Escola de Governo Fiocruz
EGF-BSB - Escola de Governo Fiocruz Brasília (GEREB)
EJA - Educação de Jovens e Adultos
eMAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC)
ENDES - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ENSP-NOVA - Escola Nacional de Saúde Pública, Universidade Nova de Lisboa – Portugal
EpiSUS - Programa de Treinamento em Epidemiologia Aplicada aos Serviços do SUS
EPS - Ensino profissional em saúde
EPSJV - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ESPIN - Emergência em Saúde Pública de importância Nacional
FAP - Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Farmanguinhos - Instituto de Tecnologia em Fármacos
FEGF - Fórum da Escola de Governo Fiocruz
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
Fiotec - Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde
FioPrev - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social
FioSaúde - Plano de Saúde/Autogestão
FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
Fsesp - Fundação Serviços de Saúde Pública
FUR - Fórum das Unidades Regionais
GEREB - Gerência Regional de Brasília (Fiocruz Brasília)
Gestec - Coordenação de Gestão Tecnológica

GESTEC-NIT - Sistema Fiocruz de Gestão Tecnológica e Inovação
HCor - Hospital do Coração
HonSelect - Health on the Net Foundation
IAM - Instituto Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco)
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICC - Instituto Carlos Chagas (Fiocruz Paraná)
IGM - Instituto Gonçalo Moniz (Fiocruz Bahia)
Icict - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
ICTB - Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos
IFAM - Instituto Federal do Amazonas
IFF - Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira
ILMD - Instituto Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia)
IMIP-PE - Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
INCA - Instituto Nacional de Câncer
INCQS - Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde
INCT-CPCT - Instituto Nacional de Comunicação da Ciência e Tecnologia, de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INI - Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas
Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
Inova Fiocruz - Programa Fiocruz de Fomento à Inovação
IOC - Instituto Oswaldo Cruz
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRR - Instituto René Rachou (Fiocruz Minas)
LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública
Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LNCC - Laboratório Nacional de Computação Científica
LOA - Lei Orçamentária Anual
LS - Lato sensu
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC - Ministério da Educação

MEDLINE - *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (em português: Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica)

MEGP - Modelo da Excelência em Gestão Pública

Mercosul - Mercado Comum do Sul

Minter - Mestrado Interinstitucional

MS - Ministério da Saúde

NAAC - Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento

NDLTD - *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (em português: Biblioteca Digital em Rede de Teses e Dissertações)

NEAD - Núcleo de Educação a Distância

Nust - Núcleo de Saúde do Trabalhador

oasisbr - Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPAS - Organização Pan-americana de Saúde

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDG - Programa de Desenvolvimento Gerencial

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDIE - Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz

PDP - Parcerias de Desenvolvimento Produtivo

PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

Petic - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PMA - Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PNEPS - Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

PNPG - Plano Nacional de Pós-graduação

PNS - Plano Nacional de Saúde

PPA - Plano Plurianual

PPC - Projeto pedagógico de curso

PPF - Portal de Periódicos FIOCRUZ

PPG - Programa de Pós-graduação

PPI - Projeto Pedagógico Institucional

PPP - Projeto Político-Pedagógico

PrInt - Programa Institucional de Internacionalização da Capes

PROADI-SUS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS

Proap - Programa de Apoio à Pós-Graduação da Capes

Proex - Programa de Excelência Acadêmica da Capes

ProfSaúde - Programa de pós-graduação stricto sensu em Saúde da Família

Provoc - Programa de Vocação Científica

PVS - Pesquisador Visitante Senior

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REA - Recursos Educacionais Abertos

Rede BiblioSUS - Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde - Brasil

REDECCAP - Rede de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Socialmente justo, Democrático e Sustentável

RedEscola - Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública

Renasf - Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família

RENSP-CPLP - Rede de Escolas Nacionais de Saúde Pública (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)

RESP-AL - Rede de Escolas de Saúde Pública – América Latina

RET-SUS - Rede de Escolas Técnicas do SUS

RFPC - Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica

RNPC - Rede Nacional de Pesquisa Clínica

SCTIE - Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

SECA - Secretarias acadêmicas

SGA-RH - Sistema de Gestão Administrativa – Recursos Humanos

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal

SIEF - Sistema Integrado de Educação Fiocruz

SIGA - Sistema de Gerenciamento Acadêmico

SIGA-EPS - Sistema de Gerenciamento Acadêmico para o ensino profissional em saúde

SIGA-LS - Sistema de Gerenciamento Acadêmico para o ensino lato sensu

SIGA-SS - Sistema de Gerenciamento Acadêmico para o ensino stricto sensu

SGTES - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde

SLGQ - Sistemas Locais de Gestão da Qualidade

SNCTI - Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

SS - Stricto sensu

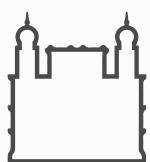
SUS - Sistema Único de Saúde
TCC - Trabalho de conclusão de curso
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TMT - Tempo Médio de Titulação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UEA - Universidade Estadual do Amazonas
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UESPI - Universidade Estadual do Piauí
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNA-SUS - Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UNIR - Fundação Universidade Federal de Rondônia
VPAAPS - Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
VPEIC - Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação
VPGDI - Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional
VPPCB - Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas
VPPIS - Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde

“O novo PDIE 2021-2025 se diferencia do PDI 2016-2020 por ampliar a abordagem para as diversas modalidades educacionais da Fiocruz, por ressaltar a sua interface com outras políticas institucionais e por expressar, de forma inicial, alguns efeitos relacionados à experiência da pandemia, que impôs novos desafios ao campo da Educação”

Cristiani Vieira Machado – Vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz

“O PDIE conseguiu o desafio de agregar o campo educacional na Fiocruz, trazendo a complexidade e a diversidade da área, realizando a interlocução com as áreas de pesquisa e de gestão, constituindo-se, portanto, num documento vivo que representa a dinamicidade e a potência da Fiocruz como instituição estratégica de Estado. Minha avaliação, portanto, é que este deve ser aprovado pelos conselheiros e conselheiras desta casa, compreendendo-o como documento fundamental sobre nossas reflexões no campo da Educação em Saúde e do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde”

Anakeila de Barros Stauffer – Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, relatora da discussão do documento no Conselho Deliberativo, que o aprovou por unanimidade, em dezembro/2020



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA